NA PÁGINA CENTRAL: «DO CABO DA ROCA AO CABO NORTE»

Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS

QUINTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1969 N.º 16 806 ANO 49.º PREÇO 1$50

ATENÇÃO

A MOSCA

PICA AOS SÁBADOS

A questão de Gibraltar

MADRID pede acção da O.N.U.

MADRID, 2 — (F. P.) — Perante a utilizaçao da força para perpetuar a existência dessa colónia militar (Gibraltar) o Governo espanhol manterá por todos os meios adequados, o respeito pelo seu indeclinável direito á unidade nacional e não se deterá nem um instante no caminho do que seja exigido para alcançar a restauração dessa unidade, diz o ministro dos Estrangeiros, Castiella, numa carta que enviou ao secretário-geral das Nações Unidas.

O ministro reclama a aplicação da resolução das Nações Unidas de 19 de Dezembro de 1968, fixando o dia 1 de Outubro como data limite para que a Grã-Bretanha proceda á descolonização de Gibraltar. Mas a Grã-Bretanha não respeitou os prazos, tendo assim, sublinha, desafiado «abertamente» as Nações Unidas.

Pede a U Thant para reagir enérgicamente contra o desafio e para tomar todas as medidas ao seu alcance a fim de impedir que a autoridade, a eficácia e a própria finalidade das Nações Unidas não sejam uma vez mais contestadas.

Reclama de novo a aber-

(Continua na 9.ª página)

O Chefe do Estado, acompanhado da esposa, á entrada das novas Instalações da Fundação Gulbenkian. Na foto vêem-se, ainda, da esquerda para a direita, o dr. Azeredo Perdigão, presidente do conselho de administração da Fundação; o embaixador Pedro Theotónio Pereira; a filha do almirante Américo Thomaz e o prof. Marcello Caetano

«O testamento de Calouste Gulbenkian é uma lição admirável de humanitarismo»

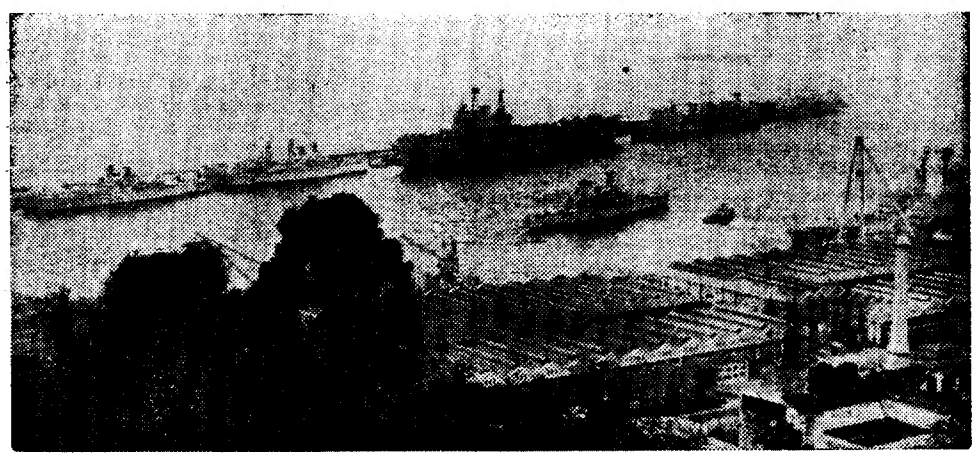
—afirmou o presidente da Fundação no acto inaugural da nova sede

«O testamento de Calouste Gulbenkian é uma lição admirável de humanitarismo. Na sua simplicidade formal contém tudo o que de mais profundo pode pensar-se acerca da função social da riqueza e, portanto, do primeiro fundamento da sua legitimidade» — afirmou esta manhã o dr. Azeredo Perdigão, presidente da Fundação que tem o nome do milionário e filantropo arménio, ao discursar, perante mil e quinhentos convidados, durante a sessão inaugural da nova sede da instituição.

A cerimónia, que precedeu uma demorada visita às instalações — sede pròpriamente dita, Museu, Biblioteca e outros serviços culturais — e um almoço oferecido a todos os convidados nacionais e estrangeiros, foi presidida pelo almirante Américo Thomaz. O Presidente do Conselho e os membros do Governo presentes em Lisboa associaram-se ao acto.

O Chefe do Estado chegou ao edifício da sede cerca das 10 e 15, dirigindo-se imediatamente para a Sala de Honra. Aí era aguardado pelo Presidente do Conselho, cardeal-patriarca, presidentes da Assembleia Nacional (em exercício), da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal de Justiça, membros dos Governos estrangeiros (mi-

(Continua na 7.ª página)



A ROYAL NAVY em Gibraltar: um total de onze vasos de guerra protege a colónia britânica, enquanto, ao largo, a Armada espanhola espreita. Entretanto, anuncia-se em Madrid que, a noite passada, foram cortadas as comunicações directas telegráficas e telefónicas com o Rochedo

SISMO EM SÃO FRANCISCO

SAN FRANCISCO (Califórnia), 2 — (F. P.) — Os dois tremores de terra sentidos ontem à noite em São Francisco, com menos de hora e meia de intervalo, foram os mais fortes registados no Norte da Califórnia desde 1957. O seu epicentro situou-se a uma centena de quilómetros a norte da grande cidade californiana e a sua intensidade foi de 5,6 da escala de Richter.

Ficaram ligeiramente feridas numerosas pessoas, a maior parte pelos estilhaços das montras das lojas que se quebraram. Em Santa Rosa ficaram destruídas muitas casas. Depois da interrupção do fornecimento de energia eléctrica, as lojas foram pilhadas e a Polícia teve de pedir reforços.

Em São Francisco, os abalos foram fortemente sentidos em alguns arranha-céus, mas não se registaram estragos. O primeiro tremor de terra foi às 21 e 57 locais.

DIÀRIAMENTE ATÉ AO DIA 24

especial ELEIÇÕES

MESA REDONDA

NESTE NÚMERO: «O Problema da habitação» — mesa-redonda em que tomaram parte os arquitectos Fernando Viana, Mário Bruxelas, Nuno Teotónio Pereira e Aquilino Ribeiro Machado ● As eleições em Portugal — por David Ferreira ● Conferência de Imprensa da Oposição em Leiria ● «Ao acaso da rua» ● Documentos e comunicados

HOJE 40 PÁGINAS

VISADO PELA CENSURA

Edição da noite

Novas unidades da Marinha Mercante

A frota portuguesa da Marinha Mercante está a ser ampliada e renovada com unidades que as nossas empresas de navegação estão a adquirir em vário países. A Sociedade Geral de Comércio, Industria e Transportes comprou dois navios, um deles na Polónia e o outro na Inglaterra.

O que foi adquirido na Polónia é um navio novo, construído este ano, em Stetin. Já foi escolhido o nome: «Cunene». Está em acabamento e será entregue em Novembro, para utilização nas linhas que ligam Angola à Europa. É uma magnifica unidade de carga, de 16 450 toneladas, com 158 metros de comprimento, com a arqueação bruta de 10 552 toneladas e líquida de 6825 toneladas. Dispõe de cinco porões e foi equipado com uma máquina que lhe permite a velocidade de 15 nós.

O outro navio, comprado pela Sociedade Geral, foi construído em 1959 no estaleiro de Hall Russel & C.ª, Lda., em Aberdeen, na Escócia. É uma unidade também de carga, de 6645 toneladas de porte, com 121 metros de comprimento e quatro porões e equipado com uma máquina quel he permite uma velocidade de 12,5 nós. Deixou de ter o nome inglês e passa a denominar-se «Cabinda». Será utilizado, a partir de Novembro, no transporte de madeiras de Cabinda para

DE ONTEM PARA HOJE

«A EDUCAÇÃO É DE TODOS»

O ministro da Educação Nacional, dr. José Hermano Saraiva, falou, ontem, á noite, na Televisão, sobre o início das actividades escolares. Depois de dizer que «a afluência dos jovens ás escolas tem aumentado constantemente e, graças a Deus, a própria cadência do aumento está a subir, ano após ano», aquele membro do Governo afirmou: É de cerca de milhão e meio — precisamente 1 474 700 — o numero de estudantes portugueses. O aumento verificou-se sobretudo no ensino secundário e no ensino superior, o que, aliás, tem uma explicação simples: a população infantil estava já há anos virtualmente escolarizada, e por isso o progresso, aqui registado limita-se a reflectir o aumento geral da população. No ensino secundário o aumento foi de 109%. No ensino superior foi de cerca de 95%: passámos de 24 000 para 47 000 estudantes.

Disse, mais adiante, o ministro: — Mas construir escolas, instalar laboratórios, bibliotecas e oficinas, actualizar programas, formar professores não é tudo. É o mais visível, e representa o programa das acções imediatas. Mas o problema é mais vasto. Trata-se de reorganizar todo um sistema educativo que foi criado para um mundo muito diferente do nosso e que em muitos dos seus aspectos, não acompanhou as transformações da vida.

Terminou, fazendo um apelo geral, visto que «a batalha da educação é de todos, não apenas de todos nós mas ainda dos vindouros, que serão herdeiros do bem ou do mal que por eles fizermos».

FERIDOS NUM INCÊNDIO

Na fábrica de ceras «Triunfo», em Mafamude (Porto), um jovem operário, ao acender um cigarro, provocou uma violenta explosão, seguida de incêndio. Além de prejuízos materiais, verificaram-se ferimentos graves em José Alcino Rodrigues de Almeida e Manuel Rodrigues de Almeida, de 18 e 24 anos, respectivamente, ambos filhos do dono da fábrica, e a operária Carolina da Rocha Almeida, de 12 anos. Foram internados no Hospital de Santo António.

MOTOCICLISTA MORTO

Na estrada Guincho-Cascais, um automóvel chocou com uma motorizada. Em consequência, morreu o motociclista, Alfredo Mortágua Alves, de 33 anos, lubrificador de automóveis, casado e pai de três filhas menores.

«PEGA» FATAL

Em Paul (Beira Baixa), ao tentar fazer uma pega de caras a uma cabra, o quinquilheiro ambulante António Videira Braga, casado e pai de dois filhos menores, foi repelido, pelo animal, com tal violência que se estatelou a distancia, com a coluna vertebral fracturada. Veio a morrer no hospital da Covilhã.

PALÁCIO DE BELÉM

O Presidente da Republica recebeu, no Palácio Nacional de Belém, os srs. prof. dr. Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros; António de Medeiros e Almeida, presidente do conselho administrativo da Fundação Salazar; e dr. Manuel Espírito Santo Silva, com seus filhos, sobrinha e o sr. José Saldanha; e as sr.as dr.as D. Deolinda dos Santos e Ofélia Martins, directora e subdirectora do Instituto de Odivelas.

EMBAIXADOR DO BRASIL

O embaixador do Brasil em Lisboa e a sr.ª de Ouro Preto receberam, ontem, na chancelaria da embaixada, os intelectuais brasileiros especialmente convidados para assistirem á inauguração da sede da Fundação Gulbenkian. Personalidades destacadas das ciências, artes e cultura portuguesas estiveram, igualmente, presentes á reunião.

O passado e o futuro do urânio português apontados numa palestra proferida no Rotary

A ultima reunião habitual do Lions Clube de Lisboa foi presidida pelo dr. Nuno Botelho de Medeiros, que convidou o palestrante, eng.º Carlos Pires Lobato, a hastear a bandeira nacional.

Como convidados encontravam-se presentes os srs. eng.os Vieira Lopes, Claudino Vicente, António Trigo da Rosa, e os srs. Katzenstein, presidente do Lions Clube do Estoril; Manuel Rodrigues, Eugénio Silva, João Santos Lourenço e o dr. Haberl.

A meio da reunião os presentes foram surpreendidos pela chegada do presidente dr Manuel Pereira de Oliveira, das suas férias, tendo-lhe sido entregue a presidência da sessão pelo 1.º vice-presidente.

O palestrante, abordando o tema «O passado e futuro do uranio português» após uma breve referência aos principais tipos de reactores em trabalho no Mundo e aos constantes progressos tecnológicos que se têm verificado no ramo da industria nuclear, referiu-se á possibilidade de integração da primeira central nucleo-eléctrica no sistema produtor nacional, a verificar-se na próxima década utilização combustíveis nucleares que, de certo modo, poderão vir a ser obtidos dos nossos próprios recursos em matérias-primas deste género.

Historiando todo o trabalho de prospecção, pesquisa e reconhecimento mineiro levado a efeito pelos pioneiros dos minérios radioactivos e completado por campanhas exaustivas que a Junta de Energia Nuclear conduziu desde 1954 até 1960, o eng.º Pires Lobato revelou que tais trabalhos permitiram definir reservas consideráveis de óxidos de uranio da ordem das 10 000 toneladas, que aliás poderão ser substancialmente aumentadas a partir da introdução de novas técnicas, nomeadamente a lexiviação «in situ» de alguns jazigos mineiros.

Dando particular realce á posição do nosso País sob o ponto de vista de reservas energéticas em combustíveis nucleares apreciadas sob o ponto de vista específicos da nossa extensão população, índices de produtividade, etc., em confronto com os maiores produtores e detentores de reservas de uranio no Mundo, o palestrante analisou também os problemas de base da prospecção e reconhecimento de radioactivos no Ultramar português, cujo estudo intensivo foi agora iniciado em áreas geológicamente favoráveis á sua ocorrência, e cujos resultados se esperam vir a obter um notável acréscimo das nossas reservas de uranio. Assim, mesmo contando com a comercialização de excedentes da nossa produção de concentrados, será possivel acautelar as necessidades nacionais em combustíveis nucleares nas próximas décadas e encarar com realidade o panorama da industrialização das matérias-primas nucleares do nosso País.

Diversos ângulos turísticos foram hoje apreciados no Curso Luso-Espanhol da Indústria Hoteleira

No Pavilhão de Congressos (Estoril) prosseguiu, esta tarde, o I Curso Luso-Espanhol sobre Economia, Administração e Contabilidade de Empresas Turísticas e Hoteleiras, destinado a dirigentes e técnicos superiores.

A primeira comunicação foi apresentada por D. José Soriano Frades, delegado provincial de Informação e Turismo nas Baleares, e intitulava-se «Organização hoteleira». Sobre o mesmo tema também se pronunciou Manuel Quintas, director do Hotel Palácio do Estoril.

Outra comunicação — «A hotelaria como factor básico na oferta turística» — foi apresentada por D. Francisco Diaz Rey, elemento do Corpo Técnico da Administração Turística do país vizinho.

Finalmente, o sr. Gastão da Cunha Ferreira, director do Gabinete de Estudos e Sociologia Aplicada, falou sobre «O papel das relações publicas numa política de turismo».

O Curso prossegue amanhã e encerra-se no dia seguinte.

«DIÁRIO DE LISBOA»

Fizeram transcrições do «Diário de Lisboa» ou referências ao nosso jornal os prezados colegas: «Voz de Portugal», de Paris; «Comércio do Funchal», «A Tribuna», de Lourenço Marques e «Diário do Alentejo», de Beja.

MÉDICO DA N. A. S. A. FALA EM LISBOA

No sábado, ás 11 horas, na Faculdade de Medicina de Lisboa, o prof. dr. Charles Berry, director dos serviços médicos da N. A. S. A., faz uma conferência sobre «Aspectos médicos dos voos espaciais tripulados».

Operações de Bolsa
BANCO DO ALENTEJO

Externato Sá de Miranda
PRIMÁRIO ★ C. PREPARATÓRIO ★ LICEAL
● Inexcedível Corpo Docente
● Instalações funcionais a aprazíveis
R. ALEXANDRE BRAGA, 17 (A ESTEFÂNIA)
Telefs.: Secret. 45310 — Direcção 537532

COZINHA VELHA
QUELUZ — TELEFONE 950232
Informamos os nossos Ex.mos Clientes que, amanhã, sexta-feira, dia 3, os nossos «SALAS» e o «TERRAÇO» se encontram reservados, só aos Almoços, para um BANQUETE, servindo-se no entanto, os nossos habituais Chás e Jantares.
A DIRECÇÃO
Agradecemos que as reservas de mesas para os Jantares, sejam feitas até ás 19 horas.

AJUDE A CONSTRUIR A NOVA ENFERMARIA DE INVÁLIDOS DO COMÉRCIO
Concorrendo para que mais 300 pessoas idosas ou inválidas venham a ser acolhidas naquela prestante instituição, poderá ser recompensado com prémios no valor de centenas de contos.
Não deixe, pois, de jogar no monumental sorteio de INVÁLIDOS DO COMÉRCIO, que se realiza já no próximo dia 14 do corrente.

N/T FUNCHAL
ACEITAM-SE PASSAGEIROS PARA
SOUTHAMPTON
O navio sairá de Lisboa a 7 do corrente para a sua viagem inaugural a Southampton com o seguinte itinerário:
Lisboa, Southampton,
Lisboa, Funchal, Las Palmas,
Santa Cruz de Tenerife,
Funchal, Lisboa
EMPRESA INSULANA DE NAVEGAÇÃO
RUA AUGUSTA, 152 — TELEF. 37 03 41
LISBOA-2

COMPREENDEMOS A SUA HESITAÇÃO...
Irá preparar-se para o exame do Ciclo Preparatório? Para o exame do 2.º Ciclo? Do 3.º?
Ou irá aperfeiçoar os seus conhecimentos de Francês?
O LICEU FRANCÊS CHARLES LEPIERRE propõe-lhe os seus CURSOS PARA ADULTOS e, em qualquer caso, poderá ajudá-lo.
Uma consulta no início do ano lectivo não lhe custará nada...
O LICEU FRANCÊS espera-o!
Av. de Duarte Pacheco Tel. 68 11 01

Reunião de rotários na Feira Franca de Viseu

VISEU, 2 — Sob a apresidência do sr. dr. Maximiano Ribeiro Seara, na ausência do presidente, sr. Manuel José Alexandre, reuniram-se na Feira Franca, os rotários desta cidade, com alguns convidados e também os srs. Belém Nogueira, rotário do Clube, Belém-Norte; comendador Tomás de Lima e senhoras das suas famílias

Usou da palavra, além do presidente o sr. comendador Tomás Correia de Figueiredo Lima, que falou sobre a Sociedade da Amizade Feminina do Rotary de Niterói, da qual sua esposa é presidente e ele próprio, benemérito, sociedade que adoptou um trajo especial para as suas aderentes; os srs. Mário F. Matos e eng.º Fuschini, sobre a reunião de 11 de Outubro próximo, na Covilhã; coronel Américo de Reboredo a propósito do «Comité» Franco-Português, Fernando Madeira, etc.

A encerrar, o sr. dr. Ribeiro Seara congratulou-se com a confraternização, notável.

A próxima reunião está marcada, com jantar e assistência de senhoras, para 6 de Outubro, no Hotel Grão Vasco.

ESTÁ EM FRANÇA A JOVEM AMBICIOSA DESAPARECIDA

VISEU, 2. — Foi para França, como afinal se presumia, a jovem Maria da Glória de Jesus Sousa, de 17 anos, solteira, que, como noticiámos, desaparecera da casa paterna, em Santo Estêvão (Viseu). O pai, sr. Manuel de Sousa, acaba de receber notícias. A rapariga emigrou, acompanhada por uma antiga colega do curso de adultos.

O II FESTIVAL DE MÚSICA EM MATOSINHOS

MATOSINHOS, 2 — A Câmara Municipal, através do seu pelouro de Cultura, promove, amanhã, ás 22 horas, no Salão Paroquial, a cerimónia de abertura do II Festival de Música de Matosinhos.

Haverá concerto sinfónico, com a colaboração da Orquestra Sinfónica do Porto, sob a direcção do maestro Silva Pereira, e na qual actua como solista a pianista Tania Achot. Neste concerto, que constitui homenagem à memória de Berlioz — cujo centenári se comemora este ano — será executado o seguinte programa: «Suite Burlesca», de João Lo; «Concerto n.º 2», de Saint-Saëns; «Sinfonia Oriental», de P. E. Joseph Kihoury; «Dança das Sylphides», «Minuete dos Fogos Fatuos» e «Carnaval Romano», de Berlioz.

SOB O SIGNO DA EXPECTATIVA

O radical Olof Palme foi escolhido para guiar os destinos da Suécia

ESTOCOLMO, 2 — «Não haverá mudanças na política sueca» — afirmou o novo chefe do Partido Social-Democrata da Suécia, Olof Palme, de 42 anos, que se tornou, automáticamente, o novo primeiro-ministro do seu país — embora a designação oficial, pelo rei Gustavo Adolfo, só aconteça no próximo dia 14. Simples formalidade.

Por CÉSAR FAUSTINO

Caminhando desajeitadamente, fato azul enrugado, o cabelo penteado em desalinho, como de costume, o franzino (um metro e 74 de altura e 68 quilos de peso) novo «leader» da política sueca emergiu da multidão de congressistas do seu Partido e subiu ao estrado da presidência, entre aclamações intermináveis.

Acabara de ser eleito chefe por unanimidade. Candidato unico, pois o seu mais directo rival, o ministro das Finanças, de 63 anos, resignara, pela manhã, argumentando: «A Suécia precisa de um «leader» para longa vida. E enquanto Palme possui todas as habilitações para ser o comandante, eu tenho apenas algumas...»

Fora da enorme sala do congresso, repleta de bandeiras vermelhas, chovia copiosamente, dominava a escuridão, o vento soprava cortante e havia apenas oito graus de temperatura. Mau ou bom pronuncio? Ninguém pode responder.

Acto único na história sueca

Mas este acontecimento, ao fim da tarde de ontem, marcou um ponto verdadeiramente histórico, não só para a progressiva, rica e influente Suécia, mas certamente na política internacional ou, pelo menos, europeia.

Nunca a eleição de um chefe de Partido governamental sueco significou simultaneamente a escolha de um novo chefe do Governo nacional.

Olof Palme, de origem bem burguesa, sofrendo de tuberculose na infancia, antigo estudante de Teologia, e, sem duvida, um dos mais controversos e discutidos políticos dos nossos dias. Não apenas pela sua juventude e carreira meteórica, mas sobretudo pelas suas atitudes chocantes e contraditórias.

Conquistou o seu Partido pela sua espantosa força de réplica, ironia sádica, crítica mordaz, argumentação contundente, sentido de humor, gestos teatrais e impulsividade atributos suficientes para se destacar entre uma sociedade semi-adormecida, dirigida, mecanicamente organizada, melancólicamente efectiva.

A grande incógnita, porém, está em saber se tais requisitos, bastantes para o erguer á idolatria entre a sua gente, não virão a transformar-se em problemas domésticos ou em desqualificações no plano internacional. Se, justamente, a sua indomável impulsividade, que tantas críticas tem custado á Suécia, nos ultimos tempos, não terá funestas consequências para o seu país.

Contradição e expectativa

Palme é um esquerdista radical por convicção, embora em certos círculos, nacionais e estrangeiros, seja rotulado de pró-comunista. As suas marchas publicas de protesto anti-América e anti-Grécia já membro do Governo o seu apoio aos chamados «movimentos de libertação» (lá estavam os chefes da Frelimo, PAIGC e outros, na primeira fila da sala) as suas marcadas simpatias por Moscovo e Pequim, deram-lhe a classificação inevitável de anti-ocidental.

TAGE ERLANDER, o velho primeiro-ministro que se retira da vida política sueca, tendo á sua direita Olof Palme, seu discípulo dilecto e seu sucessor

Como escrevi na minha crónica anterior, talvez haja exagero em todas estas conjecturas. Palme escolheu a estrada mais fácil, mais célere, mais popular para chegar ao topo — mas é suficientemente inteligente e perspicaz para evitar novas situações que atirem a Suécia para o isolamento do mundo ocidental e, a forcem á perda do seu maior e mais seguro mercado exportador.

Toda a vida e carreira de Sven Olof Joachim Palme está mesclada de contradições e paradoxos. O ex-estudante de Teologia declarou ontem publicamente: «Acreditar ou não acreditar em Deus é assunto privado. Mas eu não sou religioso.»

E, todavia, ele é ainda o ministro da Educação e da Igreja... Considera como ponto essencial do seu programa político uma radical socialização democrática, a aproximação ainda maior com a China e Cuba. Mas, perante uma pergun-

(Continua na página seguinte)

DUPLA SORTE!

GANHE

2 prémios grandes num só bilhete!

LOTARIA DO OUTONO

Nota do dia

A RENOVAÇÃO DE QUADROS

DESAPARECERAM DA CENA POLITICA portuguesa, pelo seu recente e quase sucessivo falecimento, o prof. Mário de Figueiredo e o dr. Soares da Fonseca, que desempenhavam na Assembleia Nacional agora prestes a ser substituída as funções de presidente e de 1.º vice-presidente. Como os deputados que vão ser eleitos só se consideram em funções depois do apuramento geral do resultado das eleições próximas, seriam os deputados da Câmara Velha os que teriam de reunir-se no caso de convocação extraordinária da Assembleia pelo Presidente da República conforme a competência que lhe é fixada na Constituição. Se assim fosse, os trabalhos seriam presididos pelo almirante Tenreiro, 2.º vice-presidente da Assembleia, em exercício pela morte do presidente e do 1.º vice-presidente, o qual, por essas razões e nessa qualidade, tem presentemente acesso ao Conselho de Estado, se eventualmente fosse convocada a sua reunião.

Falando do Conselho de Estado, vem a propósito referir que estão presentemente vagas três das dez cadeiras de membros vitalícios, os dois referidos, Mário de Figueiredo e Soares da Fonseca, e o almirante Bettencourt, falecido há meses. A sua substituição é da livre escolha do Presidente da República, que nos termos constitucionais os procurará e nomeará entre «homens públicos de superior competência». Não se fixam na Lei Constitucional quaisquer regras ou prazos para se proceder ao preenchimento das vacaturas nesse órgão consultivo destinado a funcionar «junto do Presidente da República».

As funções do Conselho de Estado vêm definidas na Constituição, sendo umas de carácter por assim dizer processual (verificação da impossibilidade de reunião do colégio eleitoral a que presentemente cabe a eleição do Presidente da República) e outras por assim dizer de conselho político, pois que deverá ser ouvido «em todas as emergências graves para a vida da Nação e sempre que o Presidente da República o julgue necessário e para tal o convoque». É, no espírito que informou a elaboração da Constituição de 33 e, paralelamente, como se pretendia que o fosse no regime da Carta Constitucional que vigorou até 1910, uma espécie de voz do bom-senso de que possa socorrer-se o Chefe do Estado.

A importância do Conselho de Estado e a sua influência pode parecer, deste modo, bastante variável. Nem as suas funções são muito específicas nem as suas reuniões têm qualquer periodicidade prevista. Daqui resulta que apareça um tanto atenuada essa influência, o que o prof. Marcello Caetano escreveu ser «a pequena intervenção desse Conselho na vida pública». Como se sabe e se diz que a função faz o órgão, não custa deduzir que essa importância e essa influência poderão variar conforme o uso que dele se fizer Quer dizer, é ao Presidente da República que compete, além de escolher os conselheiros vitalícios, graduar a actividade do Conselho.

O fenómeno a que se assiste, aliás deliberadamente decidido e fomentado pelo Poder, de um certo reavivar da vida política do País parece fazer supor que poderá também o Conselho de Estado vir a ter uma actividade mais intensa, bastando para isso que se verifiquem mais frequentemente as condições em que «o Presidente da República o julgue necessário e para tal o convoque». Poderá, por isso, esse órgão de consulta vir a ser chamado com mais frequência a manifestar o seu conselho. Forma atenuada de intervenção? Certamente. Mas nem por isso menos influente dado o carácter que se pretende na lei imprimir à escolha dos seus componentes.

Não é por isso indiferente estar-se atento à evolução que vier a dar-se. Dos dez membros vitalícios, pessoalmente escolhidos, apenas sete estão em funções. E, desses, dois (prof. Marcello Caetano e dr. Luís Supico) teriam assento, mesmo que não o fossem, pela inerência das funções que desempenham de presidentes do Conselho de Ministros e da Câmara Corporativa. Os restantes cinco são os drs. Albino dos Reis, Teotónio Pereira, João Lumbrales e Antunes Varela e o general Santos Costa, presentemente único militar com lugar no Conselho de Estado. Sobre o complemento do elenco parece inapropriado tentar qualquer conjectura. Inapropriado, indiscreto e pràticamente impossível. É uma prerrogativa constitucional exclusiva do Presidente da República.

Crédito Universitário
BANCO DO ALENTEJO

Vendo colecção «Diário do Governo» (32 anos) Rev. Legislação Jurisprudência — Colecção Legislação 1830/1935. Telef. 65 02 55.

ora diga-nos...

— Quantas janelas tem a sua casa?

● *Tímido, muito tímido, timidíssimo, disse-nos Carlos Alberto, aluno da primeira classe:*

— A minha casa...

— A tua casa...?

— A minha casa só tem...

— Só tem...?

— A minha casa... só tem... duas janelas...

● *Outro menino, mas menos tímido: Rui Alberto Pereira Alves Nunes, aluno da segunda classe:*

— NÃO SEI-!!

Apre! Estas crianças já não admitem perguntas fáceis! Só gostam de falar do Agostinho...

● *Respondeu-nos a sr.ª D. Amarilde Faustino, empregada numa farmácia:*

— Só janelas são cinco, meu caro senhor!

E foi-se... Foi-se como quem fecha uma porta na cara do perguntador indiscreto.

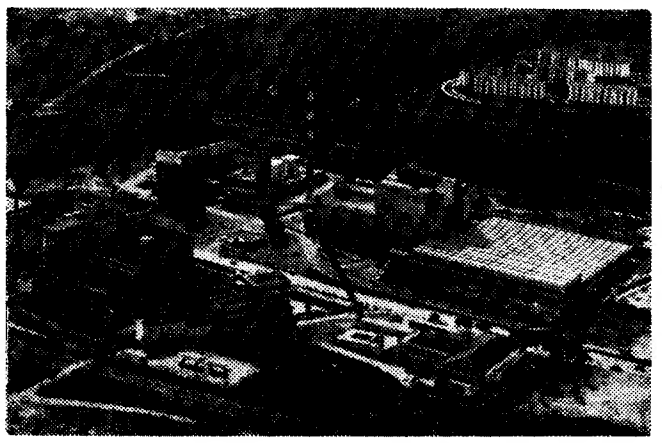
SOB O SIGNO DA EXPECTATIVA NA SUÉCIA

(Continuação da pág. anterior)

ta intencional, confessou: «Não, nem China nem Cuba são democracias socialistas...» É um fervoroso republicano. Foi, contudo, dos que ontem votou, a pedido de Tage Erlander, o chefe cessante, pela continuidade da Monarquia...

Depois de um quarto de século da fulgurante época Erlander, a nova era Palme inicia-se, assim, sob o signo da expectativa — mas igualmente da contradição, da duvida, da suspeita, da inquietação. O tempo encarregar-se-á, no entanto, de definir mais claramente a validade das ideias no choque com as realidades.

E talvez as eleições gerais suecas de 1970 venham já a esclarecer alguma coisa.



Vista geral das novas instalações fabris da Covina

O novo complexo fabril da Covina

é inaugurado depois de amanhã pelo Presidente da República

Assegurando a sua posição no plano dos grandes complexos vidreiros internacionais, a Covina — Companhia Vidreira Nacional — S. A. R. L. inaugura depois de amanhã, em cerimónia a que preside o Chefe do Estado, um complexo produtor de chapas de vidro liso e impresso pelo sistema «Pittsburg», onde foram investidos 200 mil contos, e que se enquadra num conjunto de quatro fornos, três dos quais já em excelente laboração.

Com o objectivo de dar a conhecer a importancia do empreendimento (de grande envergadura e incontestável interesse para a economia nacional), a administração da Covina convidou os representantes dos órgãos da Informação a visitar as suas novas instalações, em Santa Iria da Azóia.

Na reunião em que participaram com os administradores daquela empresa, os jornalistas e repórteres de rádio e televisão foram saudados pelo sr. Lucio Thomé Feteira, administrador-delegado da Covina que salientou a missão da Imprensa e afirmação da sua admiração pelo jornalismo — onde é fundamental o idealismo — como sublinhou, confessando emocionado, dever muito á Imprensa nacional e estrangeira que tem sido eco das suas iniciativas e realizações. Fez, depois, largas considerações acerca das vantagens da democratização do capital, para fazer desaparecer as sociedades fechadas e todos possam participar nos lucros correndo os mesmos riscos.

Terminou por revelar o desejo de voltar a reunir-se em breve com os jornalistas, a fim de lhes expor uma obra de grande alcance social que pretende levar a efeito e para a qual é necessária uma grande campanha. Queria referir-se, á criação de um centro de tratamento de doentes mentais assegurando desde já o sr. Lucio Thomé Feteira o seu avultado contributo.

O sr. dr. Duarte Alves, director-administrativo da Covina, seguiu-se no uso da palavra, exemplificando numa planta as instalações a inaugurar pelo Chefe do Estado, percorridas a seguir pelos representantes dos órgãos da Informação, no final obsequiados com um beberete.

O programa da inauguração

Ficou assim estabelecido o programa da inauguração do novo complexo fabril da Covina: ás 15 horas, chegada do sr. almirante Américo Thomaz, que após os cumprimentos, presidirá á sessão solene, na qual discursarão os srs. presidente do Conselho de Administração da Covina, sr. Artur Cupertino de Miranda, e secretário de Estado da Industria. Ás 16 horas, visita ás Fábricas de Vidros Pittsburgh, Nova Melter, temperado e impresso. O Chefe do Estado accionará o botão que porá em funcionamento o forno da fábrica Pittsburgh. Ás 18 horas, descerramento do busto em bronze, do sr. Lucio Thomé Feteira, em sessão na qual vão usar da palavra os srs. Leopoldo Criner y Dintel e o homenageado. Ás 19 horas, merenda servida nas instalações do centro social da fábrica, para a qual foram convidados todos os operários que nela prestam serviço.

Colecção de peças de teatro da S. E. C. T. P.

A direcção da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, no cumprimento de um programa de acção cultural, promoveu o lançamento duma colecção de textos teatrais de autores portugueses, com vista á divulgação do reportório dramaturgico nacional, seleccionado pela S. E. C. T. P.

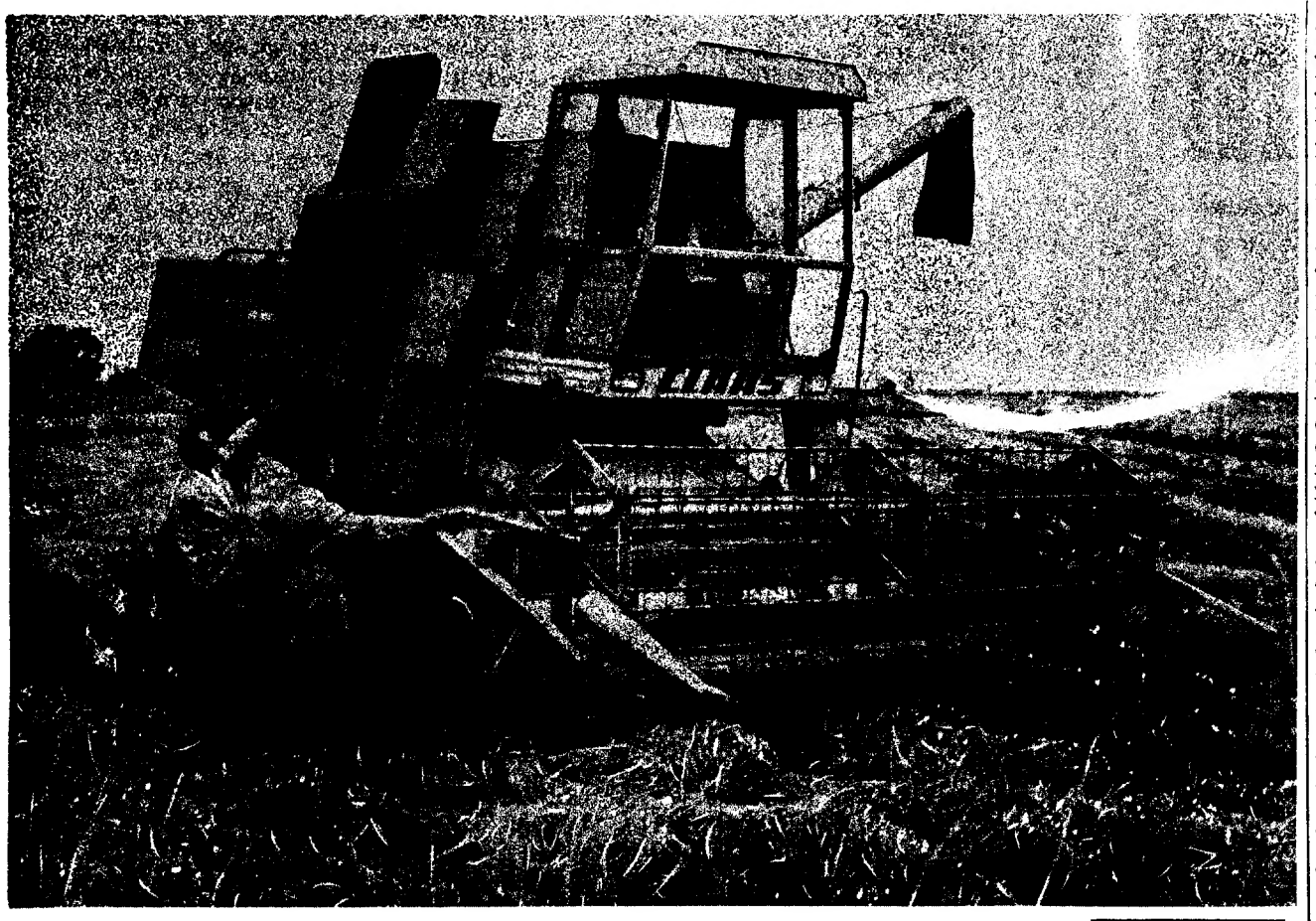
Os dois primeiros volumes desta colecção já estão publicados e incluem as peças «A Bela Império», de Carlos Selvagem (presidente da direcção daquela Sociedade), e «Um Dia de Vida», de Costa Pereira (actor).

COLABORAMOS CONSIGO

assistência é a base das nossas vendas

Conheça o nosso eficiente serviço de assistência pós vendr

A Ceifeira-Debulhadora não pode, em virtude de ser curta a campanha de colheitas, estar parada. Portanto, Senhor Lavrador, a assistência deve ser muito mais rápida do que para qualquer outra espécie de máquinas. Por isso, colaboramos consigo através da nossa pronta assistência técnica, prestada pelos nossos Mecânicos de Serviço.



SOCIEDADE INDUSTRIAL AGRO-REPARADORA, LDA.

Ceifeiras-Debulhadoras CLAAS '69

claas

EXTERNATO DO AEROPORTO

ENSINO INFANTIL PRIMÁRIO

Moradia circundada por aprazível jardim, com recreio de Inverno.

AV. GAGO COUTINHO. 162 — TELEF 72 70 71

O DIABO À SOLTA

(LE DIABLE PAR LA QUEVE)

QUASE MEIO MILHÃO DE ESPECTADORES NA ESTREIA, EM PARIS!

um "caso diabólico"
assinala a inauguração da nova temporada do cinema

SÃO JORGE — PROGRAMAÇÃO RANK — HOJE

CENARIOS E DIÁLOGOS DE **DANIEL BOULANGER**

CLOTILDE JOANO - CLAUDE PIEPLU XAVIER GELIN - TANYA LOPERT MARTHE KELLER

ADULTOS ÀS 21,30

*UNE CO-PRODUCTION FRANCO-ITALIENNE FILDEBROC - LES PRODUCTIONS ARTISTES ASSOCIES - (PARIS) - P.E.A. (ROME)

LEVI'STA-SE

irrequietas e actuais

À VENDA NAS BOAS CASAS DA ESPECIALIDADE

Levi Strauss & Co., San Francisco, California

O CARTAZ LUMINOSO DA CIDADE
CONTINUA A SER
A REVISTA
DOS PARODIANTES DE LISBOA
UM ESPECTÁCULO DE VASCO MORGADO
NO
MONUMENTAL
T. 55 51 33 (ADULTOS)
2 SESSÕES: 20.45 e 23 H.
4.º MÊS

CAMILO FLORBELA
OCTÁVIO DELFINA
AS ATRACÇÕES
PAULA RIBAS
RUI DE MASCARENHAS
e um CORPO DE BAILE com 28 FIGURAS

AS MAIS LINDAS MULHERES
A MAIS BELA MÚSICA
NUMA SUMPTUOSA PRODUÇÃO MUSICAL AO NÍVEL INTERNACIONAL

UM EXITO INDISCUTÍVEL!

A COMÉDIA DO MOMENTO

TEATRO 32 30 3
VARIEDADES 15.ª semana

VASCO MORGADO apresenta
HOJE, À NOITE, Às 21.45
(Adultos)

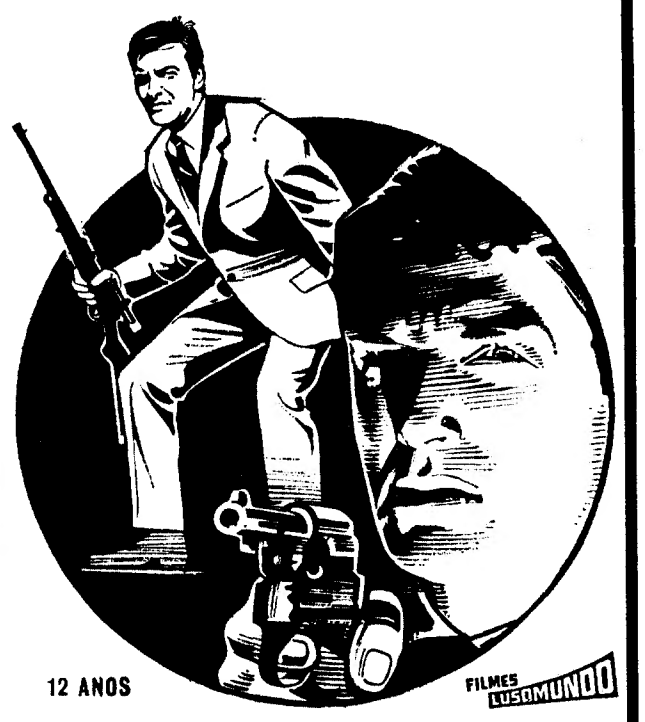
2 HORAS A RIR
com
UM CASO MUITO SÉRIO
A MULHER é igual, superior, ou inferior ao HOMEM

TRIUNFO DA C.ª TEATRO ALEGRE
com HENRIQUE SANTANA ● IRENE ISIDRO ● COSTINHA LIA GAMA ● MARIA HELENA ● LUISA DURÃO ● DAVID SILVA ● HELENA ISABEL ● BENJAMIM FALCÃO
DOMINGO, À TARDE, ÀS 16 H.

O melhor COMISSÁRIO X

+Mais acção
+Mais aventura
+Mais suspense
+Mais mulheres

2.ª SEMANA



12 ANOS FILMES LUSOMUNDO

COMISSÁRIO X
Tres Panteras azuis

TONY KENDALL BRAD HARRIS ERIKA BLANC
TECHNICOLOR

Em pleno ÊXITO no POLITEAMA

PRIMEIRAS EXIBIÇÕES

• NO MUNDIAL

TÍTULO — «Por Quem os Sinos Dobram» («For Whom the Bell Tolls»).
REALIZAÇÃO — Sam Wood, 1943 (E. U. A.).
INTÉRPRETES — Gary Cooper, Ingrid Bergman, Akim Tamirof, Katina Paxinou, Artur de Cordova, Vladimir Sokolff, Mikhail Rasumny, etc.

Filmes há que nunca envelhecem, parecendo até gozar do segredo da eterna juventude; outros, porém, dirigidos em 1943, por exemplo, quando vistos em 1969 possuem uma idade determinada: 26 anos, para sermos exactos. Estes ultimos são filmes «datados», obras referenciadas a uma época que não logram ultrapassar. «Fizeram a sua época», costuma aliás dizer-se, não sem razão. «Por Quem os Sinos Dobram», que se estreou ontem no nosso País (onde nunca havia sido exibido mercê de circunstancias que hoje nos espantam, tal a sua inconsequência) e um desses filmes datados. Os 26 anos de espera pesam sobre a sua contextura, bem como põem a descoberto as limitadas capacidades de Sam Wood (que nunca foi um director de cinema excepcionalmente talentoso). A estes aspectos outros se juntam para fazer de «Por Quem os Sinos Dobram» uma relativa desilusão: a deficiente adaptação do romance de Ernest Hemingway e a consequente deslocação de alguns dos problemas básicos do romance (que no filme aparecem esbatidos em função de outros a que se deu uma preponderancia inusitada).

Sempre temos afirmado que uma adaptação cinematográfica de uma obra teatral ou literária deverá viver por si própria. Os paralelos ou as comparações só muito raramente terão justificação maior do que a mera curiosidade. Uma adaptação pressupõe uma recriação, segundo linguagem e estilo novos, bem assim como uma tomada de posição que virá enriquecer (ou empobrecer) a obra básica. Será em função destes elementos novos que se irá julgar o filme. Fácilmente se poderá concluir, portanto, que um realizador (como o Bondarchuk de «Guerra e Paz») que se limita a ilustrar uma obra sem nada lhe acrescentar de pessoal, que a actualize, a enriqueça, a individualize, nunca poderá ser mais do que isso mesmo: um ilustrador. Ao adaptar uma obra, por conseguinte, parece-nos essencial a sua recriação.

Recriar em cinema um romance será optar, escolher, falsear até se necessário for. Tudo isso aceitaremos como processo normal de um criador se exprimir a si, ainda que utilizando-se de um esquema ou de situações emprestadas por outrem. Passará a estar em causa unicamente a nova interpretação dessa estrutura (reestruturada). Aqui regressamos a «Por Quem os Sinos Dobram», justificando-se agora um pequeno paralelo com o livro de Hemingway. O que é «Por Quem os Sinos Dobram», enquanto romance? Um vasto e impressionante painel da Guerra de Espanha, traçado através de algumas figuras centrais que funcionam como suporte de uma intriga. Vejams agora o que será «Por Quem os Sinos Dobram», enquanto filme: uma história de amor que tem como pano de fundo a Guerra de Espanha. Existe, pois, uma distinção essencial (que em si mesma não nos servirá de base de crítica pois que aceitamos até o falsear de uma obra quando adaptada a uma nova linguagem por um novo autor). Mas a óptica de Sam Wood que pressupõe esse falseamento, essa óptica é que é criticável. Donde passarmos imediatamente a falar de «Por Quem os Sinos Dobram», enquanto filme.

Em vez de retratar a violência de um conflito trágicamente cruel e desumano, Sam Wood optou pelo mais fácil: uma intriga vagamente romantica que, no entanto, permite belos momentos de generosidade e entrega a uma causa e a um programa de liberdade e amor. Do essencial, porém, passou-se ao acidental e vice-versa. Por outro lado, o filme não possui aquela força expressiva e o vigor narrativo que fazem de uma história simples uma epopeia. E o tema requeria essa virilidade de tratamento. Acrescente-se que, se a figura de Gary Cooper nos parece conseguida (Gary Cooper incarnou sempre o herói dos olhos claros, dos grandes rasgos corajosos e justos), o mesmo não poderemos dizer da de Ingrid Bergman (apesar de acharmos extremamente sujestivo o seu belo rosto e os cabelos curtos que o emolduram). Ambos, porém, servem, uma história de amor «a dois», interferida por uns quantos, e não a gesta de um povo dividido por opções extremas.

Dito tudo isto, «Por Quem os Sinos Dobram» é um filme que merece ser visto. Merece ser visto porque se trata de uma obra pertencente ao periodo rooseveltiano da história do cinema USA. O «new deal» caracterizou-se por um profundo «engagement» moral e politico e o filme de Sam Wood (apesar de tudo) reflecte um pouco desse ambiente. Depois (e continuamos a dizer: apesar de tudo), «Por Quem os Sinos Dobram» oferece um pano de fundo histórico que não será de mais procurar compreender e interpretar até ás suas ultimas consequências (a pelicula de Wood fornece algumas pistas). Depois haverá ainda a dizer que os anos que pesam sobre a fita, lhe conferiram «malgré tout», uma pagina atraente: o colorido, muito deficiente, aparece-nos hoje com cenas verdadeiramente expressionistas, extremamente contrastadas, que, no entanto, não deixam de ter o seu fascinio. Finalmente não poderemos deixar de citar Akim Tamirof e Katina Paxinou, em dois admiráveis papéis que, só por si, justificam a ida ao Mundial.

26 anos depois, os sinos puderam finalmente dobrar em Portugal. Tal como abre a obra de Hemingway, terminaremos o nosso comentário: «**Nenhum homem é uma ILHA isolada; cada homem é uma particula do CONTINENTE, uma parte da TERRA; se um TORRÃO N arrastado para o MAR, a EUROPA fica dimi-**

(Continua na 19.ª página)

AS ESTREIAS DE HOJE

No São Jorge

Título em português — «O Diabo á Solta».
Título original — «Le Diable par la Queue».
Produção — Francesa.
Realização — Philippe de Broga.
Intérpretes — Yves Montand, Maria Schell, Jean Rochefart e Jean-Pierre Marielle.
Género — Aventuras.
Distribuição — Rank Filmes.
Processo — Normal a preto e branco.
Classificação — Adultos.

UM ESPECTÁCULO DE VASCO MORGADO

AR CONDICIONADO
TEATRO VILLARET
o mais moderno e confortavel de lisboa

— HOJE —
às 21 horas
e
às 23 horas

EM UMA PEÇA DE «SUSPENSE CÓMICO»

Raúl Solnado

ADULTOS

UMA DIVERTIDA TRAGÉDIA AMOROSA

VASCO MORGADO apresenta o TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS com o patrocínio da Junta de Turismo da Costa do Sol em

«A MAÇÃ»

de Jack Gelber

só até Domingo no

TEATRO LAURA ALVES

Hoje, às 21 e 45 h (Adultos)

Intepretação de Vitor Ribeiro, João Vasco, Zita Duarte, António Marques, Augusto Leal, Céu Guerra e Santos Manuel. Cenário de Espiga Pinto. Encenação de Carlos Avilez. Tradução de Mário Delgado. Subsídios do Fundo de Teatro e Fundação Calouste Gulbenkian

ESTUDANTES
— 50 % DESCONTO

COLISEU

HOJE, AS 21.30
(Maiores de 6 anos)

GRANDE COMPANHIA INTERNACIONAL DE CIRCO

Atracções de categoria
Números de sensação

PALHAÇOS FAZ-TUDO

TEATRO DA TRINDADE

Todas as noites às 21h30 até 4 de Outubro de 1969

SILVA VICENTINA

(recolha de textos de Gil Vicente em forma de revista popular)

Pelo Proscenium, do Sindicato dos Profissionais de Escritório

Direcção: PEDRO LEMOS (M/ 12)

11.ª semana

HELGA
O SEGREDO DA MATERNIDADE

no Cinema VOX

maiores de 21 anos

SALVADOR

VIANA

HELENA TAVARES

ATENÇÃO!
A BILHETEIRA ABRE HOJE, ÀS
16 HORAS

AMANHÃ, ESTREIA!

DA NOVA E ALEGRE REVISTA POPULAR

MARIA VITÓRIA

ADULTOS

ESPERTEZA SALOIA

com • SALVADOR • JOSÉ VIANA • MARIEMA • BARROSO LOPES • DORA LEAL • VICTOR MENDES • DINA MARIA • MARIANO FRANCO • CRISTINA CASSOLA

À FRENTE DE UM GRANDE ELENCO

A ATRACÇÃO NACIONAL
• HELENA TAVARES

A ATRACÇÃO FILIPINA
• «THE MELODIES»

A NOVA SEDE DA GULBENKIAN

(Continuação da 1.ª página)

nistros de Estado Adjunto do primeiro-ministro de França e da Cultura e Informação do Iraque, e Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e da Informação da Tunísia), ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional, secretário de Estado da Informação e Turismo, núncio apostólico e embaixador de Inglaterra. Presentes, também, os anfitriões: dr. Azeredo Perdigão, presidente do conselho de administração da Fundação, e os administradores prof. eng.º Leite Pinto, embaixadores Pedro Teotó-Correia e sr. Marcello Mathias, duque de Palmela; «Sir» Charles Whishaw, e Roberto Gulbenkian e Kevork Essayan, além dos oradores da sessão, «lord» Clark, antigo director da *National Gallery* de Londres, sr. John Walker, antigo director da *National Gallery of Art* de Washington, e sr. René Montaign, membro do Conselho Económico e Social de França.

Entretanto, todos os restantes convidados ocupavam os seus lugares no Grande Auditório. Via-se a quase totalidade do Governo.

Outras individualidades presentes eram os presidentes dos Supremos Tribunais Militar e Administrativo, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior do Exército, secretário adjunto da Defesa Nacional, comandante naval do Continente, comandantes-gerais da G. N. R., Guarda Fiscal e P. S. P., director da P. I. D. E., secretários-gerais da Presidência da República e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, governador civil e presidente do Município de Lisboa, governador militar de Lisboa, presidente da Comissão Executiva da U. N. e presidentes da E. N. e R. T. P.

A lista dos convidados incluía ainda muitos membros do Corpo Diplomático acreditado em Portugal, personalidades dos meios culturais, académicos e bancários, reitores universitários e directores de faculdades e escolas superiores, escritores, artistas plásticos, directores de jornais e correspondentes da Imprensa estrangeira.

Fala o presidente da Fundação

Após os cumprimentos na Sala de Honra, o Chefe do Estado seguiu para o Grande Auditório, onde ocupou a presidência da mesa. Ladeavam-no, além do prof. Marcello Caetano e do dr. Azeredo Perdigão, os ministros da Educação Nacional e dos Negócios Estrangeiros, administradores da Fundação Calouste Gulbenkian e oradores estrangeiros da sessão. Em lugar de destaque, junto à mesa, sentou-se o cardeal patriarca.

Falou primeiro o presidente da Fundação, que começou por saudar o almirante Américo Thomaz e demais individualidades presentes. As suas palavras seguintes foram para justificar o convite a tão grande número de individualidades.

— *Poderá parecer estranho* — disse o dr. Azeredo Perdigão —, *ou pelo menos desproporcionado, que o conselho de administração da Fundação Calouste Gulbenkian se haja permitido convidar, e, consequentemente, incomodar, tantas e tão ilustres personalidades, nacionais e estrangeiras, oficiais umas, particulares outras, a assistir às cerimónias. Creio, porém, que assim não é, porquanto, ao mesmo tempo que se efectua a inauguração de um excepcional centro de actividades artísticas e culturais, cuja acção se deverá projectar para além das fronteiras do País onde a instituição tem a sua Sede, se presta justa homenagem à memória do seu benemérito fundador, dentro do ano do centenário do seu nascimento.*

Natural de Scutari, onde veio ao mundo em 29 de Março de 1869, Calouste Sarkis Gulbenkian faleceu em Lisboa a 20 de Julho de 1955, criando por testamento a Fundação a que deu o património.

— *Numa das cláusulas do testamento Calouste Gulbenkian determina que a acção da Fundação seja exercida, não só em Portugal, mas em qualquer outro país onde os seus administradores o julguem conveniente* — recordou o dr. Azeredo Perdigão, para acrescentar. — *Nada diz, porém, quanto ao destino das colecções ou de qualquer dos objectos que as constituem; mas os executores testamentários sabiam perfeitamente que o testador, como variadíssimas vezes o disse e escreveu, desejava que essas colecções fossem reunidas «sob o mesmo tecto», tecto que, pelas razões necessàriamente decorrentes do testamento, tinha de ser português.*

Aliás, a maior preocupação dos executores testamentários, e mais tarde do conselho de administração da Fundação, «foi e continua a ser» — precisou o orador — «a de realizarem, com escrupulosa fidelidade, a vontade do autor da herança». E o dr. Azeredo Perdigão exemplificou:

— *Dois factos — e muitos outros se poderiam invocar — o demonstram por forma iniludível: — não obstante a Fundação ser portuguesa, cerca de metade do valor dos subsídios até hoje distribuídos reverteu em favor de pessoas e instituições estrangeiras; e, decorridos poucos anos sobre a data em que o conselho de administração tomou entrega dos últimos objectos que constituiam as colecções deixadas por Calouste Gulbenkian, inaugura-se em Lisboa um Museu expressamente concebido para a todos receber e expara a todas receber e exjunto de instalações complementares, absolutamenindispensáveis para que a Fundação, de acordo com os seus fins estatutários, possa realizar, de maneira regular e em elevado nível, uma apreciável acção cultural, tanto no sector das artes, em geral, como nos da educação e da ciência.*

Daí, em última análise, a razão do convite às individualidades presentes. Entretanto o dr. Azeredo Perdigão aproveitou para prestar particular homenagem ao Chefe do Estado, Presidente do Conselho e cardeal patriarca.

«Gulbenkian viveu bem e morreu melhor»

Quem foi Calouste Sarkis Gulbenkian? Um homem realizado, asseverou o presidente da Fundação:

— *Do Homem direi sòmente que ele viveu bem e morreu melhor: viveu bem pois que viveu trabalhando, não apenas para a conquista de bens materiais, mas também para a fruição de elevados prazeres intelectuais e espirituais; e morreu melhor, uma vez que dispôs, em benefício dos seus semelhantes, em alguns dos mais nobres domínios da actividade humana — a caridade, a educação, a ciência e a arte — da maior parte da fortuna que laboriosamente acumulara.*

De resto, Calouste Gulbenkian «em tudo foi grande, até nas suas possíveis fraquezas humanas, mas, se as teve, delas se redimiu pelos seus actos de benemerência, tão espontâneos e tão profundamente sentidos.»

O dr. Azeredo Perdigão historiou depois as formas que sucessivamente revestiu a ideia do grande coleccionador de obras de arte: reunir estas para pública exposição. Uma primeira solução, anterior à guerra de 1939-1945, dava a cidade de Londres como o lugar ideal (um arquitecto americano chegou a elaborar o anteprojecto do edifício). Mas essa solução veio a cair por terra, como o presidente da Fundação explicou:

— *A Segunda Guerra Mundial e os problemas prioritários que originou em Inglaterra, em particular a necessidade de reconstruir a cidade de Londres, tão duramente atingida pelos bombardeamentos, fez, todavia, com que esse projecto, em parte por falta de ambiente, acabasse por ser abandonado. Havendo tantas famílias sem lar ou mal alojadas, Calouste Gulbenkian compreendeu que a ideia de construir, naquela capital, um lar luxuoso para nele instalar as suas obras de arte, não seria bem recebida.*

Em 1847 o director do *Victoria and Albert Museum* insistia com o milionário: a sua colecção ficaria bem em Londres, embora num local diferente do previsto antes da guerra. Gulbenkian respondeu negativamente à sugestão:

«Só tomarei uma decisão», disse ele «quando algo de tangível e atraente se me proporcionar».

Por duas vezes, em 1948 e 1950, seguem para a *National Galery of Art*, de Washington, a título de empréstimo, partes das colecções. Mas ainda não é esse o local ideal, sente Gulbenkian. Assim, um primeiro testamento (6-5-1950) redigido em Lisboa estipula que nenhuma das obras de arte seja vendida e que os seus executores testamentários deverão criar uma instituição denominada «Fundação Gulbenkian», onde todas elas sejam reunidas e cujos fins serão educativos, artísticos, de beneficência, etc.».

E' o esboço do testamento definitivo e também já o esboço da actual Fundação Calouste Gulbenkian — a qual, porém, parece por momentos ir fixar-se em Washington. O coleccionador pensa, de facto, em erguer um edifício na zona mais nobre da capital americana, em pleno Mall, em ligação directa, por uma passagem subterranea, com a «National Gallery of Art». Deveria ele custar, segundo uma estimativa da época, entre 5 e 8 milhões de dólares, conforme os materiais empregados nos acabamentos.

Em Fevereiro de 1953, porém, Gulbenkian muda de ideia: Washington não lhe agrada. E poucos meses depois faz novo e derradeiro testamento, criando em Lisboa a Fundação com o seu nome.

— *A partir desse momento* — afirmou o dr. Azeredo Perdigão — *desapareceu a preocupação que durante anos atormentara Calouste que ele considerava «os amigos de toda a vida». Calouste Gulbenkian sabia que os seus executores testamentários e «trustees» da Fundação tudo fariam para lhes dar um «lar» condigno. E não se enganou. Não é, pois, sem profunda emoção que depois de tantas batalhas, de tanto esforço, de tantos sacrifícios, hoje procedemos á inauguração do Museu onde elas passam a viver como se constituissem uma família, para deleite de todos quantos as visitem, as estudem, as interroguem e com elas mantenham o diálogo sem fim, que sempre se estabelece entre o Homem e a verdadeira obra de arte.*

E a terminar, depois de uma referência á Biblioteca e outras instalações culturais agora facultadas aos estudiosos e ao publico em geral:

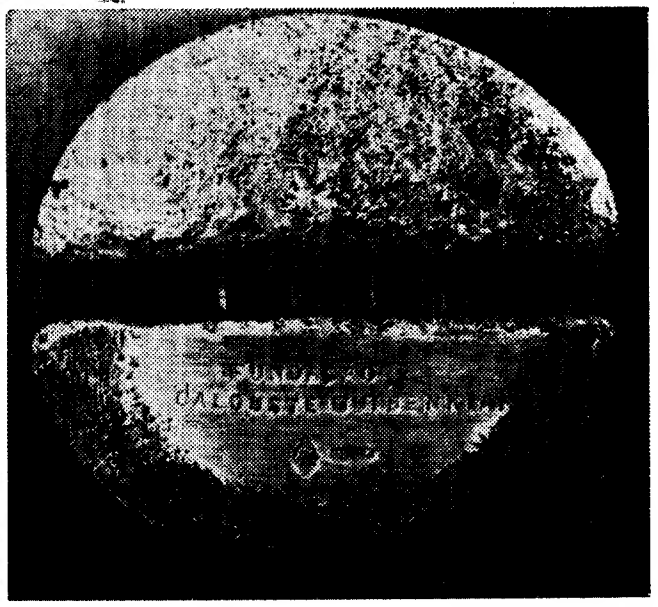
— *Por tudo isto, louvada seja a memória de Calouste Gulbenkian e bem hajam todos quantos, nacionais e estrangeiros, em qualquer qualidade e em qualquer posição, desde os mais altos aos mais humildes, com o cérebro ou com as mãos, tornaram possível a realização desta obra, para a qual fervorosamente peço a bênção divina.*

«Um gosto sob rígido controle»

O segundo orador, «Lord» Clark, referiu-se longamente e de modo íntimo á figura de Calouste Gulbenkian, com quem privou de muito perto.

— *Calouste Gulkenbian* — recordou «Lord» Clark — *foi indubitàvelmente um dos homens mais notáveis que eu conheci até hoje. Era so-*

(Continua na página seguinte)



As duas faces da original medalha cunhada para comemorar a inauguração da nova sede

A SINGER APRESENTOU O SEU MODELO 700 COM UMA ATRAENTE PASSAGEM DE MODELOS

Grande tem sido a expansão da Singer em Portugal, onde, em 1869, começou a ser representada, embora nomeando apenas em 1897, o seu primeiro director-geral no nosso País. Hoje, a organização dispõe de 223 lojas e 445 agentes, servindo a empresa mais de mil empregados e colaboradores.

Notável foi o plano alcançado pela Singer em todo o mundo.

As primeiras máquinas tentavam apenas reproduzir o movimento da mão no acto de coser. A primeira máquina e costura, realmente já com possibilidades práticas, foi inventada por Issac Merrit Singer, em 1850, quando era, então, simples mecanico em Boston.

O apelido «Singer» em breve seria o símbolo das máquinas de costura, por ter sido imediatamente adoptado pela que se tornou na maior fábrica do Mundo. Correram os anos e milhões de pessoas conseguiram emprego produtivo e actividade fácil mercê das máquinas de costura Singer, hoje organização mundial do maior prestigio.

Na primeira linha da mais aperfeiçoada técnica de investigação — uma das constantes da organização —, a Singer tem lançado no mercado mundial modelos revolucionários em máquinas de costura. Ao longo dos seus 118 anos, a Singer tem apresentado verdadeiros prodígios de concepção técnica. Certamente nenhum, porém, oferecendo as possibilidades do modelo 700, ontem apresentado durante uma elegante reunião, que incluiu atraente passagem de modelos de alguns dos mais reputados costureiros franceses.

Receberam os convidados os srs. Campbell, director de publicidade da Singer para a Europa, que se deslocou expressamente de Nova Yorque; Pongitore, director para a Europa e Eduardo Nery director-geral da Singer em Portugal.

A exibição de um excelentedocumentário não deixou duvidas sobre as inumeráveis possibilidades da Singer 700 que, sem duvida, revolucionará o mundo das máquinas de costura.

Necrologia

FUNERAIS

Dr. Manuel José Fragoso Garnel

Efectuou-se, hoje, pelas 16 horas, o funeral do dr. Manuel José Fragoso Garnel, que ontem faleceu em consequências de ferimentos sofridos num desastre de viação ocorrido no Monte Estoril na madrugada de terça-feira.

O dr Manuel Garnel nasceu em Caxias, em 17 de Abril de 1937. Formou-se em Medicina pela Universidade de Lisboa. Dedicou-se, depois, á gastrenteralgia tendo publicado alguns trabalhos científicos, o ultimo dos quais sobre cirrose hepática.

Prestava serviço no Hospital de Santa Maria, como interno complementar e trabalhava, há três anos, no Serviço de Patologia Médica.

Era filho da sr.ª D. Maria Manuela de Magalhães Pessoa e Fragoso e do sr. José Pinto Garnel, irmão do eng.º Carlos Garnel e do dr. José António Fragoso Garnel, casado com a sr.ª D. Maria Teresa Vilar da Costa Fragoso Garnel; casado com a sr.ª D. Filipa Castro Pereira Ulrich, de quem tinha dois filhos, um deles nascido há cinco dias; genro do eng.º José Frederico Ulrich e sobrinho do embaixador dr. José Manuel Fragoso e do secretário-geral do «Diário de Notícias», sr. Fernando Fragoso.

RECEPÇÃO AOS CONVIDADOS DA GULBENKIAN

(Continuação da pág. anterior)

bremaneira dotado intelectualmente, possuía uma vontade indómita e uma extraordinária qualidade criadora. Atribuía especial importancia á ultima destas qualidades. Muitas vezes se considerou a si próprio como um sonhador. «Não sou um homem de escritório», dizia; e é verdade que não tinha nenhum escritório, mas no Verão trabalhava numa mesa desmontável, sob as árvores, no parque de S. Cloud; era subindo e descendo as avenidas de S. Cloud que Calouste Gulbenkian costumava trocar impressões comigo sobre o mais importante dos seus ultimos sonhos, a Instituição que estamos hoje inaugurando.

Passando a analisar o coleccionador, sublinhou o seu «gosto natural pela Beleza em todas as suas facetas», dominado sempre por «um árduo e sistemático processo de auto-esclarecimento». Possuía, em resumo, «um gosto sob rígido controle». (A propósito lembrou «Lord» Clark que Calouste Gulbenkian não apreciava o palácio de Queluz.)

— *E' evidente que não são o autodidactismo ou a faculdade de análise que farão criar uma grande colecção* — acrescentou o orador —, *a não ser que a força motivadora seja a de uma paixão pelas obras de arte. Calouste Gulbenkian possuía esse espírito. Muitas vezes se referia á sua colecção como se de seus filhos se tratasse, expressão que tem mais significado no Médio Oriente do que nos países anglo-saxões. Quando lhe perguntavam a razão por que não exibia publicamente os seus quadros, afirmava ás vezes que eles eram o seu «haréms». Qualquer que seja a metáfora por que se opte, pressente-se sempre a existência de uma forte dedicação pessoal.*

A colecção ficou em Portugal. E' que Gulbenkian reconheceu, segundo a expressão de «Lord» Clark, que ela «teria maior significado ficando aqui, neste País, do que teria em qualquer dos outros que haviam beneficiado da industrialização.»

«Uma alegria contínua»

Falou seguidamente o sr. John Walker, que na sua qualidade de ex-director da «National Gallery of Art» de Washington também conviveu de muito perto com o millonário e filantropo arménio, do qual, aliás, iria recordar precisamente vários episódios reveladores das facetas mais curiosas da sua personalidade.

«Apreciador dos apreciadores e coleccionador dos co-*Gulbenkian quanto ao futuro das suas obras de arte* — leccionadores», Calouste Gulbenkian tinha, no dizer de John Walker, «grande sensibilidade pela qualidade, proporção e equilíbrio tanto no negócio como na arte e na literatura.»

— *O prazer, diriam alguns, não era frequente na vida do sr. Gulbenkian. Eu, pessoalmente, não concordo com isto. O trabalho, quando a sua realização era em grande estilo, para usar as suas próprias palavras, dava-lhe imensa satisfação. A sua colecção, a sua incansável procura de obras-primas, foi uma alegria contínua* — sintetizou o perito norte-americano.

«Desprezo pela mesquinhez»

Penúltimo orador da sessão, o sr. René Montaign, membro do Conselho Económico e Social da França e antigo administrador da «Irak Petroleum Company», deu uma imagem muito curiosa do financeiro e amante de arte.

Em 1897, com escassos vinte anos, Calouste Gulbenkian profetizava a futura exploração petrolifera na Mesopotamia; mais tarde fundaria o que veio a transformar-se na I. P. C.

— *Concebe-se* — acrescentou o sr. René Montaigu — *a admiração devida a um homem que montara uma organização internacional tão complexa e havia previsto o seu sucesso.*

Entretanto, Gulbenkian revelava-se sob outro angulo, o do coleccionador.

— *Ele oferecia anualmente, aos seus amigos da Iraq Petroleum, um grande jantar na sua residência da Avenida de Iena, em Paris. Como num sonho, dum compartimento ao outro retardávamos o passo, por entre esses maravilhosos objectos de arte que hoje vos cercam; depois, os pratos sucediam-se num serviço pertencente outrora á grande Catarina da Russia, e as tapeçarias «Renascença» da sala de jantar logravam fazer esquecer a habilidade engenhosa do cozinheiro!*

«Mas era antes na arte que ele punha toda a sua alma», disse ainda o sr. Montaigu. E a terminar:

— *Desejo ainda salientar que uma característica dominante do seu carácter era o desprezo pela mesquinhez, sob qualquer das formas de que se revestisse. Ele espraiava-se nas arrojadas concepções e nos grandes horizontes da industria, da finança e da politica. O seu teatro de acção era o mundo, onde as maiores personagens se equiparavam a ela.*

Palavras do Chefe do Estado

A encerrar a sessão falou o almirante Américo Thomaz, para fazer uma sentida evocação do milionário e filantropo arménio:

— *Em diversas oportunidades* — disse o Chefe do Estado — *tenho realçado a estatura invulgar atingida por Calouste Gulbenkian e agradecido á sua memória o profundo amor que o prendeu á terra portuguesa. Muitos benefícios se deparam já a quem percorra o nosso País, demonstrativos das grandes benemerências devidas a tão grande amigo de Portugal. Mas é consolador poder acrescentar que a memória desse grande homem não mais se esbaterá nesta terra, pois está bem presente em toda a parte, onde as benemerências chegaram, a mostrar, mais uma vez, que o povo português não é um povo ingrato.*

E o almirante Américo Thomaz acrescentou:

— *Já tenho afirmado que vale a pena ser rico, quando se tem sempre presente, no pensamento, a obrigação de tornar menos pobres os pobres. E Calouste Gulbenkian constituiu um exemplo, bem consolador, de como tal pensamento esteve sempre presente na sua consciência, a mostrar felizmente, e mais uma vez, que nem sempre os negócios e os interesses conseguem embotar as almas dos poderosos.*

No seu breve discurso, o Chefe do Estado fez ainda elogiosas referências ao conjunto arquitectónico hoje inaugurado e teve palavras de admiração para com os dois executores do testamento de Gulbenkian, srs. dr. Azeredo Perdigão e Kerovk Essayan, a quem impôs, por ultimo, a grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique, acto que a assistência sublinhou com demorados aplausos.

Visita e almoço

Terminada a sessão solene, seguiu-se uma visita, demorada e minuciosa, ás novas instalações, nomeadamente ao Museu e Biblioteca e a três exposições temporárias (pintura portuguesa contemporanea, documentação das actividades culturais da Fundação e livros raros que pertenceram a Calouste Gulbenkian). Dado o grande numero de convidados presentes, e também por imperiosas razões de segurança, constituiram-se dois grupos principais para esta visita. Junto do Chefe do Estado e do Presidente do Conselho esteve contínuamente o dr. Azeredo Perdigão, que na sua qualidade de anfitrião principal foi prestando repetidos e uteis esclarecimentos.

A partir das 13 e 30 realizou-se o almoço oferecido pela administração da Fundação a todos os convidados.

Recepção no Palácio das Necessidades

O programa desta noite é preenchido com uma recepção no Palácio das Necessidades, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros oferece também a todos os convidados.

Um sobrinho de Gulbenkian naturalizado português

Um sobrinho de Calouste Gulbenkian, o economista e financeiro Robert Pierre William Gulbenkian de 46 anos, casado, natural de Argel e domiciliado em Lisboa, acaba de naturalizar-se português. A folha oficial insere hoje um extracto de decreto do Ministério do Interior nesse sentido.

O Museu não abre já

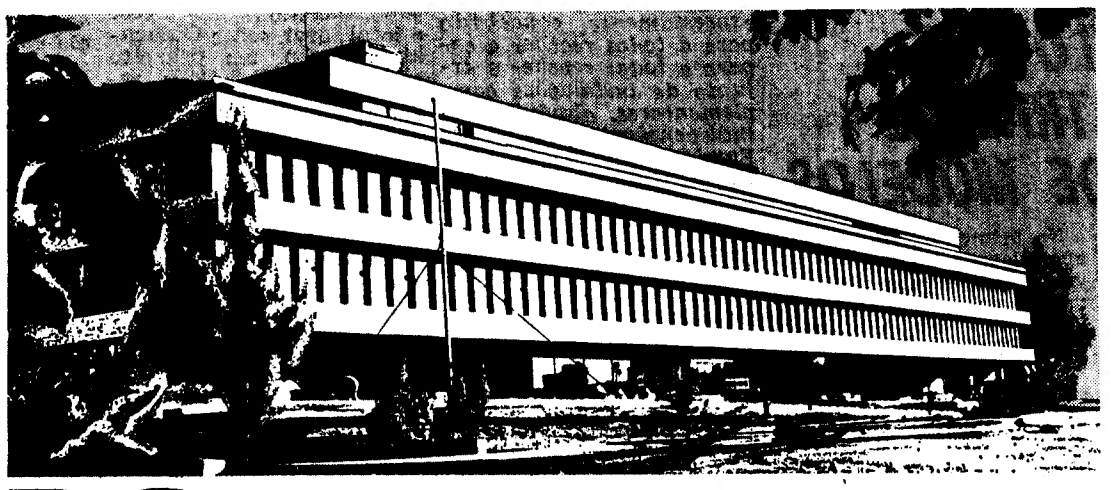
Segundo informações colhidas junto dos Serviços de Imprensa da Fundação, o museu só deverá abrir ao publico na próxima semana. O horário será divulgado oportunamente.

A CEL-CAT forneceu os fios e cabos eléctricos utilizados para este importante empreendimento.

Mais de meio milhão de metros de fios e cabos Ávila foram utilizados nesta grandiosa obra, pela Sotécnica — Sociedade Electrotécnica, Lda.

Operações de Bolsa
BANCO DO ALENTEJO

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN



PHILIPS
FORNECEU

APARELHAGEM DE PROJECÇÃO DE FILMES
* Projector de 35 m/m - FP22S, com luz pulsada SPP e leitura stereo, de Alta Fidelidade, 4 canais
* Projector profissional de 16 m/m com luz pulsada SPP e leitura óptica e magnética

CIRCUITOS FECHADOS DE TV
Para controle de:
* Coros no palco
* Tradutores
* Cabinas de som e rádio

MATERIAL DE ILUMINAÇÃO
* Lâmpadas de incandescência e fluorescentes de vários tipos e cores num total que ultrapassa 15.000 unidades.
* Reguladores de fluxo luminoso "THYRISTORS"

Os estudos e projectos das Instalações Técnicas estiveram a cargo
GABINETE DO ENG.º M. CAMACHO SIMÕES.

Instalação executada por
SOTÉCNICA - Sociedade Electrotécnica, Lda.

PHILIPS SEMPRE PRESENTE NAS GRANDES REALIZAÇÕES

Actualidade internacional

NOVOS ATAQUES EGÍPCIOS A POSIÇÕES DE ISRAEL

CAIRO, 2 — (R.) — Unidades de «comandos» aerotransporados e navais egípcios atacaram ás primeiras horas de hoje posições israelitas no outro lado do Canal de Suez, segundo anunciou nesta capital um informador militar.

A agência noticiosa egípcia do Médio Oriente citou o informador como afirmando que os alvos da operação foram entre Ras Matarma e Ras Malaab no lado oriental do Golfo de Suez.

Todas as unidades egípcias regressaram a salvo á base — acrescentou o informador.

Ras Matarma situada a cerca de 64 quilómetros ao sul de Suez e Ras Malaab a aproximadamente 37 quilómetros mais ao sul.

Não foram conhecidos imediatamente mais detalhes.

O ataque dos «comandos» egípcios em três frentes foi oficialmetne descrito no Cairo como um êxito completo.

A operação, a primeira em que unidades de «comandos» navais se anunciou terem participado, foi dirigida contra uma faixa de 37 quilómetros na margem oriental do Golfo do Suez, desde Ras Matarma até Ras Malaab.

DESMENTIDO ISRAELITA

TEL-AVIV, 2 — (R.) — Um informador oficial israelita desmentiu hoje um comunicado militar egípcio, emitido no Cairo, dizendo que unidades de «comandos» aerotransportados e navais egípcios atacaram a costa do Sinai, ao sul de Ras Sadar.

No domingo, um informador israelita desmentiu uma noticia egípcia semelhante acerca de um ataque por tropas aerotransportadas no norte do Sinai e acrescentou que alguns foguetões, disparados de aviões, foram encontrados nos areais da área.

HAROLD WILSON (á esquerda) na sessão de abertura do congresso anual do Partido Trabalhista britânico. Atribui-se ao primeiro-ministro a intenção de antecipar as eleições gerais para a próxima Primavera

DOIS TREMORES DE TERRA EM SAN FRANCISCO

SAN FRANCISCO, 2—(F. P. e R.) — Dois tremores de terra, com um intervalo de cerca de 80 minutos, abalaram a noite passada San Francisco e as zonas adjacentes.

Vários milhões de pessoas sentiram o primeiro abalo, embora não haja, por enquanto, noticias de prejuízos importantes nem vítimas a lamentar. Os prejuízos mais importantes foram assinalados em Santa Rosa, cidade de 50 mil habitantes, situada a uma centena de quilómetros de San Francisco, onde as montras de alguns estabelecimentos ficaram estilhaçadas.

A Polícia informou que o primeiro abalo, o mais forte ocorrido na região desde 1957, tinha sido muito violento.

Os abalos foram consideràvelmente mais violentos do que a série habitual de sismos que ocorre em San Francisco diversas vezes por ano.

Os edifícios foram sacudidos, com certa violência, e os serviços telefónicos ficaram interrompidos durante algum tempo. Ao serem restabelecidos houve a habitual corrida ás chamadas para os bombeiros, Polícia e jornais.

O primeiro abalo deu-se sobre uma linha que vai do norte da Califórnia junto á costa, de S. José, até Santa Rosa, passando por San Francisco.

Pouco mais de uma hora depois, o segundo abalo, mais violento do que o primeiro, foi sentido em toda a cidade.

Quando do primeiro abalo, estava em cena «La Bohème» na Ópera House. A representação foi interrompida, seguindo-se um minuto de angustiado silêncio tanto pelos espectadores como pelos cantores, mas logo a seguir a representação continuou com uma ovação.

PEDIDO DE MADRID À ONU

(Continuação da 1.ª página)

tura imediata de negociações quanto ao fundo do problema de Gibraltar que é, única e exclusivamente, o da descolonização do território.

Refuta o argumento da Grã-Bretanha de que deseja defender os desejos da população de Gibraltar. «Esta população — declara — artificialmente criada e constituída por simples servidores civis duma base militar, não passa de uma cortina para tentar mascarar os interesses exclusivamente militares e imperialistas.»

O ministro cita por fim a recente concentração de unidades militares e de unidades navais em Gibraltar (fala de efectivos de 10 000 homens). Acusa o Reino Unido de poder provocar, em qualquer momento um incidente.

A carta de Castiella não refere o corte de comunicações telegráficas e telefónicas do «rochedo» com o território espanhol, mas dá claramente a entender que a Espanha não ficará passiva.

Travou-se luta entre futebolistas e a Polícia interveio

CAGLIARI, (Sardenha), 2 — (R.) — Um desafio de futebol entre o Cagliari e a equipa grega do Aris, foi suspenso a noite passada, aos 30 minutos da segunda parte, quando se travou luta entre os jogadores e a Polícia interveio.

Antes, panfletos protestando contra o desafio com a equipa de Salónica, foram distribuídos por jovens. Os panfletos diziam que na Grécia «aumentam diàriamente as torturas e assassínios contra democratas.»

SATÉLITE ESPACIAL EUROPEU

BASE AÉREA DE VANDENBERG (Califórnia), 2 — (R.) — Um satélite espacial europeu, destinado a estudar as luzes setentrionais e fenómenos do cosmos, foi lançado ontem deste centro de ensaios na costa do Pacífico num foguetão americano «Scout».

O Esro-1-B, lançado ás 22 horas T. M. G., deverá entrar próximo de uma órbita polar, gravitando entre 435 e 400 quilómetros da Terra, a fim de efectuar oito experiências a grande altitude.

O satélite é o quarto lançado de Vandenberg, segundo um programa de cooperação entre a N. A. S. A. e a Organização Europeia de Pesquisas Espaciais (ESRO).

Os 10 países membros da ESRO são a Grã-Bretanha, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda Espanha, Suécia e Suica

A VIOLÊNCIA NA TV ESTIMULA A VIOLÊNCIA NA VIDA REAL?

WASHINGTON, 2 — (A. N. I.) — A violência na Televisão deve ser reduzida, pois encoraja a emulação na vida real e cria, entre os jovens de famílias de baixos recursos económicos, «uma concepção patológica da sociedade» — declarou a comissão norte-americana para as causas e prevenção da violência.

A violência na Televisão tem sido já muito reduzida nos últimos tempos, afirmam as três cadeias emissoras, facto que a comissão admitiu.

A declaração sobre a violência como meio de diversão não abrangeu a violência no noticiário. Esta será objecto de uma declaração separada, ainda este mês.

Um dos pontos mais interessantes da declaração é o facto de estabelecer a relação entre a violência e a TV.

Há uma escola de opinião que afirma que a violência na Televisão estimula a violência na vida real. Porém, outra escola afirma que a violência na TV serve para diminuir as tendências agressivas dos telespectadores.

O terceiro ponto de vista, este professado pelas cadeias difusoras, é o de que a relação entre a Televisão e a violência não está provada.

LICEU
E COMÉRCIO
COLÉGIO B. DIAS
INTERNATO MASCULINO ● PENSIONATO FEMININO
ST.ª IRIA DA AZOIA
T. 259222
a 10 km de LISBOA
(Transporte privativo)

Conta Infantil
BANCO DO ALENTEJO

†

Dr. José Soares da Fonseca

CONFORTADO COM OS SACRAMENTOS DA SANTA MADRE IGREJA

FALECEU

Participação e Missa do 7.º Dia

D. Maria Teresa Isabel Serras e Silva Soares da Fonseca, Nuno Maria Serras Soares da Fonseca e mulher, D. Maria Teresa Serras Soares da Fonseca de Barros e Carvalhosa, marido e filhos, D. Isabel Maria Serras Soares da Fonseca e mais familia cumprem o doloroso dever de participar que foi Deus Servido chamar à Sua Divina Presença, no passado dia 26 de Setembro, o seu querido marido, pai, sogro, avô e parente, e que no dia 3 de Outubro, às 12.45 horas, na Basílica da Estrela será celebrada missa pelo seu eterno descanso.

AGÊNCIA MAGNO — Telef. 53 41 67

†

HUGO COUTINHO RAPOSO

MISSA DO 7.º DIA E AGRADECIMENTO

Maria Luísa de Caceres Ennes da Lage Raposo, António Ennes da Lage Raposo, Maria Tereza de Campos Gomes Pedro da Lage Raposo, Madalena Ennes da Lage Raposo Braz Teixeira, António Braz Teixeira, Tereza Ennes da Lage Raposo de Faria Araújo, Gaspar da Costa Faria Araújo, Paulo Ennes da Lage Raposo, Fernando Raposo, Manuel Coutinho Raposo, Maria Amélia Franco Raposo participam que no próximo dia 3, às 12.30 horas, na Igreja de S. Nicolau, será celebrada Missa por alma do seu marido, pai, sogro, irmão e cunhado.

Agradecendo desde já a todas as pessoas que se dignem participar na celebração deste acto e bem assim a todas as que de qualquer forma na sua doença e falecimento os acompanharam ou lhes manifestaram o seu pesar.

P. N. A. M.

Tratou a AGÊNCIA BAPTISTA (Filho)
C. da Tapada, 2 — Telefs. 63 61 26 e 63 65 94

ECOS

A Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, impulsionada presentemente pelo inteligente dinamismo e pelo apaixonado amor ao teatro de Luís Francisco Rebello, está produzindo em vários domínios obra meritória de actualização cultural no que se refere ao reportório dramático português. A editora Prelo acaba de lançar dois textos importantes: «A Bela Império», de Carlos Selvagem, que tem decerto motivos de interesse, quer do ponto de vista dramatúrgico, quer como quadro social de uma época, em determinados estratos; e a sólida e já consagrada peça de Costa Ferreira, «Um dia de vida». Anunciam-se obras de Manuel Fragoso, Manuel Frederico Pressler, Romeu Correia, Henrique Santana, Abreu e Sousa e Ascensão Barbosa, Alice Ogando, Varela Silva, Olavo d'Eça Leal, Pedro Lemos, Cristiano Lima, etc. Como é óbvio, alguns destes textos pecam por falta de qualidade. Mas a sua publicação impõe-se de qualquer modo, já que eles fazem efectivamente parte do repertório dos palcos portugueses e até na medida em que sobre eles poderá assim exercer-se uma saudável e imprescindível crítica, para além daquela que, em noites de estreia, já tiveram, nem sempre feita porventura com a devida ponderação ou com a implacável isenção que o público e a cultura nacional exigem.

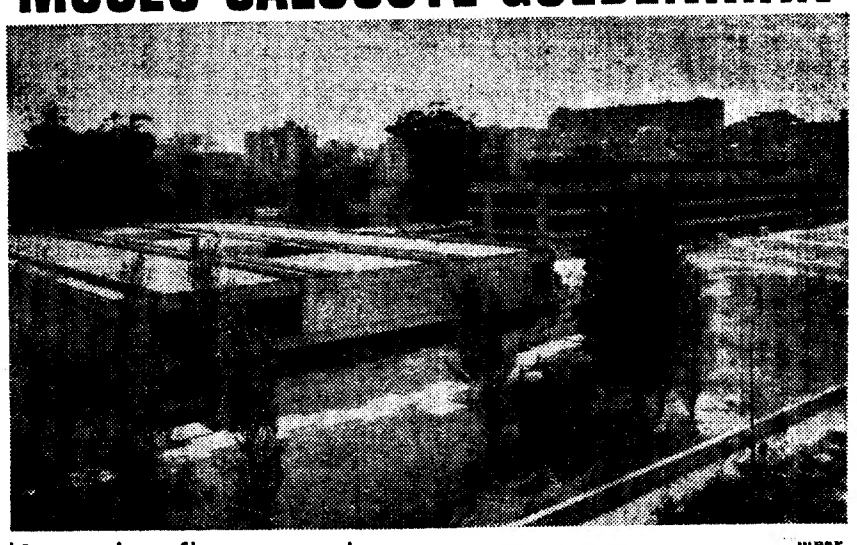
★

O Nouvel Observateur **comenta a proeza fantástica de Andrei Tupolev, o génio soviético de oitenta anos que concebeu os aviões «TU-144», que, depois de haverem provado a sua superioridade absoluta sobre os «Concorde», vão provàvelmente ser objecto de uma intensa campanha tendente à sua venda nos países ocidentais.** Os estudos de Tupolev, levados a cabo num clima de sigilo rigoroso, iniciaram-se em 1962. A força da indústria aeronáutica russa (700 000 operários) realizou o milagre em 1965. Porém, é agora que a prova está feita, após sucessivos aperfeiçoamentos. Jerome Pietrasik levanta apenas uma objecção ao triunfo mundial dos «TU-144»: «É preciso que os soviéticos — diz ele —, para quem a noção de rentabilidade global de um avião até aqui tem contado pouco, compreendam, neste domínio, os cuidados e as preocupações das companhias capitalistas.

JF

Teve a honra de colaborar
na resolução dos delicados problemas
da iluminação de uma das melhores
colecções de objectos de arte do mundo,
fornecendo para o:

MUSEU CALOUSTE GULBENKIAN



lâmpadas fluorescentes
ÓPTIMA
e incandescentes
SUPER BRANCO
da sua representada DURO TEST

O Corpo Técnico da Fundação Calouste Gulbenkian escolheu a ÓPTIMA e a SUPER-BRANCO em virtude da sua inexcedível fidelidade de reprodução cromática.

J. F. DE AZEVEDO E SILVA & C.ª, L.da
Rua S. Francisco de Sales, 2 — Telefone 65 41 65 — Lisboa 1

«DO CABO DA ROCA AO CABO NÓRTE» (7)

PARA ALÉM DE NÓS — O MAR

A 71 graus e 10 minutos de latitude norte num lugar convencionalmente aceite para o efeito (digo convencionalmente, porque o ponto mais ao norte da Europa é, efectivamente, o Nordkyn, onde não é possível chegar por terra) erigiram um obelisco, puseram uma estátua num nicho; como que a protegê-la do vento, e uma seta a apontar ainda mais longe, chamaram àquilo cabo Norte, e com um restaurante que é também um posto de venda de «souvenirs» forjou-se uma das maiores atracções turísticas do continente, para onde se dirigem todos os anos milhares de turistas. À atenção de quem de direito (e para que o seja também de facto), aqui fica a informação. Adopte-se a receita, que nós garantimos os resultados...

Sem a amenidade ou o interesse turístico de uma Sintra ou um Estoril pelo caminho, o cabo Norte é, turisticamente falando, uma ilha, que só se pode amparar num deslumbrante passeio pelos «fjords» que se espalham ao longo da costa norueguesa ou no mistério que cedo se transforma em desilusão e depois em enfado. Para chegar ao cabo Norte, tem de se andar cerca de dois mil quilómetros por estradas quase intransitáveis, entre paisagens desoladas, longas e fantasmagóricas extensões de terreno queimado pela geada (lembrando, em alguns dos troços, certas cenas de um filme de Polanski), sem nada, absolutamente nada que valha a pena ver, apenas para se receber um certificado de presença, muito turisticamente redigido em várias línguas, provàvelmente porque o mau gosto de muita gente é igual ao seu exibicionismo, para o pendurar na parede da sala, mesmo ao pé das típicas hastes de rena que se vendem à beira da estrada por quatro ou cinco coroas norueguesas (16$00 a 20$00).

É ainda curioso ver o ar de grandes exploradores daqueles tipos que se metem num carro de «sport» do último modelo e escrevem em grandes parangonas o trajecto (Colónia-cabo do Norte ou Paris-cabo do Norte, mais ou menos cinco ou sete mil quilómetros, ida e volta). Calcule-se o espanto de toda a gente, quando vêem uma «banheira» de 1946 que se propõe fazer à roda de 14 000 quilómetros, isto tudo com um sorriso nos lábios. É então que todos se lembram que poderiam ter feito qualquer coisa de semelhante, com um carro semelhante (e subsídios semelhantes, se fosse possíque não se lembraram disto. É que, com quase sete mil quilómetros percorridos, fala a experiêZncia.

Importa porém à reportagem que se diga, apesar de tudo, o que é o local — ou seja, que se descreva um rochedo exactamente igual a milhares de outros rochedos, com mar, mar, mar a perder de vista, um vento permanentemente ciclónico, e uma temperatura que, pelo menos às 20 e 46 horas de 16 de Agosto, não ultrapassava os 2 graus positivos. Não há nele nada que possa justificar uma caminhada como esta, a não ser um gosto masoquista pela aventura, o experimentar de noites seguidas a dormir uns por cima dos outros dentro do carro, com fome e frio à mistura e o dinheiro (que por estas bandas também é conhecido) a esvaïar-se ràpidamente. Nada absolutamente deste mundo, nos faria agora recomeçar uma viagem semelhante. Eu disse *agora*, não em qualquer outra altura...

Para chegar ao cabo Norte, parte-se de Estocolmo por uma manhã quente de Verão, atravessam-se uns milhares de quilómetros por auto-estrada, passa-se a fronteira com a Finlândia e com a paisagem já a mudar (principalmente, um evidente primarismo que contrasta com a perfeição da máquina sueca) atingimos o Círculo Polar Árctico, onde uma simples tabuleta assinala a curiosidade geo-

Um pequeno lapão junto da tenda e dos cornos das renas que são essenciais á sobrevivência dos lapões

O transp

gráfica, q
dia deixar
idade tu
parar e ti
fias de
minho, ag
te embrei
de quilón
tros sem
caminho
a Norueg
sámos qu
isso — u
ta, perma
tada, u
pelo ofici
E finalme
país das
sempre a
curso se
ma riban
que ladei
num dos
lagos an
paganda.
considera
como ide
rismo.
Para ch
te, é ai
um barco
espécie d
e amolga
curso em
balanços
não cort
parece a
vai ser c
tão é a tr
de ser i
redes, inc
talam ma
tografias,
este pan
tapamos
mos fig
aquilo nã
xo. E n
qualquer
nos vem
por aí al
Lisboa p
Que te
nestas c
mas que

«O MEU [illegible] MÚSICA»
por **J. GONÇALVES SIMÕES**
PARA O 1.º ANO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO CICLO PREPARATÓRIO
LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO
RUA BARROS QUEIRÓS, 14/18 — LISBOA - 2

Operações de Bolsa
BANCO DO ALENTEJO

Nas CALDAS DA RAINHA o «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido no Estabelecimento de Pedro Franco.

CHOCOLATES TAGIDES
BARREIRO · LISBOA · QUELUZ

Pretendem vender ouro, pratas ou jóias recebendo o máximo?
GRANDE OURIVESARIA DA MODA
RUA DA PRATA, 257

MY BOOK OF ENGLISH
(2 volumes)
Gramática exemplificada da língu
por
FERRAZ FRANC
PROFESSOR EFECTIVO DOS
Do mesmo autor
MON CAHIER DE FRAN
(2 volumes)
e
MEIN DEUTSCHES ÜBUN
Mais de 500 000 exemplares ve
DISTRIBUIDORES
PORTO EDITORA, LI
e EMPRESA LITERÁRIA FLU
Rua da Madalena, 145 — LI

O transporte do velho carro de 1946, no improvisado «ferry-boat», a fim de se atingir o Cabo Norte

gráfica, que é, como não podia deixar de ser, uma curiosidade turística. O tempo de parar e tirar 2 ou 3 fotografias depois retomar o caminho, agora já francamente embrenhados na solidão de quilómetros e quilómetros sem ver vivalma, a caminho da fronteira com a Noruega, por onde passámos quase sem dar por isso — uma cancela discreta, permanentemente levantada, uma só frase dita pelo oficial: «Boa viagem!». E finalmente a Noruega, o país das péssimas estradas, sempre a vermos quando o carro se vai precipitar numa ribanceira das muitas que ladeiam o caminho, ou num dos trinta e dois mil lagos anunciados pela propaganda. Não se podem considerar estas condições como ideais para fazer turismo.

Para chegar ao cabo Norte, é ainda preciso tomar um barco para a ilha, uma espécie de cacilheiro, velho e amolgado, que faz o percurso em quatro horas de balanços e abismos, que não corta as ondas, mas parece a cada momento que vai ser cortado por elas. Então é a tragédia: o carro tem de ser içado com cordas e redes, inclina-se o barco, estalam madeiras, tiram-se fotografias, e no meio de todo este pandemónio folclórico, tapamos os olhos ou fazemos figas para que tudo aquilo não vá por água abaixo. E num momento, sem qualquer esforço criativo, já nos vemos a fazer *auto-stop* por aí abaixo, e a chegar a Lisboa por volta de 1980... Que tenhamos de chegar nestas condições, ainda vá, mas que a meio da ilha, em plena estrada, nos surja uma cancela estilo fronteira e um guarda muito amável, já é de suspeitar. Principalmente se o diálogo, seco e profissional, é tão elucidativo como isto: «Do you speak english?». Resposta: «Yes». Réplica rápida: «Ten kroner». O que quer dizer que, a meio da estrada, se pagam quarenta escudos com a simplicidade inocente do turista ansioso de chegar ao seu destino. Pagar, meus senhores, com um sorriso muito, muito amarelo, para contrastar com o negrume assustador da bolsa.

Uma cidade de bonecas

Quando nos aproximamos da ilha, começa-se a avistar um aglomerado de casas, quase todas iguais na forma, mas das mais variadas cores.

A primeira impressão é a de que estamos perante uma cidade de brinquedo, com ruas, parques e lojas, meio envolta em nevoeiro, colada contra a encosta da montanha. E ficamos à espera de ver surgir de uma esquina um gnomo ou uma fada ou uma marcha qualquer a cantar uma canção de crianças.

Verdadeiramente, Honnigsväg é uma cidade de adultos, embora em idade ela não ultrapasse a adolescência. Destruída durante a ocupação nazi, foi reconstruída alguns anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, na sua actual forma; daí essa sua aparência de modernidade e frescura, que a cidade decerto não possuía, antes do conflito.

Além disso, Honnigsväg é uma cidade extraordinàriamente calma — apenas os ruídos estritamente indispensáveis para que os seus habitantes sobrevivam ou os turistas se recomponham da longa jornada. E acima de tudo, a grande surpresa para nós, o não haver noite nesta altura do ano, em Honnigsväg! O crepúsculo (aquilo que nós julgámos ser o crepúsculo) começa por volta das nove da noite, arrasta-se por muitas horas sem nunca anoitecer e à uma e meia da manhã, o sol brilha como se fossem dez ou onze horas em Portugal! Por um acidente natural, ou um tipo comete a loucura de olhar para o relógio, vê que este marca três horas, julga que já perdeu o barco de regresso, acorda o resto da equipa em sobressalto e regressa à cama, depois de verificar que, apesar dos raios solares, são três da madrugada e a manhã está distante.

Assim nos encontramos, quando, às 20 e 46 horas de 16 de Agosto, tocamos o ponto mais setentrional da Europa—para diante, a perder de vista, o mar infinito, aberto e absorvente, espuma de aventura e mistério; para trás, um regresso que dolorosamente auguramos longo, duro, triste.

Como se daqui nos assediassem as memórias repetidas dos antepassados, ou os passos lúgubres de uma certa história que nos ensinaram.

Junto do obelisco que marca o extremo Norte da Europa

Homologada

(com a vitória de Andrade)

a classificação da «Volta»

• Joaquim Agostinho desceu ao 7.º lugar—mas vai recorrer para o ministro da Educação

Joaquim Andrade, foi considerado vencedor da 32.ª Volta a Portugal em bicicleta, segundo homologação oficial da respectiva Federação

A Federação Portuguesa de Ciclismo depois de tomar conhecimento das decisões da Direcção-Geral dos Desportos, quanto ao recurso apresentado por Joaquim Agostinho, homologou, na sua reunião de ontem á noite, as classificações da 32.ª Volta a Portugal.

Assim, Joaquim Andrade, do Sangalhos, foi declarado oficialmente vencedor individual da corrida, classificando-se Joaquim Agostinho em 7.º lugar, depois de penalizado em 15 minutos, em conformidade com o artigo 12.º do regulamento da luta anti-doping.

Quanto á classificação colectiva o Sporting manteve o primeiro lugar por equipas seguindo-se o mesmo critério utilizado para casos idênticos verificados no decurso da competição.

Entretanto e segundo se anuncia, Joaquim Agostinho (ausente em França) não se conforma com a decisão federativa e irá recorrer, ao que se afirma, para o ministro da Educação Nacional.

61 comunicações hoje apresentadas no Congresso Luso-Espanhol de Cardiologia

O VI Congresso Luso-Espanhol de Cardiologia, que está a decorrer no Hospital de Santa Maria, registou hoje 61 comunicações livres, sob a presidência do dr. Sanchez Cascos (sala A, 9 horas), prof. Fernando de Pádua (sala C, 9 horas), prof. Robalo Cordeiro (sala B, 11 horas), dr. Gregório Rábaco Pardo (sala C, 11 horas) e prof. Mário Trincão (sala C, 15 e 30.

Na sala A, ás 15 e 30, foram também apresentadas comunicações relacionadas com a mesa-redonda sobre «Miocardiopatias».

Comunicações relacionadas com a mesa-redonda sobre «Problemas imuno-biológicos da patologia cardiovascular» foram apresentadas, ás 15 e 30, na sala B.

A sessão de encerramento do Congresso efectua-se depois de amanhã

"América em Fogo," de James Hepburn, é a única resposta válida ao "Desafio Americano" até agora publicada. É um livro terrível, documentado em dados oficiais, uma anatomia da América que nos descobre o reverso da medalha dourada do grande colosso. Das intrigas de Estado à psicopatologia do Poder, das manobras dos trusts à política palaciana, do presidencialismo autocrático à questão racial e ao crime, da majestade do petróleo às casamatas dos "senhores da guerra", James Hepburn nunca se deteve. A sua análise cáustica de um país de pesadelo e de abundância, a república de Nixon, integralmente baseada em documentação oficial, permanecerá como uma das obras mais válidas que sobre este tema se publicaram.

AMÉRICA EM FOGO

por JAMES HEPBURN

um êxito mundial

Col. "Estudos e Documentos", 460 págs., 65$

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
APARTADO 8 — MEM MARTINS
R. das Flores, 45, 2.º — Lisboa
R. de Entreparedes, 6, 2.º — Porto

A TRADIÇÃO DA OURIVESARIA NACIONAL É DE PROBIDADE E DE COMPETÊNCIA
A

Ourivesaria da GUIA

FUNDADA EM 1870

EM QUASE CEM ANOS DE EXISTÊNCIA AJUDOU A CONSTRUIR E A MANTER ESTA TRADIÇÃO

RUA D. DUARTE, 4-B
(Edifício do Hotel Mundial)

NGLISH EXERCISES
olumes)
cada da língua inglesa
por
FRANCO
CTIVO DOS LICEUS
smo autor
DE FRANÇAIS
olumes)
e
ES ÜBUNGSBUCH
exemplares vendidos
BUIDORES
ITORA, LDA.
ÁRIA FLUMINENSE
a, 145 — LISBOA

Pasta Medicinal Couto Evita e trata doenças da boca PORQUE É MEDICINAL

UM PROBLEMA QUE REQUER URGENTES PROVIDÊNCIAS

A REPARAÇÃO DE APARELHOS DE TV FEITA POR TÉCNICOS... IRRESPONSÁVEIS

Vários leitores manifestaram o seu apoio ao artigo por nós publicado no dia 15 do corrente, e que se intitula «Um problema que requer urgentes providências — A reparação de aparelhos de TV feita por técnicos... irresponsáveis, e o qual já suscitou outras reacções de que nos temos feito eco.

Publicamos hoje uma carta do nosso leitor, escritor e editor Rodrigues de Oliveira, de resposta à firma Teverápida, que por sua vez intenta rebater algumas afirmações feitas numa primeira carta daquele nosso leitor.

● A carta do sr. Rodrigues de Oliveira

A carta do sr. Rodrigues de Oliveira é do seguinte teor:

«A obra é que gaba o artista — exclamou...». Alto! A pena habituada a tratar o quotidiano por símbolos literários ou sociológicos foge desesperadamente ao fundo da questão. Façamo-la parar

Pois neste caso da Teverápida só os factos interessam: por isso basta remeter o leitor para a nossa carta de 17 do corrente, e gentilmente inserta na 4.ª página do «Diário de Lisboa». Nem uma palavra a acrescentar *e como poderia fazê-lo!) qualquer dos factos aqui apontados; pois na sua carta a Teverápida não destrói,* nem sequer rebate, tão só uma apostila ao desenvolvimento subsequente do caso Esta aqui vai:

No dia 20 do corrente foram entregar, por lapso, em nossa casa, um aparelho de TV que não era nosso. Necessàriamente, voltaram a levá-lo No dia 22 trouxeram, enfim, o nosso. Trabalhava. Porém, na noite do dia 23, súbitamente *como na primeira vez*, a imagem e o som desapareceram. Telefonou-se imediatamente para a Teverápida do Estoril. Senhora amável tomou nota da reclamação. No dia 25 ao fim da tarde o «técnico» telefonou. Logo que lhe fosse possível passaria por nossa casa. Nota a salientar: o defeito (desaparecimento do som e da imagem, temporàriamente) continua a ser aquele que informámos em 22 de Julho deste ano.

«A obra é que gaba o artista — exclamou o velho Joaquim...» Não mais podemos deter a pena.

Aqui vai a história do velho Joaquim.

Ainda não tinha na cabeça um único fio branco, quando passei um fim-de-semana, pela época das vindimas, em casa de vinhateiro amigo, numa aldeia afastada da estrada que liga Torres Vedras ao Bombarral.

A noite caía quando ali cheguei. O jantar esperava por mim e ele veio para a mesa — jantar gostoso de aldeia! — acompanhado de água-pé Mas com ele veio um diálogo aceso travado entre os meus hospedeiros.

— Chama o tio Joaquim, dizia a dona da casa.

— Não! Sempre são uns 20 mil réis, e eu fui em casa de minha mãe quem consertou sempre as cordas da adega, dizia o marido.

Mudo e quedo, fui testemunha obrigatória deste diálogo. O homem venceu. Da adega trouxe os dois grandes pedaços de grossa corda, e pelo serão afora, as suas grossas mãos foram cerzindo, uma a uma, as extremidades dos cabos. Mas eu, citadino, para quem o fazer do vinho era mistério mítico, notei que as cordas, os cordéis, as mãos do improvisado artesão não combinavam.

A manhã chegou Raios de Sol entraram no meu quarto e beijaram a cama; da adega chegavam os ruídos do tiquetaque da prensa; da rua o som do guincho estridente dos eixos das carroças que transportavam nas dornas, as uvas há pouco colhidas.

De fofa cama de folhelho, resguardada por frescos lençóis de linho, pulei. Descalço, as calças do pijama arregaçadas, saltei para dentro do tanque da adega. E fui companheiro entusiasta daqueles que, acompanhando com cautos o som de usada concertina pisavam os virgens cachos de uvas, há pouco cortados das cepas mães

Mas a grossa corda, no serão da véspera consertada pelo meu hospedeiro, aos primeiros apertos da prensa — estoirou Gritos. Paragem do trabalho e da alegria da pisa. Por ordem do dono da adega, descarregada a dorna, seguiu a trote veloz a mula que arrastava uma carroça — em busca do tio Joaquim.

Minutos depois, alcachinado, ele ali estava. E as suas mãos nodosas, de velho, começaram—com que delicadeza! — o conserto da corda. Entrementes, o causador do tropeço, o meu amigo hospedeiro, começou, sem se calar um minuto, a reclamar que, quando rapaz, era o melhor da região no arranjo de cordas partidas.

E esta ladainha, esta conversa *a solo*, continuava, até que o velho Joaquim, entregue ao seu trabalho de cerzidor, com voz suave mas firme perguntou:

— Senhor José. Deixa-me contar uma história muito velha?

E perante o silêncio dos circunstantes começou.

— O meu avô, ferreiro de profissão, era um grande artista. Das suas forjas e bigorna saíram lanças, aguilhões e chuços com que o povo da região açoitava os soldados da estranja A tropa do imperador da França Mas quando fidalgo da cidade queria calecha direita, de Torres Vedras vinham pedir-lhe as suas mãos de artista

E olhando à volta continuou:

— Era eu um rapazelho, a quem começavam o brotar os primeiros pêlos da barba, quando um dia, cheio de bazófia, lhe contei sucessos meus no amanho da terra e na rega da horta de meu pai. E o meu velho avô, sentado num gasto tripé, a descansar os músculos fatigados por um dia de rude trabalho, disse-me — e isto eu nunca mais esqueci:

— Meu neto, um homem nunca se gaba dos seus feitos, dos seus trabalhos. Desconfia sempre daquilo que ouves nas feiras pela voz do homem da cidade para iludir o povo dos campos. Não te esqueças nunca, Joaquim:

A obra é que gaba o artista.»

PRESOS POR SE DEDICAREM AO FURTO POR «DESCUIDO»

E' possível que o leitor não tenha ouvido ainda falar numa especialização de furto com o nome de «descuido». Um género de furto pobre e que consiste no seguinte: o «especialista» entra num estabelecimento para provar qualquer peça de vestuário; uma vez no gabinete de provas, deita a mão ao que encontra...

A este género de furto se dedicavam Ricardo Jorge dos Santos Piedade e Carlos Alberto Gouveia de Sousa que actuavam em equipa. Pelo processo indicado apoderaram-se de cintos, camisas, calças, peugas, caixas de pó de arroz, etc.

Conduzidos á Secção Central da Polícia Judiciária, confessaram os furtos que praticaram e indicaram as casas lesadas. A Polícia Judiciária, além do respectivo processo-crime, está organizando processos individuais de segurança contra os detidos por não lhes ser conhecido modo de vida honesto.

Em três linhas

São estabelecidos, por portaria do Ministério das Comunicações, os preceitos a observar nos transportes particulares de mercadorias efectuados pelos grémios da lavoura, com vista á prossecução dos fins que lhes são consignados pela legislação respectiva. Terra, respectivamente dos con?

///

Em suplemento ao «Diário do Governo» (2.ª série, de ontem, são publicadas portarias, pelo Ministério das Obras Publicas que cconcedem a camaras municipais e ás Juntas de Freguesia de S. Julião da Silva e de Faial da celhos de Valença e da PPovoação (Ponta Delgada), comparticipações do Estado em melhoramentos rurais.

///

Os srs. dr. Arnaldo Vasconcelos França e eng. Manuel Ramos Mota, foram nomeados vogais da Comissão Executiva do Centro de Estudos de Cabo Verde.

///

Assume as funções de director do Gabinete do Plano do Cunene o sr. eng. Bettencourt Fernandes Moreno, director de serviços da Direcção-Geral de Obras Publicas e Comunicações do Ministério do Ultramar.

Joaquim Sousa Ribeiro

Teve a amabilidade de vir á nossa Redacção apresentar cumprimentos de despedida e agradecer a cobertura dada pelo nosso jornal ao concelho de Loures, o sr. Joaquim de Sousa Ribeiro, que há sete anos exercia as funções de presidente daquele Município, cargo que agora abandonou por ter sido exonerado a seu pedido.

Violento incêndio em Gaia

Esta manhã, deflagrou violento incêndio num armazém de produtos químicos, na R. Heliodoro Salgado, 54 a 66, em Gaia O fogo teve início na secção de pintura e logo se propagou ás de serralharia e carpintaria. Entretanto, as enormes labaredas atingiram um armazém de solas e cabedais, que fica ao lado. Neste, arderam muitos milhares de talhas de sapatos e ficou destruída a maquinaria. Verificaram-se, ainda, prejuízos nos escritórios, pela acção da água despejada, e o tecto ruiu parcialmente. Na área onde se verificou o sinistro e que compreende as ruas do Conselheiro Veloso da Cruz, Visconde das Devezas e Heliodoro Salgado, o alarme foi geral, até porque na segunda daquelas artérias se situa uma fábrica de colchões. Porém, os Bombeiros Municipais de Gaia e os Voluntários de Valadares, Coimbrões e Aguda, conseguiram «isolar» esta ultima unidade fabril, bem como uma garagem contígua. Felizmente, no armazém onde o fogo teve origem, não foi atingida a secção onde se encontram os produtos químicos, o que, a verificar-se, daria ao sinistro proporções assustadoras.

Os prejuízos ascendem a muitos milhares de contos.

Médico sexagenário agredido à facada no Entroncamento

ENTRONCAMENTO, 2 — Quando, a noite passada, o sr. dr. José Eduardo Vitor das Neves, de 67 anos, solteiro, clínico nesta vila, saía do seu automóvel, junto à residência, foi assaltado por um desconhecido que lhe vibrou cinco facadas.

Em estado grave, aquele médico foi transportado para uma casa de saúde de Torres Novas, onde ainda se encontra internado.

Desconhece-se a identidade do agressor, que se pôs em fuga logo que viu o médico caído no solo.

Moreira Baptista agraciado pelo general Franco

Segundo um telegrama da agência A. N. I., proveniente de Madrid, o chefe do Estado espanhol, general Franco, agraciou o secretário de Estado da Informação e Turismo de Portugal, dr. César Moreira Baptista, com a Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica. A condecoração, conforme a mesma fonte, foi motivada pelos altos serviços prestados pelo dr. Moreira Baptista, à causa da amizade entre as duas nações peninsulares.

Bolsa de Lisboa

FUNDOS DO ESTADO	Efec.	Compra	Venda
Consolidado 4 3/4% ..	518$	—	518$
Consolidado 3%	—	—	540$
Consolidado 3 1/2% ...	—	—	640$
Centenários 4%	1.480$	1.480$	—
Obrigs Tesouro 5%	1.005$	1.005$	—
Externo 1.ª Série	730$	720$	760$
Externo Série c.	840$	830$	—
Externo 3.ª Série	—	732$	—
Externo 3.ª Série c.	—	870$	900$
Cautelas 3.ª Série	—	—	780$
OBRIGAÇÕES			
Aguas Lisboa 5%	—	—	490$
A P I 5% 56	—	—	—
A P I 5% 58	950$	945$	950$
C P 4 1/2% 65	—	—	900$
C P 5 1/2% 67	—	1.000$	—
C U F 6%	—	1.005$	—
C U F 6% 68	—	—	1.000$
Gás Elect 4% 48	—	790$	—
Gás Elect 4 1/2% 51...	—	—	—
Gás Elect 5% 52	890$	—	—
Gás Elect 5% 58	—	—	—
Gás Elect 5% 59	890$	—	890$
Gás Elect 5% 62	—	920$	—
Gás Elect 5% 63	—	906$	—
Gás Elect 5% 65	—	900$	—
Gás Elect 6% 67	—	1.010$	—
H E A Alentejo 5%...	—	820$	830$
H E Cávado 5%	830$	825$	830$
H E Cávado 6%	—	—	1.000$
H E Douro 5%	815$	810$	—
H E Douro 6%	—	1.000$	1.003$
H E Norte Port 5%...	—	—	—
H E S Estrela 6% ...	—	995$	1.000$
H E Zêzere 5% 55 ...	—	—	850$
H E Zêzere 5% 57 ...	—	—	860$
Lisnave 6%	—	1.005$	—
Metropolitano 4%	890$	885$	895$
Metropolitano 5 3/4%	1.000$	1.000$	—
Moçambique 5%	—	760$	—
Nac Electr 5%	—	830$	840$
Nitratos 5%	—	—	820$
Nitratos 5% 60	—	—	820$
Petroquímica 5%	—	—	860$
Port Celul 5%	—	950$	—
Sacor 5% 54	—	—	—
Sacor 5% 60	—	—	—
Siderurgia 5% 2.ª	—	—	—
Siderurgia 5% 3.ª	—	—	—
Siderurgia 5% 4.ª	—	—	—
Sonefe 5%	—	830$	850$
T A P 4%	—	—	950$
Termoelect Port 5% ...	810$	808$	810$
U E P 3 3/4%	—	84$	—
U E P 4%	—	85$	96$
U E P 4 1/2%	—	—	—
U E P 5%	—	81$	82$
U E P 5% 60	—	—	—
U E P 5% 63	—	850$	860$
ACÇÕES			
Bancos			
Agricultura	1.560$	1.550$	565$
Alentejo	887$	885$	895$
Angola	3.060$	3.050$	3.080$
Burnay	—	—	—
Créd Predial	—	3.570$	3.590$
E Santo	—	—	—
E Santo n	—	—	—
Fonsecas S p	—	—	—
L G Açores p	7.100$	7.050$	7.100$
L G Açores n	—	—	—
P Atlântico p	6.850$	6.850$	6.900$
Portugal n	3.300$	3.250$	3.350$
Portugal p	4.400$	4.300$	4.450$
Totta Aliança	6.250$	6.200$	6.300$
Ultramarino n.	—	2.750$	2.800$
Ultramarino o	3.020$	3.010$	3.020$
Seguros			
Alentejo	—	75$	77$
Douro	—	—	—
Mundial	590$	585$	595$
Sagres	—	1.450$	1.600$
Tranquilidade	—	45.000$	60.000$
Ultramarino	—	15.000$	30.000$
Ultramarinas			
Açúcar de Angola	—	850$	855$
Ag Cassequel	850$	850$	855$
Ag Incomati	—	1.980$	—
Ag Neves	—	—	—
Ag S Tomé e Príncipe	—	300$	320$
Boror	—	—	—
Buzi	85$	84$	85$
Cabinda	—	215$	—

Ultramarinas	Efec	Compra	Venda
Diamantes Angola	—	1.975$	2.000$
H E Revue	—	580$	600$
Ilha do Príncipe	—	950$	1.000$
Moçambique	183$	182$	184$
Sonefe n.	360$	—	—
Sonefe p.	380$	380$	382$
Zambézia	90$	90$	90$5
Angolano	—	—	—
C.ª Diversas			
Cidla	1.600$	1.600$	1.650$
Cim Leiria	4.000$	4.000$	4.050$
Cim. Tejo	—	6.000$	—
Col Navegação	—	1.520$	1.600$
C U F	1.370$	1.380$	1.400$
Ind Aliança	—	560$	650$
Nac Navegação	—	3.600$	3.800$
Petroquímica	2.200$	2.180$	2.200$
Port e Colónias	1.460$	1.455$	—
Port Celulose	—	4.500$	4.650$
Port Pesca	—	—	—
Port Tabacos	781$	781$	782$
Sacor	—	—	4.800$
Siderurgia Nac	—	1.580$	1.600$
Soce	2.870$	2.860$	2.900$
Tabacos de Portugal ...	1.530$	1.510$	1.540$
Tabaqueiro	8.600$	8.500$	8.700$
U F Azoto	820$	820$	822$
Aguas, Electr e Gás			
Aguas Lisboa p	—	405$	425$
Aguas Lisboa 34	—	420$	—
Aguas Lisboa 36	—	390$	410$
Eléct Beiras	1.660$	1.660$	1.670$
Gás Electr	427$	427$	427$5
H E Alto Alentejo	—	159$	165$
H E Cávado	1.255$	1.250$	—
H E Douro	1.225$	1.224$	1.226$
H E Norte Portugal ...	305$	305$	—
H E S Estrela	—	—	—
H E Zêzere	1.260$	1.255$	1.265$
Nac Electricidade	1.225$	1.225$	1.235$
Termoeléctr Port.	1.220$	1.220$	1.225$
U E P	195$	194$5	195$
FUNDOS DE INVESTIMENTO			
F I Atlântico	—	193$4	198$2
O E S	—	119$7	123$3

ÍNDICE BORGES & IRMÃO

COTAÇÃO DAS ACÇÕES (Base Dez 65 100)

	25/9/69	1/10/69	2/10/69
GERAL	139,3	139,7	139,8
METRÓPOL ..	134,8	134,8	134,9
ULTRAM.	172,7	175,5	175,1

PAÍSES	Compras	Vendas
Africa do Sul:		
— Rands de 1 e 2 ...		
— Rands de 5 a 20...	35$50	37$50
América:		
— Dollars de 1 e 2 ...	28$25	28$65
— Dollars de 5 a 1000	28$45	28$85
Canadá — Dollar	26$10	26$60
Alemanha — Marco	7$25	7$60
Austria — Schilling	1$08	1$15
Brasil — Cruzeiro Novo	5$20	7$20
Espanha — Peseta	$39,8	$41,3
Holanda — Florim	7$75	8$00
Inglaterra — Libra	67$00	69$00
Itália — Lira	$04,4	$04,65
Bélgica — Franco	$51	$55
França — Franco	4$90	5$30
Suíça — Franco	6$58	6$78
Marrocos — Dirham	4$50	5$10
Dinamarca — Coroa	3$70	4$00
Noruega — Coroa	3$90	4$20
Suécia — Coroa	5$40	5$70
Ouro:		
Inglaterra — Libra Isabel	310$00	325$00
Inglaterra — 1/2 Libra	255$00	275$00
Ouro fino — Barra	37$50	39$00

J. BURNAY, L.DA
RUA DO OURO, 72
Notas estrangeiras
Papéis de crédito
Tel. 321273

TV dia a dia

HOJE PODE VER ...

Série de aventuras:

«FAME IS THE NAME OF THE GAME»

«Fame is the name of the game» é o título original da nova série de aventuras que em português se chama «O jogo da vida».

No episódio de hoje, realizado por Stuart Rosenberg, intervêm os seguintes actores:

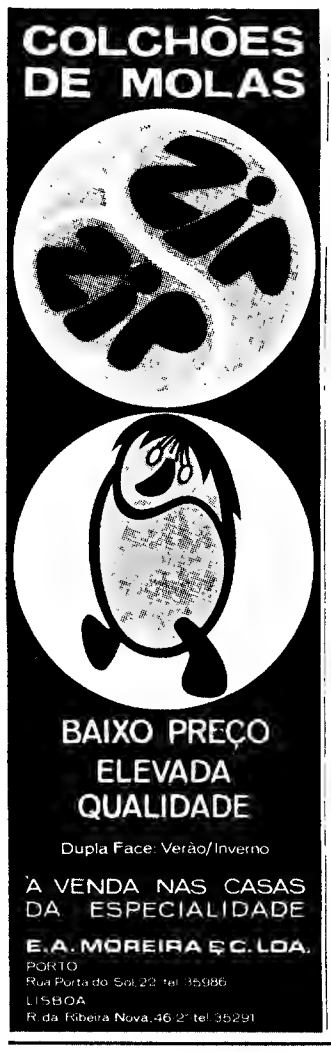
Anthony Franciosa, Jill St. John, Susan Saint James e Lee Bowman.

*

O jornalista Jeff Dillon, tropeça com o cadáver de Helen Bowen, que aparentemente, parece ter posto termo á vida...

DOCUMENTÁRIO

Luís Miranda, realizou o documentário que a R.T.P. transmite na sua emissão de hoje, cerca das 20 e 55: Trata-se de um filme rodado na Guiné sobre a acção desenvolvida pelas forças armadas ali em serviço.



Rádio

PROGRAMAS DE HOJE

EMISSORA — 1.º Programa — 451 m — 665 kc/s — Às 16: Noticiário; 16 e 05: Luz no horizonte; 16 e 30: Que quer ouvir? 17: Ginástica de Pausa, pelo dr. Marques Pereira — Programa da tarde; 17 e 35: Do Choupal até á Lapa; 18 e 10: Programa da mulher, por Maria Emília Cancela de Abreu e Judite Navarro; 18 e 40: Musica e sonho; 19: Cartaz dos espectáculos; 19 e 45: Rádio Rural — Musica só musica; 20: Diário sonoro; 20 e 20: Solistas ligeiros; 20 e 40: 2.º episódio do folhetim «O Grande Industrial» 21: Jornal de actualidades; 21 e 30: O pianista Horst Jankowski; 21 e 40: Variedades; 22 e 30: Musica ligeira; 1: Fecho.

2.º Programa — 397 m — 755 kc/s — Às 16 e 30: 1.º e 2.º actos da ópera «Luisa» (Charpentier); 18: Musica do século XX — Obras de dois compositores holandeses Willem Pijper e Henk Badings — pelas Orquestras do Concertgebouw, de Amsterdão dirigida por Eduard Van Beinum e Filarmónica de Hala dirigida por Willem Van Otterloo; 19: Crítica literária, pelo dr João Bigotte Chorão; 19 e 10: Folclore português — Musica da Beira Alta e da Beira Baixa recolhida por Artur Santos; 19 e 25: Musica de piano — Obras de Poulenc e Brahms, 20: Diário sonoro; 20 e 20: Musica instrumental; 20 e 30: Concerto pelo Grupo Vocal Feminino Harmonia, sob a direcção de Friedrich Wilhelm Verner, preenchido com obras de Schumann; 20 e 48: O poema sinfónico «La Source» (Armand Marsick) — Orquestra Nacional da Bélgica dirigida por Paul Marsick; 21: Concerto em lá maior (Telemann) — solistas, Orquestra «Schola Cantorum Basiliensis» dirigida por August Wenzinger; 21 e 30: Panoramas da História, pelo dr João Ameal; 21 e 50: Recital pelo pianista Teresa Vieira, preenchido com obras de Mozare e Beethoven; 22 e 20: Poemas sinfónicos; 23: A voz do Ocidente; 1 e 15: Fecho

RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS — 290.13 m — 1034 kc/s — Às 16: Programa C D C.; 18: Ela e o seu mundo; 18 e 5: Canções ao acaso; 18 e 30: Lisboa á tarde; 19 e 15: No mundo aconteceu; 19 e 30: Rádio-Jornal. Entre as 20 e as 21: Hoje convidámos... 20 e 07: Conjuntos vocais; 20 e 30: Jornal dos espectáculos; 20 e 45: Rádio Placard; 21 e 08: Diálogo; 21 e 09: Portugal de hoje; 21 e 32: Impacto; 22 e 30: Quando o telefone toca; 23 e 08: Musica tradicional e palestra religiosas; 23 e 22: Grande roda; 0 e 02: «P. B. X.»; 2: Contacto; 3 e 02: A noite é nossa; 6 e 02: Diário rural; 7 e 03: Talismã

Emissor de Miramar — 383,6 m — 782 kc/s — Às 16: Programa C. D C.; 18: Depois do chá; 18 e 30: Ela e o seu mundo; 18 e 45: Matinée teatral;; 19 e 20: Robbialac; 19 e 35: Estudio 64; 20 e 07: Momento A. B C.; 20 e 10: Norte dia a dia; 21 e 02: Orquestra; 21 e 15: Só-Rádio; 21 e 30: Leitura, 21 e 45: Francisco e Ernesto; 22 e 03: O Santo; 22 e 15: Cristo para todas as nações; 22 e 30: Presença coimbrã; 23 e 0»: Clube da juventude

RÁDIO RENASCENÇA — 233,2 m — 1286 kc/s — Às 16: Radiorama; 18. Orquestras; 18 e 30: Terço e bênção da Basílica dos Mártires; 19 e 05: Musica seleccionada; 19 e 30: Página 1; 20 e 55: Meditando; 21: Variedades; 22: Quando o telefone toca; 22 e 30: Pentagrama; 22 e 45: Musica variada, 23 A 23.ª hora; 2: Fecho

Estação do Porto — 256,6 m — m — 1169 kc/s — Às 18: Programa «CDC». Dos 18 ás 20: Programa 18; 18: Depois do chá; 18 e 30: Ela e o seu mundo; 18 e 45: Matinée teatral; 19 e 03: Miscelanea; 19 e 17: Ela; 19 e 35: Estudio 64; 20 e 10: Norte dia-a-dia; 21 e 05: Cabina de escuta; 21 e 15: Só-rádio; 21 e 45: Musica tradicional e palestra religiosas; 22 e 03: O Santo; 22 e 30: Presença coimbrã, 23 e 04: Clube da juventude

canal da crítica

A BELEZA, UMA BASTILHA A TOMAR

Eram estalinhos, cornetas, gaitas, cegarregas, e palmas e coro, bandeiras e penachos, balões subiam mensagens coloridas do povo para a orquestra, bandeiras levantavam-se acima das cabeças, fantoches, batiam as mãos, letreiros em que se falava de muitas e variadas coisas e entre elas de sumo de ameixa, e de súbito, o silêncio: era Elgar quem entrava pela mão de Colin Davis.

A transmissão do concerto de despedida da série «Promenade» constitui já uma tradição na Televisão portuguesa E nunca as mãos lhe doam. Estas transmissões. pela força popular de que vêm embebidas, fazem muito pela propaganda da música.

O que se poderia dizer, no que respeita a estes concertos, está dito e redito. Para já, porém, três pormenores relacionados com a emissão de ontem: primeiro, a pobreza do texto de apresentação, incapaz de fazer suscitar qualquer interesse pela rubrica Além disso, Henrique Mendes, que pareceu muito perturbado, acrescentou a má locução á deficiente redacção. O seu nervosismo viria novamente á superfície na leitura de apresentação de «cinema sem estrelas».

Segundo, o facto de não se haver quebrado a magia da emissão com a intromissão de publicidade. O critério deve universalizar-se para todas as emissões de qualidade

Terceiro, a extraordinária

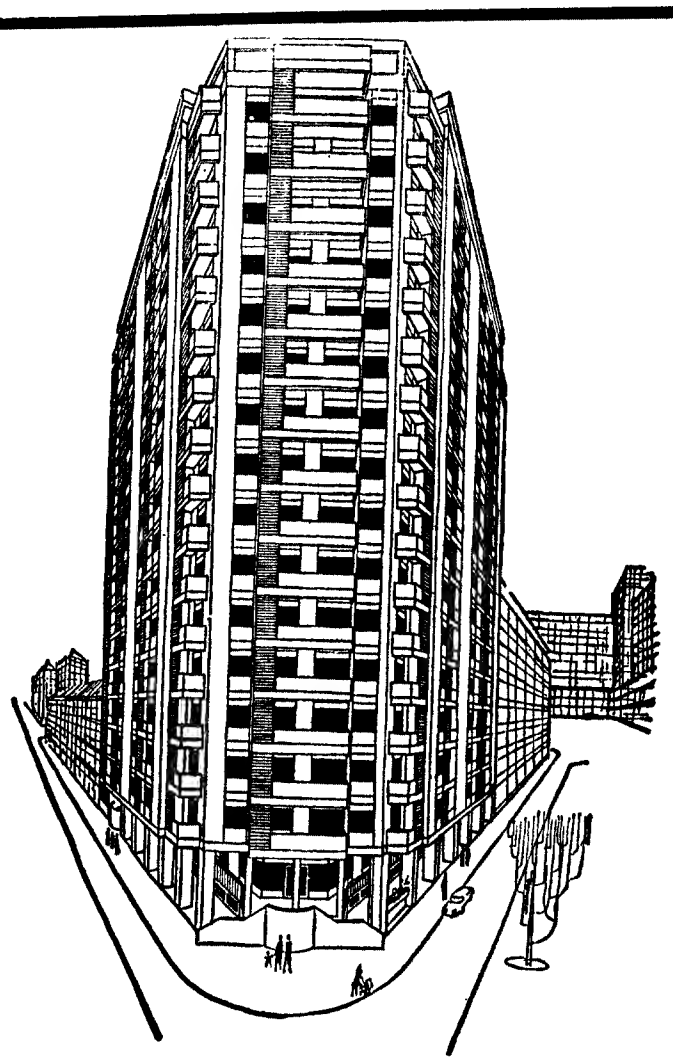
(Continua na página seguinte)

ACTUALIDADE DESPORTIVA

Cerca das 23 e 50, na rubrica «Actualidade Desportiva», serão apresentados os resumos filmados dos jogos de futebol ontem disputados com a participação das equipas portuguesas do Benfica, Académica, Porto, Sporting e possivelmente do Vitória de Setubal, a contar para os Torneios Europeus dos Campeões, Taça das Taças e ainda das Cidades com Feira

AMANHÃ — **I Programa** — Às 19: Curso de Actualização de Professores; 19 e 30: Telejornal; 19 e 45: Lanterna Mágica; 20 e 15: Cartaz TV; 20 e 30: Parada da Industria; 21: «Case. com uma Feiticeira»; 21 e 30: Telejornal; 22: Concerto; 22 e 30: Série Policial (Brigada Especial); 23 e 30: Actualidade Desportiva, 23 e 45: Marcha do Mundo; 23 e 55: Fecho

II Programa — Às 21 e 30: Telejornal; 22: Zip-Zip Programa n.º 15 (No I Programa em 1-9-69); 0 e 10: Fecho



Edifício Oeiras - Reboleira Amadora

Edifício Oeiras

Este edifício será o maior do Distrito de Lisboa. Comportará cerca de 200 fogos

compre a sua habitação neste edifício e quando ele estiver concluído terá em frente um Parque Desportivo equipado com piscina

J. PIMENTA, S. A. R. L.

assegura-lhe um rendimento de 6 a 10%, durante 6 e até 18 anos, à escolha do cliente, garantido por escritura pública

MORADIAS

Encontra V. Ex.ª em Paço de Arcos moradias de luxo prontas a habitar.
Em Cascais moradias tipo turístico e em degrau.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO:

Azulejos nacionais e estrangeiros

Plásticos para revestimentos de paredes e tectos. Ferragens e ferramentas. Loiças sanitárias, tintas e máquinas para construção civil. Toda a gama de materiais de construção, electrodomésticos, utilidades para o lar, novidades em artigos domésticos, flores e apetrechos para jardins encontra V. Ex.ª aos mais baixos preços nos estabelecimentos da Organização J. PIMENTA, na Amadora, na Av. Santos Matos e em Queluz na Rua D. Maria I n.º 30, junto ás estações de caminho de ferro respectivas.

3.000 CLIENTES DAR-LHE-ÃO AS MELHORES REFERÊNCIAS

Propriedades à venda em: Reboleira, Amadora, Venda Nova, Paço de Arcos, Parede, Cascais e Lisboa ● **Apartamentos em exposição em Reboleira, Amadora, Paço de Arcos (Espargal) e Cascais (por detrás do Hotel Baia)**

LISBOA — Rua do Conde Redondo, 53-4.º, Esq.º — Tel. 4 58 43 - 4 78 43

QUELUZ — Rua de D. Maria I, 30 — Telef. 95 20 21 - 95 20 22 **REBOLEIRA — Amadora — Serviço Permanente — Telef. 93 36 70**

canal da crítica

(Continuação da pág. anterior)

manifestação de virtuosismo funcional dada por Bryan Large. Houve por vezes a sensação de que era a própria câmara quem dirigia a orquestra — e por outro lado não se perdeu uma única ocasião de nos dar a outra face da festa: o público jovem, bêbado do divino sumo da música

QUANDO AS LOCUTORAS FAZEM MAIS ALGUMA COISA DO QUE SORRIR

A participação sistemática das locutoras no «Telejornal» data de há muito pouco tempo. Assim se resolveu, pelo menos de momento, o problema de falta de pessoal qualificado para o serviço de locução.

No entanto, até hoje apenas Isabel Wolmar provou estar apta a acompanhar o ritmo da leitura e da apresentação do noticiário. Como locutora do «Telejornal», Isabel Wolmar demonstrou estar á altura de Fialho Gouveia, Henrique Mendes e Carlos Cruz. Apenas terá de limar uma ou outra aresta mais «pernóstica» que lhe ficou da leitura dos programas. E há-de também procurar fazer menos ruído com a passagem das folhas do papel. Nunca terá ouvido dizer que muitas pessoas são alérgicas a isso?

Quanto ás outras locutoras, seguem-se em ordem de valorização: Maria Fernanda (aquele hábito de falar contra o peito, aquela voz tão fraca de cambiantes...), Maria Manuela Paulino (aquela voz apagada, de nenhum relevo...), Maria Manuela Ferreira (aquela entoação de tal maneira antiprofissional...)

Um novo interesse, na Televisão portuguesa, tão falha deles: até onde chegarão as locutoras que, ao longo de tantos anos, pouco mais fizeram do que sorrir!

CINEMA SEM ESTRELAS

Passava muito da meia-noite quando terminou o excelente documentário «Terras Selvagens»! Não esteve este filme á altura de muito outros que já vimos em «cinema sem estrelas»! Tratava-se de um trabalho didáctico cuja finalidade era dar-nos uma panorâmica da vida animal em determinada região. A sua funcionalidade era evidente — e algumas imagens (a da raposa, por exemplo, e a luta dos veados marialvas) vão ficar na retina dos telespectadores.

Dos telespectadores que tiveram a coragem de ficar até tão tarde. Aqui me cabe lamentar a inclusão de «Terras altas» numa rubrica como «cinema sem estrelas» ou a inclusão de «cinema sem estrelas» no extremo horário. Grande parte do público — o público juvenil — ou seja, aquele que mais utilidade retiraria do documentário, ficou assim impedido de assistir. Tudo ficaria resolvido, por exemplo, se trocassem ontem as posições no horário de «cinema sem estrelas» e do sorridente «Get Smart». Afinal, o que pretende a Televisão portuguesa: ganhar ou perder públicos?

Mário Castrim

FERGUSON
A GRANDE MARCA BRITANICA DE TV

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

R. Marquês de Fronteira 76-6.º

ADMISSÃO DE PESSOAL

Faz-se saber que se encontra aberto pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do respectivo anúncio no «Diário do Governo», concurso para admissão de:

ADJUNTOS TÉCNICOS DE 2.ª CLASSE

Os candidatos deverão ter idade compreendida entre 18 e 35 anos e o curso de agente técnico de engenharia civil.

Vencimento base ..... 4.000$00
Subsídio eventual de custo de vida 800$00

Os requerimentos dirigidos ao Presidente do Fundo de Fomento da Habitação, deverão indicar: nome, idade, estado, filiação, residência, data e número do respectivo bilhete de identidade.

Lisboa, em 30 de Setembro de 1969.

a) O Presidente — **Jorge Carvalho de Mesquita.**

+

D. Virgínia Irene Mendes Braz

Missa do 30.º Dia e Agradecimento

ANTÓNIO ALVES BRAZ e mais família participam que amanhã, dia 3, às 18,30 horas, na Igreja de São Domingos, será celebrada missa pelo eterno descanso da sua muito querida extinta, desde já agradecendo a todas as pessoas que se dignarem assistir a este piedoso acto, bem como às pessoas que a acompanharam à sua última morada.

Igualmente agradecem muito reconhecidamente a todas as pessoas que de qualquer modo lhe manifestaram o seu pesar, e a quem não agradeceram directamente por desconhecimento de endereços.

Sobre automóveis

Particular empresta 5 a 100 contos

em 1/2 hora com ou s/ hipoteca, mesmo que estejam em dívida ao Stand, ou hipotecados, sem alterar o seguro. Sem fiador. Prazos de 40 meses. Tel. 66 36 97.

Rua Arco a S. Mamede, 18, 2.º-F (ao Rato)

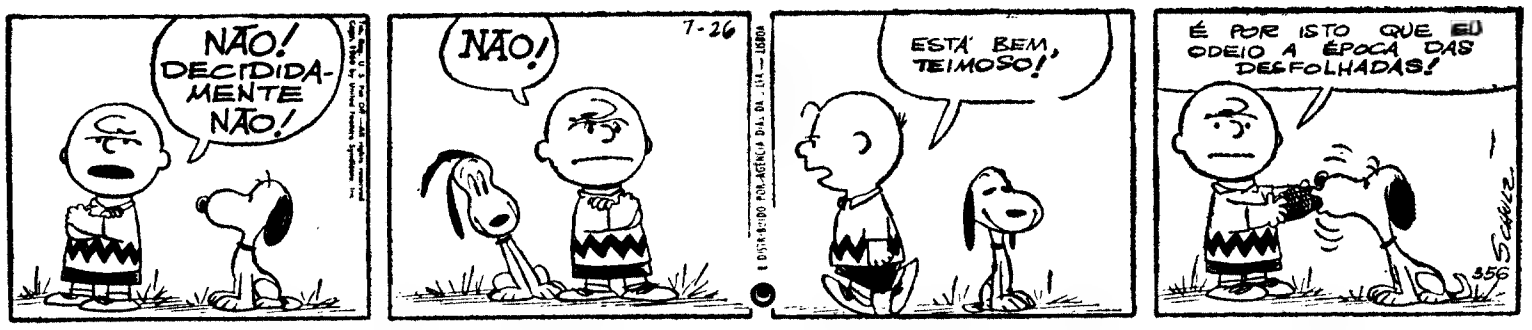
Em VILA VIÇOSA o «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por TIBÉRIO RAMOS — Rua Dr. Oliveira Salazar, 51.

DR. JOSÉ SOARES DA FONSECA

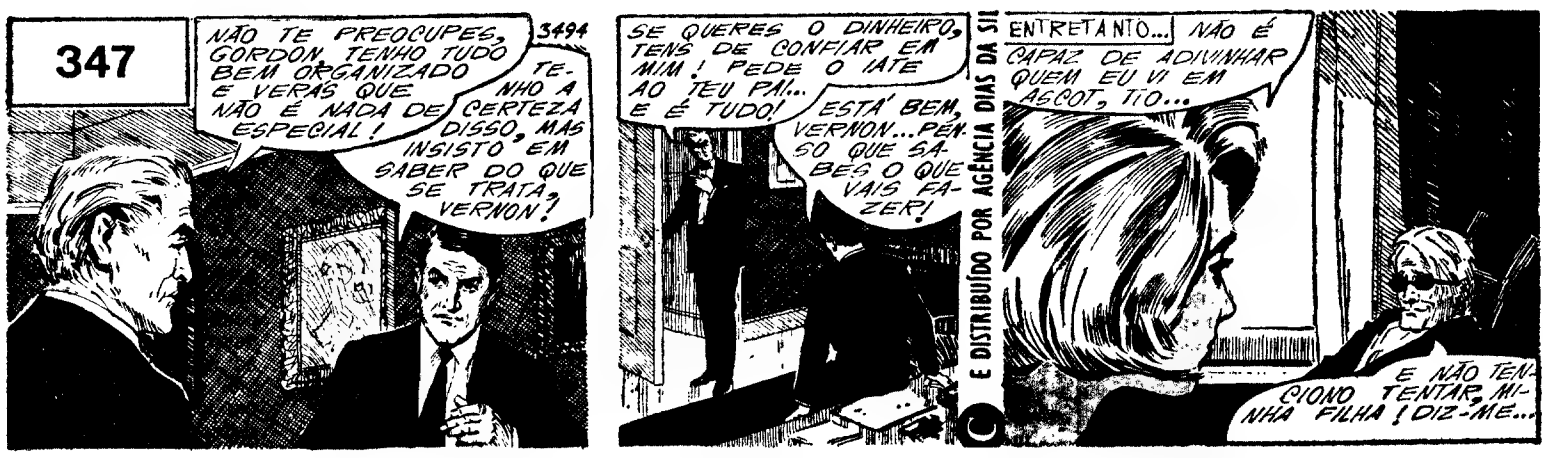
PARTICIPAÇÃO E MISSA DO 7.º DIA

A Sociedade Portuguesa de Navios-Tanques, Lda. — SOPONATA — cumpre o doloroso dever de participar o falecimento, no passado dia 26 de Setembro, do Ex.mo Snr. Dr. José Soares da Fonseca, seu Presidente do Conselho de Gerência e que, por sua intenção, manda celebrar missa amanhã, 6.ª-feira, às 12.45, na Basílica da Estrela (Altar-mor).

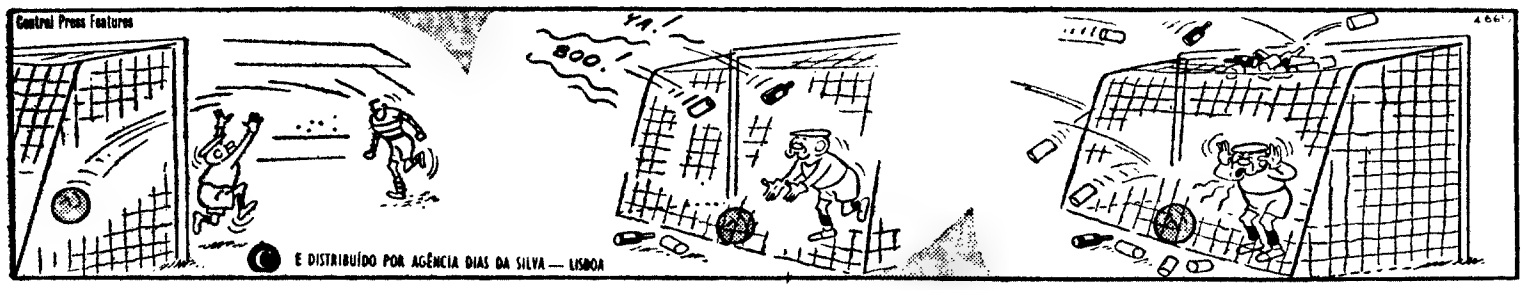
Os Peanuts



Carol Dav



Aventuras do Tio Carlos



Palavras cruzadas

(COM PROVÉRBIO)

PROBLEMA N.º 5316

HORIZONTAIS: 1 — Carepa Pecado 2 — Cidade da Argélia Nome vulgar de uma espécie de papagaios da região do Amazonas 3 — Maior Preposição Oferecer 4 — Presa com elos Produz vezo em 5 — Meditu com a rasa Movam os remos 6 — Idem (abrev.) Pronome pessoal 7 — Empregamos 8 — Ilha inglesa no mar da Irlanda Ave pernalta 9 — A Irlanda Terra nova e arroteada de fresco 10 — Palmeiras da Amazónia Cidade e porto de França 11 — O mesmo que Araués Lavrais

VERTICAIS: 1 — Gastar Cada um dos pequenos parapeitos intervalados, que ficam no alto das muralhas e castelos 2 — Armadilhas. Lavrar. 3 — Curas. Ligara 4 — Rio de Itália Numeral. Negativa 5 — Felicitar (Abrev.) de Santíssimo 6 — Pronome pessoal 7 — Pessoa que sofre muito Tempo do verbo haver 8 — Artigo indefinido Tendência Rio da Suíça 9 — Labutem Escrava 10 — Satisfação Cidade do médio Eufrates que dominou os países sumerianos 11 — Encolerizam. Título que toma em Inglaterra o herdeiro presuntivo da Coroa, desde o século XIII

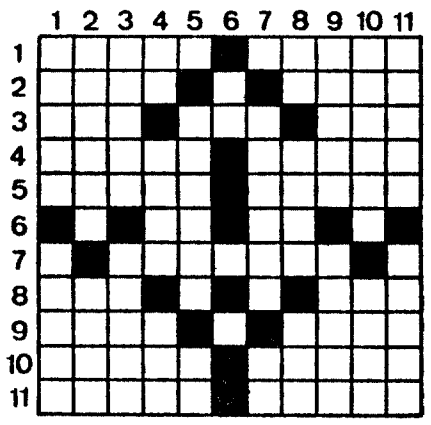
Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o PROVERBIO nele inscrito.

(NOVA MODALIDADE)

PROBLEMA N.º 9159

HORIZONTAIS: 1 — Talvez O mesmo que quotas 2 — Reboco grosseiro e pouco resistente feito com areia e cimento Vila e concelho do distrito de Portalegre 3 — Prendam Pássaros 4 — Doçura Recua. Terceiro 5 — A alma Moeda de ouro 6 — Rejeita 7 — Antes de Cristo Menc one. Cento e um em romano 8 — Cabeçada Freguesia do concelho de Coimbra. 9 — Caminharia Tino 10 — Chefe etíope Doença 11 — Afio Venero

VERTICAIS: 1 — Dispõe em camadas Arremessa 2 — Espiolhem Saram 3 — Chamar em socorro Zombaria. 4 — Consentimento Congelara 5 — Grande ribeiro da Ásia Russa Estrofe Nome de Buda, na China 6 — Pronome pessoal Estrépido de desmoronamento 7 — Duzentos em romano Socorre Nota musical 8 — Agora. Do feitio do ovo (pl.) 9 — Cidade de Portugal Versejo 10 — Excito Unir por casamento 11 — Pessoa muito parecida com outra Ponho só

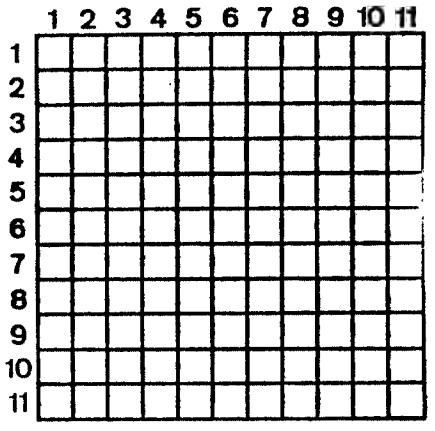


SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 5315

HORIZONTAIS: 1 — Cascais BOM. 2 — Atirar Fai 3 — Murem Carga. 4 — Ar. Morrar 5 — Sal Caria. 6 — Mito. MMCC 7 — Mirro. Aal. 8 — Impara. Ba. 9 — Niari. Saber. 10 — Haia Borace 11 — Ois Moraras

VERTICAIS: 1 — Camas. VINHO 2 — Aturam Miai. 3 — Sir. Limpais 4 — Crês. Tiara 5 — Aom Corri 6 — Ir MA Rã Bo. 7 — Carmo. Sôr. 8 — Farim Bara 9 — Barraca. Bar. 10 — Olga Cabeça 11 — Miara Lares

Provérbio: BOM VINHO, MÁ CABEÇA



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9158

HORIZONTAIS: 1 — Figos Seva 2 — Anãs Lear 3 — Tal. Tui. Ira 4 — Atear Catem. 5 — Larga. Anota. 6 — Sa Sã 7 — Só Dá 8 — Ab. Festa. Já. 9 — Nadem Andar 10 — Drogo Icaro. 11 — Erós Saias

VERTICAIS: 1 — Fatal. Ronde 2 — Inatos. Bari. 3 — Galeras. Dar. 4 — Os Ag Ofego. 5 — Trai. Emas. 6 — Pu. Cs. 7 — Içar Tais. 8 — El. An. Dança 9 — Leitosa Dai 10 — Vareta. Jará 11 — Arama Coros

HA 30 ANOS

O «Diário de Lisboa» de 2 de Outubro de 1939 publicava:

«LONDRES, 2 — O correspondente do «Daily Express» em Copanhague declara saber, de origem alemã, que Hitler deu ordens a Goering — que se gabava de que nenhum aparelho inimigo sobrevoaria a Alemanha — para impedir, a todo o custo, os «raids» dos aviões ingleses que lançam manifestos sobre a população civil do Reich.»

Câmara Municipal das Caldas da Rainha

ANÚNCIO

VENDA DE TERRENOS

Em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião ordinária do passado dia 23 de Setembro proceder-se-a no dia 28 de Outubro próximo futuro, pelas 15 horas, no edifício dos Paços do Concelho, à hasta pública para venda do talhão n.º 20 de terreno situado na antiga Cerca do Borlão, nas Caldas da Rainha, para o efeito de construção urbana

Estão expostos nos Serviços Técnicos da Câmara todos os elementos e condições referentes a esse acto e o preço base de cada m2 de terreno é de 2.000$00.

Caldas da Rainha, 30 de Setembro de 1969

O VICE-PRESIDENTE, EM EXERCICIO

António José Figueiredo Lopes

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

ADMISSÃO DE SERVENTES

Nos Hospitais Civis de Lisboa — Secção de Pessoal no Hospital de S José — aceitam-se inscrições até ao dia 13 de Outubro próximo, para o concurso documental para a admissão de serventes.

Os candidatos deverão obedecer às seguintes condições:

a) Idade: mais de 21 e menos de 35 anos;

b) Habilitações literárias 2. grau de instrução primária;

c) Idoneidade moral atestado pela Junta de Freguesia, Regedor ou Pároco.

PRÉ-ESFORÇADO

Agente técnico

Admite-se para estaleiro na região de Leiria.

Resposta ao n«º 353.

CARTÃO DIPLOMATA

O mais distinto bilhete de visita em relevo executado em placa de cobre ou cunho de aço de absoluta necessidade em praxes protocolares para pessoas de distinta condição social bem como de bom gosto

ANIBAL GRAVADOR

A casa que melhor trabalha Rua Nova do Almada, 64 LISBOA

LICEU

Diurno e nocturno

Ext. N.ª Sr.ª do Saúde

L. CONDE POMBEIRO T. 57048 (aos Anjos)

EXPLICADOR

Lições Individuais 5.º, 6.º e 7.º anos Liceus e Adm. Fac Matem., Fis.-Quím. e Des Tel.: 83.33.32

ASSISTENCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA

ALTA FIDELIDADE

ESTEREOFONIA

Rua Rodrigo da Fonseca, 31, 1.º Telef 43464 — LISBOA

LUÍS MANUEL DA COSTA DIAS

AGRADECIMENTO E MISSA DO 7.º DIA

Sua família participa que será rezada missa amanhã, dia 3, às 9,30 horas na Igreja de S. João de Deus, pelo seu eterno descanso, desde já agradecendo às pessoas que assistirem a este piedoso acto, bem como a todos quantos de qualquer forma lhe manifestaram o seu pesar.

DESPORTO DESPORTO DESPORTO DESPORTO

TAÇA DOS CAMPEÕES — BOLDKLUB, 2 - BENFICA, 3

K. O. NO 1.º ASSALTO

COPENHAGUE (Dinamarca), 2 — O bonito sonho do Boldklub de conseguir uma vitória sobre o Benfica, até mesmo uma certa esperança de eliminar o famoso campeão português, morreu logo á nascença do jogo disputado ontem á noite, perante uma das mais numerosas e entusiasmadas assistências que já foi possível reunir num jogo de futebol na Dinamarca.

Por KAI NIELSEN
(Especial para o «Diário de Lisboa»)

Vencido apenas por 2-0 em Lisboa e trazendo a pequena glória de ter dominado o poderoso grupo de Eusébio na segunda parte desse jogo, o popular K. B. criou um ambiente de ansiedade e de aspirações que depois se viu serem excessivas.

O Benfica tratou de destruir todas as duvidas com uma celeridade de relampago. Equipa altamente profissional, experimentada em todas as situações, sabedora de todos os pequenos mistérios do jogo, deu um autêntico golpe de mestre. Criara-se a ilusão de que os portugueses começariam a jogar na defensiva, para suportar a natural agressividade inicial das ambições do K. B. Mas o Benfica fez ao contrário: quando os dinamarqueses ainda nem estavam verdadeiramente em guarda assentou-lhes dois «directos» decisivos que levaram ao tapete as já frágeis possibilidades do campeão da Dinamarca. Ainda não decorrera um minuto e já o espantoso Eusébio batia Hagenau, ao marcar um «livre» com um remate notável. A defensiva dinamarquesa não terá tomado suficientes precauções para impedir a passagem da bola e com Eusébio isso paga-se muito caro.

Os campeões de Portugal não se deram ainda por satisfeitos e sucedeu-se uma série de ataques primorosos que faziam com que a defesa do K. B. andasse á deriva. Aos 3 minutos, o pequeno e veloz extremo esquerdo, Diamantino, recebeu a bola cabeceada por Torres e bateu o «keeper» adversário pela segunda vez. Tudo ficou esclarecido, e os adeptos do K. B., desfeitas as ilusões, entregaram-se no entanto ao prazer de um belo espectáculo que os portugueses prometiam.

Na verdade, durante mais uns vinte minutos, o Benfica maravilhou a multidão com o seu jogo de técnica primorosa, particularmente nas jogadas desenvolvidas por Coluna, Eusébio, Simões, e também pelo excelente defesa central, Humberto.

DIAMANTINO: no seu primeiro jogo no estrangeiro para a Taça dos Campeões Europeus, a proeza de marcar dois golos

Outra vez Diamantino, um pequeno e ladino diabrete, marcou o 3.º golo, e a partir daí o Benfica deu-se por satisfeito. Assistiu-se então á outra face de uma equipa profissional, que é de concentrar todo o seu interesse no resultado, poupando energias e alheando-se, friamente, da insatisfação dos apreciadores.

A reacção do K. B., que ainda antes do intervalo marcaria o 1.º golo, de «penalty», para chegar a 2-3 nos ultimos segundos do jogo, só foi possível porque o Benfica passou a ser «outra equipa» logo que se achou com um seguro de vida de três golos, que com os dois que trouxera de Lisboa, o colocaram ao abrigo de todos os «cataclismos» possíveis no futebol. Na verdade, os espectadores não gostaram que o Benfica lhes tivesse feito essa partida, mas todos compreenderam que se trata de uma equipa de categoria excepcional e, por isso mesmo, a sua fama não sofreu beliscadura, talvez se tenha mesmo reforçado.

Os dinamarqueses gostariam de ter visto jogar José Augusto, que há anos realizou, em Aarhus, uma exibição espantosa. Tiveram, no entanto, o prazer de verificar que Eusébio continua a ser um futebolista prodigioso, embora falhasse um tanto na sua melhor arma, que é o remate.

Dirigiu o jogo o árbitro Jones, do País de Gales.

BOLDKLUB — Hagenau; Jorgensen, Ravn, Moller e Fleming Pedersen; Anders Sorensen, Jan Sorensen (Jan Patersen) e Skouborg; Praest, Brage Andersen e Niels Krogdahl.

BENFICA — José Henrique (Nascimento); Malta da Silva, Humberto Coelho, Zeca e Adolfo (Jacinto); Toni e Coluna; Simões, Torres, Eusébio e Diamantino.

Golos: Eusébio, 30 segundos; Diamantino, 3 e 20 minutos; Skouborg, aos 30 e 90 m., o primeiro de «penalty».

TAÇA DAS TAÇAS — KUOPION, 0-ACADÉMICA, 1

LIÇÃO DE ESTUDANTES

KUOPIO (Finlândia), 2 — Informado de que esta equipa portuguesa que nos visitou — a da Associação Académica de Coimbra — é inteiramente formada por estudantes os entusiastas finlandeses logo lhe concederam uma simpatia prévia. Mesmo antes do jogo, esses alegres e expansivos rapazes de Portugal têm sentido que não estavam numa cidade dominada pela ideia de vencer a todo o custo, embora essa fosse a natural aspiração da equipa do Kuopion.

GERVÁSIO, o «capitão» da equipa da Académica realizou excelente actuação na Finlândia

Depois, ao longo da partida, a Académica fez com que essa simpatia continuasse, juntando-se-lhe a admiração por um futebol muito evoluído. Não será exagero dizer-se que a equipa de estudantes portugueses agradou mais que famosos grupos de profissionais que têm jogado na Finlândia. Por isso a sua vitória foi natural e o Kuopion pode agradecer á sua forte defesa e a um pouco de fortuna o facto de não ter perdido mais cedo as suas esperanças. O unico golo do jogo — afinal o unico da eliminatória — só foi conquistado 21 minutos depois do intervalo.

Não se pode dizer que o Kuopion tenha feito um mau jogo, simplesmente foi superado pela habilidade dos adversários, que jogam num estilo muito semelhante ao das equipas sul-americanas, isto é, dominando a bola com perfeição, usando o «dribling» e envolvendo o adversário numa rede de curtos e precisos passes.

O «capitão» do «team», Gervásio, mostrou a sua grande categoria. Apesar da sua pequena estatura e aparente fragilidade, foi o centro de toda a movimentação do «carroussel» português. Na linha intermediária, o moreno Rui Rodrigues foi desconcertante, pois parece muito lento mas chega sempre a tempo de ganhar as jogadas.

Por RAUNO USKI
(Especial para o «Diário de Lisboa»)

Os defesas da Académica dominaram com certa facilidade o ataque pouco ordenado do Kuopion, mesmo o pequeno «back» esquerdo que o publico muito apreciou pela sua bravura.

O unico defeito que se aponta ao futebol desta excelente equipa é o de não criar situações de golo em numero relativo ao seu amplo domínio dos segredos de um «association» ligado e rápido. Claro que a defesa do Kuopion teve os seus méritos, especialmente Martilla e Terasto. Também Kostifainen e Flink desempenharam bem o seu papel, não podendo, todavia, evitar que o grupo de Coimbra marcasse vantagem em quatro quintos do jogo.

O golo português foi fruto de uma recarga, de Néne, depois de um lance em que Phojolainen deteve um primeiro remate, mas não pôde afastar a bola suficientemente.

Dirigiu o jogo o árbitro holandês J. S. Dorpmans e as equipas alinharam:

KUOPION — Hänningen; Raatikkainen, Martilla, Terasto e Suomalinen; Rissanen, Kastifainen e Vaananen; Ilvetsalo, Flink e Lavesola.

ACADÉMICA — Maló; Curado, Alhinho, Belo e Araujo; Gervásio e Rui Rodrigues; Mário Campos, Manuel António, Néne e Vitor Gomes.

Substituições — Martilla por Heiskanen, no Kuopion (59 minutos) e Maló por Brassard, na Académica, aos 80.

Golo — Néne, aos 66 minutos.

Conta Juventude
BANCO DO ALENTEJO

A quarta-feira do optimismo

Foi bonito, sem dúvida. Nos cinco «jogos europeus» de ontem, quatro dos quais disputados nos países dos adversários, as equipas portuguesas não sofreram uma unica derrota, saldando-se a jornada com o resultado bem positivo de quatro vitórias e um empate.

Numa primeira linha de evidência terá de colocar-se o triunfo (4-1) dos setubalenses em Bucareste, não apenas pela clareza numérica dessa vitória, mas também porque o futebol romeno tem, actualmente, capacidade superior ao dos nórdicos e austríacos que defrontaram as outras equipas portuguesas.

No entanto, não podem subestimar-se os êxitos da Académica, que conseguiu na Finlandia a vitória que lhe fugira em Coimbra, e do Benfica, que foi a Copenhague desfazer, de um golpe, todas as ténues esperanças dinamarquesas.

Esperada, naturalíssima, a segunda vitória do F. C. Porto — desta vez nas Antas — sobre outra equipa dinamarquesa: a do Hvidovre. E longe de constituir uma decepção o empate do Sporting, que depois de 4-0 sobre os austríacos do Lask, não terá tido total ambição de novo triunfo, ficando-se por uma igualdade por 2-2.

Ao fim e ao cabo, as cinco equipas ficaram qualificadas para a eliminatória seguinte das respectivas provas. E esta quarta-feira terá recuperado um pouco do optimismo perdido através de um longo período de resultados pouco agradáveis das selecções nacionais e equipas de clube.

«TAÇA DAS FEIRAS»

Rapid, 1-Vit. de Setúbal, 4

OS PORTUGUESES INQUIETARAM A SELECÇÃO ROMENA...

BUCARESTE (Roménia), 2 — Não se pode dizer que tenha sido uma grande surpresa para os adeptos do Rapid, a eliminação da sua equipa, perante os portugueses do Vitória de Setubal. Havia algumas esperanças, mas reconhecia-se que seria muito difícil anular o «deficit» de dois tentos que vinha do jogo de Lisboa.

Surpresas foram, essas sim, que os portugueses viessem a Bucareste triunfar por margem ainda mais ampla, e que dominassem com muito desembaraço e muita perfeição o enervado e confundido grupo romeno.

A principal consequência de tudo isto, foi a de se ter perdido muito do optimismo com que se tem aguardado Roménia-Portugal do próximo dia 12, também aqui em Bucareste, jogo de extrema importancia no apuramento para o «Mundial» do México. Afinal, e ao contrário do que faziam supor os resultados da sua selecção na ultima temporada, o futebol português parece continuar a ser dos mais valiosos da Europa.

Por TUDOR EMINESCU
(Especial para o «Diário de Lisboa»)

Neste jogo, o Vitória de Setubal teve facilidades inesperadas, com a nota invulgar de ter beneficiado de três grandes penalidades, duas das quais o médio Wagner transformou em golos. Mas esses lances foram resultado do nervosismo dos defensores do Rapid, que não acertaram com a melhor forma de vigiarem os adversários, que deram uma demonstração de futebol de ataque, com a constante penetração dos seus médios (Tomé e José Maria principalmente) na área antagonista.

O africano José Maria é um jogador de belas qualidades, mas quase todos os outros mostraram grande subtileza no domínio da bola e muita lucidez para as jogadas de conjunto.

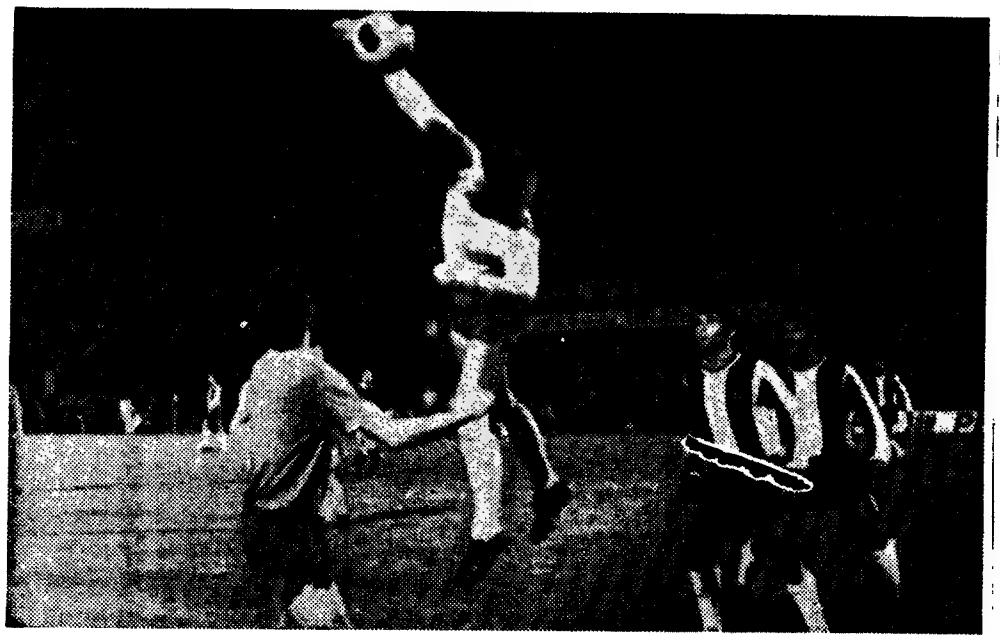
O Rapid teve uma actuação pobre, muito inferior, sem duvida, ao que lhe é possível — mas os portugueses tiveram a principal responsabilidade do seu fracasso.

Arbitrou o sr. Muzafer.

RAPID — Raducanu; Greavu, Lupescu, Dan Coe (Pop) e Musat; Marin e Dumitru; Petreanu, Sratt (Nastorescu), Neghu e Codreanu.

V. DE SETUBAL — Vital; Conceição («capitão»), Cardoso, Herculano e Carriço; Tomé, José Maria e Wagner (Baptista); Guerreiro, Figueiredo (Arcanjo) e Jacinto João.

Golos: 25 minutos, Wagner («penalty»); 36 m., José Maria; 59 m., Wagner («penalty»); 64 m., Figueiredo; e aos 77 m., Marin.



O guarda-redes do Huidovre foi figura destacada do jogo. Ei-lo a neutralizar uma avançada dos dianteiros portistas

TAÇA DAS FEIRAS: F. C. PORTO, 2-HVIDOVRE, 0

SE HOUVESSE TALENTO...

As Antas quase encheram. Cinco centenas de contos demonstram o interesse do público do Porto pelo futebol, isto não obstante a equipa estar longe da boa forma e dos dinamarqueses, batidos por 2-1 na primeira «mão», também não terem cartel. A estreia do brasileiro Salim não chega. O futebol com todo o seu feitiço, esse sim.

Os «azuis e brancos» desmentiram a sua incaracterística forma actual, nem os visitantes conseguiram dizer que saíam vencidos mas não convencidos. Faltou talento a uns e a outros. Aos portuenses para golear, aos forasteiros para discutir.

Os portuenses repetiram erros. A equipa só em escassos momentos jogou e finalizou como devia e então, fez dois golos, promessa dos muitos que poderia fazer contra um grupo que, mesmo perdendo, só tarde deixou de fazer o «ferrolho» por intermédio do seu incansável Klaus Petersen.

O primeiro aos 24 minutos, feito pelo recruta Salim foi o exemplo de como a atlética e fechada defesa do Hvidovre era aturdida e fàcilmente batida quando os portuenses com a bola a correr pela relva e sem delongas, desviaram as atenções para um flanco acabando o lance com o cruzamento. O segundo, obteve-o Rolando, num remate de longe. Os outros, Hildebrandt esteve estupendo em duas defesas negando golos que se adivinhavam, quando os remates saíram dos pés de Helder Ernesto e de Rolando. Todos sabem das dificuldades que qualquer equipa terá em vencer os dinamarqueses, atléticos, decididos, ríspidos até, mas, repita-se, o Porto nada fez para tornear essas dificuldades.

Só com um extremo — Nóbrega, ontem incansável em correr com a bola e tardio em soltá-la, ele que até é «mestre» nos centros — os «azuis e brancos» afunilaram o jogo, repetindo «tabelinhas» a curta distância a dar tempo aos adversários para preencherem todos os espaços. E não raro se viu, dois ou três avançados portistas a lutarem contra quatro defensores.

Culpas terá tido por igual o meio campo, apesar de Rolando ter sido uma vez mais incansável e Pavão ter mostrado como se lança um dianteiro. Fê-lo poucas vezes e quando o fez Helder Ernesto não lhe deu sequência. Quando assim é as culpas dividem-se.

Salim foi a estreia. Foi foco de interesse. Fez um golo, todo oportunidade, fez vários remates que ninguém esperaria, deu jogo e recebeu. Embora, naturalmente, «recruta» teve exibição positiva.

Dos visitantes, pouco há a dizer. Dois jogadores, quando muito três, marcaram posição: o guardião Hildebrant, talvez o mais destacado do «onze» o unico com classe evidente, Klaus Petersen operoso no seu duplo papel e Leif Sorenseu, o «capitão» que mercê do seu temperamento, deixou a equipa reduzida a dez unidades quando ainda faltava cerca de meia hora para jogar.

O espanhol Medina Iglesias apitou muito, segurou o jogo mas ajudou também a quebrar-lhe o ritmo.

LOBO DA ROCHA

TAÇA DAS FEIRAS—LASK, 2-SPORTING, 2

BRIO AUSTRÍACO NUMA CAUSA PERDIDA

LINZ (Áustria), 2 — Dois erros da defesa impediram que o Sporting, de Lisboa, repetisse a vitória sobre os austríacos do Lask, no segundo jogo da primeira eliminatória da Taça das Cidades com Feira.

O resultado final foi um empate a dois golos, o que não deixa de ser uma merecida recompensa para a equipa de Linz, que procurou briosamente uma vitória, mesmo estando já perdida a causa da qualificação.

O Sporting não fez uma exibição muito regular, ao contrário, teve períodos de excelente futebol e outros de desacerto e menos aplicação. Ao contrário, a turma austríaca fez da aplicação a sua principal virtude e esteve muito perto de alcançar uma saborosa vitória — saborosa justamente por se tratar de um adversário de excelente categoria. Essa categoria esteve bem presente nos movimentos do «onze» português e na capacidade individual dos seus jogadores, e os referidos períodos de desacerto não chegaram para criar dúvidas sobre a sua força.

Os portugueses estiveram duas vezes em vantagem (1-0 e 2-1) mas o Lask lutou sempre com denodo, parecendo indiferente ao facto de ter a eliminatória perdida com o 4-0 de Lisboa. Bem impulsionados pelos seus companheiros da retaguarda, Wurdinger, Wieger e Leitrel II tentaram com desespero marcar na baliza de Damas, mas os portugueses foram sempre mais ameaçadores quando atacaram e a 8 minutos do intervalo marcaram o seu primeiro golo, pelo médio Gonçolves que se adiantou para a área. Cinco minutos depois, no entanto, Wurdinger repôs a igualdade e terá de agradecer aos defensores a

Por ROLF ZACHLEDER
(Especial para o «Diário de Lisboa»)

liberdade em que o deixaram, mas também houve infortúnio do «stopper» Baptista, que se desequilibrou e caiu.

Depois do intervalo o Sporting, embora com certa lentidão, voltou a ser mais perigoso no ataque e por duas vezes a bola embateu na madeira da baliza de Harreither. Aos 22 minutos, porém, Lourenço que entrara em substituição de Màrinho, rematou fortemente a finalizar uma jogada de «canto» e o Sporting passou outra vez a ganhar. Finalmente, a nove minutos do final da movimentada partida, Leither II teve o prémio pessoal da sua boa actuação, ao aproveitar uma indecisão do guarda-redes e defensores portugueses para obter o golo do empate.

Não está em causa a maior categoria do grupo de Lisboa, que possui jogadores de outra riqueza técnica, nomeadamente Nelson, Peres, Gonçalves e o excelente Hilário.

O empate foi, todavia, bem conquistado pelo Lask, que teve o mérito de esquecer o jogo de Lisboa para disputar esta partida com o brio e a bravura de quem ambiciona uma qualificação que já não estava no programa.

O jogo foi dirigido por uma equipa de arbitragem da Alemanha de Leste, chefiada por Bader, e as equipas apresentaram:

LASK — Harreither; Kiesenebner, Sturmberger («capitão»), Pichler (Schmidt) e Viehböck; Chico e Bubernik (Leitner II); Wurdinger, Wieger, Leitner II e Nedvid.

SPORTING — Damas; Pedro Gomes, Alexandre Baptista («capitão»), Caló e Hilário; Gonçalves e Pedras; José Morais, Nelson, Màrinho (Lourenço) e Peres (Celestino).

GONÇALVES, o marcador do 1.º golo e um dos melhores jogadores do Sporting em Linz

VITÓRIA DE GUIMARÃES: BERNARDO-DA-VELHA DEFESA OU AVANÇADO

OSTRAVA, 2 — Depois de uma acidentada viagem até Ostrava, o Vitória de Guimarães prepara-se para, á semelhança das outras cinco equipas portuguesas que ontem actuaram em provas europeias, passar á eliminatória seguinte.

«Mas para conseguir esse objectivo, não vamos pensar apenas em defender o golo marcado em Guimarães, no primeiro desafio» — garante o técnico Fernando Caiado, agora ao serviço dos vimaranenses. — *«Procuraremos, de início surpreender o nosso adversário, com a intenção de alcançarmos mais um tento que fortaleça as nossas aspirações»* — acrescentou.

Entretanto a equipa portuguesa anunciou já a formação que defrontará o Banik, logo á tarde, no jogo da segunda mão da primeira eliminatória da Taça das Feiras, e que será: Rogão; Costeado, Pinto, Joaquim Jorge e Silva; Artur, Peres e Castro; Manuel, Mendes e Carlos Manuel.

O treinador do Vitória de Guimarães pensa, no entanto, utilizar também Bernardo da Velha, o antigo jogador do F. C. Porto, e que fará assim a sua estreia na equipa que agora representa.

Todavia, a sua inclusão no «onze» deverá fazer-se no decurso do jogo, uma vez que Fernando Caiado só então decidirá qual a função a atribuir a Bernardo da Velha: ou como defesa, numa missão de «pronto socorro» colocado á frente dos companheiros de sector, ou no compartimento dianteiro, se a turma tiver necessidade de forçar o ataque.

Por outro lado, o Banik não alterou os seus hábitos. Não fez estágios e anunciam-se muitas ausências, que não são, porém, consideradas entre os portugueses, pois crê-se que se trata de um «bluff» para perturbar os planos do antagonista.

O desafio será dirigido pelo árbitro romeno Canstantin Barbulescu.

OS 22 PARA BUCARESTE

A Federação Portuguesa de Futebol remeterá hoje á Federação Internacional a relação dos vinte e dois jogadores que podem ser utilizados no próximo Roménia-Portugal, a disputar no próximo dia 12, em Bucareste.

Tudo leva a crer que os 22 indicados serão os seguintes:

GUARDA-REDES (3) — Damas, Armando e Vital.

DEFESAS (7) — Pedro Gomes, Alexandre Baptista, Humberto Coelho, Caló, Hilário, Carriço e Conceição.

MÉDIOS (6) — Rolando, Peres, Gonçalves, Toni, Rui Rodrigues e José Maria.

AVANÇADOS (6) — Eusébio, Simões, Torres, Nelson, Jacinto João e Márinho.

Peres magoou-se no jogo de ontem, em Linz. No caso de ser considerado irrecuperável até á data do jogo, será substituído nesta relação por outro sportinguista: Pedras.

1969

Concurso Hípico Internacional Oficial de Lisboa

DE 4 A 12 DE OUTUBRO

2 provas diárias — 12 h. 30 m. e 15 h. 30 m.

Sábado — Provas ao cronómetro

Domingo — Provas: Regularidade por estafetas e Escolha o seu Percurso

3.ª Feira — Provas: Ao Cronómetro e Potência

FEDERAÇÃO DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA

Prova anual do direito ao abono de família e à assistência clínica

De harmonia com as disposições legais em vigor, os beneficiários das Instituições de Previdência Social deverão, anualmente, fazer prova de que subsiste o direito ao abono de família e à assistência clínica, em relação aos respectivos familiares, que venham usufruindo tais benefícios.

Para o efeito, e em complemento das instruções distribuídas ou que venham a ser distribuídas directamente pelas Caixas de Previdência, considera-se conveniente lembrar a todos os interessados as referidas disposições, cujo não cumprimento provocará a suspensão do pagamento do abono de família e da concessão da assistência clínica:

I — PROVA ANUAL

Através de atestados passados pelas Juntas de Freguesia em impresso adequado, gratuitamente fornecido pelas Caixas de Previdência, deverá ser comprovado que se mantêm as condições que deram lugar à atribuição do abono de família e assistência clínica em relação aos familiares.

A entrega deste documento nas Caixas de Previdência deverá ser efectuada **até 31 de Outubro p. f.**, sob pena de suspensão do direito às regalias que vêm a ser usufruídas.

II — ESCOLARIEDADE

A) — **Escolaridade obrigatória:**

A escolaridade obrigatória observa-se até aos 14 anos e só cessa com a habilitação com o ciclo complementar do ensino primário (aprovação no exame da 6.ª classe) ou com o ciclo preparatório necessário para o ingresso em qualquer ramo do ensino secundário.

Como a concessão do abono de família devido pelos descendentes com idade, em 31 de Dezembro, igual ou superior a 7 e inferior a 14 anos, está legalmente condicionada à prova de matrícula nos citados cursos ou de habilitação com os correspondentes exames, os beneficiários que estejam a receber abono de família por descendentes cuja idade os sujeita à escolaridade obrigatória, devem entregar nas instituições por intermédio das quais estejam a receber abono de família, certificados escolares de matrícula ou habilitação, consoante os casos, **ATÉ 31 DE OUTUBRO DE 1969.**

A FALTA DE ENTREGA OU A ENTREGA FORA DO PRAZO DOS DOCUMENTOS ACIMA REFERIDOS ENVOLVE O NÃO PAGAMENTO DO ABONO DE FAMILIA A PARTIR DO MÊS DE NOVEMBRO E ATÉ AO MÊS EM QUE ESSE DOCUMENTO DER ENTRADA NAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA, INCLUINDO UM E OUTRO DOS MESES REFERIDOS.

B) — **Escolaridade facultativa:**

Os descendentes que tiverem completado 14 anos só conferem direito ao abono de família e à assistência médico-medicamentosa até aos 18, 21 ou 24 anos, se, respectivamente, estiverem matriculados em curso secundário, médio ou superior, com comprovada frequência escolar. Os menores que sofram de incapacidade que impossibilite a matrícula em qualquer dos cursos referidos, conferirão direito àqueles benefícios até aos 16 anos, desde que seja efectuada prova de frequência em escolas de reeducação para anormais.

Assim, para comprovação das correspondentes situações escolares, devem os beneficiários entregar nas respectivas Caixas de Previdência até 31 de Dezembro de 1969, consoante as situações, documento passado por estabelecimento de ensino comprovando a frequência até ao final do ano lectivo de 1968/69 e a matrícula na época escolar de 1969/70, **SOB PENA DA PERDA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA MÉDICO-MEDICAMENTOSA E AO ABONO DE FAMÍLIA ATÉ AO MÊS, INCLUSIVÉ, EM QUE FOR EFECTUADA A PROVA EXIGIDA.**

III — PROVA DE INVALIDEZ

Não se observa qualquer limite de idade ou condição de escolaridade para os descendentes que sofram de invalidez geral.

Os beneficiários que estejam a usufruir regalias por descendentes nas referidas condições, devem apresentar, também **até 31 de Dezembro p. f.**, atestado passado por médico do posto ou delegação clínica da Previdência Social que os abranja, provando que se mantém a incapacidade.

Qualquer esclarecimento referente a situações específicas ou informação mais detalhada sobre o teor do presente aviso, será prontamente prestado pelos respectivos Serviços das Caixas.

Lisboa, 22 de Setembro de 1969

A DIRECÇÃO

QUANDO VIVER FELIZ EM CONJUNTO SIGNIFICA EM PARTE, VIVER BEM...

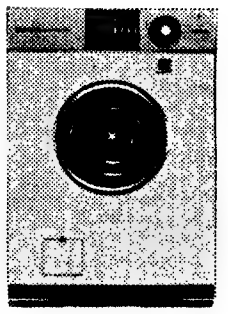
ELE PARA ELA EXIGE

NAONIS

NAONIS oferece entre muitas vantagens:

- *Programa de lavagem especializado*
- *Super automatismo completo*
- *Cesto de lavagem de aço inoxidável*
- *Suspensão com amortecedores hidráulicos*
- *Operações de lavagem sem qualquer fadiga*

NAONIS — máquinas de lavar • frigoríficos • fogões televisores • máquinas de lavar loiça



67-na-05-ml

Dist. Gerais: J. J. GONÇALVES, SUCRS. S. A. R. L.
Lisboa - Porto - Agentes em todos os distritos

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EDITAL

PAVIMENTAÇÃO A MACADAME, REVESTIMENTO BETUMINOSO E OBRAS ACESSÓRIAS DE UM TROÇO DA E. M. 528-1 ENTRE BULHACO E TRANCOSO DO MEIO

LUÍS ROSADO FÉRIA THEOTÓNIO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA:

FAZ SABER que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 23 de Setembro de 1969, deliberou abrir concurso público, pelo prazo de 20 dias, a terminar às 15 horas do dia 20 de Outubro de 1969, para a empreitada de obras em epígrafe, conforme a seguir se indica:

BASE DE LICITAÇÃO	334.980$00
DEPÓSITO PROVISÓRIO	8.374$50

O depósito definitivo será de 5% do valor da adjudicação.

Para ser admitido ao concurso é necessário apresentar documento comprovativo de ter efectuado o indicado depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações à ordem deste Município, mediante guia preenchida pelos próprios interessados, segundo o modelo que figura no programa de concurso.

O programa de concurso e caderno de encargos estão patentes todos os dias úteis, durante as horas regulamentares, nos Serviços Técnicos de Obras e Urbanização deste Município.

Paços do Concelho de Vila Franca de Xira, 1 de Outubro de 1969.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,
Luís Rosado Féria Theotónio

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIAIS

BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS

CONCURSO DE ADMISSÃO PARA SAPADOR BOMBEIRO RECRUTA

Para conhecimento se anuncia que se encontra prorrogado até ao dia 19 de Outubro de 1969, o concurso de admissão para sapador bombeiro recruta do Batalhão de Sapadores Bombeiros de Lisboa, devendo os interessados dirigirem-se à Secretaria do mesmo Batalhão, sita na Avenida D. Carlos Primeiro, em Lisboa, onde se prestam todos os esclarecimentos.

Lisboa e Paços do Concelho, em 23 de Setembro de 1969

O PRESIDENTE,
Antônio Vitorino França Borges

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

CONCURSO N.º 1/70
Fornecimento de Fio de Sutura

CONCURSO N.º 2/70
Fornecimento de Cat-Gut

Recebem-se propostas **até às 9,30** horas do dia 23 de Outubro próximo para os mencionados concursos.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições do H. de S. José, em qualquer dia útil das 9 às 11,30 e das 14 às 16 horas, as respectivas condições, excepto aos sábados que é das 9 às 12 horas.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 29 de Setembro de 1969

O CHEFE DO SERVIÇO
a) **Alexandre Pinheiro**

CARTAZ DOS CINEMAS

Estreia de hoje — DIABO À SOLTA — São Jorge

MUNDIAL
(M. 12 anos) Tel. 538743
Às 18.30 e 21,45
Finalmente em Portugal o famoso filme com **Gary Cooper** e **Ingrid Bergman**
POR QUEM OS SINOS DOBRAM
Inspirado no célebre romance de **Ernest Hemingway**

Metro — Estação Picoas

SÃO LUIZ
(Adultos) Tel. 327172
Às 15.15, 18.15 e 21.30
Um filme de FRANCESCO MASSELI segundo o romance de ALBERTO MORAVIA
OS INDIFERENTES
c/ Claudia Cardinale, Rod Steiger e Shelley Winters

ALVALADE
(Adultos) Tel. 763080
Às 15.45 e 21.45
CLAUDIA CARDINALE e ROD STEIGER em
OS INDIFERENTES

VOX
(M. 21 anos) Tel. 720806
Às 18.30 e 21,45
14.ª SEMANA DE ENCHENTES
HELGA
(O segredo da maternidade)
comentado em português
(Ar condicionado)
AVISO:
É indispensável a apresentação do bilhete de identidade, quando haja dúvida da avaliação da idade.

CHIADO TERRASSE
(Adultos) Às 15 e 21 h.
COLORIDO
A PISCINA (La Piscine)
com **Alain Delon** e **Romy Schneider**

LIDO
Praça D. João I — AMADORA
Às 21.30 (M. 12 anos)
Um filme cheio de acção totalmente passado na selva africana!
A ESTRELA DO SUL
com **Ursula Andress** e **Orson Wels**

RESTELO
(M. 17 anos) Tel. 610375
Às 21.30
OS CRIMES DE DILLINGER
com **Nick Adams** e **Mary Ann Molley**

TIVOLI
(M. 12 anos) Tel. 50595
2.ª semana de gargalhadas
Às 3 e 6.15 da tarde (a p. r.) e 9.30 da noite
UM ESPECTÁCULO DE GARGALHADA SEM FIM!
O GENDARME CASA-SE
com **LOUIS DE FUNES**

EDEN
(M. 6 anos) Tel. 820768
Às 15.15, 18.30 e 21.45
4.ª SEMANA
ÚLTIMOS DIAS
O extraordinário filme de
WALT DISNEY
O LIVRO DA SELVA

ODEON
(M. 12 anos) Tel. 326283
Às 15.15 e 18.15 (P. r.) e 21.30
UMA ADMIRÁVEL NOVIDADE EM «HUMOR NEGRO»
OS VINGADORES
(Aventuras de Steed e Peel)
com o famoso par da televisão **Patrick Magnee** e **Diana Rigg**
Tecnicolor

CONDES
(Adultos) Tels. 322523-326710
Às 15.15, 18.15 e 21.30
Em 2.ª SEMANA
OS COMEDIANTES
70 mm
Richard Burton, Elizabeth Taylor, Alec Guinness e Peter Ustinov
(Ar condicionado)

POLITEAMA
(M. 12 anos) Tel. 32 63 05
HOJE: 15.15 (P. r.) e ás 21.30
EM 2.ª SEMANA TRIUNFAL
COMISSÁRIO X 3 PANTERAS AZUIS
com **Tony Kendall** e **Brad Harris**
Mais aventuras .. Mais mulheres... Mais acção . Mais «suspense»...
Eastmancolor

HOJE, ás 18.30 (Adultos)
SESSÃO CLÁSSICA

IMPERIAL
(M. 12 anos) Tel. 45933
Às 21 horas
OS MILIONÁRIOS
BEAU GESTE

CASINO ESTORIL
(M. 12 anos) Tel. 260729
Às 17 e ás 21.30
BRINCADEIRAS PROIBIDAS
com **Brigitte Forsey**

ROMA
(Adultos) Tel 727778
Às 15.30 e 21.45
EM 2.ª SEMANA
Uma novela de Graham Greene
OS COMEDIANTES
com Richard Burton, Elisabeth Taylor, Alec Guinness e Peter Ustinov
70 m/m PANAVISION ALETROCOLOR

MONUMENTAL
(M. 17 anos) Tel. 555131
Em 3.ª SEMANA
Às 15.15, 18.15 e 21.30
A mais bizarra concepção de sexo na era do espaço
BARBARELA
com Jane Fonda e Ugo Tognazzi

AVIS
À tarde: M. 6 anos Tel. 47163
À noite: M 12 anos
Uma comédia sensacional com **Bourvil**
O ÁS DO PEDAL
Eastmancolor — Franscope

ESTÚDIO 444
(Adultos) Tel. 779095
Às 15.30, 18.30 e 21.45
2.ª SEMANA
O mais discutido filme de Alain Resnais
AMO-TE, AMO-TE
c/ Claude Rich, Olga Georges-Picot

IMPÉRIO
(Adultos) Tel. 555134
Às 15.15 e 21.30
EM 2.ª SEMANA
A última obra de CLAUDE CHABROL
A MULHER INFIEL
com **Stephan Audran** (a mulher), **Michel Bouquet** (o marido), e **Maurice Ronet** (o outro).

ESTÚDIO
(Adultos) Tel. 555134
Às 15.30, 18.30 e 21.45
8.ª SEMANA
A obra fundamental de Roman Polanski
REPULSA
com **Catherine Deneuve** e **Ivonne Furneaux**

LIZ
(Adultos) Tel 48560
Às 21 h
O ROUBO DA PIETÁ
CHAMADA PARA A VIDA

SÃO JORGE
(M. 17 anos) Tel. 54153
HOJE, ÀS 21.30 — ESTREIA
A INAUGURAR A NOVA TEMPORADA
O DIABO À SOLTA
com **Yves Montand** — **Maria Schell**

Às 15.15 - 18.15
VIVER, AMAR, MORRER
(M. 17 anos)

EUROPA
(Adultos) Tel. 661016
Às 15.15 e 21.30
BARBRA STREISAND e OMAR SHARIFF em
FUNNY GIRL
(Uma rapariga endiabrada)

OUTROS ESPECTÁCULOS

CIRCO

COLISEU — Às 21 e 30: «Grande Companhia Internacional».

TEATROS

A B C — Às 20 e 45 e ás 23: «Eno, já fala» (17 anos).
TRINDADE — Às 21 e 30: «Silva Vicentina» (12 anos).
VILLARET — Às 21 e ás 23 h.: «Amor ás riscas» (17 anos).
MONUMENTAL — Às 20 e 45 e ás 23: «Ri-te, Ri-te» (17 anos)
VARIEDADES — Às 21 e 45: «Os direitos da mulher» (17 anos).
VARIEDADES — Às 21 e 45: «Os direitos da mulher» (17 anos).
LAURA ALVES — Às 21 e 45: «A Moça» (17 anos).

CINEMAS

JARDIM — Às 21: «O estrangulador de Boston» (17 anos).
PROMOTORA — Às 21: «O segredo de Bill North» (12 anos).
PARIS — Às 21: «Terra Sangrenta» (17 anos).
ARCO ÍRIS — Às 21: «Matt Helm não perdoa» (17 anos).
CINEARTE — Às 21: «As diabólicas» (17 anos)
MOSCAVIDE — Às 21: «O escroque elegante» (17 anos).
OLIMPIA — Às 19: «Ódio por ódio» (12 anos)
CINE-ORIENTE — Às 21: «Morto ou vivo» (17 anos).
VOZ DO OPERÁRIO — Às 21 h.: «Os canhões de Navarone» (12 anos).
UNIVERSAL — Às 21 h.: «Como matei Rasputine» (12 anos).
IDEAL — Às 21 h.: «A espada de Ali Babá» (12 anos).

● Outra Banda

ALMADA — INCRÍVEL — Às 21 e 15: «Serviço secreto italiano» (17 anos).
COSTA DA CAPARICA — CINE-COPACABANA — Às 21: «Poucos dólares para Django» e «relíquia macabra» (12 anos).
COVA DA PIEDADE — UNIÃO ARTÍSTICA — Às 21 e 15: «Um bastardo na «roda» (12 anos)

● Linha de Cascais

ESTORIL — CASINO — Às 17 e ás 21 e 30: «Brincadeiras proibidas» (12 anos).
CASCAIS — S. JOSÉ — Às 21 e 30: «O doce corpo de Deborah» (17 anos).

● Linha de Sintra

VENDA NOVA — CINE-PORTUGAL — Às 21 e 15: «Oliver» (12 anos).
AMADORA — RECREIOS DESPORTIVOS — Às 21 e 15: «Viuvo... mas alegre» (17 anos).
MEM MARTINS — CINE-CHABY — Às 21 e 30: «Começou em Nápoles» (17 anos).
SINTRA — CARLOS MANUEL — Às 21 e 30: «Tobruk» (12 anos).

Primeiras exibições

(Continuação da 6.ª página)

nuída, como se fosse um PROMONTÓRIO, como se fosse a CASA dos teus AMIGOS ou a TUA PRÓPRIA; a MORTE de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do GÉNERO HUMANO. E por isso não perguntes por quem os sinos dobram; eles dobram por TI». (John Donne).

LAURO ANTÓNIO

● NO ODEON

TÍTULO — «Os Vingadores».
REALIZAÇÃO — Robert Ray.
INTÉRPRETES — Patrick McGnee e Diana Rigg.

Suficientemente conhecidos da Televisão. «Os Vingadores» aparecem agora no «écran» do Odeon. O filme retoma o fio habitual, de aventuras e humor da série, que tem, como se sabe, numerosos adeptos.

Mr. Steed e Mes. Peel são agora interpretados por Patrick McGnee e Diana Rigg, que compõem a figura imperturbável do primeiro e a personalidade fascinante da segunda.

O filme conta-nos duas histórias, com cenas de violência e suspense em doses suficientes.

Noutros papéis: Cristopher Lee, eremy úong, Phillip Levine, Brian Clemens, etc. Realização de Robert Ray.

Complementos variados.

V.

O 65.º aniversário da Promotora

Por motivo do seu 65.º aniversário, a Sociedade Promotora de Educação Popular leva a efeito uma sessão solene, na sua sede, no próximo domingo.

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

● Em Lisboa — Turno C

ALVALADE — Sanex Av do Brasil, 3-C (776905) * Aeroporto Av Gago Coutinho, 01-D (á Av D Rodrigo da Cunha) (722384 * Rio de Janeiro, Av Rio de Janeiro, 4-C (á Av Estados Unidos da América — (721409)
ALCÂNTARA — Vieira Rosa, Rua Prior do Crato, 14 (660 87)
ALMIRANTE REIS — Castro, Av Almirante Reis, 16-A (44373)
ALTO DO PINA — Ibéria, R Barão de Sabrosa, 135-A (á Alameda) (728477)
AVENIDAS NOVAS — Campo Pequeno, Av do Republica, 58-D-E (77166) * Figueiras, Av Marquês de Tomar 20 (44995) * Cruz Nunes, Pr Duque de Saldanha, 4 (4 845, * Novais, Av Luis Bivar, 1-3 (44324)
ARCO DO CEGO — São Jorge, Av Rovisco Pais, 52-A-B (534027)
AREEIRO — Algarve, Av de Roma, 7-B (777478)
ARROIOS — Bastos, Rua Morais Soares, 91-F (844350).
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO — Ascenso, R 27, n 41 (811216)
BAIXA — Silva Carvalho, R dos Fanqueiros, 26 (326575).
BELÉM — Bom Sucesso, R Bartolomeu Dias, 63-A (61454)
BENFICA — Santa Cruz, Av Gomes Pereira, 34-A (704828) * Vitex, Est de Benfica, 373-B (780548) * J Ribeiro, Estrada da Luz 199-A (780969).
CAMÕES — Senitas, Pr Luís de Camões, 24 (322798)
CAMPO DE OURIQUE — Pinheiro, R de Campo de Ourique, 131-133 (686640) * Elma, Rua D. Mario Pia, 358-A (686176) * Urbano, de Freitas, Rua Silva Carvalho 1-9 (662838)
CAMPO DE SANTANA — Silmar, R de S. Lázaro, 128 (42829).
ENTRECAMPOS — São Miguel, Pr Francisco de Morais, 1 (77469)
ESTRELA E LAPA — Tagus, Proceto da R. Possidónio da Silva, 62-A (669485) * Mota Capitão, Rua de São Félix, 45-A (660720)
GRANDE GRANDE — Cabrita, C Grande, 220-222 (772397)
CHARNECA — São Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 — Galinheiras (790969)
CAMPOLIDE — Júdice de Oliveira, R de Campolide, 54-A (684424)
GRAÇA — Silva, Calçada de St.º André, 16 (862074) * Branquinho, Rua dos Sapadores, 87 (842725).
ESTEFÂNIA — Pancada, R Rebelo da Silva, 9 (43340)
JANELAS VERDES — Reis Garrido, R das Jan. Verdes, 90 (662327)
LUMIAR — Central do Lumiar, R. do Lumiar, 17 (790480).
MARQUÊS DE POMBAL — Liberal Av da Liberdade, 219 (43641)
OLIVAIS — Central dos Olivais, Rua Alferes Barriaro, Ruas 1-C Olivais-Norte (315539) * Antunes Rosas, R C I para o Praça Cidade do Luso Olivais-Sul (313610)
PICHELEIRA — Luzmar R João do Nascimento Costa 6-A (728395-720703)
RATO — Vicente de Jesus Largo do Rato, 3-C-D (68 947)
REGO — Laranjeiras, R Filipe da Mata, 60-62 (76 085)
RESTELO — Belém, R Tristão Vaz 0-A (á Encosta do Restelo) (61248)
SANTO AMARO — Gomes, Sucs., R da Junqueira, 326 (638 93) * Costa, R dos Lusíadas, 32 (636704) * Dilena, R Aliança Operária, 49-A-B (636620)
DE SANTA APOLÓNIA AO BEATO — Conceição, Calç D Gastão, 30-32 (381279)
S. BENTO — Fenix, R do Crus. dos Polais, 52 (67853).

● Linha de Cascais

ALGÉS — Branco — Av Comb a Guerra, 29 (Tel 21070).
CAXIAS — Nova — Rua Bernardim Ribeiro, 7-A (Tel 242839)
PAÇO DE ARCOS — Godinho da Silva — Av.º Patrão Lopes, 4 (Tel 243 2039)
OEIRAS — Central, R João Teixeira Simões, 8 (2430058)
PAREDE — Alsir — Av Gago Coutinho — B das Caixas de Previdência (Tel 247 2948)
ESTORIL — S. João (Tel 261186)
MONTE ESTORIL — Ostende, Rua de Espinho, 1 (260391)
CASCAIS — Cordeiro — Av Comb G. Guerra, 40 — (Tel. 280170); Nova — Est de Alvide — Fontainhas (Tel 281044)

● Linha de Sintra

AMADORA — Caveca — R. Elias Garcia, 209 (Tel 930019); Fiuza — R. Elias Garcia, 78-B (Tel 932485); Confiança — Av.º D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (Tel 938149)
DAMAIA — Confiança, Estrado Militar, Lote D (971023).
QUELUZ — Correia, L. do Mercado, 3 (950905) * «Zeller, R do Republica, 83 (950045)
CACÉM — Central — R. Elias Garcia 55 (Tel. 2940034).
MEM MARTINS — Quimia — Est Mem Martins, 285 (T. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA — Valentim (Telef 980456)
SINTRA — Marrazes — L. Rainha D Amélia, 26 (T. 980155).
COLARES — Colares — Abraão (Tel. 299099).

● Outra Banda

ALCOCHETE — Nunes — L. Coronel Ramos da Costa, 0 (Tel 234 37)
ALHOS VEDROS — Portugal, Av. do Belo Rosa 8 (224250)
ALMADA — Central — R. de Olivença, (Te 270504)
BAIXA DA BANHEIRA — Nova Fátima — Estrada Nacional, 22-B (Te 224'4)
BARREIRO — St.ª Marta — R do Lavradio, 11-C (Tel 2272 41).
COVA DA PIEDADE — Atlântico, Quinto do Pombal, (274365)
MOITA — União Moitense — Av.ª Dr Teófilo Braga (Tel 239025).
MONTIJO — Giraldes — R Almirante Reis 45 (Tel 230008)
SESIMBRA — Leão Av Salazar (229471)
SETÚBAL — Soromenho — P Machado Santos (Telef 22691); Alice — P do Quebedo (Tel 23743)
SEIXAL — Soromenho — R Paiva Coelho, 38 (Te 22 8560

SERVIÇOS URGENTES

Telefones

ÁGUA, GÁS e ELECTRICIDADE — Companhia das Águas 861353 * Companhias Reunidas, 537011 * Gazcidla 538821 * Gazcidla idem e feriados, 382069

BOMBEIROS — Sapadores 322222 * Voluntários, 538524

POLÍCIA e G. N. R. — Serviço de emergência, 115 * Segurança Publica, 866141 * Judiciária, 535380 * Marítima, 326456 * Internacional, 362721 * Viação e Trânsito, 42205 * G.N.R. (área rural), 36865

SAÚDE — Cruz Vermelha, 865342 * Enfermagem permanente, 766161 * Enfermagem de urgência, 43738 * Hospital de Santa Maria, 775171 * Hospital de S. José, 860131 * Sangue, oxigénio e soros, 771168 * 771169 * Transfusões, soros * oxigénio, 538524 * Centro de Intoxicações (informativo), 767777, 761176 e 763456.

TRANSPORTES — Aeroporto, 720111 * Caminhos-de-ferro (C. P.), 869029 * Caminhos-de-ferro (Estoril), 861121 * Estação fluvial (T Paço), 325345 * Estação Marítima de Alcântara, 663195 * Estação Marítima de Rocha, 672445 * Estação fluvial (Belém), 638511.

BOM APETITE

CASTANHEIRA
E. da Torre - Lumiar - 790168
ESPECIALIDADES DIÁRIAS
AOS SÁBADOS E DOMINGOS ORQUESTRA PRIVATIVA DESTE RESTAURANTE
(M 15 anos)

POPFADO
(M. 17 anos)
UM RESTAURANTE EM QUE SE OFERECE QUALIDADE
BAR-BOITE
A PARTIR DAS 23 HORAS
COM O CONJUNTO DE
HELDER REIS
Rua Ferreira Lapa, 38-D (à Av. Duque de Loulé)

NOVO RESTAURANTE SALÃO DE CHÁ NO POSTO SHELL EM
AZEITÃO
ESTRADA LISBOA - SETUBAL
Telef. 22 82 44
LOCAL APRAZÍVEL PARA ALMOÇAR E TOMAR CHÁ

RESTAURANTE
CHURRASCO
ABERTO ATÉ ÀS 3.30 H.
Rua das Portas St.º Antão, 83
Telef. 323059

RESTAURANTE
QUINTA DE S. VICENTE
Telheiras de Cima, 144
Telef. 790211
Aos Sábados e Domingos
JANTARES DANÇANTES
com o conjunto privativo
AMBIENTE FAMILIAR
AR CONDICIONADO
Parque privativo para automóveis
(Encerrado às 3.ªs-feiras)
(Maiores de 15 anos)

CHOUPAL
CERVEJARIA E RESTAURANTE
SERVIÇO REQUINTADO
AMBIENTE SOSSEGADO
AR CONDICIONADO, MÚSICA GRAVADA
ABERTO ATÉ ÀS 3.30 DA MADRUGADA
RUA DO SALITRE 9 (Junto ao Parque Mayer)
Telef. 42968

Diário de Lisboa
DL
Propriedade da Renascença Gráfica, S. A. R. L.
Sede: Rua Luz Soriano, 44
Telef. 32 02 71-2-3 e 32 11 54-5
Publicidade 3 42 21
End. Tel. DIBOA. Telex 1363
Lisboa 2 — Portugal

UMA ESTAÇÃO ORBITAL DOS E. U. A. SERÁ LANÇADA EM 1971

NOVA YORK, 2 — (R.) — Os Estados Unidos esperam colocar em órbita errestre uma estação tripulada em fins de 1971 ou princípios de 1972. Essa estação constituirá uma preparação para a montagem em 1980 de uma base espacial permanente com capacidade para cinquenta homens.

A primeira estação orbital tripulada será construída no interior de um dos andares vazios do «Saturno-5» e terá capacidade para três tripulantes os quais serão rendidos periódicamente mediante a atracagem de outras naves.

A primeira tripulação será locação da estação em órbita.

Esses astronautas transportarão um telescópio que será montado a bordo e permitirá efectuar as primeiras observações astronómicas em larga escala até hoje realizadas no espaço

Seguir-se-ão outras duas equipas de astronautas, cada uma delas permanecendo 56 dias em órbita na estação. Um médico fará parte de uma dessas equipas.

A estação orbital terá três secções: um laboratório, uma zona habitável e um compartimento vazio para a execução de exercícios e operações no estado de imponderabilidade.

Cada astronauta poderá dispor de quase 5 metros quadrados de espaço pelo que a estação poderá abrigar simultaneamente 12 homens se for necessário

Uma das experiências a enviada numa cápsula «Apolo» no dia seguinte ao da corealizar com a estação será a criação de uma força de gravidade artifical. Graças a um foguetão a estrutura será animada de um movimento rotativo o qual produzirá uma força centrífuga capaz de colar os astronautas ao chão embora com menos força do que na Terra.

Os astronautas trabalharão dentro da estação sem fatos espaciais numa atmosfera semelhante á da Terra e a energia eléctrica necessária para a aparelhagem de bordo será fornecida pelo Sol.

Os técnicos da N. A. S. A. estão a preparar numerosas experiências para verem como é que os homens reagem a longos períodos de permanência no espaço, a fim de pôr á prova toda a teoria das estações permanentes.

Este projecto será seguido por uma estação maior em 1975 e, finalmente, por uma grande base com 50 tripulantes em 1980.

O tempo

INFORMAÇÃO DO SERVIÇO METEOROLÓGICO NACIONAL

SITUAÇÃO GERAL ÀS 9 HORAS DE HOJE — Em Portugal continental o céu estava muito nublado em algumas regiões do Centro e Sul e o vento fraco de Leste

TEMPERATURAS EXTREMAS OBSERVADAS NA REDE NACIONAL DO CONTINENTE ATÉ ÀS 9 HORAS DE HOJE — Máxima: Anadia: 26°; mínima: Penhas da Saude. 6°

TEMPERATURAS DO AR ÀS 9 HORAS — Coimbra, 7°. Faro, 19°; Funchal, 20°; Lisboa, 18°; Penhas Douradas, 9°; Portalegre, 6°; Porto, 18°.

TEMPERATURAS OBSERVADAS, ÀS 9 HORAS, NA COSTA DO SOL — Na atmosfera: 19°,8; na água do mar: 5°,4

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 HORAS DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado, nas regiões do Centro e do Sul, durante a tarde e o princípio da noite de hoje, e possibilidades de ocorrência de aguaceiros em alguns locais. Vento fraco. Para amanhã: céu pouco nublado, ou limpo, em todo o território.

Amanhã:
Nascer ás 7 e 34
Ocaso ás 19 e 17

Amanhã Dia 11 Dia 18 dia 25

MARÉS:

PREIA-MAR: Dia 2 — 8 e 20 (3,4 m), 21 (3,2 m). Dia 3 — 9 e 20 (3,2 m); 22 e 04 (3 m); Dia 4 — 10 e 40 (3,2 m); 23 e 35 (30 m). BAIXA-MAR: Dia 2 — 1 e 27 (1,7 m); 14 e 03 (1,8 m) Dia 3 — 2 e 18 (1,9 m), 15 e 10 (2 m), Dia 4 — 3 e 32 (2,1 m) 17 (2,1 m)

CASTELÕES
AMANTEIGADO
PASTEURIZADO
UM QUEIJO
DE QUALIDADE

Procedimento contra um general checoslovaco

PRAGA, 2 — (R.) — Um general sem papas na língua, que manifestou oposição contra o monopólio soviético do comando do Pacto de Varsóvia, enfrenta hoje procedimento legal, após a assembleia checoslovaca levantar a sua imunidade parlamentar.

A agência noticiosa Ceteka informou que a comissão de mandatos e de imunidade da Câmara do Povo do Parlamento apresentara um relatório sobre o general Vaclav Prchlik ao «praesidium» parlamentar, que aprovará uma acção legal.

Contudo, as acusações contra o general não foram pormenorizadas na notícia da Ceteka.

Observadores julgavam que o procedimento contra o general Prchlik podia equivaler a acusações de violação de segurança provocada por uma conferência de Imprensa em Julho do ano passado, em que o general se manifestou contra a estrutura do comando do Pacto de Varsóvia.

Conservadores alegam que o general Prchlik, que foi expulso na semana passada do Partido Comunista, representava um grupo de oficiais liberais da Academia Militar de Klement Gottwald, em Praga, que estão agora sujeitos a acção disciplinar.

Washington sem jornais

WASHINGTON, 2 — (R.) — Esta capital enfrenta hoje um segundo dia sem jornais, após se terem malogrado a noite passada negociações para acabar com uma greve.

A paralisação dos tipógrafos fez com que não se publiquem todos os três jornais de Washington.

EXPLOSÃO NUCLEAR DOS E. U. A. NO ALASKA

ANCHORAGE (Alaska), 2 — (F. P.) — Dois abalos telúricos registados esta noite, no Norte da Califórnia não provocarão um novo adiamento na explosão nuclear subterrânea prevista para as 23 horas de hoje (hora portuguesa) em Amchitka, uma das ilhas Aleutas, declarou hoje de manhã a Comissão de Energia Atómica Americana.

São numerosos os protestos levantados tanto no Canadá como no Japão e até nos Estados Unidos contra a experiência projectada.

Os habitantes das regiões costeiras recordam-se dolorosamente do tremor de terra e da vaga de fundo de 1964 que fizeram 113 vítimas no Alasca. Temem que uma explosão subterrânea de um potência de um milhão de toneladas de nitroglicerina venha a provocar desabamentos e uma nova onda de fundo. A Comissão de Energia Atómica Americana admite a possibilidade de um tremor de terra mas afirma que os riscos são ínfimos. Por seu turno, o governador do Alaska, Keith Miller, aprovou de novo a publicação de um comunicado, afirmando que todos aqueles que são contra a experiência são «vítimas da propaganda realizada por um movimento internacional, bem organizado e bem financiado que procura atrasar, perturbar ou mesmo suspender a estrutura da nossa defesa nacional e as aptidões do nosso país para preservar a sua herança».

FUNDAÇÃO MUSICAL

Abriram ontem as inscrições na Fundação Musical dos Amigos das Crianças. Podem fazer-se, todos os dias uteis, das 10 ás 12 e 30, na Travessa de S. Plácido, 50, r/c.

Operário camarário quase asfixiado

Quando, esta tarde, se procedia á desobstrução de um colector, no Jardim da Estrela, o operário camarário José Melo, que se encontrava no interior do cano, ficou ali preso numa vareta de aço a cuja colocação procedia.

Um camarada, Joaquim Antunes, utilizando uma navalha, conseguiu cortar a vareta e trazer o companheiro para a superfície antes que a asfixia o tomasse nas suas garras.

A obra tem sido executada, até á data, por três homens, competindo a um responsabilizar-se pela segurança dos outros dois. Hoje, porém, o Município necessitou do vigilante para outro ponto da cidade — e, daí, provávelmente, a causa do acidente.

O sinistrado foi transportado, no «115», para o Hospital de S. José, onde recebeu tratamento.

De vez em quando

Após um mês de ausência, cautelosamente económica, pelo sul de Espanha e França e ocidente da Itália. — a que correspondeu um merecido descanso para os leitores da secção — volto a Lisboa quando o Verão declina e são já fortes os sinais do Outono próximo. Por lá vi praias extensas, onde os banhistas se regem por regulamento ditado pelo próprio sentido de dignidade de cada um e pelo respeito da dignidade do próximo. Volto e fico a saber: a partir deste ano, nas praias portuguesas já se pode oficialmente usar o «bikini», o que nos últimos anos só era possível pelo facto dos cabos-de-mar terem ordem para «fechar os olhos». Sendo assim, pelos vistos, os areais das nossas costas vão deixar de ser governados «à moda antiga». Estou em crer, porém, que neles permanecerão os venerandos cabos-de-mar.

V. D

O prof. Marcello Caetano recebido pelo Chefe do Estado

O Chefe do Estado, recebeu, ontem, em audiência, no Palácio de Belém, o Presidente do Conselho de Ministros, prof. Marcello Caetano.

Preso o jornalista Hélio Fernandes

RIO DE JANEIRO, 2 — (R.) — O discutido jornalista Hélio Fernandes, da «Tribuna da Imprensa», foi preso a noite passada nesta cidade e será enviado para uma localidade distante no Mato Grosso durante 15 dias.

Fontes afectas ao jornal citaram autoridades governamentais como afirmando que a acção fora tomada por razões de segurança nacional.

Hélio Fernandes publicara notícias detalhadas de alegadas manobras de chefes militares na luta por causa da sucessão do presidente Arthur da Costa e Silva, que se encontra doente.

AFIXADAS NO RIO FOTOGRAFIAS DE GUERRILHEIROS

RIO DE JANEIRO, 2 — (F. P.) — A Polícia afixou em diversos locais do Rio de Janeiro a fotografia de 37 guerrilheiros.

Entre eles figura o dirigente comunista pró-chinês Carlos Marighela, o ex-capitão Carlos Lamarca e cinco mulheres.

«Denunciem a sua presença á Polícia para a ajudarem a porteger a vossa vida e a das vossas famílias. Atacam, matam e roubam país de família» clama o cartaz.

FIDEL RECEBEU OS EXILADOS

HAVANA, 2 — (F. P.) — Fidel de Castro recebeu, durante mais de uma hora, 13 dos 15 presos políticos brasileiros libertados pelo Brasil em troca do embaixador dos Estados Unidos no Rio, Burke Elbrick.

Tinha-lhes sido concedido asilo político pelo México, mas 13 dos ex-detidos preferiram ir para Cuba.

Evocando as recentes mudanças de Governo no Peru e na Bolívia, Fidel de Castro declarou que, se há «revolucionários sinceros no Governo peruano», só há, entre os novos dirigentes bolivianos, «oportunismo e demagogia».

ELEVADO O SALÁRIO MÍNIMO EM FRANÇA

PARIS, 2 — (A. N. I.) — Para afastar, o perigo de desordens entre o operariado sem prejudicar a sua política anti-inflacionária, o Governo francês decidiu aumentar, de 3,8 por cento o salário-base mínimo, e três por cento os salários dos funcionários públicos

Todavia, até agora, a reacção dos sindicatos é fria.

MESA REDONDA

especial eleições

AS ELEIÇÕES EM PORTUGAL

Do 28 de Maio à actualidade

DAVID FERREIRA

A primeira eleição presidencial que se realizou depois de instaurada a Ditadura Militar foi a que teve lugar em 25 de Março de 1928 e levou à presidência da República o general Carmona. Pela segunda vez se recorreu em Portugal ao sufrágio directo para a eleição presidencial, mas os analfabetos não tiveram direito de votar. O processo eleitoral adoptado era, aliás, o mais prático, mais rápido e mais cómodo naquela ocasião, visto não haver Parlamento (o último fora dissolvido em 9 de Junho de 1926), viver então o País em regime de Ditadura Militar e ter cessado «de facto» a vigência da Constituição (que era a de 1911)

Tendo mais tarde — no dia 11 de Abril de 1933 — entrado em vigor a Constituição Política que criou o Estado Novo, voltou pouco depois o País a assistir a «momentos» eleitorais. Para a eleição do Presidente da República continuou a vigorar o sufrágio directo, por meio do qual foram eleitos sucessivamente presidentes, em conformidade com a nova Constituição, o general Carmona, o general Craveiro Lopes e o almirante Américo Thomaz, na eleição deste para o seu primeiro mandato.

Antes, porém, de entrar em vigor a Constituição Política do Estado Novo, havia sido submetido a plebiscito nacional, em 19 de Março de 1933, um projecto da mesma Constituição. Sob pretexto de tornar voto obrigatório, procedeu-se a uma inovação em matéria eleitoral — inovação que provocou comentários de vária ordem ao longo de muitos anos: foram contados como concordantes — como se tivessem votado *sim* — os votos dos eleitores que, apesar de inscritos nos respectivos cadernos de recenseamento

(Continua na 4.ª pág.)

Alterar a Constituição

— primeira preocupação dos candidatos oposicionistas do Distrito de Leiria

Do nosso enviado especial

LEIRIA, 2 — Os candidatos propostos pela Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, revelaram ontem no decorrer de uma conferência de Imprensa durante a qual foi lida a proclamação que publicaremos a seu tempo que a primeira preocupação que teriam ao entrar na Assembleia Nacional no caso de serem eleitos, se-

Alguns dos candidatos por Leiria, durante a conferência de Imprensa

(Continua na ultima página)

A U. N. REFUTA OPINIÕES DA OPOSIÇÃO SOBRE O ULTRAMAR

Recebemos da Comissão Distrital de Lisboa da União Nacional o comunicado que a seguir publicamos:

1. As chamadas oposições haviam anunciado e criado o ambiente para a discussão do «problema» ultramarino.

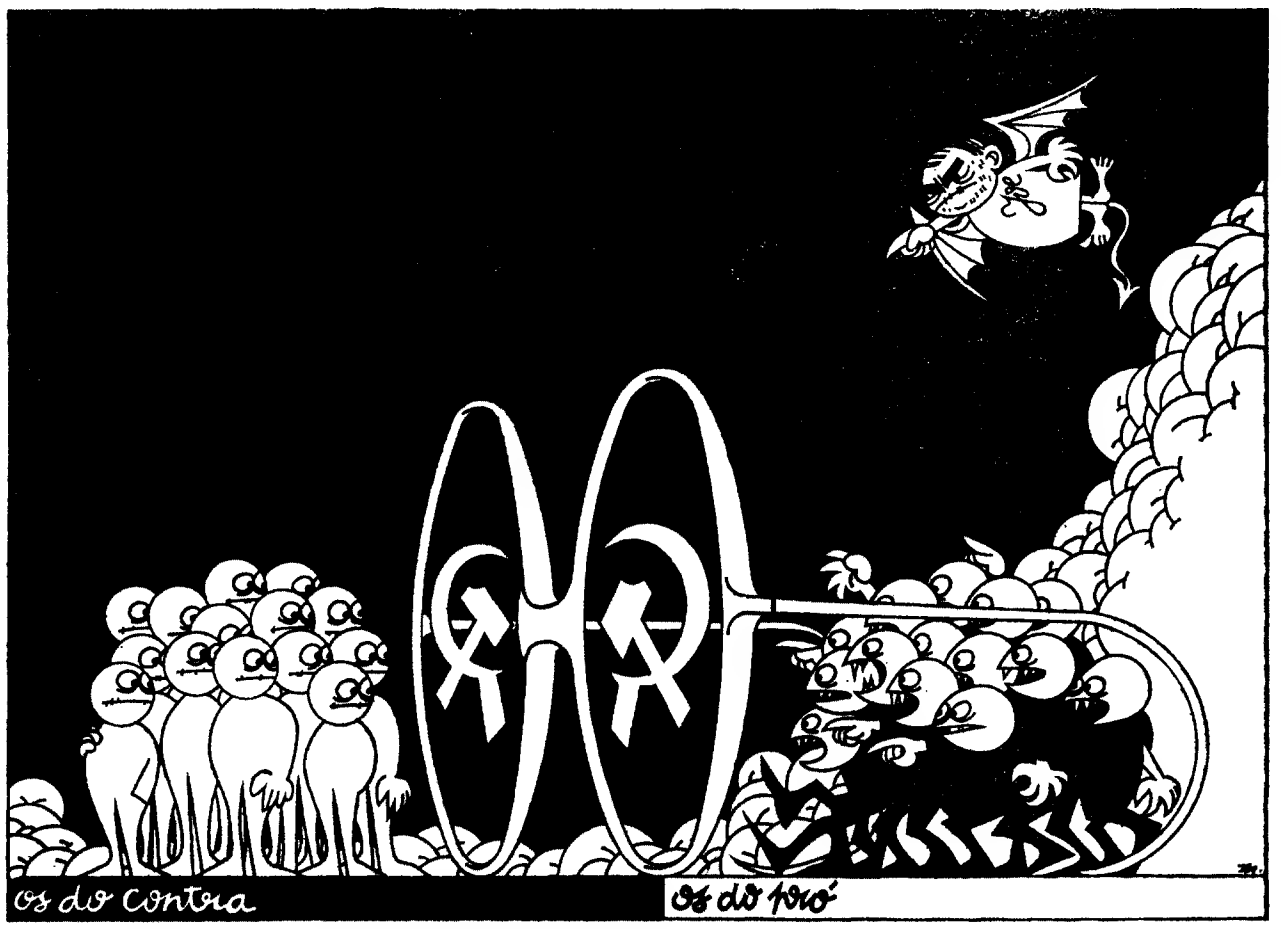
Seria de esperar que a oportunidade fosse aproveitada para destruir uma política — a seguida pelo Governo — e para fundamentar e defender outra — a proposta pela Oposição.

Mas destruir uma para defender outra com argumentos e com factos, convincentes, objectivos e desapaixonados.

Apareceram já vários documentos oposicionistas sobre o problema do Ultramar e, embora não generalizada, há expectativa nos espíritos. Interessada como está a União Nacional em elucidar o eleitorado e falar a linguagem simples e clara da verdade, não pode deixar de vir pe uma e quantas vezes for necessário, repor a integridade dos factos e apreciar, quando consiga destacá-las com suficiente nitidez, as soluções adversas.

E' que a opção «*abandono do Ultramar ou prosseguimento da política do Governo de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia das Províncias Ultramarinas*» é muito importante. Diríamos essencial, se não fossem as oposições carregá-la mais de escusado dramatismo, que só serve parante a opinião publica, ra toldar a visão serena e construtiva, que é a que

(Continua na 5.ª pág.)



Os eternos óculos do senador MacCarthy

(Desenho de João Abel)

O problema da habitação

MESA-REDONDA EM QUE INTERVIERAM OS ARQUITECTOS FERNANDO VIANA (C. E. M.), MÁRIO BRUXELAS (C. E. U. D.) E NUNO TEOTÓNIO PEREIRA (C. D. E.) — página central

espelho da imprensa

Oxalá assim seja

(...)

«Para a sua mentalidade de administrativista devia constituir uma imperiosa necessidade de passasse a haver no seio daquele órgão (a Assembleia Nacional), uma acção morigeradora e motora que só um debate de questões e crítica bem intencionada possibilitam.

No entanto é lógico que as eleições a processarem-se livremente, não deixassem de lhe causar algumas e pertinentes apreensões.

A especial índole dos portugueses que fazia dizer ao grande Eça, que Portugal era um país onde só se podia ser de oposição, aliada á falta de hábito e á plausível aversão que a simples etiqueta de candidato governamental atrairia junto do eleitorado, depois de tantas legislaturas sem oposição possível, eram aspectos a ter em consideração.

Certamente, por isto tudo, é que também não deve surpreender a escolha de candidatos a apresentar pela U. N., ter recaído pelo menos em alguns casos, em pessoas declarada e inequívocamente, classificadas de oposicionistas ou independentes, dando propositadamente, a esse partido político uma nova e inusitada feição.

A propaganda eleitoral, a também se tem dedicado mostra a vontade de conseguir substancial maioria, no esquema de eleições livres, tão caro ás democracias autênticas.

A realizarem-se seriam elas, um óptimo trunfo a jogar no tablado político internacional servindo, simultaneamente, de treino para serviço interno, para reivindicar para Portugal o direito ao certificado de nação, politicamente evoluída.

Oxalá assim seja e assim a Nação o compreenda. — Alexandre de Almeida Garrett.

(«Reconquista», 29-9-969)

ERRO CAPITAL

«No período pré-eleitoral, a última semana foi assinalada pelo contraste entre a pretensa actividade da oposição e o aparente imobilismo da situação. Empregámos, para compreensão dos leitores, estes dois termos genéricos, que não correspondem á realidade, mas estão consagrados pelo uso. Não há oposição mas oposições. Não há situação, mas o díptico Governo-União Nacional. São estas as forças em presença.

O erro capital que caracteriza as eleições de 1969 resulta de se supor que as oposições correspondem a uma autêntica força, com expressão numérica e doutrinária, para enfrentar um antagonista experimentado que precisa demonstrar a nacionais e estrangeiros (cá dentro e lá fora, segundo a expressão do Chefe do Governo), que triunfa de um risco que nunca existiu. Esse risco aparente resultaria da crise de Setembro de 1968. O regime, que não pode eximir-se ás eleições, quer provar que se não identifica com a personalidade do antigo Chefe do Governo e que corresponderá ás exigências da Nação. Respeitando e exaltando o seu exemplo, precisa de sobreviver — apesar de ele se ter retirado — e se encontra, sem o renegar, em condições de resolver os problemas correntes e aquele que deve considerar-se excepcional pela sua natureza e graves complicações — o do Ultramar. (...)

Está provado que, em Portugal, há oposição (oposições), mas falta provar a capacidade dos seus dirigentes para compreenderem as exigências da conjuntura actual, e corresponderem a elas. Alguns — os que se levantam nos bicos dos pés para serem vistos — nos últimos doze meses mostraram a sua incapacidade para entender as realidades, decorrentes da crise de Setembro do ano passado.

(...) A oposição, dada a dispersão dos seus elementos e a incapacidade dos seus dirigentes mais conhecidos ficou, na generalidade, amarrada aos moldes em que agiu no passado. Esta diferença constitui a nota predominante do período pré-eleitoral. O Governo confiará á União Nacional a escolha das pessoas que hão-de figurar nas suas listas de candidatos, mas estes não são, na maioria manteve os candidatos antigos, derrotados em eleições anteriores, mas o rumo que se propõem seguir não difere daquele que seguiu outrora. O Governo, com pessoal novo, quer dar a sensação de que vai realizar coisas novas. A oposição, com pessoal velho, diz que deseja fazer coisas velhas. A tarefa do primeiro está extremamente facilitada.

(...) Enchendo as colunas dos jornais com nomes, demasiado conhecidos nas cidades e completamente ignorados nas pequenas localidades, a oposição mostra ir no trilho que, no passado, a conduziu á derrota. Constitui comissões, realiza sessões em recintos limitados lança «slogans» desbotados pelo uso, insiste em fórmulas ultrapassadas, etc. Devendo o seu principal trunfo consistir em se apresentar com uma pele nova enverga a pele tradicional, mal ajustada ao corpo do País pelos mesmos alfaiates. O Governo, substituindo os velhos alfaiates, quer mostrar que estes vão ajusttar uma pele nova ao corpo do País. Embora se trate de aparências, estas, hoje como sempre, têm decisiva influência na campanha eleitoral.»

(«Vida Mundial», 26 - 9 - 69)

ONDE SE RECORDA NORTON DE MATOS

«(...) Ora, entre a matéria tratada na reunião da C. E. U. D., ao que nos dizem, havia uma proclamação sobre política ultramarina. Esperamos que não se tenham confundido nela palavras inconvenientes (quiçá mesmo alguma teimosa revivescência reaccionária) com os chavões requentados de um neocolonialismo serôdio. A este respeito, queremos trazer hoje aqui a autoridade de um homem de quem divergimos algumas vezes, mas que sempre respeitamos no seu amor à terra portuguesíssima das nossas províncias africanas — e podemos declarar que esse respeito foi reconhecido em carta agradecida ao director do «Diário da Manhã».

Referimo-nos a Norton de Matos, autor destas palavras, que muito conviria fossem meditadas pelos nossos oposicionistas de hoje:

(...)

Proclamai sempre bem alto, por forma que todo o Mundo vos ouça, que nunca consentireis que os territórios de além-mar onde há quase cinco séculos trabalhamos e sofremos sejam considerados «terras de ninguém», onde outros povos se possam estabelecer livremente, ou onde se queiram fazer ensaios utópicos de quaisquer internacionalizações. Estes territórios, dizei-lhes, constituem províncias tão portuguesas como as da Metrópole; a Nação é só uma, e qualquer horda demográfica ou capitalista, que pretendesse invadir Angola e Moçambique, seria recebida por vós como se tentasse ocupar Lisboa.

(«Diário da Manhã», 30-9-69)

SER OU NÃO SER POLÍTICO

«Um comentista da política nacional afirmava, há dias, que «sentir-se alérgico pela política e por todos quantos se prestam e aprestam a esse exercício é já uma atitude política». E acrescentava:

—«Como não é político o homem que pense politicamente de problemas essencialmente políticos?»

De facto, é vulgar ouvir a indivíduos que desempenham altas funções públicas, cargos de responsabilidade administrativa, mesmo no ensino afirmarem que não são políticos, como se, com esta declaração, alijassem de si um peso, um carrego insuportável.

E, todavia, é dever de todo o cidadão dedicar-se dentro da sua esfera de acção, á «arte de governar» dando a sua colaboração ao Governo da Nação —esse que, por direito constitucional, responde, orienta e se consagra, totalmente, á administração do País. Como, portanto, alguém confessar-se alérgico pela política, tentando por esse meio provar um afastamento que não pode nem deve, socialmente, existir?

Alijar responsabilidades é comodismo, quando não significa atitude que só pode filiar-se numa deturpada formação cívica. E, tanto assim é, que nos países onde ser cidadão, além de um direito, é um dever sagrado, cada um sente e vive, em plena consciência, a marcha dos negócios públicos, nos quais participa em qualquer aspecto.

Não sei porquê, mas muita gente criou o desinteresse pelos problemas económicos, sociais e culturais, como se eles lhes fossem, apenas, respeito ao Governo, ou ás autoridades locais. E a verdade é que hoje, mais do que em qualquer outro momento da nossa História, Portugal precisa de todos, e do seu contributo desinteressado, mas sincero.

Há muito quem afirme que «a política é para os políticos» como se ser político constitua uma profissão determinada, com defesa de tese, visando a obtenção de diploma que garanta acesso a qualquer colocação, quando, afinal, e socialmente, todos somos — ou deveríamos ser — um elemento activo da política nacional.(...)

Assim, governar os povos é função do próprio povo, na medida em que o seu interesse constitui o elemento fundamental e único de uma política bem conduzida. Nestas circunstâncias, ela não aceita afastamentos conscientes ou inconscientes. Exige, sim, a presença de todos nós.

(...) Parece que se generalizou a opinião de que qualquer de nós pode afastar-se do conhecimento e da participação dos problemas nacionais, como se não nos dissessem respeito. Mais: ligou-se á ideia de política um sentido restrito e, por vezes, deturpador das boas intenções, quando, afinal, por definição, se trata de um acto altamente transcendente mas, paradoxalmente, generalizado, para onde convergem todas as atitudes do cidadão comum, mesmo aqueles a quem não esteja atribuída qualquer função pública.

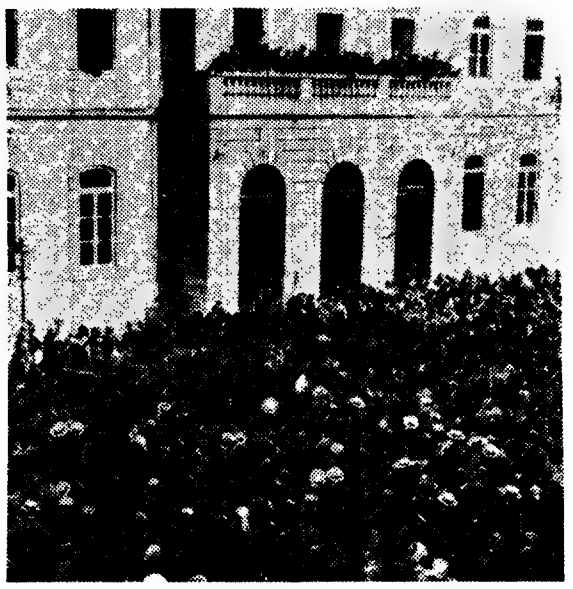
Salvo opinião mais autorizada, julgamos que tem de modificar-se esse conceito, de modo a interessar todos nós na condução dos negócios públicos. Há que demonstrar a todos que «política» é acima de tudo COLABORAÇÃO. (...)»

(Dias Avelar «Gazeta de Coimbra», 13-9-69)

ASSIM VAMOS NÓS

5 de Outubro

O último Conselho de Ministros, a que presidiu o Chefe do Governo, como a Imprensa noticiou, estabeleceu o programa da comemoração oficial em Lisboa do dia 5 de Outubro.



Enquanto se aguarda que o referido programa seja tornado público, não pode deixar de acentuar-se o significado desta decisão governamental. A oficialização das comemorações da proclamação da República não sucedia desde 1960 — ano do cinquentenário da Revolução Portuguesa.

Civismo

Entre muitas outras manifestações previstas para comemorar o 5 de Outubro em Lisboa, conta-se a tradicional romagem ao cemitério do Alto de São João, promovida pelos Centros Escolares Republicanos, às 10 e 30. No convite endereçado aos republicanos, e assinado pelo sr. António Lomelino, em nome dos Centros Republicanos, acentua-se:

«Convidam todos os republicanos a incorporarem-se ordeiramente e com o seu habitual civismo na referida romagem aos heróis e mártires da República — Miguel Bombarda, Cândido dos Reis, Elias Garcia, Machado Santos, António José de Almeida e às vítimas anónimas da revolução republicana.»

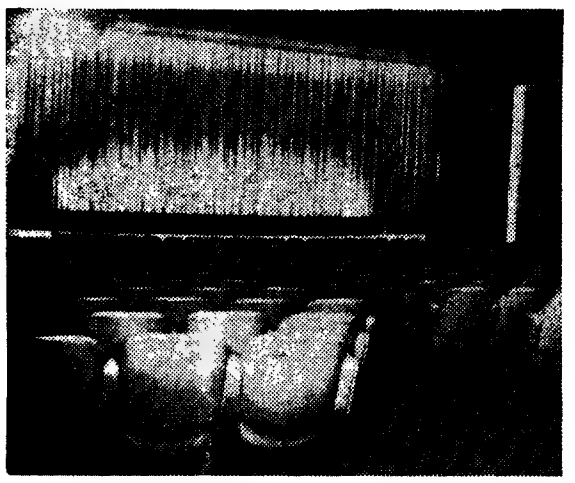
O preço...

Todas as comissões eleitorais oposicionistas, nos seus comunicados, estão a fazer insistentes apelos para a obtenção de fundos.

A defesa da liberdade tem o seu preço...

Cinema sem propaganda

Uma empresa que «controla» grande número de cinemas em todo o País comunicou às concessionárias de publicidade que «de acordo com



o critério seguido pela Presidência do Conselho para a RTP», não autoriza a exibição de propaganda eleitoral nas suas casas de espectáculos.

Diversas reuniões na sede da C.E.U.D.

DA C. E. U. D. recebemos o seguinte comunicado.

Lisboa, 1 de Outubro de 1969

Pelos candidatos: a) Mário Soares e Carlos Megre.

1. Deu-nos a honra da sua visita o antigo ministro da República e democrata indefectível coronel Hélder Ribeiro, que nos trouxe a solidariedade da sua presença e das suas palavras sempre cheias de vivacidade e esperança.

2. Realizou-se ontem na nossa sede uma reunião de juventude (trabalhadora e estudantil) que decorreu na maior animação. Compareceram cerca de uma centena de jovens, tendo-se debatido problemas de grande interesse. Depois de ampla troca de impressões sobre pontos respeitantes á campanha eleitoral, discutiram-se os problemas da sociedade portuguesa. Intervieram, também, alguns dos candidatos da C. E. U. D. que encetaram animada conversa com os jovens.

3. Ainda ontem, decorreu na sede uma reunião de professores em que foram debatidos problemas da sua especialidade e analisada a possibilidade do seu contributo para a análise do problema da Educação, a apresentar brevemente num documento.

4. Informam-se as pessoas que queiram dar a sua adesão á Comissão Concelhia de Sintra de apoio á C. E. U. D. de que devem dirigir-se ao dr. Manuel Sargo Junior ou a José Alfredo da Costa Azevedo.

5. Realizou-se hoje uma reunião entre os delegados da C. D. E. (Maria Luísa Areosa Feio e José Saramago) e da C. E. U. D. (dr. Duarte Vidal e Fernando Oneto) indigitados para tratar dos problemas relacionados com a organização das comemorações do 5 de Outubro. A troca de opiniões foi muito útil, tendo sido possível assentar, desde já, os pontos fulcrais da referida comemoração.

6. Continuaram a acorrer á nossa sede numerosos democratas que nos deram a sua entusiástica adesão aos princípios expendidos nos nossos recentes documentos e ofereceram os seus préstimos para o que for julgado necessário.

7. Decorreu hoje uma reunião plenária da Comissão Coordenadora, onde se discutiram alguns assuntos de grande importância para o prosseguimento da actividade da C. E. U. D. Compareceram cerca de 50 correligionários.

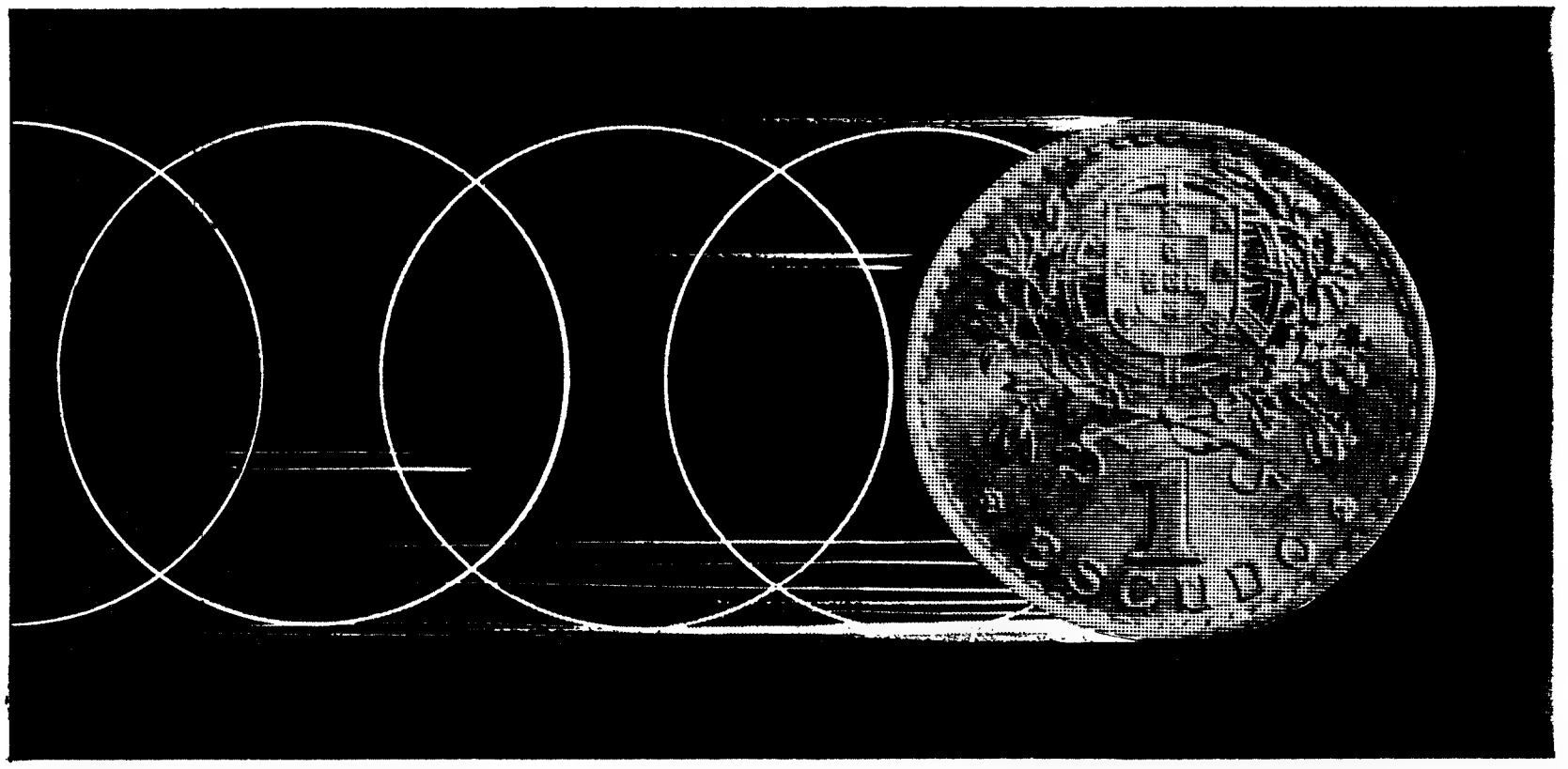
8. Continuam a decorrer reuniões com as comissões de freguesia com a finalidade de organizar a campanha nas várias zonas do distrito.

9. A C. E. U. D., desde o início, entendeu que a data histórica do 5 de Outubro deverá ser comemorada em espírito de unidade por todos os Republicanos, sem qualquer discriminação. Assim, adere á romagem promovida pelos Centros Republicanos ao Alto de S. João, pelas 10 e 30 horas da manhã do dia 5, convidando todos os seus aderentes e simpatizantes a incorporarem-se ordeiramente na referida romagem.

ACTUALIDADE ELEITORAL

● OPOSIÇÃO DO PORTO — UNIDA PARA FOTOCOPIAR — A C. D. E. e a C. E. U. D. do Porto estão conjuntamente a fotocopiar os cadernos eleitorais das pessoas que foram recenseadas em todo o distrito do Porto, pelo que já se encontra instalada, no Governo Civil, a aparelhagem destinada a tal fim.

● CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA C. D. E. — Na conferência de imprensa marcada para o dia 6, ás 10 horas, na sua sede central, ao Largo Ferreira Lapa 88, os candidatos da Comissão Eleitoral Democrática do Porto darão a conhecer oficialmente o seu programa e prestarão esclarecimentos sobre os problemas que se relacionem com a campanha eleitoral.



DINHEIRO EM MOVIMENTO
É SINAL DE RENDIMENTO.

Dinamize as suas economias, contribuindo para o desenvolvimento económico e social do país.

O BANCO DE FOMENTO proporciona-lhe:

Rendimento de 4,5% ao ano,
isento de impostos.
Segurança total.
Colocação eficaz do seu dinheiro.
Disponibilidade dos depósitos por meio de livranças.

CONSULTE OS NOSSOS SERVIÇOS:

LISBOA
Rua Braamcamp,5

PORTO
Av. dos Aliados, 58-64

BANCO DE FOMENTO NACIONAL

IMPULSIONADOR DO CRESCIMENTO ECONÓMICO NO ESPAÇO PORTUGUÊS

As eleições em Portugal

(Continuação da 1.ª pág.)

eleitoral, não e apresentaram a votar. O plebiscito obteve assim 1 292 864 votos a favor e 6190 votos contra.

Depois, enquanto os candidatos à Presidência da República não se defrontaram com concorrentes que lhes disputassem as eleições, foi o sufrágio directo exaltado como o sistema ideal. Mas logo que apareceram concorrentes dispostos a participar na pugna eleitoral, embora sem a terem concluído, e quando o último deles levou a luta até ao fim, imediatamente se reconheceu que o sistema ideal — o sufrágio directo — tinha perdido os mérito e as virtudes anteriores, e não dava já as desejadas, tranquilizadoras garantias de fluição e sobrevivência.

Atendendo a esta temerosa circunstancia, o sistema de eleição do Presidente da Republica foi alterado em 1959 por meio de revisão da Constituição: adoptou-se a partir de 1965 — e, portanto, para o segundo mandato do almirante Américo Thomaz — o sufrágio indirecto e restrito, no qual participam sòmente, formando um unico colégio eleitoral, os membros da Assembleia Nacional e da Camara Corporativa, os representantes dos Municípios e os delegados dos Conselhos Legislativos Ultramarinos.

A legislação promulgada pelo Estado Novo com vista ás eleições de deputados á Assembleia Nacional é já muito abundante e tem sofrido várias alterações, as quais têm incidido especialmente nos assuntos relacionados com a contituição dos círculos eleitorais, com o funcionamento das respectivas assembleias de voto, com os direitos dos eleitores e dos candidatos, com o numero de deputados e seus vencimentos e subsídios pecuniários, e com muitas outras questões de pormenor, que, apesar de propagandeadas com o propósito de esclarecer e facilitar o exercício do voto, mais o têm obscurecido e entorpecido. No entanto, a concessão do voto às mulheres, embora de início muito condicionada, representou um progresso na legislação eleitoral. E a sua extensão a todas as donas de casa, anunciada pelo actual chefe do Governo depois de ter assumido as suas funções, em Setembro de 1968, virá acabar com uma situação injusta, que era realmente indefensável.

Tal como o Código Eleitoral de 1913, a actual legislação eleitoral estabelece que é indispensável saber ler e escrever para possuir o direito de votar; mas, ao contrário da lei de 1913, restabeleceu o direito de voto a determinadas categorias de eleitores, mesmo que se trate de analfabetos, desde que os beneficiários paguem ao Estado um certo quantitativo pecuniário de contribuições. Assim, logo na sua primeira lei eleitoral, o Estado Novo restabeleceu em Portugal — onde, aliás, tinha existido sempre, desde as primeiras eleições de 1820 até às últimas do tempo da Monarquia — uma parte do regime «censitário» (parece que tradução afrancesada do «censitaire» francês, porquanto Morais Silva indica em todas as edições antigas do seu «Dicionário da Língua Portuguesa» outros vocábulos portugueses, e não menciona uma só vez o termo «censitário»).

Durante as discussões parlamentares que precederam a aprovação do Código de 1913 foi rejeitado o voto censitário que a comissão parlamentar encarregada de redigir o projecto daquele Código nele o havia incluído. Entendeu a República que as distinções económicas dos cidadãos não podiam nem deviam ser transferidas para o plano político. Quem era possuidor de qualquer rendimento, por pequeno que fosse, tinha a obrigação de aprender a ler e escrever.

Foram também razões de ordem moral, nas quais estavam implícitas razões de ordem política, que levaram os legisladores republicanos a não conceder o direito de voto aos analfabetos: saber ler, escrever e contar é o primeiro dever dos cidadãos para poderem desempenhar, com um mínimo de consciencialização, a parcela individual que lhes cabe no exercício da soberania nacional. Votar é, pois, o acto capital e o mais grave e transcendente da vida política, porquanto é dele que derivam as restantes prerrogativas da cidadania. O Partido Republicano Português tinha toda a autoridade para proceder desta maneira: durante mais de vinte anos realizara, com paciência e tenacidade, uma obra notável de instrução e educação junto das camadas populares, através das numerosas agremiações que o Partido possuía em todo o País. Sabiam muito bem os mais lúcidos e categorizados dirigentes republicanos que o problema de fazer ascender o povo a um grau superior de desenvolvimento intelectual, propício à consciencialização dos direitos e deveres inerentes à condição de homens livres e cidadãos prestantes, não era resolúvel apenas pela extinção do analfabetismo: mas sabiam também que a instrução primária elementar, constituindo um triângulo pedagógico cujos lados se chamam «ler, escrever, contar», é a base rigorosamente indispensável para sobre ela se construir, lenta, pacientemente, o edifício de conhecimentos susceptíveis de tornarem os homens mais instruídos, mais civilizados e mais conscientes.

Entre as inúmeras, gravíssimas dificuldades que tolhem em Portugal o exercício das eleições e impedem, portanto, que os seus resultados traduzam com clareza as aspirações dos portugueses chamados a votar consoante as suas preferências pelos métodos políticos que lhes parecem mais capazes de resolver os problemas nacionais, avulta, em primeiro lugar, a impossibilidade em que se encontram as minorias discordantes do Governo de organizarem a tempo os trabalhos relacionados com a sua actividade política e com a sua propaganda eleitoral. Tais trabalhos não podem executar-se sòmente durante o chamado período eleitoral.

É indispensável que os cidadãos chamados ao voto, quer como eleitores, quer como candidatos, usufruam ampla liberdade de emitir e defender sem entraves as suas opiniões através de todos os meio legais de comunicação com o eleitorado. Os que defendem a máxima dignificação das eleições, por ser o acto político mais transcendente, entendem também indispensável, a par de rigorosas garantias legais que o imponham ao respeito de toda a gente, conferir aos eleitores possibilidades insofismáveis de educação cívica e disciplina política a fim de todos os cidadãos contribuirem conscientemente para a criação da livre e fecunda convivência de todas as correntes de opinião e para a sua exacta representação no Parlamento.

DAVID FERREIRA

A C. D. E. DE SETÚBAL ESTÁ DECIDIDA A NÃO DESISTIR

SETUBAL, 2 — Na sede da C. D. E., na Rua Paulino de Oliveira, 36, 1.º, realizou-se uma reunião de trabalho presidida pelo sr Artilio Baptista, da comissão concelhia do Barreiro, estando presentes os candidatos, drs. prof. Malheiro da Silva Joaquim Palmeiro Gonçalves e José António Tavares da Cruz.

Depois de ter sido afirmada a decisão de não se desistir da comparência nas urnas, vencendo todas as dificuldades e obstáculos que possam surgir, foi resolvido iniciar as primeiras diligências para a criação de comissões para angariação de fundos, de propaganda, de Imprensa, de senhoras, e de estudantes e de estudos e inquéritos.

Foi ainda resolvido comemorar a data de 5 de Outubro com romagens aos tumulos dos republicanos falecidos. Está prevista para breve a primeira sessão de propaganda a efectuar num dos cinemas locais.

Marcada para sábado a primeira sessão de propaganda da Oposição em Beja

BEJA, 2 — A Comissão Democrática Eleitoral do distrito de Beja, comunicou á Imprensa que só ontem recebeu do Governo Civil autorização para realizar, depois de amanhã, ás 20 e 30, em Pias, concelho de Serpa, a sua primeira sessão de propaganda eleitoral.

A mesmo comissão informa que iniciou, no Governo Civil as fotocópias dos cadernos eleitorais, cujo custo se elevará a alguns milhares de escudos. Por outro lado, dá conta das diligências em curso para uma condigna comemoração no próximo domingo, da data da implantação da Republica.

Segundo outra informação distribuída pela C. D. E. de Beja, o mandatário dos candidatos, dr. Celso Pinto de Almeida foi recebido pelo governador civil com quem tratou de assuntos relacionados com a cópia dos cadernos de recenseamento, e a fiscalização do acto eleitoral, mostrando-se aquele magistrado disposto a resolver as dificuldades surgidas num dos concelhos, com as autoridades locais.

Os «nacionalistas independentes» vão explicar-se

Os «nacionalisas independentes» do distrito de Braga vão difundir em breve um manifesto em que exporão as razões da sua candidatura.

Num comunicado em que se dá conta da adesão do escritor António de Cértima ao movimento, informa-se, ainda, que foram recebidos pelo governador civil de Braga (a pedido deste), os candidatos D. Irene Franco de Almeida Marado, dr. Gilberto do Vale Machado e José Garrido de Meireles.

Entretanto a C. E. N. I. tornou publico que é seu propósito «não se deixar envolver em processos polemicantes de baixo nível».

«A sua intervenção é apenas doutrinária e moral e por si se situará» — afirmam os seus dirigentes.

● SESSÃO NO CINE-TEATRO VALE FORMOSO — No Cine-Teatro Vale Formoso realiza-se hoje, ás 21 e 30, uma sessão de propaganda dos candidatos propostos pela Comissão Democrática do Porto. Preside o dr. Armando Bacelar e serão oradores os candidatos dr. Armando de Castro e João Arnaldo Maia e os srs. Alexandre Barros, Celeste Martins, Edgar Correia, José Salvador e Lino Pereira Guimarães.

A lotação daquela casa de espectáculos encontra-se quase esgotada e os poucos bilhetes que restam podem ser adquiridos nas sedes da C. D. P., na Rua do Almada, 43-2.º, e no Largo Ferreira Lapa, 88, telef. 690968 (ao Mercado do Bom Sucesso).

TORRALTA

A MULTIPLICAÇÃO DO SEU CAPITAL

participe em todos os empreendimentos da Torralta tenha a certeza do seu dinheiro ser mais rentável

conheça a Torralta e decida depois

TORRALTA

CLUB INTERNACIONAL DE FÉRIAS SARL

LISBOA - Av. Duque de Loulé, 66-A - Telefs. 51740, 54479 e 555681

LAGOS - Hotel Golfinho - Telefs. 302 - 481/2

PRAIA DE ALVOR - Telefs. 3128, 3211, 3212, 3251, 3252 - PORTIMÃO

CEL CAT

CEL-CAT

Fábrica Nacional de Condutores Eléctricos, S. A. R. L.

VENDA NOVA (Amadora)

Na esteira do progresso, tendo como lema — a qualidade a

CEL-CAT

forneceu os cabos eléctricos para o grande Edifício da FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

SERVIÇOS DE VENDAS:

Rua D. Francisco Manuel de Melo, n.º 23-A-4.º — LISBOA - 1

Telefone 688035 (5 linhas)

EMPREITEIRO GERAL DAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS:

SOTÉCNICA — Sociedade Electrotécnica, Lda.

A U. N. responde à Oposição

(Continuação da 1.ª pág.)

o povo, no fundo, deseja lhe seja proporcionada.

2. Críticas

Dizem em resumo, como posições críticas:

a) a política ultramarina do Governo não é conhecida, daí que o «problema reside em definir claramente o objectivo autêntico da nossa política africana e em escolher e julgar os meios a empregar para atingir esse objectivo»;

b) a guerra não é uma solução nem mesmo uma solução injusta para o problema do fu uro;

c) a guerra apenas gerou a desconfiança e radicalizou as posições humanas, o que é grave;

d) por causa dela destruíram-se quadros sociais africanos, acentuou-se o racismo e mentalizou-se a população branca para formas diversas de extremismo;

e) por causa da guerra deu-se o abandono progressivo dos ideais de integração social tornando-se difícil a possibilidade de permanência de sociedades multirraciais;

f) é falhar a nossa obrigação histórica não promover o africano á dignidade e aos direitos humanos

3. Apreciação das críticas

a) *a política ultramarina do Governo não é conhecida.* Fácil será demonstrar a sem razão desta afirmação porquanto o anterior Presidente do Conselho e o actual têm insistentemente definido essa política, e numerosos têm sido os artigos de personalidades nacionais que a têm equacionado. Dos discursos e das palestras proferidas por Marcello Caetano na Televisão, podem-se extrair as seguintes linhas mestras e, francamente, não chega a entender-se como podem as oposições ocultá-las:

«garantir a segurança das populações e preservar tudo o que elas criam e de que elas vivem», porque «Portugal não pode abandonar aos caprichos da violência, aos furores dos ressentimentos, aos ódios dos clãs ou aos jogos malabares da política internacional os seus filhos de todas as raças e todas as cores que vivem nas províncias ultramarinas, nem lançar aos dados de uma sorte incertíssima os valores que á sombra da sua bandeira fizeram de terras bárbaras promissores territórios em vias de civilização»!

— «conquistar a paz, porque a paz é essencial ao progresso dos territórios». E isto «porque não declarámos guerra a ninguém. A subversão não tem nome e os seus atentados partem não se sabe de quem. Defendemo-nos. Defendemos a vida e haveres. Defendemos não uma civilização, mas a própria civilização. Defendemos, contra os improvisos trágicos que têm atrasado a marcha das populações africanas e comprometido a paz no mundo, a evolução firme e segura, mediante a qual os territórios vão amadurecendo para o pleno desenvolvimento económico e cultural, de modo a permitir a participação progressiva dos nativos nas tarefas da administração e do Governo».

— «ampliar a autonomia administrativa e financeira que a Constituição garante ás províncias ultramarinas, autonomia compatível com «a do seu estado de desenvolvimento e recursos próprios»;

— «consolidar as sociedades multirraciais que cultivamos e das quais está ausente toda e qualquer discriminação de cor, raça ou religião»;

— «a garantir a participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas»;

— «assegurar o maior fomento dos territórios com ampla abertura á iniciativa, á técnica, ao capital de todos os países sob a unica condição de se proporem valorizar a terra e a gente e não explorá-los»;

— «os territórios em via de desenvolvimento carecem de apoios financeiros e técnicos prestados com espírito de colaboração fraterna e não dispensados com intuitos calculistas ou com propósitos de mera exploração»;

— «só desejamos que não se perca a preocupação de acima de tudo valorizar a gente... e a terra... Repugna-nos uma economia de exploração»;

— «queremos uma Angola (o discurso era dito em Angola), rica e próspera, mas queremos que os naturais de Angola não sejam estranhos á riqueza e á prosperidade da sua terra».

Nenhum destes pontos — concretos e inequívos e amplamente divulgados — foi referido, comentado, discutido ou rebatido, nas críticas em apreço, o que revela ou o intuito de o não fazer, ou a intenção de procurar, pela omissão, insinuar que «o problema está na responsabilidade moral da Nação em face de uma política que verdadeiramente se ignora»... (sic).

b), c), d), e) — *«a guerra não é uma solução»... «gerou a desconfiança»... «por causa dela acentuou-se o racismo»... «e tornou-se difícil a permanência de sociedades multirraciais».*

O problema está distorcido porque ninguém disse que a guerra era uma solução. Além disso parece elementar que aqueles que antes o deveriam ter reconhecido são aqueles que exactamente a desencadearam, a alimentam e a pagam. Esses sim é que, de modo patente, mostram que, só por via da guerra, pensam poder conseguir os seus objectivos pretensamente de participação política, revelando assim a sua total incapacidade para dialogar e conquistar adeptos sem intimidar — até por causa da impopularidade resultante de o terrorismo ter trucidado, de modo selvático, um sem numero de irmãos seus de todas as etnias. Revela-se, assim, nelas, absoluta ilegitimidade para representar eleitores portugueses que não os constituiram seus procuradores. Como conciliar o esclarecimento sincero dos nossos eleitores com as pressões internacionais em que andam, provocando de todos os modos, «trágico extremismo radicalmente anti-português?»

Uma solução política — que nunca foi excluída dentro do âmbito da Comunidade Portuguesa — só poderá ser encarada quando as armas forem depostas por quem efectivamente iniciou a subversão, praticou o genocídio, e tentou, sem êxito, gerar a desconfiança e incendiar o racismo.

Antes disso e de outra forma seria trair a maioria da população autóctone que tem sido inequívocamente fiel a Portugal e que ganhou, por isso, o direito de ver tenazmente salvaguardados os seus haveres, os seus sentimentos, as suas vidas.

E isto não é advogar a «solução teórica da pacificação pela guerra», mas sim abrir o caminho da pacificação pelo abandono da guerra — mas de quem a fez e não de quem dela se defende, para, repete-se, «ganhar a Paz».

Torna-se por de mais evidente, por outro lado, que a permanência das sociedades multirraciais, se radica e acentua cada vez mais num contexto sociológico impar em toda a África — que os oposicionistas parece desconhecerem. E se desconhecem por falta de informação a culpa não é do Governo pois ninguém lhes fechou a porta do Ultramar para aí verificarem as realidades vivas. Em suma, qualquer solução util seria sempre afectada se, sem mais, nos demitissemos de cumprir a tarefa de combater o racismo terrorista, de dsenvolver cultural, económica e socialmente as populações e os territórios e de, em consequência, ir consolidando, nos factos, a cidadania dos africanos, tarefa que constitui, afinal, a verdadeira, sincera e unica «batalha» pela conquista da paz em que estamos decididamente empenhados.

f) — *«é falhar a nossa obrigação histórica que constantemente se invoca não promover o africano á plenitude da dignidade e dos direitos humanos».*

Acrescentam que o problema africano é «para a Nação» um problema escondido, uma questão confidencial, que não se pode discutir nem conhecer, que pensamento nem submeter mente em corodenadas de não se pode situar publicas opções políticas consistentes».

São tantas as publicações, são tantas as acções de divulgação do Ultramar que, com certeza o problema só se tornou confidencial para quem nunca por ele se interessou, nem se debruçou um momento sequer, sobre a sua natureza e as suas verdadeiras e complexas implicações.

Só por desatenção poderá tirara-se á política ultramarina portuguesa o sentido cristão e humanista que também a anima e que entidades estrangeiras bem insuspeitas têm reconhecido atentamente.

Para a promoção do homem é que, fundamentalmente, lá estamos e lá nos queremos manter. E é nesse sentido que temos vindo a desenvolver económicamente os territórios, num esforço que, em certos aspectos, nos ultrapassa, mas que nos compromete e obriga a não ceder á demagogia fácil dos que pensam que as colectividades humanas e os Es-

(Continua na última pág.)

ao acaso da rua

Que pediria a um deputado?

Em 26 de Outubro o Povo vai escolher os seus representantes, dentro do contexto eleitoral que todos conhecem já. Para lá do depósito do voto nas urnas, que, acreditamos, nem sempre expressará perfeitamente a autêntica aspiração do eleitor — incapaz, por vezes, de formulá-la porque incapaz de situar-se com lucidez —, para lá disso existem multiplos anseios, inúmeras esperanças que estão no sentimento de toda a gente. Mas nem sempre esses anseios encontram adequada perspectiva política para uma canalização coerente.

● Celestino da Rocha Morgado, cobrador, depõe da seguinte forma:

— *Não estou bem a par desses assuntos. Se pudesse pedir alguma coisa a um deputado, no entanto, pedia-lhe para aumentar o nível de vida. Não é que eu seja dos que têm mais razão de queixa, mas reconheço que, para muitos, a vida é difícil.*

— Sabe o que é um deputado?

— *Sei. É um homem como um ministro, para dirigir o nosso Governo, que, quanto a mim, até governa bem. Segundo o que tenho lido nalguns jornais, vivemos num cantinho, onde não chegam as desgraças que se verificam noutros países. Sobretudo a miséria. Bem sei que há quem diga que em Portugal há miséria. Mas não acredito. Todo aquele que trabalha tem direito a dois tostões para o seu sustento...*

● Franklin Cordeiro, barbeiro. Eis o seu depoimento:

— *Se pudesse falar com um deputado, pedia-lhe que representasse bem o Povo e ajudasse a elevar o nível de vida da Nação. Sobretudo, que conseguisse pôr os transportes mais baratos. Para nós, pobres, que temos de nos deslocar de longe, ás vezes, para os nossos empregos, o dinheiro que gastamos em transportes é um peso enorme no orçamento mensal.*

— Faz tenção de votar?

— *Sim, senhor, faço. Tenho lido o noticiário dos jornais e conheço já, em geral, as tendências dos candidatos.*

● Marcos Ferreira Jorge, servente da Sacor:

— Que pediria a um deputado?

— *Não sei, sei lá! Pedia-lhe aumento, que é o que eu não me canso de pedir.*

— Já alguma vez votou?

— *Nunca votei. Não me meto em políticas.*

— Não se interessa por saber quem elegem para o representar?

— *Não, não me interessa nada. O que me interessa agora é ir almoçar. Isso é que interessa. E tenho muito pouco tempo para comer... Não posso estar com conversas...*

● Lavínia Saraiva Patriarca, empregada de escritório, afirma:

— *Sinceramente, não sei que responder. Estou tão intrigada que não me lembro sequer do que seja um deputado...*

— Um deputado é um representante do Povo. Uma pessoa que o Povo elege para que defenda os seus interesses no Parlamento. Ao Parlamento compete fazer as leis, aprová-las ou reprová-las.

— *Não sabia.*

— Sabe que este ano, pela primeira vez, as mulheres podem votar?

— *Também não sabia...*

— Por que espécie de sectores mais se interessa nos jornais?

— *Poesia. Gosto muito de ler poesia, e eu própria escrevo alguns poemas. Não no género de quadras, não. Género de poema-palestra. Temas românticos, de amor.*

● Hélder da Silva Ribeiro Gomes, desenhador, declara:

— *O que eu pediria a um deputado era que melhorasse as condições de vida do operário. Parece que ninguem deixa de reconhecer que o nivel de vida do operário é um dos problemas mais graves do nosso País.*

— Vai votar no próximo acto eleitoral

— *Faço tenção de ir. Penso que estou recenscado, mas não tenho a certeza.*

— Sabe os nomes dos candidatos por Lisboa?

— *Tenho lido nos jornais, mas não fixei nenhum nome. Como não sou uma pessoa politizada, esses nomes nada me dizem. No entanto, parece-me que estas eleições serão bastante mais importantes do que as anteriores. Considero que é um erro uma pessoa não se politizar. Penso que todos o deviam ser. Era a melhor maneira de defenderem os seus interesses.*

● Por último uma vendedeira ambulante de peixe, Maria do Rosário dos Santos:

— *Sei lá o que pedia... Mesmo que eu pedisse não servia de nada. A nossa vida nunca é melhorada. Olhe, se eu pudesse pedia que a polícia não nos perseguisse tanto... Mas há lá força superior á da Polícia!... Ainda há pouco tivemos de fugir para dentro de uma escada..*

— A senhora pensa votar nas próximas eleições?

— *Não senhor, não percebo nada disso.*

O problema da

Mesa-redonda em que intervieram Fernando Viana (C. E. M.) Mário Bruxelas (C. E. U. D.) e Nuno Teotónio Pereira (C: D. E.)

No prosseguimento dos debates que neste período eleitoral estamos a promover, consagrados a alguns dos importantes problemas nacionais, publicamos hoje as intervenções numa mesa-redonda sobre «O Problema da Habitação», em que tomaram parte os arquitectos Fernando Viana (pela Comissão Eleitoral Monárquica), Mário Bruxelas (pela Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) e Nuno Teotónio Pereira (pela Comissão Democrática Eleitoral).

Serviu de moderador, a pedido do «Diário de Lisboa», o eng.° Aquilino Ribeiro Machado, conhecido especialista destes problemas, que tem trabalhado em sectores da administração ligados a assuntos habitacionais.

MODERADOR — O problema da habitação constitui, neste momento, conforme se depreende da insistência por que tem vindo a ser referido, uma das questões de maior actualidade no panorama socioeconómico do País. Foi exemplo bem caracterizado disso o recente colóquio organizado pelo Ministério das Obras Publicas, onde houve ocasião para uma troca de impressões mais franca e generalizada, sobre os diversos assuntos que com a habitação se prendem, do que até aí fora hábito. Verificou-se, então, que a maioria das questões levantadas se poderiam situar em campos que, embora interligados por uma estreita afinidade, se tornava legítimo, por uma necessidade de sistematização, abordar separadamente.

Teremos assim, por um lado, a inventariação de tudo o que se refere a carências habitacionais, nomeadamente a carências de alojamentos económicamente acessíveis e, por outro lado, o estudo e a promoção das medidas tendentes a corrigir o actual desequilíbrio, com especial incidência no que toca á coordenação e disciplina de esforços hoje dispersos. Se a quantificação das carências, «grosso modo», se encontra provisóriamente feita, já o grau de hesitação e incerteza é muito maior quanto aos meios a que se deverá deitar mão para resolver o problema.

Por conseguinte, parecer-me-ia util começarmos por tratar um dos aspectos que maior acuidade apresenta neste sector — o da obtenção, em condições favoráveis, de terrenos urbanizados.

Estabeleceremos, como critério de inscrição para as diversas intervenções, que a ordem a seguir, uma vez que a escolha dos lugares foi meramente casual, comece por aquele que se encontra imediatamente á minha esquerda, e se faça, daí por diante, rotativamente.

MÁRIO BRUXELAS — Na realidade, não será possível discutir frutuosamente o problema dos terrenos sem uma consideração preliminar sobre o primeiro dos problemas postos pelo moderador e que diz respeito ás carências.

Até que ponto, e por que razão existe, neste momento um «deficit» tão extraordinário de habitações? Sem desejo de me alongar penso que, para isso, contribuíram decisivamente três factores:

— O primeiro, sem preocupação de lhe atribuir uma ordem hierárquica, situou-se no baixo nível da população. A população, de uma maneira geral, tem dificuldade em ascender á habitação lançada no mercado;

— O segundo filiou-se numa ausência ou deficiência duma política de urbanização e planeamento físico;

— O terceiro, num problema de estrutura e de organização que impossibilitou que o problema fosse resolvido.

Quer isto dizer que a questão não se limita apenas no fazer de mais casas, mas em reconhecer que os processos e os meios actuais tornam impraticável resolver o problema e levam apenas ao acumular de mais defeitos.

Para me referir explicitamente aos terrenos, toda a gente conhece o fenómeno de especulação de que são objecto. Este assunto podemos considerá-lo de duas ópticas diferentes: uma, a carência de terrenos urbanizados, quer dizer, de terrenos em zonas equipadas, planificadas e integradas em comunidades já existentes. Outra, quanto ao direito de propriedade. Não sei sobre qual dos aspectos interessaria mais falar, neste momento, mas talvez possamos começar, um pouco abruptamente, pelo direito de propriedade. O direito de propriedade repousa sobre um conceito estratificado. Naturalmente, há a dizer que este conceito terá de evoluir, e que tem evoluído, de facto, mercê de factores de ordem social, económica, etc. Na realidade o que antes era um direito indiscutível, um direito quase sagrado, absoluto, verificou-se que poderia entrar em conflito com interesses superiores da comunidade. Enquanto toda a legislação e toda a política recair sobre um conceito tradicional e completamente ultrapassado de propriedade privada no que respeita á habitação penso que será impossível promulgar qualquer legislação que resolva o problema. Como tema a pôr na mesa, sugiro a introdução dum conceito diferente, o do direito possessivo ou o direito de utilização do solo. E por agora não queria alongar mais esta intervenção.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA — O problema dos terrenos, como disse o Mário Bruxelas, e eu queria acentuar, tem de ser encarado dentro duma perspectiva que procure regular toda a nossa economia e as relações sociais entre os portugueses. Portanto, não pode ser visto isoladamente em relação a qualquer dos problemas que vamos hoje abordar aqui. Ora parece-me que direito de propriedade é exactamente o ponto nevrálgico da questão, porque tem servido sempre de fundamento para impedir qualquer legislação progressiva. Gostaria no entanto de acentuar que o direito de propriedade de uma terra, de exploração agrícola é radicalmente diferente do direito de propriedade de um solo que irá ser suporte de unidades habitacionais. Penso que esta diferença de natureza se deveria traduzir duma maneira muito clara na legislação. E parece-me que só assim seria possível caminhar para a solução desse difícil problema.

Sabemos que não há que alimentar esperanças em soluções intermédias. Soluções intermédias, de várias ordens têm sido ensaiadas em diferentes países. Não vou aqui fazer comparações com países de alto nível de vida, países muito industrializados. É preferível reconhecer que a nossa situação económica e social em qualquer parte será uma situação de poucos recursos, portanto, inserindo-se num quadro em que qualquer situação intermédia não fará senão adiar a solução do problema. Como a questão do solo é uma questão fundamental para podermos resolver a habitação, parece-me que só medidas muito radicais seriam neste momento uteis. Assim como exemplo de medidas radicais, exemplo que eu não pretendo que seja defendido, sugiro a municipalização ou superfiscalização dos terrenos, dos terrenos sitos em novas zonas urbanizadas. Foi a solução que nos deu o Mário Bruxelas e que é perfeitamente correcta. Eu secundo-a portanto.

FERNANDO VIANA — Não ponho o problema tão radicalmente como o Nuno Teotónio Pereira. Entendo que o Ministério das Obras Publicas ao publicar o Decreto-Lei n.° 49 033, criando o Fundo de Fomento da Habitação, entidade que deverá organizar e centralizar as acções habitacionais ao nível desse Ministério, tornou bem patente que ao Estado caberá o papel de promotor directo, tanto quanto possível tendo nas mãos todas as fases do processo: planeamento, obtenção de terrenos, construção das casas de habitação, como aliás já acontece com a Previdência

Com o diploma que criou o Fundo de Fomento da Habitação visou-se a unificação do sector publico em torno do Ministério das Obras Publicas. Iremos ver se a chamada política de Ministérios dará lugar a uma exploração interterritorial, que possibilite uma orientação extensiva a todo o País. Não estou a ultrapassar a questão dos terrenos, estou simplesmente a introduzir a minha ideia porque parece-me que o assunto tem de ser visto em conjunto. Aliás o colóquio sobre política de habitação, realizado pelo Ministério das Obras Publicas, evidenciou a diferenciação de organismos e de fins legais que intervêm no sector, bem como a plurificação de organismos interessados no problema da habitação, a par do numero restrito daqueles cujo campo de acção abrange o problema desde o estudo á realização — e ainda a compartimentação interministerial evidenciada pelas deficiências ou eficiências em Ministérios diferentes de organismos com campos de acção semelhante. Simultaneamente a par da citada proliferação de organismos existe uma superabundante legislação em matéria de política habitacional.

Uma reestruturação organica do sector habitacional deveria, atendendo a todos esses problemas, abranger não apenas o sector publico e semipublico — caso da Previdência Social — mas também o sector privado. Neste surge como primeira dificuldade a especulação, a busca incessante de altos lucros que chega a levar á constituição de lotes em terrenos não urbanizados para casas clandestinas: barracas que se alugam por preços inconcebíveis.

MODERADOR — Suponho que a reestruturação do sector poderá constituir um tema que talvez ainda tenhamos tempo aqui de discutir. Estávamos porém nesta altura a encarar circunscritamente o problema do solo e a ajuizar do carácter mais ou menos radical das medidas a adoptar, atendendo á situação objectiva em que nos encontramos.

FERNANDO VIANA — Era a essa solução, talvez não tão radical como a do Nuno Teotónio Pereira, que eu queria chegar. Porque estando o problema dos terrenos ligado a todas as dificuldades em promover a habitação eu, reportando-me ao citado plano do Ministério das Obras Publicas, acho que o campo privado poderia ser também incentivado através do Fundo de Fomento da Habitação no sentido dum cooperativismo habitacional que seria extraordinàriamente frutuoso, não só pelo seu valor intrínseco, como pela consequente promoção cultural, que proporcionaria a uma grande massa de população. Acha que me estou a afastar muito?

MODERADOR — Entendo que a sua resposta se clarificou mais. Também se me afigura que apoiando as cooperativas habitacionais se dará um grande passo para a resolução do problema. No que toca ao

da habitação

Fundo de Fomento da Habitação, organismo que acaba apenas de ser criado, é evidente que ele não deixará de se debruçar, oportunamente, sobre tal matéria.

Ao levantar o problema de solos, tocamos num dos factores com maior interveniência no custo global da habitação. Ora o problema da carência de alojamentos com que nos debatemos é sobretudo um problema de carência de rendas económicas e não propriamente um problema de habitações de rendas livres, que a iniciativa privada está em princípio apta a satisfazer. De facto, dado o baixo juro das casas de renda módica e o alto custo dos terrenos, torna-se evidente que a solução só poderá ser encontrada numa fórmula que permita o abaixamento do custo dos terrenos e simultaneamente o abaixamento do custo da construção. Parece-me assim que poderíamos entrar já neste segundo aspecto do problema. Como obter rendas módicas?

FERNANDO VIANA — A minha ideia quando me referi ás cooperativas era que se elas existissem e fossem incentivadas pelo Ministério das Obras Publicas tal facto já obrigaria, por si só, o Estado a ter de resolver a questão do solo, pois que concomitantemente haveria necessidade de lhes vender terrenos a baixo preço ou até, em certos casos, doar-lhos mesmo.

MODERADOR — Queria apenas notar o seguinte: o problema das cooperativas repousa fundamentalmente em 2 aspectos. Primeiro a obtenção de um estatuto que garanta o seu bom funcionamento em termos de servir efectivamente o fomento da habitação económica, e não dê lugar a um aproveitamento para manobras especulativas.

Segundo, a concessão de estímulos financeiros por uma política de empréstimos do crédito estatal, a longo prazo e a taxas reduzidas.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA — A ideia há pouco expendida pelo Fernando Viana do Estado ser compelido a fornecer ás cooperativas o terreno de que elas carecem, poderá dar uma luz importante para o esclarecimento da questão. Sabemos, de facto, que a obtenção de terrenos a preço baixo, exactamente como a obtenção do crédito nos mesmos termos, constitui uma condição mínima para o cooperativismo habitacional. Sem isso ele não poderá ter qualquer sucesso no nosso País, já que a população tem baixos rendimentos e não pode despender com a sustentação da casa além de um determinado montante, montante esse que é inferior, para a grande maioria, ao simples custo duma casa dentro dos preços do mercado. Sabemos pois que as cooperativas terão de dispor de terrenos a baixo custo. Imediatamente poderemos concluir que compete ao Estado resolver o problema do fornecimento de terrenos em quantidades substanciais para que essas cooperativas possam trabalhar. Tirando outra conclusão daqui, e expressando melhor o que disse há momentos, desejo acentuar que as nossas carências habitacionais são já, neste momento, de tal maneira grandes e tendem de tal maneira a crescer (o fenómeno da urbanização está ainda no seu início em Portugal) que é preciso arranjar um mecanismo capaz de solucionar o problema dos terrenos á custa de medidas que não sejam apenas de excepção. Penso que o estatuto da expropriação está desactualizado, não servindo já para os problemas que temos de resolver, porque foi dirigido para casos excepcionais, para certas obras de interesse publico. Precisamos de toda uma mecanica absolutamente nova, apta a fornecer á construção terrenos a preços muito baixos. E é por isso que a socialização do solo me parece indispensável, quer dizer, a apropriação pelas entidades publicas desse tal solo organizável a fornecer em escala multissimo grande e crescente

Nuno Teotónio Pereira

Mário Bruxelas

MÁRIO BRUXELAS — Apresentei a constituição de cooperativas como uma possibilidade de contribuição positiva na resolução do problema habitacional. Sinto-me obrigado, nesta altura, a dizer que não encaro, no entanto, as cooperativas como simples meios para, dentro da estrutura existente, fazer aquilo que quer a iniciativa privada, quer o Estado, não foram capazes de realizar. Para mim as cooperativas significam bem mais do que isso; significam uma forma verdadeiramente democrática de participação, e de participação activa das pessoas e das populações na resolução dos seus próprios problemas. No meu conceito, uma democracia moderna não consiste apenas na escolha de representantes, não assegura apenas o direito de criticar, mas antes na imposição de um dever obrigatório de participar. E de participar activamente, realizando. Nesta perspectiva, não posso encarar as cooperativas dentro de uma estrutura que não seja democrática e cujos objectivos e processos com elas a todo o passo entre em conflito. A existência de cooperativas deverá corresponder á existência dum direito de participar activamente em todos os escalões do planeamento e da execução. E posso até generalizar este conceito a todo o ciclo produtor. Quais os factores que condicionam e que constituem efectivamente, segundo o meu ponto de vista, o fulcro do problema no nosso País? No nosso País que tem uma das estruturas urbanísticas mais primárias de toda a Europa, onde o esforço de desenvolvimento económico e de industrialização terá de ser inevitávelmente acompanhado por uma política firme de desenvolvimento urbanístico e de planeamento físico?

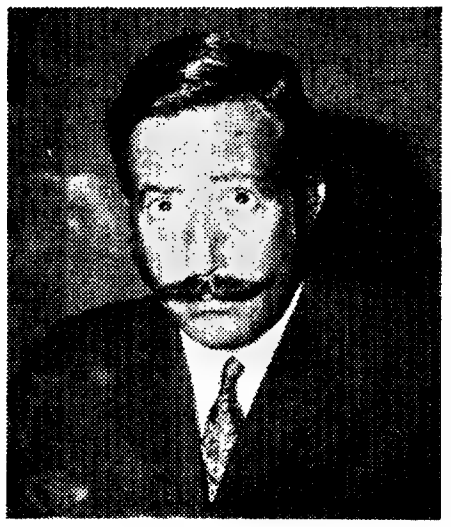
Não, exagero, penso, ao dizer que, actualmente, o problema do planeamento físico, é um dos mais graves da sociedade portuguesa, e que já começa a comprometer, mesmo, o seu futuro. Só através de instituições que exijam uma larga participação dos interessados quer na elaboração dos planos, quer na sua discussão e crítica, se poderá ainda inverter este estado de coisas e mobilizar as pessoas no sentido de conseguir o seu apoio imprescindível para o êxito dos novos centros e a radicação das novas actividades económicas. Fora deste contexto, as cooperativas poderão não encontrar o seu verdadeiro lugar como organizações de participação verdadeiramente democrática e directa.

FERNANDO VIANA — Não obstante todas as dificuldades que pôs, não quero deixar de lembrar que já temos um exemplo positivo de cooperativas no sector agrícola, cuja existência o Estado tem financiado e incentivado.

MODERADOR — Suponho que nos estamos a afastar de um ponto cuja discussão, em princípio, devíamos fazer: das várias disposições a encarar como incentivo á construção de habitações sociais. Até agora, foi sugerido o recurso ás cooperativas, mas, evidentemente, esse não será o unico meio com que poderemos contar.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA — Já se falou aqui em participação. Parece-me ser a participação um factor indispensável. Mas parece-me também que a participação só por si não resolverá o problema habitacional. Este terá de ser encarado como um serviço publico de extraordinária importancia. E, como serviço publico caberá á colectividade a sua plena efectivação, o que é comparável, por exemplo, aos transportes ferroviários já nacionalizados em Portugal onde, para garantia de um serviço de qualidade mínima, o Estado se vê compelido a participar com um subsídio. Ora, parece-me indiscutível, atendendo ao poder de compra das nossas populações, que a habitação não poderá ser encarada sem a ajuda de fortes subsídios estatais; subsídios esses que no fundo correspondem a uma redistribuição dos rendimentos, quer dizer o Estado tem que garantir á generalidade da população o funcionamento desse serviço publico. Funcionamento, não apenas estritamente cingido á casa de habitação, mas também aos seus complementos próximos e indispensáveis. Mas também me parece que a simples identificação da habitação a um serviço publico não seria o bastante, e, por conseguinte, aqui dou todo o valor ao problema da participação. As necessidades são de tal ordem e os recursos de tal maneira insuficientes que é preciso praticar a sua economia. Na habitação os recursos humanos têm particular importancia. E esses recursos humanos situam-se não apenas ao nível da organização e da técnica, mas também ao nível da participação dos próprios interessados. E este factor que é absolutamente insubstituível, no nosso País, tem sido completamente desprezado. Aliás esta participação, como aqui já foi dito, e muito bem, deverá processar-se em termos democráticos

FERNANDO VIANA — Exactamente, é com vista a essa participação que eu insisto nas vantagens das cooperativas. Quando penso no futuro desenvolvimento social da grande parte das nossas populações sou levado a concluir que o problema da habitação sendo grave não é sentido pelas camadas subdesenvolvidas como premente. Um dos sinais bastante significativos são as condições em que o emigrante português se aloja nos suburbios das grandes cidades europeias. Deparamos aí com barracas onde famílias têm automóvel e antena de televisão, o que demonstra bem as contradições suscitadas pelo desenvolvimento en-



Fernando Viana

quanto certas necessidades primárias permanecem insatisfeitas. Ora neste contexto, o valor pedagógico duma política cooperativista habitacional, poderia facilitar e muito essa participação.

MÁRIO BRUXELAS — Dado que o tema que está na mesa é o da participação eu desejaria dizer ainda alguma coisa sobre o assunto. Nomeadamente quanto a ter o Nuno Teotónio Pereira considerado a habitação como um serviço do Estado. Devo dizer que possívelmente estarei de acordo com ele, embora entenda que a fórmula é um pouco equívoca. Penso que não deve competir ao Estado, a não ser em circunstancias excepcionais, tornar-se o promotor directo da construção de habitações. Compete-lhe sim, equipar o território segundo um plano concertado de desenvolvimento global, de desenvolvimento integrado. Tudo, naturalmente, segundo um certo jogo de mecanismos em que a participação das populações será canalizada por organismos e departamentos apropriados. No que respeita ainda a participação, tal como a defini, considero-a não apenas factor de realização mas igualmente de formação, e formação não só das populações como também dos próprios técnicos. Os técnicos por uma via teórica e tecnológica, chegam a certas soluções, mas nem sempre estão aptos a confrontá-las com o que pensam as pessoas, na realidade. Este aspecto tem de ser encarado sem paternalismos. Não nos compete educar as pessoas ou monopolizá-las. Compete-nos sim participar com elas na conquista do direito a associarem-se e a resolverem os seus problemas criando dessa maneira a sua própria cultura. Se depois elas preferirem antenas de televisão a habitações condignas, pois bem a sociedade em que se constituiram outra coisa não tará se não exprimir a cultura e a vontade que melhor se lhes ajustam. Antes disso elas têm o direito de se sentirem empurradas para determinadas formas de vida e de convívio que lhes roubam a expontaneidade e lhes cerceiam a capacidade criadora e organizadora.

Aquilino Ribeiro Machado

MODERADOR — O problema da habitação tem raízes antigas e pode dizer-se, em certa medida, que é um problema permanente. Um problema permanente na medida em que uma variação dos «standards» habitacionais acompanha, regra geral, a subida de nível da população. Uma população mais evoluída, uma população mais favorecida económicamente, tem graus de exigência superiores a uma população que vegeta muito próximo da sobrevivência. Nestas condições, é legítimo perguntar, se o sector da habitação representando, embora, um dos factores fundamentais para coadjuvar uma política de desenvolvimento, deverá ser considerado como prioritário. Se um crescimento económico processado através de medidas de incentivação á industria ou á agricultura não deveria tomar o passo a um grande esforço no campo habitacional, muito embora a dignificação das condições de vida represente, sem duvida, um elemento importante para estimular o próprio desenvolvimento. É evidente que a maioria da população não dispõe de recursos para pagar as rendas a que uma construção obedecendo aos «standards» mínimos conduziria. Poderíamos perguntar então se não seria mais realista promover antecipadamente o desenvolvimento das condições globais de existência. Gostava de ouvir a vossa opinião sobre esta matéria.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA — Em minha opinião o desenvolvimento urbano e paralelamente o desenvolvimento rural devem ser tomados como factores de desenvolvimento económico. Considero portanto que a questão das prioridades se não põe, pelo menos daquela forma simplista como muitas vezes é apresentada; atingir primeiro determinado nível de desenvolvimento económico para só depois começar com a construção das casas. Penso que há uma

(Continua na pág. seg.)

O problema da habitação

(Cont. da pág anterior)

razão de causa-efeito que deve ser considerada. Melhores condições de habitação também servem para acelerar o desenvolvimento. Por outro lado, as tais exigências de dignidade não podem ficar á espera que outros problemas se resolvam. Eu creio que o desenvolvimento económico, o progresso social, o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento agrário, etc., são fenómenos que têm de crescer conjuntamente. E não vejo razões para estabelecer quaisquer prioridades. Mas já se me afigura importante que a construção de habitações acompanhe o desenvolvimento económico, quer dizer, que o tipo de habitação, o seu custo, a sua integração no território, etc., sejam coerentes com o estádio do desenvolvimento da sociedade. Isso levanta o problema do «habitat» evolutivo, particularmente ajustado a sociedades de poucos recursos, como a nossa. Deverá, nestes casos, assegurar-se uma justa repartição de rendimentos de molde a que todos aufiram, em igualdade de circunstancias, o que houver para distribuir e, em seguida, melhorar o equipamento construído, levando-o a acompanhar o acréscimo das disponibilidades por uma melhoria paralela dos respectivos «standards». Já agora, dentro deste conceito de direito á habitação gostaria de precisar que ele se entende hoje em termos de direito á cidade — á vida urbana.

MÁRIO BRUXELAS — O problema da prioridade nos investimentos põe-se efectivamente, mas não estou certo que tenha sido bem formulado. Devo dizer que concordo com o Teotónio Pereira e que indiscutivelmente, nas sociedades modernas, o desenvolvimento tecnológico e, também, o desenvolvimento económico, exigem que as populações vivam em condições dignas, que tenham amplas possibilidades para se desenvolverem cultural e profissionalmente. Quando, todavia, se põe simplesmente uma questão de prioridades, num estádio pré-industrial como o nosso, eu julgo que o problema se situa num plano longínquo, pois que antes disso haverá toda uma série de medidas muito mais importantes a adoptar, só após as quais se tornará legítimo levantar a questão das prioridades. Fazer depender a habitação do crescimento económico pressuporia que os resultados desse mesmo desenvolvimento fossem distribuídos convenientemente, quer dizer, que as populações dele beneficiassem a «pari passu». E depois que o critério da aplicação desses investimentos seria um critério justo, dirigido para aqueles sectores que produziriam uma melhor rentabilidade económica e social. Só depois de esgotadas estas questões preliminares me pareceria legítimo pôr o problema duma prioridade nos investimentos.

MODERADOR — Desejaria esclarecer o arquitecto Bruxelas do seguinte: perante as realidades objectivas a que temos de fazer face, verificamos a existência de um acentuado êxodo rural para os núcleos de efectivo desenvolvimento económico do País — ou seja Lisboa, Porto e Setúbal Este êxodo é essencialmente constituído por populações que dificilmente encontrarão um emprego certo, dada a falta de postos de trabalho e a sua capacidade técnica bastante rudimentar. Regra geral, não disporão assim dos recursos mínimos que permitam, em condições de rentabilidade liminar, facultar-lhes uma casa sem a participação do Estado, através duma ajuda à construção ou de uma ajuda à renda. Atentando no volume que as carências já apresentam e á sua tendência sempre crescente, torna-se evidente que qualquer tentativa para resolver a fundo o problema do seu alojamento envolveria uma mobilização apreciável de capitais que poderiam escassear para todo o desenvolvimento económico restante — desenvolvimento económico esse de que também viriam a beneficiar as populações agora em causa, muito embora salvaguardadas as restrições postas pelo arquitecto Mário Bruxelas, com as quais evidentemente eu concordo.

FERNANDO VIANA — Parece-nos, de facto, que se quisermos analisar todas as dificuldades de que se falou, teríamos de nos afastar muito do problema da habitação já que a coisa deveria ser encarada dentro do planeamento socio-económico do País. Ainda falando nas possibilidades actuais duma política cooperativista habitacional, lembro que na Europa, depois das duas guerras mundiais, o problema da habitação foi resolvido, graças à contribuição dos Governos em capitais e em técnicos.

Penso que o problema da habitação se deverá estender a toda a população, excluindo apenas certas minorias restritas que gozam de alto nível de vida. Reparai, por exemplo, que as rendas de Lisboa, as rendas que habitualmente se processam em Lisboa se equiparam ao nível médio dos salários dos funcionários públicos. Portanto, o problema é mais vasto do que arranjar alojamento para as populações

rurais que acorrem aos centros urbanos atraídas pelo fenómeno inevitável da industrialização. Por esse motivo eu insisto na necessidade de combater efectivamente a especulação.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA — Julgo que na realidade a verdadeira perspectiva do problema da habitação será qualquer coisa como isto: é preciso edificar o País de novo. Quer dizer: o número de habitações e o volume do equipamento urbano a realizar durante as próximas décadas excederá o actualmente existente. Como paralelamente a isto se verificarão deslocações em grande escala de massas populacionais há que reconhecer que o País precisa de ser construído de novo. Tal ideia não tem sido suficientemente ventilada nos meios de informação. Parece-me até que a perspectiva deste problema dada ao público é profundamente errada. Perspectiva que se pode resumir nisto: há uns bons milhares de famílias desafortunadas que vivem em barracas e em bairros de lata. É, por conseguinte, imperioso acudir-lhes e construir casas de pedra e cal. Esta é a ideia que vemos transparecer com mais frequência nos jornais, e por força dela nasceram diversas iniciativas de promoção de habitações — como a Fundação Salazar, e outros organismos congéneres, preocupados com a situação desses milhares de desprotegidos da sorte. O princípio em que se apoiam é, no entanto, errado porque o probema da habitação quando colocado em termos correctos não abrange apenas os que hoje vivem em barracas, ou em partes de casa, mas também os que amanhã estarão em condições semelhantes. Dada a importância que uma correcta formação da opinião pública desempenha neste particular parece-me residir aqui um dos factores mais negativos da política seguida.

MODERADOR — O facto de reconhecermos que o problema habitacional interessa a quase todos os sectores populacionais — identificando-os, na qualidade genérica de locatários, conduz-nos à Lei do Inquilinato. Não seria, por conseguinte, descabido recolher as vossas opiniões acerca de tal diploma e já agora, também, acerca da conveniência que haveria em proceder à sua revisão, de molde a, entre outras coisas, dar-lhe um carácter mais humano, pelo menos no que respeita às demolições, despejos, etc.

MÁRIO BRUXELAS — Posso garantir efectivamente que a Lei do Inquilinato, tal como nos surge, é uma medida de recurso para evitar demasiadas atrocidades. Pura e simplesmente isto. Mas também me parece extremamente difícil alterá-la no sentido que julgo posto pelo moderador no sentido de assegurar não só rendas mais justas para toda a população dado que existem, por exemplo, muitas famílias que pagam rendas inferiores, embora disponham de largos recursos, e famílias recém-constituídas, portanto, com mais dificuldades, a pagar rendas altas, e que seja também susceptível de garantir, o que parece indispensável, maior maleabilidade nas residências, ou seja, evitar que as pessoas fiquem irremediàvelmente agarradas à casa só pelo facto de esta ter uma renda antiga. De igual modo grave é a questão das demolições, a que assistimos constantemente, onde o desaparecimento de prédios em bom estado de conservação, perfeitamente utilizáveis, se faz ùnicamente para atingir rendas mais elevadas.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA — Eu penso que o Mário Bruxelas pôs o dedo na ferida quando disse que a Lei do Inquilinato era qualquer coisa como um mecanismo defensivo de uma estrutura manifestamente errada. Creio que ele quis dizer isto e é isto também o que eu penso. Julgo que a relação senhorio-inquilino tem de ser superada, a propriedade imobiliária não pode depender das pessoas que dela só procuram tirar alto rendimento. Esse regime deve ser substituído por outro onde sejam os próprios a possuir a casa que habitam, num sistema de propriedade individual ou em conjunto através de associações, cooperativas, etc., ou mesmo através de entidades de carácter público ou social. Parece-me importante salientar que o estatuto actual de senhorio e de inquilino está radicalmente errado e que a Lei do Inquilinato mais não faz do que minorar os inconvenientes que daí resultam. Parece-me que esse regime contém em si uma contradição, contradição essa que há-de acabar com o tempo. Não sei se será mesmo possível que outras leis do inquilinato possam adiar grandemente a verdadeira solução do problema

FERNANDO VIANA — Creio que só será possível neutralizar este binário senhorio-inquilino através da política cooperativa, até porque quando as cooperativas tiverem pleno desenvolvimento, o desenvolvimento que se pretende, a concorrência aberta aos senhorios tenderá a um abaixamento geral das rendas e a cercear consequentemente a mais valia que eles actualmente recebem.

MODERADOR — Existe, de facto, na relação senhorio-inquilino uma evidente contradição. Entende-se que a habitação constitui um serviço social, mas aceita-se, simultâneamente, que para o seu proprietário ela represente uma fonte de rendimento. Essa contradição é factor de conflitos entre os interesses do senhorio e os interesses vinculados à categoria de serviço público que a habitação inegàvelmente apresenta No sentido de corrigir tanto quanto possível, dentro do quadro objectivo das nossas realidades, o que possa, e enquanto se aguardam outras reformas de maior tomo, o caminho mais correcto será o de introduzir na Lei do Inquilinato alguns novos elementos que permitam adequá-la melhor ao estado de coisas em que de momento vivemos, sem perder a perspectiva para que caminhamos. Há um outro aspecto relacionado com a Lei do Inquilinato que tem consentido em zonas estruturadas e antigas da cidade a efectivação de demolições sem conta quase sempre desvirtuando o carácter dos núcleos habitacionais em que se inserem. Cometem-se atropelos sem nome em cidades com um passado histórico e artístico como Lisboa e muitas vezes se chamou já para isso a atenção da opinião pública sem que, no entanto, o processo destrutivo tenha cessado.

MÁRIO BRUXELAS — O que realmente está em causa é a possibilidade da livre iniciativa, principalmente no que respeita a pequenas intervenções. Parece que muitos capitais poderiam ter uma melhor utilização no desenvolvimento económico e na industrialização do País se fossem desviados das manobras especulativas feitas em torno da construção. Nas condições presentes eles não só não contribuem para a resolução do problema da habitação, como têm tido mesmo uma acção perniciosa nas estruturas urbanas e estéticas, das nossas cidades e não só das nossas cidades. Por outro lado, ainda todo o circuito de actuação não é de todo controlado, tem contribuído para a detruição de muitas riquezas naturais do nosso País, espaços de actividade agrícola, zonas de interesse paisagístico e científico, etc. Não excluo, no entanto, a contribuição que a iniciativa privada pode dar à solução do problema habitacional desde que enquadrada por um conjunto de medidas capazes de assegurar que os seus investimentos e a sua acção serão socialmente úteis. Ou, por outras palavras, terão que encontrar-se processos de canalizar todos os esforços num sentido concertado de desenvolvimento social. Vejo, como uma medida possível, atrair os capitais privados, que actualmente se destinam à habitação, para instituições públicas de crédito subordinadas a departamentos de planeamento habitacional.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA — No que respeita ao problema das demolições, parece-me significativo que desde há bastantes anos se tenham feito, se estejam a fazer reclamações e protestos para que esse artigo seja revisto sem nenhuma resposta favorável.

Ora, daqui podem-se tirar duas conclusões: primeiro, que na sua conservação há altos interesses, interesses lucrativos, entendamo-nos; segundo, que existe um estreito vínculo entre esses interesses lucrativos e a política seguida, ou mantida, no sector da habitação. Parece-me que o problema das demolições é um problema típico da nossa situação político-económica. É também um exemplo flagrante do abuso do poder económico de alguns sobre as conveniências da maioria, e creio que se torna necessário denunciar este sistema com mais força. Reconheço, é claro, que

(Continua na 10.ª pág.)

Documentos

As alterações à Lei Eleitoral

Parecer da Comissão Jurídica da C.E.U.D. de Lisboa

Por diferentes vezes, desde Outubro passado para cá, o Ministério do Interior afirmou, ou pela voz do seu ministro, ou em notas oficiosas, que o Governo garantiria a fiscalização do próximo acto eleitoral e colocaria todos os candidatos em perfeita igualdade e proclamou, até, que, se tanto fosse necessário, se tomariam as adequadas medidas legislativas para o efeito.

Ao fim e ao cabo, já quase em vésperas do acto eleitoral, noticiaram os jornais de 7 do corrente que havia sido enviado ao «Diário do Governo» um diploma (*) dando nova redacção a diversos artigos do Decreto-Lei n.º 37 570, de 3 de Outubro de 1949, e publicaram na íntegra esse diploma.

Desde que surgiu o Decreto-Lei n.º 37 570, em 1949, a Oposição Democrática tem apontado as inúmeras deficiências daquele diploma legal e, em artigos publicados na Imprensa, em 1949, 1953, 1957 e 1963, o advogado José Magalhães Godinho escalpelizou essas deficiências e imperfeições do mesmo decreto-lei, demonstrando que tal diploma não só não garantia, e nem permitia, a fiscalização do acto eleitoral, não assegurando, pois, a genuinidade do sufrágio, como não regulava, o que era indispensável, toda a matéria respeitante á campanha eleitoral.

Entretanto, aquele advogado, em Julho último, e em virtude de uma vez mais o Ministério do Interior ter referido que iria ser alterada a legislação eleitoral, enviou para o suplemento «Mesa-Redonda» do «Diário de Lisboa», dois artigos, o primeiro intitulado «Concepções diferentes», que foi publicado, embora com cortes da censura, e o segundo sob o título «Ainda sobre concepções diferentes», que foi pura e simplesmente proibido de ser publicado, e, tendo reclamado para quem de direito, ainda hoje se ignora qual o despacho dado a essa reclamação. Nesses artigos se indicava, uma vez mais, tudo aquilo que a lei deveria conter para que o acto eleitoral pudesse ser efectivamente fiscalizado e os candidatos fossem realmente colocados em pé de igualdade.

Alterações que não dão garantias

As alterações contidas no decreto-lei agora enviado ao «Diário do Governo», continuam a ser deficientes e a não dar nenhuma daquelas garantias que se vinha proclamando que não deixariam de ser dadas.

Assim, embora restabelecendo os delegados eleitorais elementos indispensáveis para a fiscalização — não lhes regulamentou todos os direitos e garantias de que devem estar revestidas para poderem exercer sem peias, e com eficiência, a sua missão.

Esses direitos, que são indispensáveis, e que a lei lhes não confere, são, essencialmente:

a) receber, antes do dia da eleição, uma cópia do caderno eleitoral, devidamente autenticada, da secção de voto para que foi designado, e exactamente igual ás que forem destinadas á mesa da secção.

É certo que o diploma agora publicado determina que «publicadas as listas, o governador civil facultará a consulta das cópias do recenseamento eleitoral aos mandatários, que delas poderão extrair todos os elementos que julguem convenientes». Mas, isto não basta. O que é preciso é fazer entrega de uma cópia autêntica dos cadernos. E compreende-se bem porquê. Munido de cópia autêntica, o delegado eleitoral pode protestar, por exemplo, contra a chamada de um indivíduo que não conste da cópia que possui, sem que a mesa lhe possa opor que foi ele que não copiou ou copiou mal o caderno.

Além disso, publicadas as listas, restam só 28 dias até ao da eleição, e é evidente que, nesse espaço de tempo, não é possível copiar-se integralmente o caderno, já que a esses 28 dias haverá que abater os domingos, e que aos sábados o Governo Civil fecha ás 12 e 30 e, nos demais dias, só funciona nas horas de expediente, sendo certo que, havendo três ou quatro listas, haverá três ou quatro interessados em copiar os cadernos, e, como só ao mandatários é autorizada e facultada a consulta, e só há um mandatário por cada lista (§ 2.º do artigo 13) em cada distrito, e é no Governo Civil, portanto só na sede do distrito, que a consulta terá lugar e para os cadernos de todo o distrito, não é possível, por falta de tempo, fazer-se uma consulta capaz e copiarem-se todos os cadernos do distrito, onde se encontram dezenas de milhares de nomes e elementos de identificação. Portanto, e afinal, a concessão do novo diploma legal, a nada corresponde e nada concede.

O que devia ser consagrado na lei

b) poder inspeccionar a urna, que servirá para a recepção das listas, antes de se iniciar a votação. A necessidade da concessão deste direito não carece de ser demonstrada, de tal forma ela se impõe.

c) dentro da assembleia de voto desde a sua abertura e até ao encerramento do último acto referente á eleição e seu apuramento, não poder ser preso, nem detido, excepto no caso de flagrante delito de crime a que corresponda pena maior.

d) não poder ser impedida a sua entrada ou saída nas assembleias eleitorais, nem ser impedido ou dificultado o exercício de todos os actos que tem direito a praticar, devendo instaurar-se obrigatòriamente, por simples participação, procedimento criminal contra quem procure impedi-lo, ou o impeça ou dificulte de exercer a sua missão.

e) quando, por qualquer motivo, o delegado não tiver recebido, antes da eleição, o seu alvará de nomeação e a cópia autêntica do caderno eleitoral, valerá como alvará a declaração da designação para delegado eleitoral assinada por um candidato, com a assinatura reconhecida na presença, e o presidente da mesa deverá fazer-lhe entrega, antes da eleição, de uma cópia autêntica do caderno eleitoral.

f) ditar todos os protestos e reclamações, que obrigatòriamente terão de constar da acta.

g) exigir a identificação documental de qualquer eleitor, sendo nesse caso, o eleitor obrigado a exibir a documentação.

h) requerer as certidões que entenda indispensáveis e que as mesas terão obrigatòriamente de lhe passar e entregar.

i) acompanhar a mesa e as autoridades civis e militares no transporte das urnas e de todos os documentos relativos á eleição; rubricar, selar e lacrar quantos documentos quiser.

j) assinar as actas da eleição.

Isto no que se refere aos delegados eleitorais.

A constituição das mesas

Mas, para maior — ou melhor — para eficaz garantia da genuinidade do sufrágio e da seriedade do acto eleitoral, teria sido conveniente alterar o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 37 570, em ordem a que as mesas das assembleias e secções de voto passassem a ser constituídas por um presidente, que poderia continuar a ser nomeado pelo Governador Civil, por dois secretários, que poderiam ser designados pelo presidente da mesa, e por tantos escrutinadores quantas as listas que disputam a eleição, devendo estes ser designados por qualquer dos candidatos, por meio de credencial, com a assinatura reconhecida na presença.

Só assim, efectivamente, a mesa teria uma composição que a todas as listas garantiria a sua isenção e a seriedade do acto, pois este não deve estar sujeito á simples suspeição, e a mesa constituída apenas por elementos escolhidos pelo presidente, que, por sua vez, foi nomeado pelo Governador Civil seria, afinal, uma mesa constituída pelos representantes da lista da União Nacional, e sujeita, pois, a poder considerar-se suspeita.

No que respeita á igualdade dos candidatos perante o acto eleitoral, então, a lei ou nada diz, ou o que diz e nada pouco mais é.

Se se quiser estabelecer igualdade para todos os candidatos, nas eleições para deputados, há, antes de mais, ou que permitir a organização permanente das correntes políticas da oposição, ou que extinguir a União Nacional.

Efectivamente, impor a extinção das comissões eleitorais, de direito, nos casos de não serem apresentadas listas de candidatos ou de desistência das candidaturas propostas, na data do apuramento geral da eleição, é autorizar a sua existência tão só durante 40 dias de 4 em 4 anos.

É, pois, negar á Oposição o direito de se organizar, de viver, de estar atenta e de estudar os problemas nacionais, de se preparar para a eleição seguinte, ao passo que a União Nacional continuará a existir, a manter as suas comissões, a sua actividade, a angariar mais adeptos, em suma, manterá todas as características e privilégios de partido único que continua a ser.

Desigualdade e inferioridade

Isto é colocar os candidatos na mais gritante diferença de situações e possibilidades.

É tratar a Oposição como um grupo de tolerados a quem se concede o favor de, de 4 em 4 anos, poder, á pressa, e com todos os inconvenientes dessa mesma pressa, arranjar um arremedo de organização que a faz logo partir em manifesta inferioridade para o acto eleitoral.

É como que uma côdea que se lança a um cão faminto, que lhe ilude de momento, mas não lhe tira a fome.

Enquanto continuar esta desigualdade, é por demais evidente que nenhuma Assembleia Nacional, nenhum acto eleitoral, legitimam o Governo e o Poder, por isso que se não revestem das condições não só de eficácia de fiscalização, como de igualdade de direitos dos candidatos, que asseguram ter sido a eleição, a livre e autêntica expressão da vontade nacional.

Além disto, e ainda para assegurar uma verdadeira igualdade entre os candidatos, era indispensável que a lei contivesse, e não contém, disposições claras e completas no que respeita á campanha eleitoral.

E os exemplos passados que por tão dolorosos e chocantes nem se quer relembrar, mas que todos bem conhecem, assim o impõem.

Os candidatos, para poderem efectuar a sua propaganda, precisam de ter assegurado um local para centralização dos respectivos serviços de candidatura e, òbviamente, de outros locais, pelo menos nas sedes dos concelhos e até nas freguesias para neles exercerem actividades os que os apoiam.

Tais locais devem poder funcionar sem quaisquer entraves, pois está naturalmente indicado que neles os candidatos ou os seus apoiantes, redijam os artigos de propaganda, preparem comunicações a fazer pela rádio ou televisão, redijam circulares e tratem da sua expedição, conferenciem com eleitores do círculo, recebam jornalistas, procedam á distribuição de listas, instruam os delegados eleitorais, organizem sessões e visitas de propaganda, pratiquem, pois, todos os actos necessários á preparação da eleição.

Tudo isto pressupõe que a lei determine e regule todas estas actividades, garantindo o seu exercício, estabelecendo durante o período da campanha a total liberdade de reunião, sem qualquer dependência, e a livre circulação, não podendo ser impedidas nem dificultadas nenhumas das actividades dos candidatos e dos que os apoiam e nos seus serviços trabalham.

As listas e a propaganda

Por outro lado, deveria a lei também estabelecer que todas as listas serão impressas na Imprensa Nacional, em papel rigorosamente igual, e entregues aos candidatos até 15 dias antes da eleição, em quantidade igual á do número de eleitores recenseados em cada círculo a que se destinam.

Igualmente deverá estabelecer as condições, que têm de ser iguais para os candidatos de todas as listas, em que poderão ser utilizados os edifícios públicos e particulares, ou os recintos ao ar livre, para a realização de sessões de propaganda, por forma a que nenhuma lista disponha de facilidades diferentes das demais, não só quanto ás possibilidades de utilização, como ao número de vezes que possam ser utilizados e ao tempo de duração de cada sessão, garantindo que ninguém poderá ser perseguido, incomodado ou prejudicado pelo facto de ceder, seja a que título for, um edifício ou recinto de que seja proprietário, arrendatário ou usufrutário, para efeitos de propaganda eleitoral ou de instalação de serviços de candidatura.

Deverá regular-se, também, os termos e condições em que poderá ser efectuada a propaganda por meio de afixação de cartazes, vinhetas, etc., que deverão ser isentas de qualquer taxa, selo ou contribuição; e estabelecer-se a isenção de franquia postal para toda a correspondência dos serviços de candidatura.

E, como é por demais evidente, deveria a lei conter disposições atinentes a garantir a neutralidade do Governo relativamente ao acto eleitoral e á sua propaganda, pois que, como é elementar, esta deve ser feita pelos candidatos e pelos que os apoiam não se pondo a máquina do Estado, nem os seus serviços, nem os seus dinheiros, nem o seu aparelho de repressão, como tem acontecido, a trabalhar a favor de uma lista — a do partido que apoia o Governo — prejudicando, torpedeando e entravando a acção dos que trabalham pelas listas de Oposição.

Estas são as falhas, deficiências e desigualdade que a lei, mesmo com as alterações agora introduzidas, mantém, e que as promessas, tantas vezes repetidas, do Ministério do Interior, deviam, para se cumprir, ter eliminado e resolvido.

A intimidação

Mas, não o tendo feito, ainda veio agravar a situação, porque quis vir dar a aparência de que cumpria tais promessas e que, com estas alterações, ficava garantida a fiscalização, a igualdade das candidaturas, em suma, a genuinidade do próximo acto eleitoral.

Esta eleição próxima, que havia sido antecedida da intimidação que resultava dos termos da consulta feita e do parecer emitido pela Procuradoria da República sobre as Comissões Eleitorais, é agora antecedida de ligeiras alterações á lei eleitoral, que não resolveram as várias deficiências que desde há 20 anos a Oposição lhe vem apontando, só poderá vir a ter uns laivos de genuinidade, se—ainda há tempo para tal —

(Continua na ultima página)

O problema da habitação

(Continuação da 8.ª página)

os municípios tirarão dele alguma vantagem, vantagem de vistas muito curtas, que se resume a não serem obrigadas com o aumento do património imobiliário, a novos investimentos de equipamento urbano. Porém, verifica-se que os equipamentos existentes a breve passo ficam saturados, acabam por não poder cumprir a sua função.

FERNANDO VIANA — O que de facto constitui um dos factores extremamente importantes neste processo é a mais das vezes a ausência de planos de urbanização convenientemente elaborados para que essas demolições se possam evitar. Por outro lado, mesmo quando esses planos existem eles são constantemente objecto de alterações ao sabor de conveniências e de influências externas aos serviços que os conceberam. Portanto, parecia-me extraordinàriamente importante maior rigor neste particular, mas como o Nuno diz, isso dependerá, naturalmente, das estruturas existentes.

MODERADOR — Convém não esquecer que a actual legislação facilita bastante as demolições. A inexistência de planos urbanísticos e a disparidade de critérios reinantes dentro dos serviços municipais fazem o resto. Queria ainda levantar uma questão referente a um problema já aqui abordado de passagem, o da aplicação de pequenas poupanças na construção. O regime da propriedade horizontal veio facilitar o investimento de pequenos capitais na habitação, não poucas vezes com vista à aquisição de uma casa própria, mas sim para a obtenção de um rendimento. Essa legislação veio, por conseguinte, dado o nível de preços atingidos nas transacções, emprestar novo impulso à reconstrução nas zonas antigas, agravando o fenómeno da sobreposição de edifícios novos em estruturas urbanas de todo impróprias para os receber. O que nos oferece dizer sobre isto?

MÁRIO BRUXELAS — Antes disso queria referir-me a uma alusão que me parece importante feita pelo Nuno Teotónio Pereira aos Municípios e com o qual estou de acordo. Entendo que a organização municipal está completamente destruída. Os municípios não têm recursos, e na maior parte dos casos não têm representatividade necessária atendendo à função fundamental que deveriam desempenhar. Será imprescindível que a organização dos municípios seja revista, que os vereadores e o presidente do município sejam escolhidos por sufrágio e não por nomeação e que as câmaras municipais sejam dotadas com os meios indispensáveis para que procedam à urbanização e ao equipamento dos territórios que lhes estão confiados. Este aspecto considero-o bastante importante. No que respeita à propriedade por andares é evidente que esse regime veio facilitar o mercado de habitações, saldando-se, no entanto, mais por um incentivo á especulação do que por um contributo para a solução do problema. O meu ponto de vista é de que as pequenas poupanças como disse à bocado, deviam ser canalizadas através de organismos públicos para realizações de finalidade sócial, recebendo dessa aplicação uma retribuição satisfatória. A propriedade dos edifícios que por este meio se efectuassem ficaria a pertencer ou a cooperativas ou ao próprio Estado.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA — Para uma coisa gostaria ainda de chamar a atenção Várias vezes foi dito aqui que o problema da habitação e do desenvolvimento urbano, que com ela directamente está relacionado, pressupõem um adequado planeamento físico do território. Ora, a mim parece-me que, atendendo aos hábitos instaurados no País, a única forma de traçar semelhante planeamento físico, em concordância com as necessidades colectivas, seria subtraí-lo, também, às pressões dos proprietários e dos especuladores. Portanto, vejo aí mais uma razão, e uma razão decisiva, para que a propriedade do solo urbanizado venha a ser socializada. Quaisquer outros dispositivos, mais moderados, serão totalmente ineficazes, e essas influências acabarão sempre por se fazer sentir levando os planos e as realizações a fórmulas distorcidas e defeituosas.

FERNANDO VIANA — Só queria citar o exemplo da Suíça em que o Código Civil proíbe a divisão horizontal dos prédios não podendo estes sair do património colectivo.

MODERADOR — Chegámos ao termo da nossa conversa. A troca de impressões que tivemos foi frutuosa para a esplanação de alguns pontos de vista que, evidentemente, só obrigam as pessoas que os pronunciaram. Pareceu-me que, dentro dos limites de tempo a que estávamos sujeitos, o assunto, muito embora alguns dos múltiplos caminhos em que se reparte, ficassem inexplorados, foi tratado com certa profundidade e inegável franqueza.

O Ministério da Educação esclarece uma pergunta formulada pela C. D. E. do Porto sobre a Escola de Belas-Artes

Do Ministério da Educação Nacional, através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, recebemos o seguinte comunicado:

«Numa comunicação da C. D. E. do Porto, vinda a publico na Imprensa diária de ontem, formula-se a seguinte pergunta: *Porque será que, depois da visita, colóquios e promessas do sr. ministro da Educação Nacional á Escola Superior de Belas-Artes do Porto, decorrida há bastantes meses, ainda nenhuma providência de melhoria de estrutura do ensino nesse importante estabelecimento foi tomada, apesar de estar á porta o início de mais um ano lectivo?*

As afirmações contidas na pergunta faltam á verdade, visto que, e como é do conhecimento da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, foi dada imediata realização a parte dos pedidos que podia, sem precedência de demorado estudo, ser satisfeita. Assim, foi determinado que a frequência das cadeiras de Matemáticas Gerais, Geometria Descritiva e Sociologia tivesse lugar naquela Escola, e não em outros estabelecimentos de ensino, como até então sucedia, com perdas de tempo e incómodos de outras naturezas para os estudantes. Foi igualmente decidida a supressão da cadeira de Química do plano de estudos daquela Escola, por se reconhecer haver fundamento nas objecções feitas á inclusão da mesma cadeira no referido plano de estudos. Foram iniciados os estudos referentes á reforma dos concursos do pessoal docente e ás modificações na organica dos cursos. E' esta a verdade».

Nos grandes empreendimentos nacionais

a Sotécnica

Sociedade Electrotécnica, L.da

está presente

Executou, agora, a empreitada geral de electricidade dos edifícios da Sede e Museu da

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

PRINCIPAIS FORNECEDORES E SUB-EMPREITEIROS:

C. E. L. - C. A. T. — Fábrica Nacional de Condutores Eléctricos, S. A. R. L.
Cetec — Equipamentos e Técnica de Electricidade, Lda.
Electrotécnicos Reunidos, Lda.
Empresa de Empreitadas de Electricidade, Lda.
Fábrica de Condutores Eléctricos, Diogo D'Ávila, Lda.
INDELMA — Indústrias Electro Mecânicas, S. A. R. L.
Máquinas de Precisão, S. A. R. L.
Philips Portuguesa, S. A. R. L.
Siemens — Companhia de Electricidade, S. A. R. L.
Valentim de Carvalho — Comércio e Indústria, S. A. R. L.

Sotécnica LISBOA — Rua do Vale de Pereiro, n.º 8 - 2.º — Telef. 68 91 37/9
PORTO — Rua de Camões, n.º 829 — Telef. 4 54 85

Não sabemos até que ponto o processo eleitoral corresponderá às suas intenções

—pergunta a C. E. U. D. em carta aberta ao presidente da U. N.

Recebemos da Comissão eleitoral de Unidade Democrática (C. E. U. D.) o texto que a seguir publicamos:

Carta aberta ao dr. José Guilherme de Melo e Castro, presidente da Comissão Executiva da União Nacional

Nos jornais da tarde de hoje, dia 30 de Setembro, insere-se um comunicado do organismo a que V. Ex.ª preside e em que se censura a posição tomada pela C. E. U. D. em relação ao próprio acto eleitoral. Nessa censura a U. N. fala das amplas liberdades oposicionistas e convida-nos a ir-mos ás eleições «a sério». Para elucidação de V. Ex.ª levamos ao seu conhecimento directo os seguintes factos:

Os comunicados da C. E. U. D. têm por sistema sido cortados ou amputados pela censura.

Os manifestos apresentados na Conferência de Imprensa do dia 29 estão ainda agora retidos pela censura, sendo a publicação, normalmente parcial, que deles foi feita, pràticamente de carácter clandestino.

A Conferência de Imprensa da C. E. U. D. foi inicialmente interrompida pela Polícia, embora posteriormente autorizada por S. Ex.ª o governador civil.

A propaganda eleitoral revela-se á Oposição extraordinàriamente difícil de levar a cabo pela segregação dos meios normais de comunicação com o público (Televisão, Rádio, impossibilidade de utilização de edifícios públicos).

Ainda para mais dificultam-se as simples reuniões de trabalho mesmo realizadas na sede, condicionando-as a prévia autorização do governador civil e atrasa-se a propaganda escrita com a aplicação de idêntico regime.

O conjunto destes factos, a que se somam alguns outros factores, infelizmente tradicionais, e que têm origem em grupos de activismo fascista sobejamente por nós identificados (cartas anónimas, ameaças telefónicas, sabotagem de carros) despertam, como V. Ex.ª compreenderá, uma desconfiança fundamentada em que alguma coisa haja mudado no processo eleitoralista português.

Mas essa descrença é, sobretudo, ditada pelo paradoxo a que certas afirmações governamentais ou de entidades situadas em posições de extrema responsabilidade têm reconduzido um dos temas que, certamente, V. Ex.ª considera fundamental como objecto da campanha: o problema do Ultramar.

Ou bem que ele é e deve ser objecto de exame e diálogo, ou bem que a «verdade» governamental não admite controvérsia. O que não parece justo é convidar o País a debruçar-se sobre o problema, num clima de ameaças e proclamando para além de qualquer discussão que só existe uma atitude patriótica.

Julgamos ter tratado a questão ultramarina num plano de elevação de cultura e de nível de interesse nacional que ninguém tem o direito de negar. Seria interessante que a U. N. fosse capaz de definir ao mesmo plano uma solução de futuro, á luz de princípios morais e patrióticos. Mas V. Ex.ª compreende que será desanimador e triste para a inteligência portuguesa que, em vez de diálogos, esclarecimentos e controvérsia, haja, de um lado, esforço de construção e pensamento, e, do outro, bater de tacões, «slogans» de exaltação e clamor de insultos.

Já hoje o jornal de que o organismo a que V. Ex.ª preside é responsável, iniciou o «old style» — a conhecida campanha de insultos e difamação fácil Embora admitindo que existe pluralismo de atitudes na U. N., qual devemos escolher como sendo a oficial?

A C. E. U. D. teria como ambição maior a alteração — mesmo progressiva — do clima político em Portugal.

Nós não exigimos ao Governo que tenha em política os nossos ideais, nem o nosso programa. Mas gostaríamos de poder exigir um ideal comum, um único: de tornar viva e vigente uma Constituição e transformar uma política de facto e de força num sistema político de direito e de competição leal Poderíamos ter ideais opostos, mas aceitarmos que as regras do jogo fossem comuns. Esse é, para nós, o sentimento único e profundo de Unidade Nacional.

A nossa concorrência a estas eleições é, pois, uma aposta e um convite: uma aposta no saneamento da vida pública, e um convite ao Governo para aceitar ser um Governo de direito. Sabemos que nem tudo poderá ser conseguido no momento que passa. Aceitámos, por isso, partir em posição de desigualdade, que V. Ex.ª honestamente poderá reconhecer. Mas fazemo-lo como contribuição para a legalização e para o diálogo. A lida ás urnas só assim se justifica e compreende.

Se, porém, formos forçados a admitir — e esperamos que não! — que o jogo se suja e o processo retrograda, apenas poderemos elevar uma voz de protesto.

Não brincamos, portanto. Estamos pessoalmente convencidos de que V. Ex.ª também não tem intenção de brincar.

Não sabemos, porém, até que ponto o processo eleitoral poderá corresponder ás suas intenções. Essa é a nossa dúvida, e V. Ex.ª sabe talvez melhor do que ninguém até que ponto essa dúvida é legítima.

Supomos, Sr. Presidente, perfeitamente clara esta posição, perfeitamente nítido o nosso propósito. Devolvemos, pois, o convite á U. N. «vamos a isto das eleições «mas a sério» todos com os olhos postos nos supremos interesses nacionais».

Apenas julgamos que estes não coincidem com a conservação do que existe. Aceitaria a U. N. que a Nação pensasse eleitoralmente connosco? E aceitaria o Governo abdicar da definição unilateral do «interesse nacional»?

Estas são as perguntas que Hamlet faria neste momento á União Nacional...

Pelos candidatos:
Francisco Sousa Tavares e Mário Soares.

Conselho de Estado: três lugares vagos

A recente morte de três personalidades de relevo que nas fileiras da actual situação política — o almirante Ortiz de Bettencourt, o prof. Mário de Figueiredo e o dr. Soares da Fonseca — na qual sempre ocuparam posições de relevo, veio deixar vagos alguns importantes lugares. Entre estes, ao nível de políticos, claro, destacam-se os do Conselho do Estado, já que os de presidente e vice-presidente da Assembleia Nacional, dado que se vai iniciar uma nova legislatura, sempre (em princípio) viriam a ser preenchidos por outras personalidades.

Como se sabe o Conselho de Estado é, nos termos do artigo 84.º da Constituição Política vigente, um órgão consultivo do Chefe do Estado, competindo-lhe pronunciar-se em todas as emergências graves para a vida da Nação e sempre que o Presidente da República o julgue necessário e para tal o convoque. Além disso, é de sua obrigatória atribuição verificar a situação de impossibilidade da reunião do colégio eleitoral e a cessação dela, assim como assistir ao Chefe do Estado quando este tenha de exercer algumas das suas atribuições constitucionalmente consagradas.

Ora, do Conselho de Estado (artigo 85.º da Constituição) fazem parte os presidentes do Conselho de Ministros, da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República e «dez homens públicos de superior competência nomeados vitaliciamente pelo Chefe do Estado». Estes membros vitalícios, ao tempo em que o Conselho de Estado reuniu pela última vez (em 17 de Setembro de 1968, para se pronunciar sobre a substituição do então Chefe do Governo) eram os srs. conselheiro Albino dos Reis, profs. Marcello Caetano, Mário de Figueiredo, Costa Leite (Lumbrales) e Antunes Varela, general Santos Costa, e drs. Teotónio Pereira, Supico Pinto e Soares da Fonseca.

Assim, encontram-se vagos, por morte, três lugares vitalícios no Conselho de Estado, enquanto um seu quarto membro vitalício o prof. Marcello Caetano — passou a ter lugar naquele órgão por inerência do cargo que desempenha. Nestes termos, compete ao Presidente da República nomear personalidades que vitaliciamente substituam os agora desaparecidos. Porém, a Constituição não fixa qualquer prazo dentro do qual a nomeação deva ser feita.

Uma coisa é apreciar candidaturas na Metrópole e outra em Moçambique

—afirma a U. N. em resposta à C. E. U. D.

Da Comissão Eleitoral de Lisboa da U. N., recebemos o seguinte comunicado:

«1. Os candidatos por Lisboa da C. E. U. D. enviaram aos jornais uma *declaração*, em que protestam contra a rejeição de que foi objecto a lista da *Oposição Democrática por Moçambique*, a cujos componentes foi exigida *a prova de que são portugueses de origem e residem há mais de cinco anos em território nacional*. Classificam esta rejeição de *puro expediente político do Poder* feito *sob pretextos que jurídicamente tocam as raias do inverosímil*. Isso porque tal exigência não foi feita em relação aos candidatos da Metrópole, quer da União Nacional quer da Oposição. E atribuem a falada decisão moçambicana *ao Governo*.

2. O caso seria um *fait divers* do período eleitoral como... há-de haver muitos. Ainda por cima um *fait divers* jurídico e passado em Moçambique. Dedicar-lhe-emos alguma atenção porque a C. E. U. D., na sua *declaração* de anteontem, não só pretende tirar efeitos políticos eleitorais gerais como também volta, a propósito (perdão, o mais a despropósito possível) com os sabidos golpes *á moda antiga* contra uma União Nacional que supunham também na mesma moda, *mas não o é*, felizmente, como está patente para toda a gente (incluindo membros bem conhecidos da mesma C. E. U. D., com os quais, ontem, convivemos... sem viseira corrida...).

3. Em primeiro lugar, a decisão moçambicana não é do Governo, nem sequer do Governo-Geral de Moçambique. Em segundo lugar, está ou podia estar, não temos a certeza, em recurso para o tribunal competente. Portanto, há todas as garantias de que predominará o que for legal e justo. Isto no aspecto jurídico.

4. Sem responsabilidade nas motivações da dita decisão, seria, antes de mais, de notar que uma coisa é apreciar candidaturas, na Metrópole *(das oposições e da União Nacional*, como refere a declaração da C. E. U. D.) onde se está em absoluta paz — social e política — e, portanto, *a simples notoriedade*, quanto á nacionalidade portuguesa de origem e á residência contínua em território nacional, é mais que suficiente para idónea apreciação pelos governadores civis; outra coisa é Moçambique, onde temos de prosseguir uma acção policial contra o terrorismo (e do pior, do mais racista) apoiado na China Vermelha e em países a ela aderentes, da costa oriental da África. Não tomaria a própria C. E. U. D., ali, precauções similares? Em qualquer caso, porém, aguardemos o veredicto do tribunal competente (se, acaso, o recurso foi interposto).

5. Agora servir-se deste caso longínquo para generalizações — perdão — demagógicas á Metrópole, onde tudo decorre com plena regularidade (a *declaração* lá diz que isto não aconteceu com as candidaturas oposicionistas da Metrópole), como há-de classificar-se? E misturar no caso, como se vê na *Declaração* em apreço, Censura (*o trivial* do costume), e, agora, de novo, cães-polícias... (serão os habituais da polícia londrina; ao menos os de cá — muitos de nós não concordam — nunca mordem...) e (este é formidável!) *capacetes de aço* (quais? os dos comunistas?), como há-de classificar-se, com a cortesia de que não prescindimos, e até, repete-se, cordialidade com as pessoas?! Andará alguém, lá pela C. E. U. D., a redigir declarações, sem o — U. —?... Perdoem a graça — que é amável — mas, ás vezes, os *US* são muito importantes, significam a *União*, que é indispensável entre todos os bons portugueses (oposição e situação).

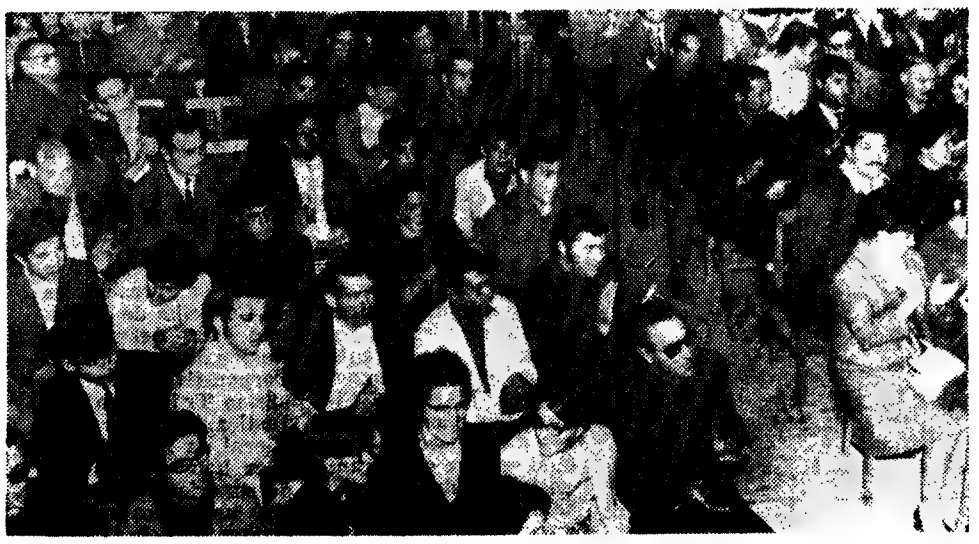
6. Trazer para a Metrópole este caso moçambicano que, repete-se, está ou podia estar em recurso contencioso — não será — perdoem mais uma vez — por *chicana* não de políticos, também não de advogados verdadeiros (e a C. E. U. D. tem-nos distintos) mas de litomaníacos?

7. Sobre a verdade dos eleições deste Outono de 69, que voltou a estar doce e aliciante para a paz do espírito, convidando á convivência amável, não nos cansamos de voltar a citar: *Está convencionado que a genuína linguagem democrática é a dos votos. Resta, pois, tirar agora a prova real do sufrágio* (Marcello Caetano).

As eleições são mesmo a sério. Por favor, não se esqueçam disto. Também, por parte da União Nacional, foi dito, há pouco tempo: «*Eleições a disputar em igualdade para todas as candidaturas, não só no acesso aos cadernos eleitorais como no* contrôle *do próprio acto da eleição e nos meios necessários para a preparação e apresentação dos candidatos*». Voltamos ao *leit-motiv: a prova real de sufrágio.*

E, quanto ao caso de Moçambique, aguardamos o veredicto do tribunal competente. Verdade, verdade mesmo nas eleições, por favor!

1 de Outubro de 1969».



Aspecto das pessoas que se dispunham a assistir á sessão

Não se efectuou a sessão marcada na Marinha Grande

MARINHA GRANDE, 2 (do nosso enviado especial) — A primeira sessão de propaganda eleitoral da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria foi proibida pelas autoridades enquanto mais de mil pessoas se juntaram na sede do Sport Império Marinhense ignorando a decisão.

A proibição assentou numa disposição estatutária das colectividades de recreio invocada pelas autoridades e foi apontada pelos candidatos oposicionistas como mais uma dificuldade levantada pelas autoridades á campanha da Oposição naquele distrito.

Entretanto, espera-se que a direcção daquela colectividade possa tornear o obstáculo, dentro dos próximos dias, de molde a que a sessão se efectue, de facto, naquele importante centro eleitoral fabril.

Candidatos pela Oposição Democrática fizeram notar que mais de duas centenas de pessoas viram indeferidas as suas diligências de recenseamento.

Por outro lado, a Comissão Democrática Eleitoral julga poder efectuar amanhã a sessão de propaganda programada para o Casino da Nazaré. Também não têm ainda qualquer indicação que uma sessão de propaganda marcada para depois de amanhã na garagem do Hotel Euro-Sol seja proibida, bem como a incursão-piloto na qual os candidatos visitarão, durante a tarde de sábado sete freguesias, distribuindo propaganda e contactando com as populações. Nessa incursão, que antecede a caravana-automóvel de domingo que percorrerá o distrito, serão distribuídas «Folhas Eleitorais», documentos que são estudos e análises políticas dos problemas nos diversos sectores nacionais.

As alterações à lei eleitoral

(Continuação da 9.ª página)

antes dela, se publicarem as alterações que aqui deixámos demonstrado serem indispensáveis, não falando já, claro, na revogação, pura e simples, do § 2.º do artigo 25.º, que se destina a pôr nas mãos do Governo a possibilidade de, quando lhe apeteça, em plena campanha eleitoral, dissolver, por intermédio do governador civil, e sem apelo nem agravo, qualquer comissão eleitoral.

Os defeitos que apontamos á lei, as suas deficiências, e ainda a necessidade de outras alterações, designadamente no que respeita ao recenseamento dos eleitores, ás condições de inelegibilidade e á representação de minorias, serão objecto de um projecto de lei que a Oposição Democrática não deixará de apresentar á Nova Assembleia Nacional, se — dadas as garantias indispensáveis — puder disputar a eleição e ver eleitos candidatos seus, e é seu ponto de honra que tal projecto contenha todas as garantias para todos os candidatos, a fim de que, uma vez por todas, se inaugure no nosso País uma época de eleições verdadeiramente livres e honestas, autêntica expressão livre da vontade nacional.

Pela Comissão Jurídica da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática:

Angelo de Almeida Ribeiro, Duarte Vidal, Francisco Salgado Zenha, Gustavo Soromenho e José Magalhães Godinho.

(*) É o Decreto-Lei 49 229, que veio publicado no «Diário do Governo» de 10 de Setembro de 1969, mas distribuído dias depois.

Candidatos da Oposição pelo Círculo de Leiria explicam a impossibilidade de se efectuar a sessão

Conferência de Imprensa da C. D. E. em Leiria

(Continuação da 1.ª pág.)

ria a de propor a alteração da Constituição Política do País.

A uma pergunta formulada pelo enviado especial do «Diário de Lisboa».

O ex-candidato Alberto Bernardo Costa (que foi eliminado pelas autoridades, disse que emobra não tendo essa preocupação devido á rejeição de que foi vítima, continuaria no entanto a lutar, como todos os seus companheiros de lista, para «esclarecer e politizar», tarefa que considerou de primordial para que se criem «condições de justiça e de dignidade para todos os portugueses.»

A centena de democratas que enchia a sala do Hotel Euro-Sol, onde decorreu a campanha, aplaudiu prolongadamente a intervenção de Alberto Costa — estudante de Direito da Universidade de Coimbra, e que seria o mais jovem candidato de todas as listas — que encerrou a sessão.

Durante a conferência, presidida pelo dr. Vasco da Gama Fernandes e em que intervieram todos os candidatos em resposta ás perguntas feitas por jornalistas e democratas assistentes, foi acentuado que o Governo está a levantar dificuldades crescentes á propaganda oposicionista.

O candidato dr. José H. Vareja afirmou:

Em resposta a uma outra pergunta do enviado especial do «Diário de Lisboa» enumerou, também, as diligências feitas pela Oposição Democrática de Leiria junto das autoridades, para a realização da sua campanha, e especificou os resultados obtidos nessas tentativas, na maioria vãs. Mostrou ainda aos presentes um já volumoso «dossier» em que um monte de ofícios testemunha essas dificuldades.

Um ponto importante foi frisado pelo candidato dr. Varela, quando ao referir-se ainda ás dificuldades criadas pelas autoridades á Oposição Democrática, encarou a hipótese de uma desistência na corrida ás urnas.

«Somos partidários da intervenção «disse», o que não quer dizer, que não venhamos a abster-nos».

«Um plenário distrital avaliará se as dificuldades podem ou não merecer a desistência».

A uma outra pergunta do noso enviado especial, o dr. Vasco da Gama que disse há tempos defender a tese de que a despolitização do País era um mito, afirmou que «não foi, talvez, muito feliz essa minha expressão».

«Empreguei essa expressão quando me senti envolvido numa atmosfera de entusiasmo político».

O dr. Vasco da Gama Fernandes, que presidiu á conferência, era ladeado por todos os outros candidatos que são, como se sabe, Aguinaldo de Oliveira Santos, Henrique Neto, Jorge Silvestre, José Henriques Vareda e Sérgio Ribeiro.

Após a reunião, os candidatos dirigiram-se, então, para a Marinha Grande, onde satisfizeram a multidão que os aguardava na sede do Sport Império Marinhense, para a primeira sessão de propaganda que foi proibida com base numa exposição estatutária das colectividades de recreio.

A resposta da U. N.

(Continuação da 5.ª pág.)

tados se constroem com dialéctica ou com trocadilhos.

Entre diversos, está neste caso o empreendimento de Cabora Bassa que vai criar condições de excepcional escala para o progresso não só de Moçambique mas da África Austral em geral. Será que este empreendimento é «confidencial»? Referi-lo, só por si, desmentiria à sociedade todos os castelos de areia que nos opõem.

Cabora Bassa, e destacamos um, certamente o maior, de muitos empreendimentos, vale mais do que todos os «dossiers» — aqueles que os oposicionistas dizem desconhecer mas que estão documentados com as chacinas do Biafra, as lutas tribais do Sudão, a miséria e o medo que se instalou em quase toda a África, etc. — e é a resposta mais convincente que Portugal dá.

A ridicularizados os pontos de «crítica» dos oposicionistas faltou dizer alguma coisa sobre a «solução» proposta (ou falta dela). Mas afinal o que nos propõem?

— «uma solução para o problema de sociedades multirraciais de minorias brancas através de uma autodeterminação que possam respeitar a presença e a cultura dessas minorias»;

— «a paz, como condição essencial e a recuperação da confiança dos africanos nas nossas intenções, a colaboração dos elementos conscientes de todas as comunidades e uma serena coragem»;

— «não uniformizar o problema da descolonização»;

— «negociar com os *leaders* dos movimentos africanos»;

— «viabilizar o nascimento de sociedades multirraciais de maioria negra e de minoria branca».

Se cotejarmos aqueles propósitos (que não vêm sistematizados no mínimo que lhes possa dar a estrutura *de uma política*) com os discursos que Marcello Caetano proferiu no decurso do seu primeiro ano de Governo e, principalmente, com os que disse durante a sua visita ao Ultramar, designadamente na Guiné, veremos, sem grande dificuldade que eles só não coincidem com a orientação do Presidente do Conselho no que respeita às «minorias brancas» e à «negociação com os *leaders* dos movimentos africanos». E isto porque o problema não se põe em termos de minorias nem de maiorias em virtude de a sociedade multirracial ou, melhor dito, arracial, que estamos a construir, não se compadecer com a existência de maiorias ou de minorias sociológicas ou políticas. O anti-racismo é dominante da nossa política, aliás, tradicional.

Pretendemos que não haja antagonismos nem discrepâncias ou alienações de qualquer ordem e, por isso, a hierarquia dos valores é a única que conta na construção da pirâmide social. Visamos ultrapassar e superar por completo a questão da cor e das origens sociais e, por isso, somos muito mais avançados do que aqueles que ainda raciocinam e sentem em termos de «Pacto Colonial», apesar de se proclamarem em todos os lados «anticolonialistas»...

Quanto à «negociação com os *leaders* dos movimentos africanos» ela está excluída da política do Governo, primeiro porque está mais do que provado que esses *leaders* não representam os interesses das populações, nem obtiveram legitimidade para parlamentar em seu nome, segundo; porque negociar com eles seria negociar com os principais responsáveis pelo racismo, pelo ódio, pelo medo e pelo genocídio trazidos pelo terrorismo e que vitimaram, mais do que os africanos brancos, os africanos negros pelos quais dizem lutar.

5. Finalmente, estando as oposições a discutir tanto o assunto do ultramar, torna-se ridículo continuarem a dizer que ele é «confidencial» ou «tabu». E, *moralmente*, incorrem na devida responsabilidade os que difundirem além-fronteiras tal atentado à verdade.

Repetimos uma vez mais: — discutir problema de tanto melindre como este do Ultramar traz a obrigação política e moral de proporcionar ao Povo a efectivação da «*prova real do sufrágio*».

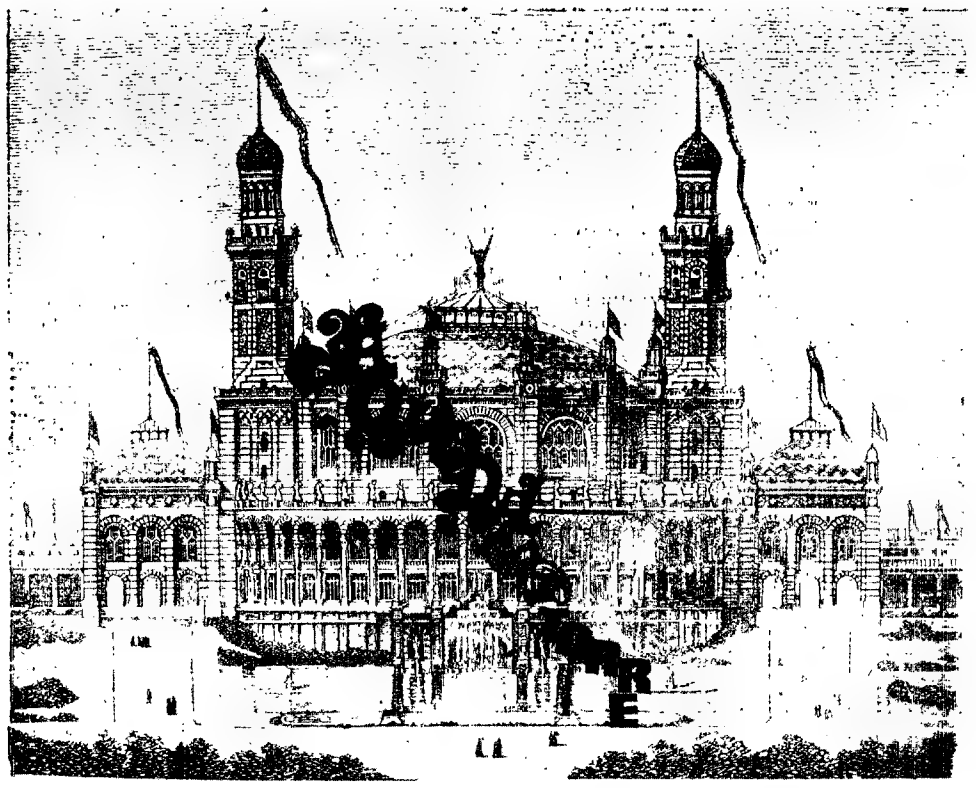
DL MESA REDONDA

SUPLEMENTO DO «DIÁRIO DE LISBOA» — ESPECIAL ELEIÇÕES — 2 DE OUTUBRO DE 1969

SUPLEMENTO
Diário de Lisboa
LITERÁRIO

N.º 582/2 DE OUTUBRO DE 1969

Artigo de Manuel Ruas (pág. 8)



REVOLTA AO DOMICÍLIO

por José Vaz Pereira

A TORRE DO ORGULHO

Um retrato do Mundo Antes da Grande Guerra (1890-1914) de Barbara W. Tuchman *Editorial Ibis, Colecção Circulo Azul*

NO PERÍODO que vigorou entre a ascendência das classes burguesas ao poder político completo e o seu primeiro e terrível choque — a Grande Guerra — ou seja, para simplificar, aproximadamente de 1890 a 1914, as grandes nações da Europa, e mais timidamente os Estados Unidos e o Japão, impavam de orgulho como pavões arrogantes, calcavam sob os pés direitos e aspirações, mas exibiam esquadras, exércitos, palácios, paradas, exposições e cada uma delas era a Verdade, o Direito, a Sapiência, a Grandeza, a Soberania, a Elegância.

Barbara Tuchman chamou precisamente ao seu colorido estudo sobre essa época *A Torre do Orgulho* (The Proud Tower) em que a vaidade dos diversos imperialismos, para lá da magnificência das suas fachadas, fazia tilintar os sabres ao mínimo vislumbre de beliscadura no «orgulho nacional» e perseguia e rotulava como subversivos todos os que não estivessem de acordo com uma política de grandeza que se baseava na miséria e na exploração de milhões de homens.

Talvez se possa censurar à autora falta de profundidade, ausência de penetração sociológica no método de interpretar os eventos portentosos da Europa imperial Mas haverá que notar, ainda assim, a monumentalidade panorâmica e a densidade de pormenorização que fazem de *A Torre do Orgulho* uma verdadeira proeza na arte e na técnica difíceis de compilar, organizar e executar e tornar acessível ao leitor comum a grandiloquência balofa duma sociedade delirante de poder e de ostentação, incapaz de se analisar e de reconhecer que, sob as decorações com arcos triunfais e bandeiras desfraldadas, trabalhava implacàvelmente uma bomba de relógio. Esplendor e tiquetaque ou seja, estridência e autodestruição. Mas também o novo riquíssimo das madames que notam com raiva, á hora das compras, a encadernação recente e arrebicada da vizinha do lado.

De modo algum a França republicana (que era também a França colonial e a França militarista que desejava ardentemene a *révanche* da humilação de 1870) estava isenta desses pecadilhos. Mas a Inglaterra e a Alemanha, no zénite da sua grandeza, ultrapassavam tudo. A primeira reinava nos mares e possuía tantos dominios, terras, possessões e colónias que se costumava dizer que «no Império britânico nunca se punha o sol». Joseph Chamberlain chamava aos ingleses a «maior das raças dominadoras que alguma vez apareceram no Mundo». O governo «tory» que se constituira após as eleições de 1895, era um clube, um gabinete de parentes e amigos, uma associação de casta, um círculo privado de interesses privilegiados. Existia fora da nação e acima da Nação. Impunha não só um estilo de gover-

(Continua na página seguinte)

«Lockout», desenho de Théophile Steinlein (assinado Petit Pierre): denúncia da miséria

por João Palma-Ferreira

«Revoltar-se é ficar em paz com a consciência.»
— de um pensador incógnito.
«Em todos os países do mundo, seja qual for o seu regime político, e sejam elas revolucionárias, reaccionárias, conservadoras, burguesas, estudantes, camponesas ou operárias, as mulheres são sempre belas e desejáveis.»
— de uma revista erótica moderna.
«Homens de todos os países, deitai-vos nus ao sol das vossas praias.»
— de um manifesto de Raquel Welch.
«Isto, afinal, é uma grande confusão.»
— Confidência da senhora do Primeiro Andar.
«Aproveite o Verão: fosforize-se e seja heterossexualista.»
— *slogan* publicitário de uma agência de viagens.
«Chers lecteurs, souriez-nous.»
— convite geral à população.
«No fundo, o que me falta é um verdadeiro Tarzan.»
— de uma frustração confidenciada.
«— Eh bien! vous êtes démocrate?
— Non.
— Quoi! vous seriez monarchique?
— Non
— Constitutionel?
— Dieu m'en garde.
— Vous êtes donc aristocrate?
— Point du tout.
— Vous voulez un gouvernement mixte?
— Encore moins.
— Qu'êtes-vous donc?
— Je suis.»
— de uma contrafacção mistificante de Pierre Joseph Proudhon.

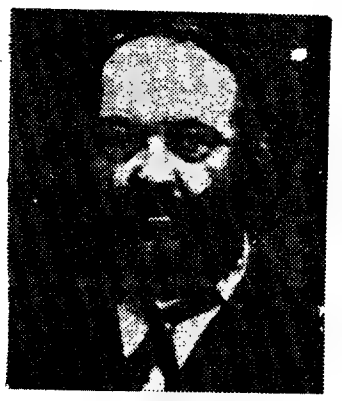
«Je suis»

Dizia o *Velho*, numa tirada digna de Molière ou de Beaumarchais: *Ser governado é ser guardado á vista, inspeccionado, espiado, dirigido, legislado, regulamentado, enclausurado, doutrinado, pregado, controlado, avaliado, etiquetado, censurado, comandado.* E acrescentava sàbiamente, e sem ofensa: *Ser governado é estar presente a cada operação, a cada transacção, a cada movimento, notificado, registado, recenceado, tarifado, timbrado, quotizado, patenteado, licenciado, autorizado, inculpado, reformado, corrigido. E, em nome do interesse geral, ser submetido a contribuições, explorado, monopolizado, concussionado, mistificado, roubado; e, ao primeiro gesto de resistência, é ser-se reprimido, corrigido, vilipendiado, vexado, enganado, perseguido, internado, desarmado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído, ultrajado...* O *Velho* terminava, exclamando: *Oh, personalidade humana! E há sessenta séculos que aguentas esta abjecção!*

Para o *Velho*, isto é, Bakunin, excêntrico, revolucionário e bom *vivant*, que capturou ou ajudou a capturar algumas cidades na Alemanha, na Itália ou na Espanha, para esse façanhudo e romantico Mikhail, que nasceu de ricas famílias, em Premukhino, em 1814, e que morreu miserável e obscuro num hospital suíço, em 1876, a revolta era, em suma, um facto conscientemente consumado. O *Velho* sabia como se revoltar, para que se revoltar, onde se revoltar. E revoltou-se a vida inteira. Mesmo quando, por várias vezes, esteve á beira do suicídio.

Bakunin morreu. Morreu Petrashevsky. Morreu Chernyshevsky. Morreu Zaichnevsky. Morreu Karakozov. Morreu Nechayev. Morreu Zhelyabov. Morreu Sazonov. Morreu Kaliaev. Morreu Kropotkine, o Príncipe. Morreu Malatesta. Morreu Volline.

Antes disso tudo já Stirner tinha morrido. Durruti morreu mais tarde. Ravacholizantemente morreu Ravachol. Logo ao princípio morreu Proudhon, de-



O *Velho:* Bakunin

pois de muitas *boutades*. Não se sabe onde morreu Joseph Déjacque. Não há duvidas de que Sébastien Faure também morreu. Élisée Reclus foi-se. E foram-se, ás dezenas por todo o lado, por vezes na tranquilidade e na escuridão, por vezes com grande escandalo, por vezes com certo requinte, na camara de gás, — lá se vai Sacco e lá se foi Vanzetti — ou fuzilados aos magotes, nas ruas sombrias dos arrabaldes de Barcelona. A sua fonte de energia foi, era, é o indivíduo, assim quase ferozmente como o desejava Stirner, trapaceiro, Stirner homem cabisbaixo e perseguido de dívidas, mas único, único, único.

Freud, Jung, Adler aprenderiam com ele, esse mesquinho *único*, a denunciar a interiorização. Gustav Landauer e o ingénuo Erich Muhsam, poeta e revolucionário, Pestaña, Gaston Leval, Isaac Puente, Diego Abad de Santillan, Berneri, tantos outros, todos mortos, mas sempre sem resposta o dilema que

(Continua na 7.ª página)

A queda da Torre

(Continuação da pág. anterior)

nar mas um estilo de vida. «Sir» Charles Tennant e outro titular ilustre que gozavam uma pausa numa partida de golfe, foram interrompidos pela jogada desajeitada dum estranho que fez cair a bola dentro da chávena de chá destinada a um dos senhores. O companheiro de «Sir» Charles ia explodir mas este, magnânimo, perdoou: «Não se zangue com ele. Talvez não seja um *gentleman*. Pobre rapaz!»

A guerra dos «boers» eclodia, em 1899, numa região que despertava cobiças. Joseph Chamberlain, ministro das Colónias, confessava que «começara a pensar imperialmente». No gabinete, o conflito no Transvaal era considerado a guerra pessoal de Chamberlain *(Joe's war)*. Se o primeiro-ministro e os restantes membros do gabinete possuiam indústrias, terras, fortunas, interesses em companhias de navegação e em minas porque não havia o ministro das Colónias — «um excelente, impulsivo rapaz» — de «ter» a sua guerra? A jactância, a enfatuação com a majestade das funções, o desprezo pelos adversários fazia parte da filosofia política do Governo presidido por Lord Salisbury Sir Michael Hicks-Beach, ministro das Finanças, «disse um dia secamente ao seu secretário, depois de ler as objecções de um membro liberal ao seu orçamento: —«Vá lá e diga-lhe que ele é um porco!» A tolerância *inter pares* reinava e havia para os erros e fraquezas dos colegas de gabinete a benevolência que existe, num clube aristocrático, em relação ao sócio bonacheirão e distraído que deixa cair a cinza do charuto nas alcatifas. Walter Long, representante da aristocracia da província, autêntico *gentleman farmer* e por coincidência, mais ou menos ministro da Agricultura, «nunca dissera alguma coisa, durante a sua vida, digna de ser lembrada.» Nos debates parlamentares, notava um observador indulgente e enternecido, «Lord Long costumava dormitar suavemente, com os braços cruzados, a cabeça caída para trás recostada numa almofada...»

Tal bonomia não excluia a cólera, a irritação perante os mosquitos que picavam a cauda do leão, a expulsão dos rendeiros das terras, as expedições punitivas. Um jornalista conservador, numa carta dirigida ao *Times*, escrevia: «Nenhum inglês com instinto imperial pode olhar sem desprezo para a doutrina Monroe. Os ingleses e não os habitantes dos Estados Unidos constituem o maior poder nas duas Américas; e nenhum cão de uma República pode abrir a boca para ladrar sem a nossa autorização.»

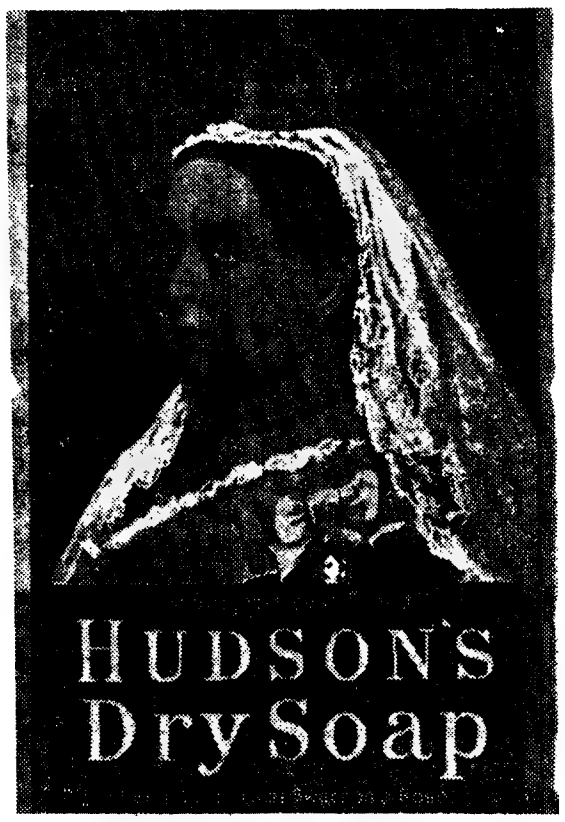
Quanto à Alemanha julga-se a herdeira moderna do génio da Grécia, com a cultura de Atenas e a solidez de Esparta. No alto da pirâmide, no alto da Torre estava a *Kultur*, invejada por povos de segunda ordem, exemplo para os cientistas e para os intelectuais, farol das nações. A vida da corte de Berlim (judeus excluídos) era brilhante e minuciosa em questões de etiqueta. O Kaiser Guilherme II («Willy» para os amigos britânicos e para o Czar, a quem o imperador da Alemanha tratava por «Nicky») tinha o culto do espectáculo, das revoadas de capacetes com plumas, das paradas de cavalaria, das manobras navais, usando milhentos uniformes diferentes conforme fosse a ocasião. Sentia-se simultâneamente construtor de um exército superpoderoso e patrono da música e das artes. «A Alemanha — escreve Barbara Tuchman — estoirava de energia e inchava de sucesso material.»

«Só há um chefe no Reich e esse sou eu: não tolerarei outro»—declarava o Kaiser. E, anos mais tarde, acrescentaria: «Não existe equilíbrio de forças na Europa senão eu próprio — eu e os meus vinte e cinco corpos de exército.»

Em França, em 1900, a *Expo* simbolizou o triunfo das técnicas, do desenvolvimento científico, a consagração do estilo arte-nova. Todos os países ou quase todos ergueram pavilhões. Num continente em paz, a grande vedeta era uma arma: o canhão Schneider-Creusot. A *Expo* mostrava uma França recuperada e ciosa da sua posição no Mundo.

Mas essas maravilhas não chegavam para esconder a fenda que, com um ruído inquietante, se abrira na muralha: o caso Dreyfus, como a Argélia nos nossos dias, ia, nessa época, mobilizar, dividir e dilacerar a França e os franceses. Os ódios cresciam e as feridas não saravam. Para muitos, *La Grande Armée* era a razão última, para outras a vitória da consciência a primeira batalha a travar. Zola fulminava ministros e consenatureza, ainda que complicado. As partidárias de Isadora Duncan eram *Les Isadorables*, surgiam as primeiras grandes estrelas, a sensualidade refinada andava no ar.

O culto do desporto, do ar livre começava também a florescer. Regatas e corridas faziam furor na Inglaterra e a caça era o desporto dos senhores.



... Mas a Inglaterra ultrapassava tudo!

Numa caçada ao faisão, o rei Jorge V e a sua comitiva mataram 3937 pássaros num só dia.

As cortinas das janelas eram rendilhadas, opacas, mal deixando entrar a luz do Sol. Era o contrário das práticas desportivas mas as pessoas de bem gostavam de se sentir longe e separadas da «canalha». Porque essa existia e complicava tudo e fazia tremer também a Torre. Os anarquistas e os socialistas, banidos dos salões, pediam aparecer nas ruas e chegavam à imprudência de desafiar o Estado-gendarme. Em 1892, houve um atentado bombistsa, em Paris, contra uma esquadra da Polícia, na Rua des Bons Enfants. Morreram seis agentes da ordem. Em 1893, em Barcelona registou-se um atentado contra o general Martinez de Campos que escapou por milagre. No mesmo ano, August Vaillant, um homem que ganhava três francos por dia e com família legítima e ilegítima a sustentar, colocou uma bomba não mortífera (carregada de pregos) na *Chambre des Deputés*. Houve estilhaços e feridos e pânico.

A propósito do feito, Laurent Tailhade dissera: «*Qu'importe les victimes si le geste est beau?* Mas as frases bonitas de nada iam servir: Vaillant foi guilhotinado em 5 de Fevereiro de 1894. No mesmo ano, mataram o presidente Sadi Carnot. Na Espanha, na Itália e na Rússia surgia uma vaga de atentados. Mas, mesmo neste aspecto, também se avolumavam as contradições. O príncipe russo Peter Kropotkine convidado de honra num banquete oferecido pela arquiconservadora Real Sociedade de Geografia, recusou levantar-se quando se brindou ao rei. Kropotkine era um dos chefes espirituais dos anarquistas.

«Então o presidente da Sociedade levantou-se imediatamente» e propôs «um viva ao Príncipe Kropotkine», sendo secundado por todos os convivas num brinde entusiástico.

A repressão veio, inevitável, atingindo culpados e inocentes. Mas, por outro lado, recorrendo a métodos menos violentos, os socialistas também pediam justiça, a tal justiça e humanidade sem a qual a torre teria os alicerces na lama. Nos Estados Unidos, os IWW (International Workers of the World) reivindicavam «um nível de vida decente» e enviavam candidatos às eleições presidenciais. Na Inglaterra, estruturava-se o movimento poderoso das *trade-unions;* os socialistas alemães manifestavam-se no Reichstag e em França Clemenceau opunha tropas à C. G. T.

Em 31 de Julho de 1914, o «leader» socilista Jean Jaurès era assassinado por um fanático, no Café Croissant, no «boulevard». Montmartre, em Paris. No mesmo dia como a sublinhar o fracasso de uma cruzada contra a cegueira e contra o ódio entre os povos, a Alemanha mobilizava (a Rússia mobilizara dias antes) e os próprios socialistas alemães votavam os créditos de guerra.

No dia 1 de Agosto, os exercitos franceses começavam, por sua vez, e num ritmo agoniante, a mobilizar. O patriotismo movimentava as massas e os pacifistas eram autênticamente linchados nas ruas. Tal como no poema de Edgar Allan Poe, «a morte olhava com desprezo a Torre do orgulho.»

Enterraram Jean Jaurès no dia em que a conflagração se tornara geral. As hecatombes que se iam seguir tornariam cândida a frase «de que o acto surrealista mais simples é descer à rua e atirar ao acaso sobre a multidão», explicada como ódio e rejeição de uma época de mentira. O rufar de tambores abafava tudo, as trincheiras abriram-se e os homens meteram-se lá dentro como toupeiras. «E — escreveu alguém — uma a uma, as luzes foram-se apagando em toda a Europa».

JOSÉ VAZ PEREIRA

Uma morte aparente

A PALAVRA FASCINANTE
H. Silva Letra
Editorial Inova
Porto, 1969

A Palavra Fascinante é um livro enigmático. Não deixa por isso de ser um bom livro. Cremos no entanto que o que nele mais nos interessou não pertence ainda á aventura pessoal do seu autor. Trata-se de um livro de estreia e, como é frequente nestes casos, nele se lêem ainda de forma clara os textos que lhe serviram de referência. Entre eles e o seu não soube ainda Silva Letra introduzir o jogo de diferenças que caracteriza a sua pessoal forma de expressão. Donde a quase impossibilidade de aí a podermos ler diluída que ficou nas vozes que a alimentaram.

O mundo do escritor é um mundo de obras, de linguagens outras, de um aparente vazio. É nesse vazio que ele é tentado a introduzir o que a isso o opõe ou nisso o convida. Nessa incompletude aparente a sua palavra é sempre a palavra que faltava. A palavra retomada, o fascínio da letra inicial, o lugar de um símbolo a que ele dará a dimensão primeira. Entre esse mundo de obras e o que aí ele vai acrescentar ou destruir estabelece-se um hiato de que nascerão as formas do seu dizer original. Que nesse dizer, que nessa sua linguagem, ressoem inicialmente outras linguagens, nada nos parece mais natural já que nelas se completou o espaço da sua aprendizagem. Mas que para além disso nos apareça transcrito todo um conjunto de motivações e vivências, já nos parece um caso de adesão que não deixa ser sempre interessante analisar.

Isso cremos ser o que fundamentalmente se passa neste livro de Silva Letra. Á medida que avança a nossa leitura o que se nos desvenda é um universo conhecido, todo um conjunto de sinais que o nosso saber idiomático é tentado a reconduzir ao seu lugar de origem. Ele é o caso, por exemplo, de *a mãe, a casa, a loucura, o medo, o corpo, os espelhos, o estar no centro de, o quarto, o terror, as estátuas, as palavras, o sono, o ser estrangeiro entre estrangeiros,* etc. Ou ainda a introdução no corpo do discurso de elementos como *todavia, contudo, como se sabe, disse ele, pensou ele, como já se disse.*

Fácilmente, portanto, seremos tentados a identificar, pelo menos ao nível vocabular, a aventura poética de Silva Letra com o discurso de Herberto Helder. Trata-se no entanto de uma linguagem que se nos apresenta já suficientemente madura e enriquecida, pelo que esta associação poderá ser um

H. Silva Letra

risco que com dificuldade dilucidaremos. A isso aliás o próprio objecto referencial nos não ajuda. O discurso poético de Herberto Helder, pelo seu carácter extremo e deveras singular na nossa literatura, condena e expõe de forma indefesa toda a linguagem que se instrua de perto na sua aprendizagem. Isto aliás o afirmou Manuel Gusmão num texto que supomos exemplar (1). Como a linguagem de Silva Letra, para além do seu jogo de construção, se nos apresenta demasiado transparente a um tipo de simbologia que definitivamente caracterizou o discurso que lhe supomos de referência, difícil nos é a leitura em que essa associação nos não acabe por ocultar as formas do seu dizer original.

Uma diferença fundamental é no entanto visível: as motivações subjectivas desta linguagem nada têm a ver com o discurso de Herberto Helder onde tais motivações foram violentamente apagadas. A palavra, em Herberto Helder, aparece-nos restaurada do seu sentido primeiro, sendo a sua função limitada a objecto de um discurso que sobre si mesma se inventa. Em Silva Letra a palavra é ainda o lugar de uma relação com o universo extra-linguístico. Ela está pois ainda carregada de subjectividade e intenções. Nestes textos se lê a amargura perante um mundo degradado, se lê a solidão e o amor, se lê o tempo e a memória dele.

Da palavra liberta como em Herberto Helder, da palavra vivendo no seio de um discurso em que se recria e o recria, á palavra ainda e cada vez mais carregada de uma subjectividade heideggeriana, uma distância pois se nos impõe diante destas duas formas que o nosso saber, assente em mutuas e controversas relações e dependências, foi tentado a relacionar.

Supomos sem continuidade a aventura agora encetada por Silva Letra. Relêmo-la como a um percurso que sobre si mesmo se acabou por encerrar. Não vemos que a palavra fascinante possa sobreviver senão para além do seu próprio fascínio. Por enquanto é-nos ainda demasiado evidente a aproximação com tudo aquilo que a impedirá de vir a constituir-se como um autónomo discurso. E isto que não é decerto uma desvalorização da aventura agora encetada é no entanto o prenuncio da sua morte aparente.

NELSON DE MATOS

(1) «Jornal de Letras e Artes n.º 270-Set. 69.

Acaba de aparecer:

ORGANIZAÇÃO E CONTABILIDADE DE EMPRESAS DE TURISMO

Pelo consagrado contabilista
MARTIM NOEL MONTEIRO

o livro aconselhado para o CURSO PARA DIRIGENTES DE EMPRESAS TURÍSTICAS E HOTELEIRAS, que se está realizando no Estoril.

À venda na Tabacaria do Parque, Arcada, Estoril e em todas as livrarias, 75$00.

Edição da **PARCERIA A. M. PEREIRA — LISBOA**

VITRAIS DO SÉCULO XX

por Rocha de Sousa

LES MAITRES VERRIERS FRANÇAIS
Centre International du Vitrail

NUM LOCAL próximo da catedral de Chartres, onde os mestres vitralistas do século XII estabeleceram as suas oficinas, é possível observar agora uma exposição de vitrais do século XX, executados recentemente e destinados á arquitectura civil. Em grande medida, esta exposição vem demonstrar como é possível nos nossos dias garantir a sobrevivência de certas técnicas de expressão do passado em termos adequados á sensibilidade e aos problemas actuais. Tanto a ceramica como a tapeçaria, constantemente reassumidas numa linha de modernidade e salvas dos absurdos desvios que por vezes sofreram, já contribuiram para introduzir formas e cores na arquitectura funcional, tornando o espaço do quotidiano mais habitável e humanizado. Neste sentido, só um preconceito ridiculo e uma incapacidade de circunstancia poderão negar ao vitral idênticas funções, recusando-lhe a proposta que encerra no domínio da forma, da cor da luz, sua principal caracteristica. Efectivamente, a reabilitação do vitral como linguagem e como técnica decorativa é tão legitima como a da tapeçaria e os problemas da sua articulação estética em termos actuais colocam-se com a mesma aquidade e dentro de esquemas semelhantes. É isso o que nos conta, de resto, a exposição apresentada em Chartres pelo Centre International du Vitrail, numa linha didáctica de excepcional qualidade que se inicia nos cartões da Idade Média e que exemplifica as principais caracteristicas e virtudes desta arte. Em certa medida, e afortunadamente, o confronto estabelece-se com os próprios vitrais da Catedral de Chartres, um dos conjuntos desse género mais completo e mais homogéneo que se conhece no mundo. Desse confronto resulta a consciência do que permanece no vitral moderno, a conservação das suas raizes mais legitimas e mais profundas, o testemunho de respeito que nos dá em relação ás regras de oficina

JEAN CAVALIER: «COMPOSITION» — A utilização de novos materiais como o cimento, longe de comprometer aquilo a que podemos chamar uma estética do vitral, destina-se a sublinhá-la por acentuação da estrutura. A armadura de chumbo que aperta o vidro nas composições tradicionais é quase sempre repartida por baguetes de expessura variada, factor muito importante para a definição dos ritmos e das formas. Nesta composição de Jean Cavalier, a armadura de cimento acusa as mesmas preocupações, assumindo claramente a dimensão escultórica dai resultante

THÉO KERG: VITRAL TACTILISTE — Tal como em Pierre Gaudin, as propriedades matéricas do vidro são aqui assumidas claramente. Do mesmo passo se anota que a anulação da armadura de chumbo, face à robustez dos materiais utilizados e ao espaço a cobrir, em nada contribuiu para a deterioração do vitral na essencialidade do seu espirito. Por assim dizer, a estrutura ausente é reconhecivel no espirito da própria composição

CURSO PARA DIRIGENTES DE EMPRESAS TURÍSTICAS E HOTELEIRAS

a funcionar no Estoril.
Todos os participantes devem possuir o novo livro:

ORGANIZAÇÃO E CONTABILIDADE DE EMPRESAS DE TURISMO

(Hotéis, empresas de transportes e agências de viagens)
pelo consagrado professor da especialidade MARTIM NOEL MONTEIRO

Em todas as livrarias e na Tabacaria do Parque, Arcada, Estoril.

Edição da **PARCERIA A. M. PEREIRA — LISBOA**

e ao conhecimento dos materiais e do seu grau de expressividade. Os mestres do vitral, os artistas, os artesãos, os operários do vidro, todos eles existiram sempre; e hoje recuperam para o quotidiano as virtudes de uma técnica e de uma profissão que podem acrescentar á vida moderna dados novos de uma experiência de conforto no reconhecimento do espirito.

A exposição de Chartres, na sua circunstancialidade e dentro dos limites em que foi programada, é uma forma de divulgação das possibilidades do vitral moderno e uma demonstração clara de que a novidade das formas não depende da deturpação das tcnicas, antes se filia na revisão dos excessos, no despojamento, numa capacidade corajosa de retomar as origens.

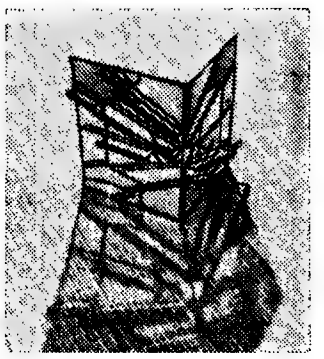
O capital cultural oferecido ao mundo pelos profissionais do vitral, ao longo de oito séculos de criações esplendorosas, que os historiadores de arte colocam no primeiro plano das realizações europeias, é realmente considerável e merece os deveres da nossa atenção. Ao contrário do que se pode pensar, face á turbulência necessária e saudável dos novos meios de expressão, os artistas ao vitral, quer no plano da oficina, quer no plano da resolução prévia, não pertencem a uma espécie desaparecida, como refere irónicamente Pierre Gaudin, antes constituem uma classe de individuos para quem a disciplina do vitral, na sua exigência e no seu limite, se constituiu como um meio valioso de expressão, tão rico de potencialidades como qualquer outro, fascinante nos resultados, impondo ao trabalho o rigor e a tenacidade, que muitas especulações actuais dispensam e viciosamente condenam.

Ao estabelecer, em princípio, uma comunicação luminica com o exterior, rica de implicações expressivas, o vitral tem de projectar-se integrado no espaço arquitectónico e tem de nascer com o edifício, desde o anteprojecto, paralelamente ao tema a que o arquitecto responde. A exposição realiza-se pelo Centre International du Vitral dá-nos conta do crescente interesse que se tem manifestado ultimamente em França pela introdução do vitral na habitação privada e nos edifícios publicos. Este interesse corresponde a um gosto que, lembrando as preferências de 1900, delas se distancia por fugir a uma decoração gratuita, criando obras que, no seu rigor, se ajustam á preocupação de **environnement** da nossa época.

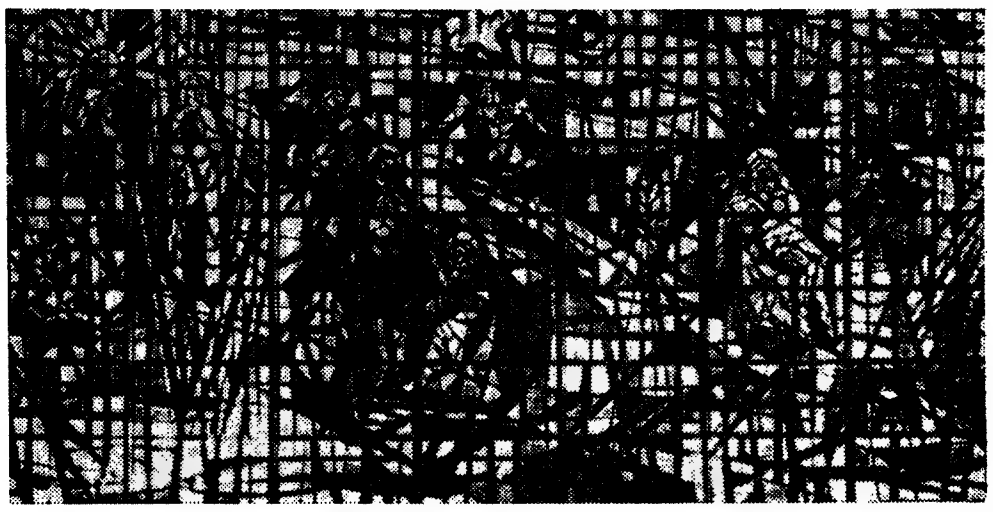
JACQUES FLAMAND e ANDRÉ ROPION: VERRE E PLOMB — Muitos artistas contemporâneos pretendem assumir a técnica do vitral exclusivamente através dos seus elementos básicos, partindo das operações originais e abdicando de qualquer complementarização «pictórica» como o tratamento do vidro «grisalho». Daí o despojamento e a extrema contensão plástica das suas composições, que vivem apenas do ritmo deliberado da armadura de chumbo e do desenho luminico dos vidros puros

Para além desses aspectos, a exposição em referência, que se apoia na própria demonstração tecnológica e plástica dos vitrais da catedral de Chartres, explica-se ao publico através de um esboço de retrospectiva que recua cinquenta anos no tempo e que apresenta algumas obras, projectos e apontamentos de interesse artistico e didáctico. Esta plataforma de ajustamento e informação, apesar de modesta, tem o mérito de ser muito clara quanto á perspectiva que fornece dentro das técnicas de criação do vitral, conduzindo o espectador através das diferentes operações consolidadas no tempo e estabelecidas como normas definitivas desta arte reassumida. Ela tem por fim, na verdade, iluminar os aspectos imprevistos da moderna criação do domínio do vitral e revelar em que pontos do passado eles se geram, numa longa descoberta de formas e de soluções que estão muito longe da procura arbitrária ou do abastadamento condenável dos materiais. É também exemplo de como se completa e se explica uma exposição deste tipo, tornando-a viva e temporalmente definida.

Neste fragmento de um relevo translúcido de Pierre Gaudin são nitidas as preocupações texturais. Deixando de parte um juízo de valor com base noutras tendências de maior austeridade, podemos reconhecer em Gaudin um tratamento da luz que os vitralistas da Idade Média assumiam com os seus vidros espessos, rugosos e imperfeitos. Dessa descontinuidade matérica de que havia plena consciência oficinal, resultava a organização plástica da luz em termos surpreendentes e a riqueza do vitral quando exposto a diferentes condições naturais de luminosidade. Em Pierre Gaudin a demonstração, por vezes grosseira, é, no entanto, quase sempre didáctica



JACQUES GRUBER — Este objecto construido segundo a técnica do vitral, ao contrário de estabelecer a comunicação entre um espaço interior e um espaço exterior, vive plenamente no espaço livre, propondo ao espectador múltiplas descobertas na circulação em torno dele. Esta proposta abre perspectivas variadissimas à utilização do vidro (ou do vitral) em relação a novos contextos de ambiente



PIERRE MILLOUS — As contradições de uma técnica convencional de expressão dentro da descoberta do vitral como processo expressivo autónomo

O «WESTERN» COMO GÉNERO LITERÁRIO

Um artigo de Jean-Jacques Pauvert

A história da literatura não retém a lembrança de Emile Erckmann e Alexandre Chatrian, unidos no sucesso, junto de milhões de leitores, sob o comum de Erckmann-Chatrian. No entanto, de 1870 a 1914, a obra abundante deste duplo autor alsaciano encantou um vasto público popular, atraído, sem dúvida, pelo furioso antigermanismo, pela confiança inabalável nas virtudes da instrução pública e pelo carácter anticlerical de textos como «Maître Gaspard Fix» — exemplo acabado da sátira social então em voga. Caídos num esquecimento injusto, os dois-escritores-num-só acabariam por desaparecer na poeira das bibliotecas se um editor corajoso e esclarecido — Jean-Jacques Pauvert — não tivesse processado, há sete anos, a reedição em treze volumes das suas obras principais, conferindo assim a Emile Erckmann e Alexandre Chatrian a verdadeira dimensão de grandes escritores franceses.

O PRESIDENTE Theodore Roosevelt sabia de cor páginas inteiras do *Conscrit de 1813* e de *Madame Thérèse*. Costumava, além disso, dizer que Erckmann-Chatrian era tão conhecido nos E. U. A. como Napoleão, o que, decerto, não vale para a França.

É certo que (como já disse) se trata mais de uma obra mal conhecida que pròpriamente desconhecida.

Há duas razões para isso: uma, política; outra, literária. Léon Bloy reuniu ambas essas razões numa bela síntese: *«Tiveram imenso sucesso no fim do Segundo Império e não contribuiram pouco para a instauração da porca da nossa República»*. (1) A reacção política provocou uma censura comercial; certos textos importantes, como *Histoire du Paysan, Histoire d'un plébiscite, Maitre Gaspard Fix*, foram pouco a pouco, retirados do comércio e o conhecimento da obra ressentiu-se com isso. Quanto ao imenso sucesso, valeu, bem entendido, para catalogar Erckmann-Chatrian no rol dos escritores populares (2), o que levou a retirá-lo dos manuais. *«O que lhes falta é serem reconhecidos pela grande crítica»*, deplora André Bily.

Mas a «grande crítica francesa» é bastante alérgica às grandes tiragens; interessa-se, de preferência (pelo menos, hoje em dia) pelas dificuldades da linguagem, pelos eclipses do génio, pelo malogro da comunicação. E a França é, sem dúvida, o único país do mundo, onde os contistas, os contadores de histórias, são rejeitados com tamanha ferocidade do mundo literário oficial (que, aliás, bem despovoado ficaria, se nele pudessem figurar apenas as grandes aventuras do espírito humano). Podemos perguntar o que seria uma história da literatura universal onde faltassem, por exemplo, Dickens, Maupassant, Kipling ou Júlio Verne. Jean Paulhan pensava, aliás, que o estudo das dificuldades da linguagem não ficava a perder nada, se se interessasse *também* pelos escritores que conseguiram perfeitamente dizer o que queriam dizer.

UMA MONTAGEM RÚSTICA

Tal como a maioria dos escritores, que nomeei, e que foram contadores de histórias, só são «populares» por deliberada vontade de comunicarem com o maior número possível de pessoas, também Erckmann-Chatrian teve uma alta consciência do *métier* literário e das suas exigências. Verdadeira ou falsa, a anedota que nos apresenta os dois compadres a queimarem, página por página, um romance concluído, que lhes desagradou (3) não é nada improvável, quando se conhecem os métodos de trabalho de Emile Erckmann. Voluntàriamente Emile limitara o seu vocabulário a cerca de duzentas palavras, frisando que um bom dicionário regista quarenta mil e que um jornal diário não consome menos de «três mil oitocentas e trinta e sete» (sic).

«Para compreender a fundo esse jornal», dizia Erckmann, «temos, pois, que conhecer exactamente o sentido de cerca de quatro mil palavras. Não há dúvida que muitos dos leitores só percebem aproximadamente as diversas ideias expressas nestes termos. Daí que haja tantos mal-entendidos».

Rigorosamente aplicado, este princípio punha, claro, certos ploblemas técnicos a Erckmann. Emile Hinzelin contou o número de páginas de rascunho que foram necessárias para chegar à redacção definitiva das passagens seguintes:

«Quando o meu pai, Nicolas Claves, tenhador em Saint-Jean-des-Choux, na costa de Saverne, morreu, no mês de Junho de 1837, eu tinha nove anos; a nossa vizinha, a viúva Rochard, levou-me para casa dela quinze dias ou três semanas, e ninguém sabia o que ia ser de mim; a mãe Rochard não podia ficar comigo; dizia ela que os nossos móveis, a nossa cama e o resto não davam para pagar as velas do enterro e que o meu pai bem podia ter-me levado com ele.»

Seis páginas.

ERCKMANN-CHATRIAN

«O meu tio Bernard e eu estávamos os dois sentados, com a vara entre os joelhos, mesmo no cimo da garganta do Nideck e estávamos a ver o Sol a pôr-se, por detrás das florestas do Dagsberg. Por baixo de nós, a duzentos ou trezentos passos, erguia-se a velha torre coberta de musgo; mais abaixo, a grande torre quadrada, à beira do penedo a pique; mais abaixo ainda, descobriam-se as profundezas do abismo, já veladas pelas trevas; e nas duas encostas laterais, os cimos escarpados cobriam-

(Continua na 6.ª página)

ELE, EU E AS ENTREVISTAS

por José Duarte

Começou por me telefonar. Apresentou-se como um leitor. Queria falar pessoalmente comigo, disse. Sobre as entrevistas que eu conduzira, precisou. Conheci-o ao fim duma tarde, na sala de ser da casa onde habito. Entrou com um ar indecifrável, ar que me convidou a calar um Parker, musico do qual os meus vizinhos se queixam, musico pelo qual a esquadra mais próxima me repreende, a fechar um Cleaver, escritor que reside na Argélia.

ELE — Boa tarde.
EU — (de acordo) — Boa
ELE — Com licença.
EU — (ainda de acordo) — Faz favor.
Sentámo-nos.

Ele, ao lado de Chris Marker, Carlo Lizzani e outros.

Eu, em frente dele, com o cotovelo na Art of América.

Pousou o último «L'Express». Fiquei na mesma.

ELE — Gostava de lhe fazer algumas perguntas...

EU (comovido) — A sua disposição.

ELE — Por que é que entrevistou aqueles e só aqueles 6 autores e intérpretes da música ligeira portuguesa actual?

EU (aliviado) — Questão de critério. Escolhi-os em função da importância no consumo das respectivas casas editoras e da sua popularidade forçada, consequência da publicidade — da moda, se quiser. São representativos de duas ou três opiniões sobre a música portuguesa.

Claro que vários ficaram por ouvir, e por razões diversas: Manuel Freire vive em Ovar e eu sou contra as entrevistas pelo correio; Carlos Paredes é essencialmente um excelente executante, homem doutra geração, músico que formalmente nada tem a ver com esta música. Além disso, faltou a cinco encontros; Francisco Fanhais saiu em disco, já com a escolha feita, e parece-me que fundamentalmente é um padre, um padre que canta, um D. Hermano da Câmara ao contrário, ressalvadas as proporções e inexactidões; com Adriano Correia de Oliveira ficou marcado um encontro que nunca se concretizou por culpa dele, perdi-lhe o rasto completamente; com Luís Cília o problema é o de Manuel Freire mas mais comprido ainda. Cília creio que vive em Paris e está agora a estudar harmonia e composição, o que só lhe fará bem; o já crónico impedimento foi decisivo para a ausência do pioneiro.

Francisco Fanhais: «fundamentalmente, um padre que canta»

Ficaram ainda de fora alguns mitos menores e outros, que a minha paciência ou repugnância proibiram.

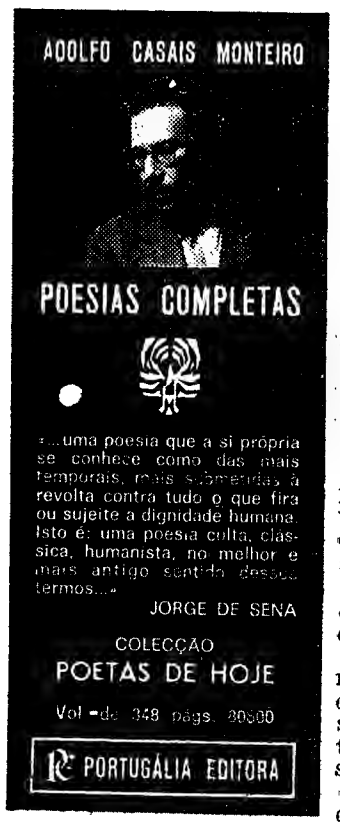
ELE — Acha que das suas entrevistas resultou algum esclarecimento sobre a personalidade dos entrevistados, o valor da actual música portuguesa, o futuro da mesma?

EU (platónico) — Mas evidentemente que sim. Antes de mais nada, ficou expressa a vulgaridade de qualquer deles. Vulgaridade é aqui e para alguns, termo depreciativo. Julgo que também foi denunciado o falso carácter excepcional dos ídolos da canção, criado nestes casos pela rádio e pela tevê. Para além do valor da sua música — só num ou noutro caso existente — interessava ouvi-los opinar, saber o que pensam, já não digo da desvalorização do franco, mas, pelo menos, de temas relacionados com a sua actividade musical. As enormidades sucederam-se e os perfis foram sendo definidos.

Há quem afirme que o poeta não tem que explicar a sua poesia, o músico a sua música. É assim e pronto. Não lhes cabe justificar o que quer que seja. Pois. Mas é importante saber que Dylan é um certo americano, Brassens um certo francês, Vandré um certo homem.

As obras explicitam-se por si mesmas e através dos seus autores, frutos da época, da sociedade onde vivem. A música ligeira portuguesa de hoje é o que pode ser, é também ela a imagem sonora do momento. É uma música pobre, inculta, onde habita o mau gosto, a ignorância, o isolacionismo duma produção

(Continua na 6.ª página)



SÓ . POESIA . SÓ

por E. M. de Melo e Castro

Poesia sentimento. Poesia texto.
Poesia comunicação. Poesia mensagem.
Poesia ideia. Poesia espaço.
Poesia estrutura. Poesia energia.
Poesia acção. Poesia sonho.
Poesia meio. Poesia fim.
Poesia objecto. Poesia sujeito.
Poesia mistério. Poesia sabedoria.
Poesia ideologia. Poesia poesia.

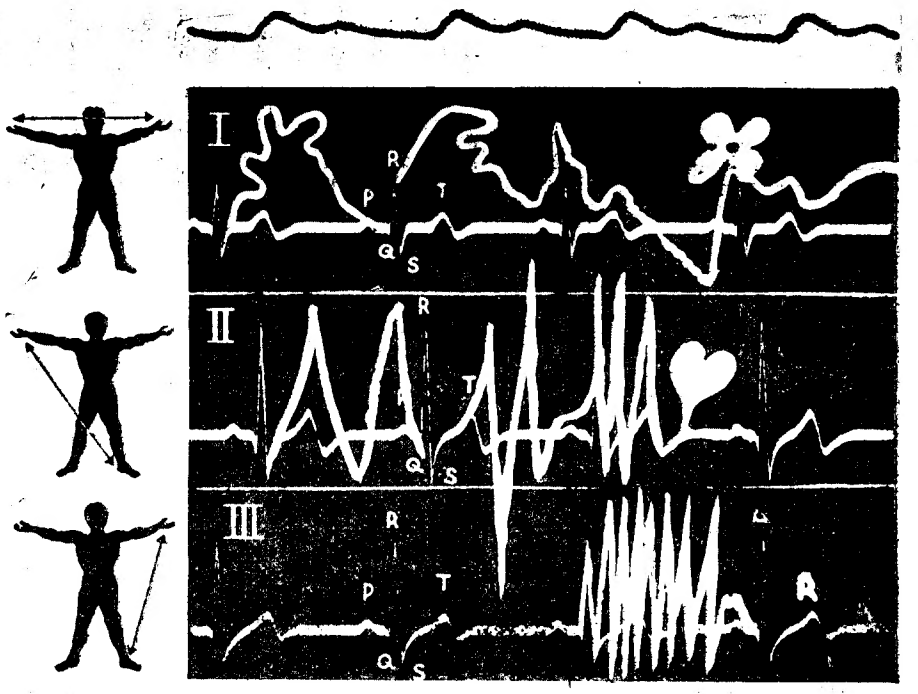
TIVE UM AVÔ que era um grande Poeta e nunca escreveu um verso. É o que sempre ouvi dizer. Julgo que toda a gente tem mais ou menos um avô ou um tio destes na família. Muita gente se referia a esse meu Avô, que nunca escrevera um verso e era grande Poeta, quando me viam furiosamente a escrever versos. Sempre escrevi versos desde que me conheço. Parece-me que as pessoas queriam dizer-me que não valia a pena esforçar-me a escrever para ser Poeta. Porque Poeta ou se é ou não se é, e pronto, e eu não ganhava nada em escrever versos furiosamente. Embora esse tipo de conversa me aborrecesse um pouco eu continuava sempre a escrever versos. Creio que o que eles queriam dizer era que a Poesia é sentimento, e eu mostrava-me muito duro e impenetrável aos sentimentos deles. Por isso não seria Poeta. Porque só eles é que tinham sentimentos. Mas também nunca ninguém tentou saber se eu queria ser Poeta, ou se me julgava Poeta. Isto era extremamente cómico: diziam-me que não se era Poeta por escrever versos, mas julgavam que eu queria ser Poeta porque me viam a escrever. Se nessa altura me perguntassem se eu queria ser Poeta, estou certo que ficaria muito admirado. Escrever foi sempre para mim um modo de sentir. Sentir a escrita. Sentir o texto. Sentir as forças que se condensam no texto e que fazem dele um objecto autónomo distinto de mim próprio.

Nesses meus primeiros escritos infantis era sempre o texto que comandava (recordo-me perfeitamente). Era a rima, o ritmo, o paralelismo ou o contraste das palavras, que motivava o texto e o aparecimento de situações e de ideias. Nunca me servi da escrita para descrever fosse o que fosse (as minhas redacções do liceu eram péssimas por isso) e nunca consegui escrever uma linha para impingir ideias que outros me tivessem impingido a mim primeiro. Quando escrevia era sempre o texto que comandava. E eu assistia à sua construção. Não admira pois que ninguém entendesse nada do que eu escrevia...

•

HÁ MUITO TEMPO já que não falo de Poesia, só de Poesia. Ou será que tudo o que tenho estudado, visto, escrito, é Poesia, só por se tratar de actos de comunicação, em que o importante é o acto de estruturar a própria comunicação?

Creio que devemos muito claramente distinguir várias fases ou aspectos da Poesia, se queremos saber do que estamos a falar. A



POETOCARDIOGRAMA, mostrando as alterações do ritmo cardíaco provocadas pela leitura de um poema romântico num homem de 25 anos

Poesia texto ou objecto criado, isto é, motivado pela actividade de um ser humano. A Poesia energia que impulsiona essa actividade, ou que por ela se transmite, ou se transforma. A Poesia que se recebe: energia que nos ataca, comove e vem não se sabe de onde, e pode existir em tudo, em tudo o que nos choca, ou desperta, ou alerta, ou entusiasma, ou entristece, e que depende portanto muito de nós próprios, da nossa capacidade, ou vulnerabilidade, para sermos chocados, despertados, alertados, entusiasmados, entristecidos.

A Poesia romântica do entardecer, ou do amanhecer, ou do meio-dia, ou da meia-noite, ou da chuva ou do vento, ou do sol, ou dos olhos de alguém, ou das máquinas, ou de tudo o que existe, se quiserem, é desse tipo. Tudo isso existe sempre, nós é que podemos estar «lá» ou não. Tudo isso nos pode enternecer ou exaltar ou ser fonte de misteriosa Poesia de tipo romântico.

Há muito tempo já que não falo de Poesia e creio mesmo que é impossível falar de Poesia nos termos em que o estou tentando fazer agora. É que afinal essa inefável e amável Poesia faz parte de um mundo simples em que os homens contactam desprotegidos com as fontes elementares das sensações. Em que os homens se apropriam dessas sensações e elaboram com elas a percepção do mundo em que se encontram, e nada mais. Percepção que é o seu mundo, que é a sua Poesia, etc., etc.

Há muito já que não falo desta Poesia, porque não posso falar do que se me apresenta agora como verdadeiramente inviável, isto é, estar sujeito apenas às sensações elementares da vida. E a Poesia que corresponde a este tipo de relação entre os homens está em vias de extinção, já desde há muito tempo. Extinção que provém do dinamismo do sentimento do mundo e de si próprio, complexo e facetado, que o homem vai projectando nas suas próprias criações.

•

A POESIA realiza-se como uma comunicação, uma troca de bens, uma linguagem. Mas o que se troca em Poesia, não é directamente mensurável em medidas físicas, e a comunicação estabelece-se definindo-se a si própria como bem comunicável.

De homem para homem a Poesia transmite-se anónimamente. Quem foi o indivíduo Homero? Quem foi a pessoa Fernando Pessoa? Quem foi Edgar Pöe? Quem foi Rimbaud? Quem é Cesariny? Quem é Pound? Quem foi António Maria Lisboa? Quem são todos e cada um dos Poetas vivos em todo o mundo?

As fichas bibliográficas informam de tudo. Mas

António Maria Lisboa

quem foi e é o Poeta é coisa que ninguém pode saber e que não interessa. Interessa, sim, a Poesia que ele criou. Interessa, sim, a emissão original de energia que realizou. Interessa o que ele deu aos outros homens, a todos. O Poeta, como homem, precisa tanto de oxigénio, alimento, repouso, como os outros homens. E morre tal e qual como eles. E desaparece. E nada fica senão a emissão de energia codificada em Poemas. É com esses Poemas que nós outros homens travamos a luta da decifração e inteligência, no extremo da linha da comunicação.

O que recebemos vem escrito. Teremos que aprender a lê-lo. O que recebemos não é mensurável. Teremos que inventar as nossas próprias medidas. E se, depois de sabermos ler, e termos as nossas medidas, o que nos der a Poesia fugir sempre à nossa frente, só há um caminho: ir sempre reaprendendo a ler, ir sempre redefinindo a medida, até que esse nosso dinamismo se confunda com a energia recebida dos textos, e eles sejam já mais nossos que do seu, certamente, ignorado Autor.

A noção do Autor é mítica, e só uma prova existe

(Continua na 7.ª página)

PRONTUÁRIO DAS LETRAS

O CONTO ABOMINÁVEL

As Edições Afrodite, de Fernando Ribeiro de Mello, lançaram no mercado a «Antologia do Conto Abominável»: 27 autores seleccionados e traduzidos pelo eng.º Aníbal Fernandes, responsável também pelas notas que antecedem cada um dos contos. O prefácio é do nosso colaborador Vítor Silva Tavares e a capa e a orientação gráfica têm a assinatura de Carlos Fernandes.

Do prefácio: «A abominação mora aqui, no dia-a-dia. Envolve-nos, resvala-nos, digerimo-la». Da nota prévia do seleccionador-tradutor: «Abominável — adjectivo que o dicionário dá por originário do latim (abominabilis), significando «que excita a aversão, o horror, ou, por extensão, muito mau». Ao caso interessa-nos a primeira acepção. Nela vai inspirar-se a ideia que reune a presente antologia». Um livro para comprar (60$00), ler já e tornar conhecido. Entre os autores: Poë, Bierce, Allais, Apollinaire, Buzzati, Tennessee Williams, Ingmar Bergman, Vian, Arrabal e o português Julio Moreira.

VEM AÍ AGOSTI

Héctor P. Agosti, o famoso ensaísta argentino de «Defensa del Realismo», «Para una noción de la cultura» e «El hombre prisionero», chega dentro de dias a Lisboa em viagem particular. Não se conhecem mais pormenores. Revelação feita por José de Azevedo, da «Península».

ABBAGNANO

A Editorial Presença iniciou a publicação (prevista em 12 vols.) da «História da Filosofia» de Nicola Abbagnano, professor da Universidade de Turim. O primeiro volume cobre os primórdios do pensamento ocidental, desde a escola jónica a Aristóteles. Tradução (boa) de António Borges Coelho, Franco de Sousa e Manuel Patrício.

VASSILIKOS

Outra boa tradução, esta de Armando da Silva Carvalho: «Como ser anjo», uma novela de Vassilis Vassilikos, o autor (grego) de «Z», agora incluída nos Cadernos de Literatura da D. Quixote. Ao mesmo tempo — e da mesma casa editora — saiu «Black Power» (n.º 18 dos Cadernos D. Quixote), com textos de Stokely Carmichael, Malcolm X, Eldridge Cleaver e Norman Mailer.

MUSIL

«O homem sem qualidades», de Robert Musil, um dos maiores clássicos alemães

do nosso século, está finalmente á venda em Lisboa numa edição acessível. Tradução francesa, claro, já que a correspondente versão lusitana daria provàvelmente muito trabalho e lucro reduzido. No catálogo dos Livres de Poche, três volumes.

Por falar em livros de bolso: o Cercle (parisiense) de la Librairie lançou o seu «catalogue de Livres au Format de Poche-1969», com uma exaustiva recensão de milhares de volumes. São 99 colecções de vários editores franceses reagrupadas por títulos, autores e temas. Muito útil — e barato.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

BRASIL

EM 4 VOLUMES ENCADERNADOS

DISTRIBUÍDO O FASCÍCULO N.º 14 (25$00)

À VENDA O 1.º VOLUME DESTA MAGNÍFICA OBRA

PEDIDO DE CONDIÇÕES A:

EDITORIAL ENCICLOPÉDIA, LDA.
RUA ANTÓNIO MARIA CARDOSO, 33
LISBOA

Pauvert: o «western» como género literário

(Continuação da 4.ª página)

-se em todos os sentidos de flechas de abetos, avermelhados pelos últimos raios do crepúsculo.»

Oito páginas.

Quanto à pequena frase com que *Madame Thérèse* termina, «gastou», no dizer de Hinzelin, «oito folhas grandes»:

«Um dia retomaremos esta história, que acaba, como todas as outras, com cabelos brancos e com os últimos adeuses desses a quem mais amamos no mundo».

O resultado é que esta montagem aparentemente rústica de palavras evidentes grava literalmente no cérebro do leitor aquilo que Erckmann - Chatrian quis dizer ou mostrar. P'erre Marc Olan falou muito bem do lado definitivo das impressões recebidas nesta leitura, e, para definir a simplicidade e a perfeição do processo literário, achou esta excelente fórmula: «*De comparável a isto só conheço algumas canções*». (4).

«CARTÃO E MADEIRA»

Esta vontade de cunhar a frase como uma medalha, esta técnica tão acabada, esta arte de escrever, são o molde onde Erckmann-Chatrian fundiu uma coisa como oitenta contos e romances «nacionais», «fantásticos» ou «populares», a maioria dos quais mereceu fascinar-nos, enquanto houver leitores francófonos. Os romances de Erckmann-Chatrian, é evidente, não são romances no sentido em que os entendemos, há mais de cem anos, e é isso que pode perturbar o leitor que não se deixa levar, sem pensamentos reservados, pelo simples prazer da leitura. Zola, entre outros, que punha a grande altura *Madame Thérèse* e o *Conscrit de 1813* não podia evitar-se de censurar a Erckmann-Chatrian as personagens «de cartão e madeira», evolucionando numa «grande natureza (que) se espraia com vigor admiràvelmente resumida em poucos traços, justos e fortes» (5).

Mas Erckmann-Chatrian nunca quis ser Dostoiewsky. Quis, acima de tudo, e conseguiu, dar vida, não a personagens, mas a sentimentos, ideias, arquetipos. Fazendo-o, criou um género literário, cuja novidade não escapou a Lamartine (6), e que pode comparar-se em mais de um ponto, ao género cinematográfico chamado «Western», cujas personagens são muito mais frequentemente o espírito de vingança, o gosto da justiça, a violência, o apelo do espaço, a cidadezinha isolada que *Billy the Kid* ou o xerife Wyatt Earp.

O género não deixou, por isso, de dar um certo número de obras-primas ao cinema. Em Erckmann-Chatrian as personagens são, por exemplo, a guerra, a revolução, a arraia-miúda (7), e como nos bons «westerns», estas personagens apresentam-se a braços com a vida quotidiana de uma época dada, restituída com o máximo de pormenores verdadeiros, tendo por pano de fundo uma eterna paisagem.

VER O PASSADO

Esta noção de época dada é importante. De há alguns anos a esta parte que um movimento da sensibilidade colectiva, ainda subterrâneo, vem trazendo para a luz do dia certos livros um tanto esquecidos, que têm em comum, de uma maneira ou de outra, a *restituição do tempo passado*. (8). O regresso que agora se inicia a favor de Erckmann-Chatrian creio que se deverá, pelo menos, tanto ao valor literário da sua obra como ao seu poder de evocação e sobretudo, *na medida em que este poder de evocação nos dá a ver o passado*, o que não pode negar-se e sempre se reconheceu. Na obra de Erckmann-Chatrian, o tempo não vai correndo à maneira do tempo dos romances à Thibaudet: está parado, fixo como que assente numa velha fotografia (voltaremos a este termo). Em rigor, há uma sucessão de planos, como quando se desfolha um álbum. Parece-nos que o passado está pregado pela sensível exactidão dos pormenores, como pregado está no papel amarelecido de um daguerreótipo. Exactidão para nós, evidentemente, muito subjectiva, sendo dado que a maioria das acções em questão decorreu antes de 1830. Ora, Erckmann nasceu em 1822, Chatrian, em 1826, e desde os primeiros êxitos que os contemporâneos se sentiram tão impressionados e perturbados como nós podemos sentir-nos. Foi em 1867 que Lamartine escreveu:

«Uma coisa me surpreendeu profundamente ao ler e reler esta legenda do verdadeiro povo de 1813, é que estes jovens (sic)... possam ter tido, à distância, um conhecimento tão verdadeiro, tão preciso e tão completo, e, por assim dizer a impressão fotografada e totalmente viva de uma recordação pessoal desses acontecimentos». (9).

No mesmo texto, Lamartine fala ainda do «romance fotográfico» e, acrescentando que «*esta fidelidade de memória e esta exactidão de pormenores não eram possíveis senão a testemunhas oculares*» conclui que «*os pais de Erckmann e Chatrian são os verdadeiros autores da narrativa*». Quanto a isso, temos um certo número de declarações de Erckmann, que dirá, por exemplo: «*Nunca descrevi bem senão o que vi*» (10) ou ainda «*Todos os meus romances se compõem de recordações pessoais e de recordações recolhidas da boca de um pai, de parentes, de amigos, de pessoas conhecidas... não inventei nada*». (11).

Decerto. O que, aliás, não explica nada. Erckmann-Chatrian tem admiráveis narrativas «fantásticas», como *La Maison Forestière*, que põem em cena os primeiros alvores do século XV, com a mesma credibilidade.

Um dia, haverá métodos electrónicos de exploração crítica que retirarão, sem dúvida, o mistério à poesia e a própria poesia desaparecerá então.

Um dia.

Até lá, continuaremos a precisar de Erckmann-Chatrian.

(1) — *Le Vieux de la Montagne*, 9 de Outubro de 1909.

(2) — Dois juízos característicos, por altura da rendição dos *Contes et Romans*: «*Eram autores literários populares*» («Express» 27 Dez. 1963). «*Nada disto é talvez grande literatura*» (Pierre de Boisdeffre, *Les Nouvelles Littéraires*, 22 Ag. 1963). Caso curioso: foi a Imprensa literária extremista, de esquerda e de direita, que falou muito simplesmente de «grandes escritores». *(Cfr. Les Lettres Françaises, L'Humanité* e *Le Monde et la Vie* da época — 62-63.)

(3) — Relatada por Jules Claretie no seu opusculo *Les Célébrités Contemporaines: Erckmann-Chatrian*, págs. 29-30. Quantin éditeur (1883).

(4) — *Contes et romans nationaux et populaires*, tomo 14. *Témoignages et documents*, pág. 335.

(5) — *Mes haines, 1879*. Reproduzido em *Témoignages et Documents*, págs. 277 e seguintes.

(6) — «Um fenómeno, isto é, um novo género de beleza na Literatura, inventado como que por acidente, saído do nada, que não corresponde a nada do que até agora tem sido concebido, que não foi previsto nem anunciado nem gabado anteriormente, mas que nasceu de si próprio como um instinto irreflectido, e, apoderando-se da atenção por uma força natural, aparece agora inopinadamente entre nós. «*Cours familier de littérature*, Março e Abril de 1867, *in Témoignages et Documents*, págs. 271 e seguintes. Mas não terá sido Sade o verdadeiro criador do *Western* literário e mesmo filosófico? Talvez devamos ter aí tema para uma tese.

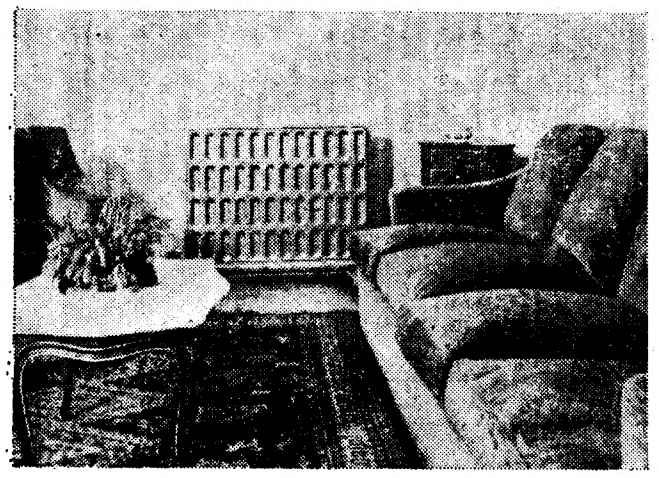
(7) — «*Mme Thérèse é ao mesmo tempo, a França e a liberdade, a pátria e a coragem. Esta mulher jovem... é a jovem liberdade que defende o solo e se une com o povo*». E. Zola, op. cit.

(8) — Por exemplo, o *Monsieur Nicolas*, de Restif de la Bretonne. Este movimento é, aliás, paralelo a outros do mesmo género, em domínios diferentes, e merecia um estudo que não tem cabimento aqui. Porque é que certos quadros, certas gravuras, certos objectos estão a ser cada vez mais procurados? Tudo se passa como se a nossa época sentisse a necessidade de coligir o máximo de informações sensíveis sobre as épocas que a precederam.

(9) — Lamartine, op. cit.

(10) — Citado por Hinzelin, p. 42.

(11) — Carta de 22 de Julho de 1887, citada por Schoumaker, pág. 383



O melhor aquecimento do mundo

Dimplex

Calor regulável, seguro, uniforme e elegante. Eis as famosas "4 características exclusivas", em que assenta o mais aperfeiçoado radiador eléctrico em banho de óleo.

Climatizando o ambiente por temperaturas automàticamente controladas por termóstato, sem cheiro, sem fumos, sem perigo e sem maçadas. O calor DIMPLEX não altera nem seca o ar e é, na realidade prático e económico. Pode deixá-lo ligado, que ele próprio interrompe a corrente, logo que a temperatura ambiente atinge o aquecimento desejado.

DIMPLEX: a solução ideal de aquecimento.

peça catálogo grátis

À VENDA NAS BOAS LOJAS DE ELECTRODOMÉSTICOS

Representantes Exclusivos:

RAFAEL BURGUETE, LDA.

LISBOA - R. ANTÓNIO ENES 20 1º T. 53 50 57

PORTO - R. DR. ALFREDO DE MAGALHÃES 99

Ele, eu e as entrevistas

(Continuação da 4.ª página)

podre, onde agora o símbolo, a metáfora, «os rouxinóis de bico quebrado» são o «pão nosso de cada dia», onde a denúncia é subentendida e autorizada.

Surgem assim as «monstruosidades», onde toda a musicalidade foi banida das palavras ou da melodia.

É a antimúsica, a música da literatura, a música que se ouve só com a cabeça, com a ideologia, é o extremo oposto, o novo desequilíbrio total — a música que empanturra.

«Basta de musicar a história da literatura portuguesa!».

Exemplos dessa mentalidade: a canção «Mrs. Robinson» é uma obra-prima porque é a desmistificação, o retrato da sociedade americana com as suas alienações, etc., etc. Mais ou menos isto. Ou, o «r & b» é expressão limitada, porque é pobre temàticamente.

Aliás, quer esta produção actual, quer esta visão crítica da música, creio que no mundo são únicas, exclusivas de alguns compatriotas e sequer nada têm a ver com o velho espírito racional europeu. Com o folclore, o problema é diferente e a utopia fàcilmente detectável.

Num país onde as maiores cidades não têm folclore, o divórcio com o campo é total, o urbanismo descaracteriza, a tradição musical não existe, conhecer temas de folclore é sintoma de «provincianismo», onde a divulgação é nula, então falar de folclore é mentir, é aquela típica e falsa «descida até ao povo, aos humildes». De momento, o folclore deve apenas ser recolhido, preservado.

ELE — Que soluções aponta para o verdadeiro progresso da música portuguesa?

EU (reconhecido) — A imagem não é minha, nem sequer original, tem pelo menos essas vantagens.

A um homem sujo, descalço, infeliz, roto, analfabeto, pobre — a desgraça em pé — começar por lhe oferecer um belo e moderno, caro e elegante chapéu de corte e tecido impecáveis é, evidentemente, um erro, uma ilusão (repare-se que o chapéu até já se não usa). A recente descoberta da música, com função social activa, é uma arma de dois gumes e entre nós parece-me que, noutro estilo, se está de novo a reabilitar a música como puro instrumento de distracção, neste caso, em relação a outras realidades mais urgentes. Que eu saiba, via música, nunca se chegou a nada.

As soluções para uma música portuguesa melhor, poderão até, de início, nada ter a ver com música.

ELE — Qual o papel da juventude, da influência estrangeira, dos músicos portugueses, da rádio, na nova música portuguesa?

EU (doido) — Mas qual música nova? Se os princípes permanecem, como é que os princípios mudaram?

Mas qual rádio? a dos detergentes? a dos pedidos? a das horas certas? a do disco mais vendido? a dos folhetins? a dos noticiários pré-«escolhidos»? a dos cabotinos e seus discípulos? a dos nacionalistas?

Mas quais músicos portugueses? aqueles que interpretam Beethoven, Galarza, Mc Cartney, Paião, indistintamente? aqueles que na bateria lhes falta a técnica, no contra-baixo os tempos fracos, no piano a imaginação? aqueles que na viola lhes sobra corrente eléctrica, nos sopros som a cana rachada? Mas qual influência estrangeira? na silhueta?, nas calças?, nos óculos?, na pronúncia do inglês? na frequência ad lib ou pop?

Mas qual juventude? a do «tutti mundi»? a da enxada? a do «maxime»? a do «penalty»? a da siderurgia? a do ensino superior? a das pegas de caras? a do «bidonville»? a das cilindradas?

ELE — É tudo.

EU (de pé) — Boa noite.

Ele, no patamar, a sorrir (pouco).

Eu a fechar a porta.

Lembrei-me. Era a coisa mais importante. Não lhe dissera. Abri e gritei: «quero lá saber da música portuguesa!»

Não vi ninguém. Desapareça. Existira? Na sala, na capa do «L'Express», Georges Ségny, sorria (pouco).

JOSÉ DUARTE

Cilia está a estudar harmonia e composição, o que só lhe fica bem...

Revolta ao domicílio

(Continuação da 1.ª página)

um dia se pôs a Frederica Montseny: de um lado, uma organização social onde o Estado se converte em patrão; do outro, a exploração dos meios de rendimento pela própria classe trabalhadora.

Morreram todos e passaram-se anos. Vieram outros tempos. Acabaram de morrer pela Alta Saboia, aos poucos, entre 1940 e 1945. Morreram nas sendas da montanha, no frio dos Alpes e dos Pirenéus. Passaram anos. Vieram outros tempos. Foram cinematografados. Foram historiados, e o dr. Woodcook no silêncio ordenado da sua biblioteca universitária, traçou-lhes o destino morto. Passaram aos cartazes da nova moda e surgiram psicadélicamente nas cores «vintistas» da nova contestação, com casa posta, moda masculina despreocupada, casaco de cabedal ou camisola da gola alta, feições de *drugstore*, filhos-família ou não, mas quase sempre na glória do *lumpen-libertarismo*.

A revolta que nascia da miséria de Reclus, no quarto de aluguer que não se podia pagar, passou a ser feita no postal ilustrado enviado á família.

Meu filho, diz o dentista ao amigo, meu filho é protestador. E o filho passa a protestar. Em vez de bombas traz sapatos de ténis. Em vez de certezas traz tibiezas. Em vez de dificuldades traz sonhos de pequeno amor. Proclama a revolução. Fará estremecer Voline no tumulo ignorado. Bakunin morreria de inveja. Mas tudo se resolve e Edgar Faure faz um conselho de interessados. A velha Comuna morreu afogada em sangue: a nova Comuna morreu afogada em reformas e decretos.

Faz-se a revolta ao domicílio, a revolta total e definitiva. Contra tudo mas tudo aproveitando, desde os C. T. T. de todos os países até ás canções de Sammy Davis Jr., que canta para o general Dayan; aproveitam-se as protestações dos *long-plays* ou o frenesim do encontro de White. Faz-se a revolta ao domicílio, com porte pago.

Ravachol

Allen Ginsberg tem, afinal, toda a razão. Quando diz que eles desapareceram ou que vão desaparecer, ou se não o diz pensa que eles *desapareceram dentro dos vulcões do México, deixando atrás de si apenas as sombras dumas calças de ganga e a lava e as cinzas da poesia espalhadas na lareira de Chicago.*

Esquerdizando a esquerda ou libertarizando a esquerda, faz-se depois, a revolta em Maio, em Paris ou em Nanterre, e discute-se o efeito no conforto de Genebra. Reclama-se a liberdade. Recebe-se pelo correio. Vem no *Match*.

Oiço: *golo*. Hoje há futebol. Faz-se a revolta.

Pobre Durruti, querido Durruti. Para quê, alma de Lua, canto de alegria, amor perdido nas sombras do Jarama. Para quê. Reclus, para quê?

JOÃO PALMA-FERREIRA

Só . Poesia . Só

(Continuação da 5.ª página)

da sua havida existência: os textos que ele (?) nos deixou. Só com os textos ele quis que nos entendêssemos, por isso os fabricou.

A Poesia é, portanto, uma codificação de energia vivencial, num tipo de escrita. Mas a Poesia não é essa energia. O que o Autor define (e nessa definição projecta a sua marca) é o tipo de escrita mais a energia vivencial que nela codifica, fornecendo, ou não, a chave do código que usou ou inventou.

Por isso, o nome do Autor continua a ser necessário, porque esse é, muitas vezes, a chave para a sua própria Poesia. Chave que é já pelo Leitor definida e recriada.

Assim, o nome de F. Pessoa é a chave para todo um Universo que se abre. Universo que eu próprio descobri na leitura dos textos que ele escreveu. F. Pessoa, como Homem, nada me diz, e o que sei da sua biografia não me interessa, nem mesmo como experiência de vida. No entanto, a chave F. Pessoa abre um cacifo de múltiplos interesses e de significação crucial para a compreensão da Poesia Portuguesa. Daí a concluir-se sobre a rica personalidade humana do Autor destes textos — ao gosto biográfico-romântico ainda não aceite — parece-me ridículo.

Com uma noção de Poesia como código-dinâmico, escrita aberta, formulação em texto da energia libertada pela actividade de um Homem, um tempo e um lugar, podemos abordar criticamente qualquer Poesia, inclusivamente, e principalmente, a que nos é contemporânea, pois que os interesses biográficos nos não distrairão dos textos, estando sempre aberto a todas as possíveis criações, inovações e experiências no campo da escrita e das medidas críticas que se nos forem impondo como de necessária invenção e utilização.

É que, para além das divergências e reivindicações, já é tempo de escolhermos o que vai ser de nós, Poetas, como produtores de Poesia, porque é tempo de escolher o que vai ser da Poesia. Vai ela ser apenas um pequeno «jeito» de escrever, de versejar, de cantar? — Ou vai ela corresponder ao que grandiloquentemente lhe tem sido atribuído: meio de conhecimento, forma de comunicação quase total, força renovadora da linguagem aprofundada pesquisa do «ser»? Vivência totalizadora? Este problema coloca-se, principalmente, perante a ideia de Cibernética. É que a Cibernética é a resposta da inteligência activa (Ciência), à inteligência especulativa (Filosofia) e à inteligência sensível (Poesia).

Fernando Pessoa

Rimbaud

Ora, a progressiva cibernetização das relações humanas e dos meios de comunicação vem provocando uma aparente crise de sentimentos ou de alienação dos valores humanos, quando o que o Homem actual está é colocado numa posição crítica, perante a necessária hierarquização desses sentimentos e desses valores que pretende comunicar. Assim, os valores directamente quantificáveis ganham prioridade sobre os valores só indirectamente quantificáveis, e os problemas de qualidade cedem lugar às tentativas de medida dessa própria qualidade.

Não admira, pois, que a Poesia, inteligência sensível da existência, formulada através da linguagem, procure outros cânones e outras prováveis formulações, mais de acordo com as novas vias de comunicação e com o tipo de sensibilidade quantificável e como o novo tipo de relações e de organização social.

E. M. DE MELO E CASTRO

Dobragem e desdobragem

(Continuação da 8.ª página)

criá-las. E do que se trata é exactamente de não permitir que essas condições continuem a ser indefinidamente afastadas do nosso alcance por obra de antigas e sinistras conspirações internacionais contra as obras que cada povo pode e deve criar no campo da arte do filme.

Do que se trata, na verdade, ao falar de cinema estrangeiro, é do cinema que é estrangeiro a todos os povos: é do cinema de evasão, de adormecimento, de violência, de mentira, de baixeza, enfim, que as poderosas redes internacionais de distribuição de filmes despejam ás catadupas em todos os países onde se consente livre acção aos seus representantes e apaniguados. Esse cinema é-nos estrangeiro e é da dobragem deste que se tem tratado. Porque o problema da dobragem, para o cinema universalmente valioso, está de há muito resolvido.

A «questão da dobragem» foi, porém, posta nos termos mais indefinidos que se pode imaginar. Mais do que indefinidos: imprecisos e incorrectos. Chamou-se «dobragem» às técnicas, hoje universalmente adoptadas, de postsonorização pelos próprios actores na própria língua, chamou-se «dobragem» à tradução oral de comentários assíncronos, chamou-se «dobragem» à produção original de versões do mesmo filme em várias línguas (necessidade imposta pelo desenvolvimento das co-produções internacionais, em que intervêm actores de várias nacionalidades), chamou-se «dobragem», enfim, àquilo que realmente se deve entender por «dobragem», mas sem se distinguir o que deve ser distinguido.

É evidente que os filmes educativos e didácticos, os filmes simplesmente informativos, os jornais de actualidades, ou são dobrados ou pura e simplesmente não podem cumprir a sua missão. E, sendo dobrados (incluindo aqui, no conceito de dobragem, a tradução oral das vozes «off»), nada perdem do seu valor educativo, didáctico ou informativo desde que a dobragem tenha sido feita com fidelidade e escrúpulo técnico. Há, portanto, uma categoria de filmes para os quais se não põe em dúvida a necessidade da dobragem — mas da dobragem boa.

O problema da dobragem — que, no seu reverso, é o problema da legendação — circunscreve-se portanto aos filmes-espectáculo: aos filmes de fundo e às curtas-metragens não puramente informativas. O seu nascimento coincide com o nascimento do filme sonoro, a sua história é a história do filme sonoro. A sua economia também. Em Portugal, a dobragem de um filme estrangeiro custaria, em regime de trabalho continuado nesse ramo, cerca de três vezes mais que a sua legendação. Esse custo, adicionado ao preço de aquisição da cópia, agrava-o portanto muito mais — e o gravame é, em percentagem, tanto maior quanto mais baixo o preço de aquisição da cópia. O que o mesmo é dizer: a dobragem torna mais duvidosa a rentabilidade comercial dos filmes baratos, dos filmes oriundos das cinematografias menos privilegiadas. Esses filmes, no regime da dobragem, são mais fàcilmente derrotados e a mais breve trecho abandonam o mercado aos filmes dispendiosos, oriundos das grandes coligações internacionais entre a produção, a distribuição e a exibição. Isto é, a dobragem facilita a vitória do cinema que é realmente estrangeiro em toda a parte e contribui para a asfixia comercial, nuns países, dos filmes verdadeiramente nacionais de outros — dos que, como cremos, são universais. E acresce que essas coligações internacionais dispõem do capital suficiente, e das suficientes influências, para de um modo directo ou indirecto vir a dominar as estruturas técnico-industriais da dobragem, influindo nos respectivos custos, reduzindo-os para si, tornando-os inconportáveis para os outros.

E os entusiastas da dobragem querem-na então simplesmente facultativa: já ninguém obriga os pobrezinhos a gastar tanto dinheiro! Esquecem todos os factores, também perfeitamente dominados pelos mesmos grandes grupos, que podem contribuir para influir no gosto e na falta de gosto do público, para orientar as suas preferências, para levá-lo a consumir o que se quer que não seja consumido. Esses factores são múltiplos, desde a influência subterrânea, por vezes criminosa, até à mais aberta e clamorosa publicidade; do «slogan» à entrevista; do anúncio nos quotidianos e na Rádio às páginas da Imprensa especializada na perversão do gosto; do concurso à oferta-brinde; da piscadela de olho à faca nas costas.

Outros optam pela solução «ideal», a solução que satisfaria gregos e troianos: o sistema francês de apresentação simultânea, em dois cinemas, da versão dobrada e da versão legendada. Enfim, o nosso País é rico!

As quantias dispendidas na dobragem de filmes dariam pão, diz-se, a muitos trabalhadores portugueses; e entre eles, a bastantes dos tais «macacos de feira» (vide «Diário de Lisboa» de 14 de Agosto passado), a bastantes técnicos cinematográficos. Escusa dizer-se que esse pão teria de ser pago com algum suplementozinho no preço dos bilhetes para cobrir os vultuosos encargos envolvidos pela «benéfica» inovação.

Os profissionais do cinema português, porém, devem honestamente ganhar o seu pão a fazer filmes portugueses dignos do público e não ajudando a propinar-lhe os estupefacientes da espionagem e da pornografia cosmopolitas. É pela vitória artística e comercial do filme português que todos devemos trabalhar.

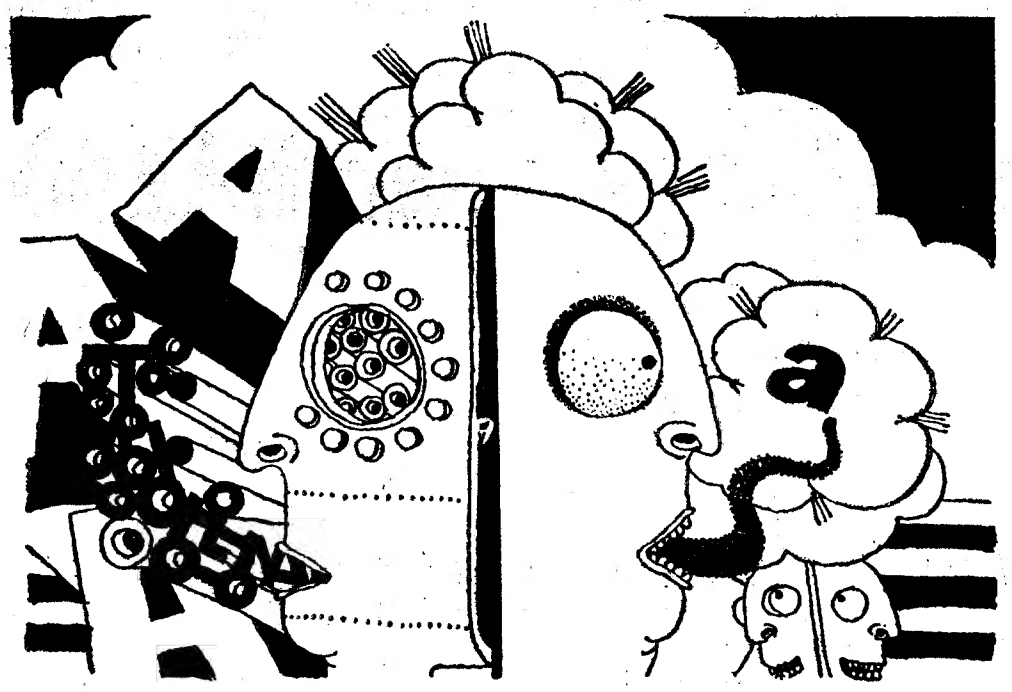
Não se pode aqui entrar na análise pormenorizada dos aspectos estéticos e socio-político-culturais da questão da dobragem, tão infelizmente e tão inoportunamente agitada perante o público, naturalmente desejoso, de há muito, de novidades e também de há muito capaz de ser levado ao que lhe não interessa. Esses aspectos vigorosamente desfraldados mesmo em frente do nariz de cada um, foram até muito mais ventilados que os aspectos económicos. «et pour cause», mas ninguém disse, a seu respeito, nem parece que possa vir a dizer, algo de novo. A dobragem de filmes em línguas diferentes da de origem, para efeitos de exploração comercial em países estrangeiros, quando não feita com o consentimento e aprovação técnico-artística dos seus autores, está de há muitos anos condenada no tribunal da Estética, senão simplesmente no do bom senso. Os livros abundam nas bibliotecas, é só lê-los; e convém sempre ler um bom bocado antes de começar a falar tanto.

Por falar de livros, e já que está na moda citar Eça de Queiroz, em quem, pessoalmente, detesto o ser afrancesado mas cujo talento e cujo amor a Portugal muito aprecio, permito-me recomendar a todos uma nova leitura dessa espantosa e terrível narrativa, «A Catástrofe», que costuma ser publicada como apêndice a «O Conde de Abranhos». Recordemos todos aquela tremenda profecia e comparemo-la depois com os grandes frescos pintados por Fernão Lopes na «Crónica de D. João I» Sirva essa leitura comparada para se ter presentes os caminhos que levam à grandeza nacional e os que dela nos afastam.

E, voltando, para terminar, à questão da dobragem, manifesto-me, resolutamente pela *desdobragem:* pela desdobragem cuidadosa mas completa de todo o naipe dos verdadeiros problemas do cinema português, de entre os quais o primeiro e o mais importante é o de evitar as nuvens de poeira levantada pelo invasor.

Lisboa, Setembro de 1969

MANUEL RUAS



DOBRAGEM E DESDOBRAGEM

por Manuel Ruas

MANUEL RUAS, que hoje e aqui toma posição a favor da «desdobragem», é um nome sobejamente conhecido no meio cinematográfico. Ligado ao movimento cineclubista na década 50/60 (fundador e 1.º presidente do Cineclube Universitário, dirigente activo do ABC e do Imagem), passa incisivamente pela crítica (na extinta revista «Imagem») e, com Manuel Guimarães, em 1952, torna-se profissional. As suas curtas-metragens «O Tirador de Cerveja», realizada em 1957, e «O Ala da Rede», que realizou com Michel Giacometti em 1962, cotaram-no como um dos valores mais sólidos do documentarismo português. Filmou, o ano passado, três histórias curtas (que estão ainda inéditas) e roda presentemente um documentário para os TAP

O texto que a seguir apresentamos foi-nos enviado por Manuel Ruas na sequência do colóquio sobre a dobragem que teve lugar na S. N. B. A. no dia 12 do mês passado. Razões de espaço só hoje permitem a respectiva publicação.

EM REUNIÃO recentemente promovida por um cineclube de Lisboa, houve o propósito de ventilar a malfadada questão da dobragem de filmes, e como esta questão estava de há muito arquivada — e bem — no sótão das velharias, as lufadas do diálogo fizeram levantar densas nuvens de poeira. É o que, aliás, sempre sucede quando sem as devidas precauções se procede á subita abertura de janelas em casas por longos tempos devolutas.

Mas as nuvens de poeira têm, sabe-se, o grande inconveniente de tapar as vistas — e em especial quando a luz não é muita. De modo que, ao invés do que se pretendia, o debate serviu apenas para aumentar a confusão. E a grande vítima da confusão é sempre o público. Claro que o público participante naquela reunião — umas boas dezenas de pessoas, ainda assim — deve ter ficado contentíssimo com a iniciativa dos dirigentes cineclubistas, iniciativa correspondente ao sincero desejo de «analisar e esclarecer democràticamente» os mais candentes problemas e que, por acréscimo, lhe proporcionou a rara oportunidade de contactar directamente com alguns dos «macacos de feira» (vide «Diário de Lisboa» de 14 de Agosto passado) que em Portugal trabalham nos filmes. Mas esse contentamento faz também parte da confusão, esse contentamento reproduz um equívoco de base sobre a essência e os métodos disso que chamam «democracia» e reproduz, simultâneamente, uma ignorância de base sobre a própria problemática em discussão. O qual equívoco e a qual ignorância não aproveitam, certamente, senão aos que receiam a sã e clara consciência.

Nestas reuniões aparecem sistemàticamente umas pessoas, que honestamente se interessam pelo assunto e sinceramente desejam aprofundá-lo, mas que nebulosamente o entendem e deficientemente o conhecem: já porque nem todos podemos ser especialistas de tudo, já porque nem todos podemos ser igualmente inteligentes, já porque nem todos pudemos aprender as mesmas coisas, já porque a informação nem a todos é igualmente acessível (na quantidade como na oportunidade como no próprio conteudo) e, infelizmente, nem sempre é completa, independente, desinteressada. Essas pessoas são a maioria dentro das reuniões como fora delas. E, em presença umas das outras sentem a diversidade dos seus conhecimentos e das suas opiniões (diversidade em grau e em perspectiva), descobrem finalmente de modo mais ou menos claro a sua maior ou menor ignorância e impreparação e vêem-se na necessidade de começar as suas intervenções dizendo: «Eu não sei nada de cinema, mas...». E segue-se a exposição do que pensam ou do que propõem. As mais das vezes, infelizmente, verifica-se dessa exposição que o interveniente não sabe realmente coisa nenhuma. Da participação desta categoria de pessoas em debates deste tipo resultaria com certeza o seu esclarecimento se se não verificasse uma circunstância muito perniciosa que não só impede esse esclarecimento como paralisa e envenena completamente o andamento dos trabalhos. É que as pessoas não estão habituadas a uma disciplina, essa sim, democrática, do diálogo colectivo. O debate degenera rápidamente numa caótica multiplicidade de solilóquios e, desta, vem quase sempre a descambar na discussão personalizada, quando não na tempestade das alusões obliquas e, quantas vezes, da injúria a descoberto. É o intercâmbio do disparate, é o verdadeiro festival da asneira livre: para gáudio e proveito, evidentemente, dos adversários do diálogo e dos inimigos do esclarecimento.

O debate público de questões especializadas só é proveitoso se se verificar uma ou outra de duas condições: a primeira, ser todo o conjunto de intervenientes formado por especialistas; a segunda, ser organizado e orientado, democrática e disciplinadamente (passe o pleonasmo), por especialistas convenientemente preparados para o trabalho pedagógico da educação e do esclarecimento de massas (passe o chavão).

A primeira condição é utópica, nunca se verifica na actualidade: só num futuro conjectural, em que a apropriação cultural colectiva tivesse chegado a modalidades tais que realizassem, ao nível do indivíduo, um suficiente grau de equilíbrio entre as funções de produção e as funções de fruição de todos os produtos, só nesse futuro conjectural, quiçá inatingível, é que todo o espectador de filmes seria especialista do cinema... Os especialistas existem exactamente porque o publico não é especializado: existem para suprir-lhe essa deficiência, para suprir-lha, se possível. A sua função social seria nula e a sua razão de existir como especialistas cessaria nesse futuro conjectural, no dia em que essa deficiência do publico tivesse sido universalmente e definitivamente suprimida e em que todo o espectador fosse, simultâneamente autor de filmes, técnico de cinema de todas as especializações, critico abalizado, teórico e esteta, etc. etc. Se o saber conduzir automóveis pudesse passar ao nosso património genético hereditário, os instrutores de condução e os motoristas profissionais teriam perdido a sua razão de existir como tais.

Eis porque o debate publico de questões especializadas só pode ser proveitoso sob condição de ser organizado e orientado pedagógicamente. Entrar numa velha casa escura abandonada e mal conhecida para ver e arrumar o que lá estiver é tarefa que exige cuidados: é tarefa de especialistas. Em primeiro lugar, é preciso ver tudo o que lá está para poder decidir-se o que tem valor e o que o não tem: para poder decidir-se o que há-de arrumar-se primeiro e não vá estragar-se ou perder-se o resto. É preciso luz, portanto. Mas não se podem abrir as janelas de repente e sem cuidado: primeiro, porque pode uma corrente de ar fechar a porta depois de abertas as janelas... depois, porque esse ar — e foi o que sucedeu agora — faz levantar as espessas camadas de poeira depositadas, com o tempo, sobre o chão, a mobília, os objectos. . E essa poeira cega-nos, pode mesmo fazer-nos sufocar.

Posta esta introdução metodológica, muito importante para os esforçados dirigentes cineclubistas e não só para eles, pois é em variadíssimos outros campos que nos espreita o dragão da espontaneidade, debrucemo-nos um pouco sobre o velho «bibelot» coberto de poeira que alguém tomou ao acaso, de entre vários outros, de sobre uma cómoda da velha casa escura e abandonada. Desembaracemo-lo cuidadosamente do pó que o recobre e descobriremos que não é um «bibelot» propriamente dito, como os outros, a que, entretanto, fizemos o mesmo: é antes, uma «mascotte» a que várias pessoas tomaram afeição, não pelo seu valor intrínseco, que o não aparenta, mas sabe-se lá por que fundas razões inconscientes, por sentimento, enfim. Mais que «mascotte», dir-se-ia até tratar-se de um «fetiche», de um desses amuletos de civilizações primitivas de mares exóticos. Não tem relação de unidade estilística com o restante recheio da casa, não é um dos seus objectos significativos. Algum dos antigos habitantes daquela casa o trouxe um dia, de viagem, sabe-se lá se por engano ou distracção, ou apenas por brincadeira, e por ali ficou esquecido, ali casualmente, á espera de ser deitado fora por quem já lá não vive... Mas que não é dali, que não tem raiz naquilo, isso nos parece agora evidente. Ou não se trata, na verdade, da dobragem dos filmes feitos noutro sítio? Ou não é este, realmente, um problema do cinema estrangeiro?

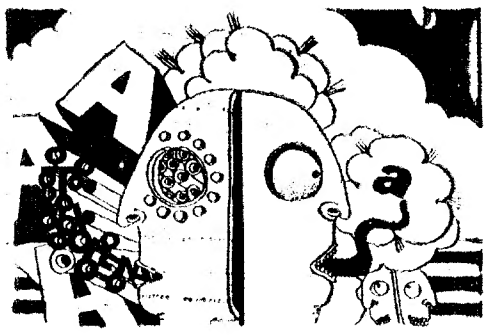
Se se puder confirmar que este «fetiche», arbitrariamente escolhido de entre tantos objectos para reconhecer e arrumar, nenhuma relação substancial guarda com o restante recheio da casa, poderá justificar-se que o ponhamos de parte como rebotalho, como peça sem interesse, para dedicar antes de mais nada toda a nossa atenção aos outros objectos, aos que são realmente valiosos e significativos.

Se se puder confirmar que a dobragem em língua portuguesa dos filmes estrangeiros importados em nada influe, tanto positiva como negativamente, sobre a sobrevivência, o desenvolvimento e a vitalidade, económica e cultural, do cinema português, será evidente que quem ventila a questão da dobragem está simplesmente levantando uma nuvem de poeira que oculta os verdadeiros problemas económicos e culturais do cinema português e que pode mesmo soterrá-lo ou sufocar quem procura promover o seu conhecimento e a sua solução.

Propor ao debate publico a «questão da dobragem» para mais nos imprecisos termos em que foi apresentada, constitui um erro grave e acarreta perigos sérios para o esclarecimento e solução dos problemas do cinema português. A questão envolve interesses materiais de diversos sectores, interesses que não convergem mas mesmo se opõem uns aos outros e está portanto relacionada com posições pessoais e posições de grupos, sujeita a discussões apaixonadas e acaloradas em que a serenidade e a objectividade correm o risco de ficar á porta. Na ocasião em que se prepara uma nova lei para reger as coisas do cinema em Portugal, e em que, portanto, o cinema português tem oportunidade de tomar o seu lugar ao Sol, é indispensável preservar a serenidade e a objectividade, é indispensável evitar a todo o custo a irrupção das paixões e dos interessses particulares. Como sempre, mas agora ainda mais, o único interesse a defender e respeitar é o interesse do publico, o interesse do nosso povo; e a única paixão lícita e mesmo desejável é a paixão de bem servir esse mesmo interesse.

O erro está no formalismo «democrático»: na obsessão de discutir tudo com todos, na ingénua suposição de que da discussão nasce sempre a luz. Cultura sem consciência vale exactamente o mesmo que consciência sem cultura: nada. Este erro é o erro da espontaneidade, segundo o qual se crê que o ajuntamento se pode transformar espontâneamente em colectividade. Não foram sómente os dirigentes cineclubistas que o cometeram, nem foram eles os primeiros a cometê-lo. Foram, antes, sugestionados pela infeliz e inoportuna polémica aberta nas páginas do «Diário de Lisboa» há poucas semanas na louvável intenção de iniciar o inventário e a arrumação da velha casa mas, infelizmente para todos nós, com bastante falta de método: o que é realmente muito grave. Para o esclarecimento de questões tão especializadas, o meio mais indicado é a mesa redonda, o colóquio exclusivamente restrito a especialistas advertidos e argutos, seguido (porque não?) da publicação dos resultados, mas nunca o debate publico nem a polémica desarticulada nas colunas dos jornais (e isto não significa que a polémica na Imprensa não seja util, mas noutros casos e noutras circunstâncias).

Os dirigentes cineclubistas crêem sinceramente no seu ideal que é de todos os verdadeiros amantes da cultura, também, e decerto se insurgem contra uma distinção feita acima entre os problemas do cinema português e os problemas do cinema estrangeiro. Eles argumentam com certeza que a arte e a cultura são património de toda a humanidade e não conhecem os limites



artificiais da compartimentação em fronteiras. E, de facto, a grande luta da cultura para assimilar o cinema e do cinema para aceder ao mundo cultural é exactamente aquela que fez e continua a fazer com que um filme seja tanto mais universal quanto mais verdadeiramente nacional no seu país de origem e tanto mais nacional quanto mais verdadeiramente universal: é aquela que fez da arte do filme, no dizer de Pudovkin, «a grande arte internacional cinematográfica». Simplesmente, não é desta que se trata, ou melhor: quanto a esta, está o problema de há muito resolvido neste aspecto. Do que se trata, não é das obras de arte dignas, elevadas, respeitáveis, que por universais são também nossas, ás quais desejamos poder reunir as nossas próprias logo que tenhamos reunido as condições para

(Continua na 7.ª página)